



Telma Fernandes Barrionuevo Gil

**Territórios e Extensão: um estudo das
práticas extensionistas no âmbito do
Campus da Praia Vermelha da
Universidade Federal do Rio de
Janeiro, no período de 1999 a 2009**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor em Serviço Social
pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social, do Departamento Serviço Social da PUC-
Rio.

Orientadora: Profa. Valéria Pereira Bastos

Rio de Janeiro
Maio de 2024



Telma Fernandes Barrionuevo Gil

**Territórios e Extensão: um estudo das
práticas extensionistas no âmbito do
Campus da Praia Vermelha da
Universidade Federal do Rio de
Janeiro, no período de 1999 a 2009**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Profa. Valéria Pereira Bastos

Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Jaqueline Santos Barradas

UNIRIO

Profa. Nilza Rogéria de Andrade Nunes

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof. Antonio José Barbosa de Oliveira

UFRJ

Prof. Amaro Sérgio Marques

Departamento de Arquitetura e Urbanismo – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 02 de maio de 2024

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho, é proibida sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Telma Fernandes Barrionuevo Gil

Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da PUC-Rio, integrante do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos Socioambientais e Comunitários (GRIPES). Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas, Especialista em Saúde Pública pela Faculdade São Camilo/SP, e Graduada em Serviço Social pela PUCCAMP.

Ficha Catalográfica

Gil, Telma Fernandes Barrionuevo

Territórios e Extensão: um estudo das práticas extensionistas no âmbito do campus da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no período de 1999 a 2009 / Telma Fernandes Barrionuevo Gil ; orientadora: Valéria Pereira Bastos. – 2024.

188 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Território universitário. 3. Território. 4. Campus. 5. Extensão universitária. 6. Política de extensão. I. Bastos, Valéria Pereira. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

CDD: 361

Agradecimentos

À Profa. Valeria Pereira Bastos, pela confiança, orientações certeiras, competência e parceria.

À equipe de professores do PPGSS da PUC-Rio, pela constante disponibilidade e pelas trocas.

À Banca Examinadora, companheiras e companheiros de trabalho, pelo interesse e confiança.

À equipe administrativa do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, pela presteza.

À professora Mariléia F. M. Inoue, pelo decisivo incentivo ao projeto de pesquisa.

À Direção da Casa da Ciência, através do Diretor da Divisão Administrativa, Murilo F. Quintão, pelo apoio e pelas mediações funcionais, assim como sou grata à experiência nesta unidade, fomento deste estudo.

À professora Ana Inês Sousa, atual Superintendente de Formação Acadêmica da Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ, e à técnica administrativa Cleide M. Lima, atual Diretora Adjunta de Extensão da COPPE/UFRJ, que forneceram valiosas informações, conduzindo ao percurso da Extensão na UFRJ.

Às e aos bibliotecárias/os das Bibliotecas “Jorge de Rezende” / Maternidade-Escola, “Pedro Calmon” /FCC, “Marina São Paulo de Vasconcellos” / IFCS e do CFCH, pela atenção e pelo apreço demonstrados.

À historiadora Monica C. Moraes, à prima e profa. Lucia R. Monteiro e ao professor Gerardo Silva, que me acudiram na concatenação das ideias e na escrita, e à Carol Barreto, pelo auxílio nos procedimentos de sistematização da pesquisa documental.

Às colegas pesquisadoras do GRIPES/PUC, que sempre deram uma força! E às companheiras do LEPSOT/UFRJ, em especial, à coordenadora Cecília Paiva N. Cavalcanti.

À minha mãe, ao meu pai, à minha irmã e a meu irmão, presenças amorosas, e ao meu filho, Diego, por tanto aprendizado!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumo

Gil, Telma Fernandes Barrionuevo; Bastos, Valéria Pereira. **Territórios e Extensão: um estudo das práticas extensionistas no âmbito do Campus da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no período de 1999 a 2009**. Rio de Janeiro, 2024. 188p. Tese de Doutorado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese traz para o debate um estudo sobre a inserção de um território universitário no espaço que ocupa, através da dimensão extensionista do ensino superior. Para tanto, buscamos analisar as práticas originadas no Campus da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), situado na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, para compreender a relação entre a universidade e as comunidades vicinais deste seu Campus. No desenvolvimento do estudo de cunho qualitativo, com base na pesquisa bibliográfica e documental, discutimos a conformação do território universitário considerando as abordagens presentes nos debates da arquitetura e urbanismo, e alguns aspectos históricos da formação deste Campus; já do que foi construído, onde o Campus está inserido compreende-se um desenho urbano-social, dado pelas características e contradições dos bairros que o circundam, e examinamos as ações de sua Extensão sob a perspectiva dos territórios e lugares para os quais foram dirigidas tais atividades, procurando elaborar sobre a relação território-extensão universitária nesta dimensão teórica. O trabalho destaca as atividades acadêmicas realizadas entre os anos de 1999 e 2009, quando tiveram início os Congressos de Extensão da UFRJ, cujos Anais foram as principais fontes documentais da pesquisa. No exame das ações, optamos pela identificação e organização das áreas temáticas por cada edição dos eventos, cotejando cada texto-resumo constante nos Anais, segundo os objetos e objetivos das ações; formas de operacionalizar (modalidades); públicos e respectivos territórios; objetivos da comunicação; relações com o Campus da Praia Vermelha (além da vinculação) e com as problemáticas a sua volta; e parcerias institucionais, sendo que tais experiências estão contextualizadas pelas formulações da política de Extensão no ensino superior e pelos seus desdobramentos na UFRJ. No conjunto dos resultados, evidenciaram-se problemáticas sociais de várias naturezas que podem ser constituídas como demandantes das ações, assim como emergiram os desafios da interdisciplinaridade na formação universitária e da qualidade na manutenção da Extensão – como parte do tripé da formação superior. Em relação ao problema central, as atividades não abarcaram, prioritariamente, demandas do território destacado, pois estiveram voltadas a diversos outros com ênfase aos públicos de lugares próximos à Cidade Universitária (UFRJ), na Ilha do Fundão, e à Baixada Fluminense, no Grande Rio.

Palavras-chave

Território Universitário; Território; Campus; Extensão Universitária; Política de Extensão.

Abstract

Gil, Telma Fernandes Barrionuevo; Bastos, Valéria Pereira (Advisor). **Territories and Extension: a study of extension practices within the Praia Vermelha Campus of the Federal University of Rio de Janeiro, from 1999 to 2009.** Rio de Janeiro, 2024. 188p. Tese de Doutorado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis brings to the debate a study on the insertion of a university territory in the space it occupies, through the extensionist dimension of higher education. We seek to analyze the practices originating at the Praia Vermelha Campus of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), located in the south zone of the city of Rio de Janeiro, to understand the relationship between the university and the neighboring communities of this Campus. In its qualitative development, based on bibliographic and documentary research we discuss the formation of the university territory considering the approaches present in architecture and urbanism debates, and some historical aspects of the formation of this Campus; the built territory where the Campus is located is understood by an urban-social design, given by the characteristics and contradictions of the neighborhoods surrounding it, and we examine the extension actions of this Campus from the perspective of the territories and places for whom these activities were directed, we seek to elaborate on the relationship between territory and university extension in this theoretical dimension. The work highlights the academic activities carried out between 1999 and 2009, when the UFRJ Extension Congresses began, whose Annals were the main documentary sources of the research. When examining the actions, we chose to identify and organize the thematic areas for each edition of the events, comparing each summary text contained in the Annals, according to the objects and objectives of the actions; ways of operationalise (modalities); public and respective territories; communication objectives; relations with the Praia Vermelha Campus (in addition to the connection) and the issues surrounding it; and institutional partnerships, and such experiences are contextualized by the formulations of the Extension policy in higher education and by its developments at UFRJ. In the set of results, social problems of various natures were evident, which can be constituted as demands for actions; just as the challenges of interdisciplinarity in university training and quality in the maintenance of Extension emerged, as part of the tripod of higher education. In relation to the central problem, the activities did not primarily cover demands from the highlighted territory, as they were focused on several others, with an emphasis on audiences in places close to Cidade Universitária (UFRJ), on Ilha do Fundão, and Baixada Fluminense, in Grande Rio.

Keywords

University Territory; Territory; Campus; University Extension; Extension Policy.

Sumário

1. Introdução	14
2. O Campus da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro: conhecendo o território universitário	29
2.1 Campus e território universitário – concepções da arquitetura e urbanismo e as apropriações correntes	30
2.2 O contexto que sediou a Universidade na Praia Vermelha – assistência à saúde mental, pesquisa e ensino	39
2.3 A ocupação do terreno do Palácio Universitário pela Universidade do Brasil e sua ancoragem na zona sul da cidade	45
2.4 As atividades acadêmicas na Praia Vermelha e os planos da UFRJ para o Campus	56
3. Compreendendo o território a partir do lócus da pesquisa	70
3.1 O caráter técnico, acadêmico e científico de instituições contíguas ao Campus da Praia Vermelha	74
3.2 A abrangência do território e as peculiares características que o conformam	83
3.2.1. A centralidade de Botafogo	85
3.2.2. Urca, um bairro inventado	92
3.2.3 Morro da Babilônia, Leme, e os morros do território onde se erguem contradições maiores	97
3.2.4 As associações de moradores, os serviços públicos e os contrastes nas condições de vida	104
4. As atividades extensionistas dos cursos e unidades do Campus da Praia Vermelha na conjuntura da política educacional e no contexto da UFRJ, de 1999 a 2009	113
4.1 A Extensão Universitária como política (de resistência) no Ensino Superior do país	114
4.2 O protagonismo da Extensão na UFRJ	133
4.3 As ações de extensão no âmbito do Campus Praia Vermelha	144
4.3.1. Pouco diálogo extensionista à volta do Campus da Praia Vermelha e práticas levadas a distantes territórios – edições do I ao VI Congresso de Extensão	146
5. Considerações finais	169
6. Referências bibliográficas	178
Anexo I	185
Anexo II	187

Lista de tabelas

Tabela 1	Distribuição dos ocupados por posição na ocupação	91
Tabela 2	Dados de população e domicílios	107
Tabela 3	Número de habitantes e de domicílios em favelas, por bairros	108
Tabela 4	Taxa de escolarização por faixa etária jovens e crianças – idade escolar	108
Tabela 5	Escolaridade média dos moradores por faixa de idade, em anos de estudo	109
Tabela 6	Escolaridade de Chefes de Domicílio na Favela Santa Marta	110
Tabela 7	Índice de Desenvolvimento Social por bairros e favelas	111
Tabela A	Número de Atividades de Extensão realizadas por tipo (1998-2001)	137
Tabela B	Períodos, gestões e implementações na UFRJ	139

Lista de quadros

Quadro 1	Ações Extensão 1999	147
Quadro 2	Indicação quantitativa de trabalhos por evento/CPV	148
Quadro 3	Temática/número de ações identificadas	149
Quadro 4	Relação com entorno e objeto da ação	149
Quadro 5	Problemática/demanda/objeto da ação para Público Amplo	151
Quadro 6	Público amplo + público indicado em relação à problemática/ demanda/objeto da ação	152
Quadro 7	Público de atividades realizadas no CPV e unidades	154
Quadro 8	Parcerias com Ministérios	154

Lista de figuras

Figura 1	Unidades de atenção à saúde mental no território universitário	44
Figura 2	Indicação das unidades no Campus da Praia Vermelha	60
Figura 3	Imagem do muro remanescente que separa o CBPF do Campus	76
Figura 4	Instituições contíguas ao Campus da Praia Vermelha	81
Figura 5	Imagem do território construído – do Morro da Babilônia se vê, ao fundo, o Morro de Santa Marta	97
Figura 6	A paisagem resultante de objetos naturais e sociais – o Morro do Corcovado, o Morro e a Favela de Santa Marta, em Botafogo, e parte do bairro	112
Figura 7	Indicação de lugares alcançados pelas atividades de Extensão Universitária	167

Lista de siglas

CBG	Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação
FACC	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis
NIAC	Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania
PROVE	Projeto de Valorização do Envelhecimento
CCJE	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
CCMN	Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza
CES	Câmara de Educação Superior
CEU	Conselho de Extensão Universitária
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CONSUNI	Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro
COORDCOM	Coordenadoria de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro
COPPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
CRE	Coordenadoria Regionais de Educação
CRMM	Centro de Referência de Mulheres da Maré
CT	Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
EB	Educação Básica
EBA	Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
ECO	Escola de Comunicação
EEAN	Escola de Enfermagem Anna Nery
EEFD	Escola de Educação Física e Desportos
ESS	Escola de Serviço Social
FACC	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FCC	Fórum de Ciência e Cultura
FL	Faculdade de Letras
FM	Faculdade de Medicina
FND	Faculdade Nacional de Direito
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
HESFA	Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis
HUCFF	Hospital Universitário Clementino Fraga Filho
IE	Instituto de Economia
IES	Instituição de Ensino Superior
IESC	Instituto de Estudos em Saúde Coletiva
IFCS	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IGEO	Instituto de Geociências
IH	Instituto de História
IM	Instituto de Matemática
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IP	Instituto de Psicologia
IPES	Instituições Privadas do Ensino Superior
IPES	Instituições Públicas de Ensino Superior
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPUB	Instituto de Psiquiatria
IQ	Instituto de Química
JICTAC	Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC	Ministério da Educação
MN	Museu Nacional
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEPPDH	Núcleo de Estudos de Políticas Públicas Direitos Humanos

ONGs	Organizações Não Governamentais
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
POLI	Escola Politécnica
PR 5	Pró-Reitoria de Extensão
PROFAEX	Programa Institucional de Fomento Único de Ações de Extensão
PROIPADI	Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão e Avaliação, Diagnóstico e Intervenção Psicológica
RENEX	Rede Nacional de Extensão
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SIAC	Semana de Integração Acadêmica
SIgPROJ	Sistema de Informação e Gestão de Projetos
Sesu/MEC	Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SR-5	Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão
SUS	Sistema Único de Saúde
UB	Universidade do Brasil
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UnB	Universidade Nacional de Brasília
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

1. Introdução

O período de desenvolvimento desta tese se deu em meio a uma emergência sanitária mundial, provocada pela Covid-19, e a um quadro sociopolítico bastante adverso no país. Vivendo temporariamente um afastamento social presencial como uma das formas de contenção à disseminação do vírus (SARS-CoV-2) causador da doença, um contingente significativo da população brasileira e de várias partes do mundo experienciou expressivas mudanças nas formas de convívio coletivo, entre elas, nos processos educacionais. Assim, novos espaços de comunicação foram adotados numa grande proporção e de maneira inédita. A pandemia se dobrou ao controle, apesar das enfermidades e mortes que ainda são relacionadas ao vírus e à doença, em todo o mundo.

Desafios foram sobrepostos, guardadas as devidas proporções, uma vez que neste espaço-tempo da feitura do texto, estivemos acompanhadas por inúmeras alterações negativas, até mesmo nefastas, nos modos e nas condições de vida das populações. Novos problemas em nível global emergiram, assim como em nosso Brasil, enquanto expectativas de resoluções se impõem com vista a um tempo futuro. Mas eis que temos a pesquisa finda. Elaborada e escrita em meio a reflexões acumuladas nos encontros formais e informais – por isso coletiva e no tempo verbal correspondente.

Curiosamente, no período anterior ao advento da pandemia, que provocou uma acelerada e sofisticada estruturação tecnológica para dar suporte às comunicações virtuais, o projeto da pesquisa privilegiava relações que envolviam proximidade física e comunicação entre instituições e comunidades, entre pessoas, num lugar da cidade. Nosso interesse estava em problematizar a presença física e os aportes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) nas imediações de um de seus *Campi*. Para isso, definimos cotejar uma das dimensões da formação universitária, a Extensão, pois conjecturávamos haver um distanciamento entre essas tarefas acadêmicas e a dinâmica social que envolve espacialmente o Campus da Praia Vermelha (CPV).

Assim, esta tese buscou compreender a relação entre a UFRJ e as comunidades vicinais deste seu Campus, através das ações extensionistas que foram registradas nos primeiros Congressos de Extensão realizados pela instituição, entre os anos de 1999 e 2009. Os demais objetivos que nos guiaram foram: refletir sobre a conformação do território universitário na perspectiva do território construído; examinar as ações de extensão do CPV sob a perspectiva

do(s) territórios e lugares(s) para os quais foram dirigidas as atividades; e elaborar sobre a relação território-extensão universitária na dimensão do espaço construído, a partir das experiências extensionistas deste Campus.

As relações entre uma universidade e o lugar em que ela se encontra podem se materializar através de vários caminhos. Nesta tese, as produções das ações de Extensão Universitária foram tomadas como fonte de conhecimento para se compreender uma das pontes do arranjo *território universitário-território*. O pressuposto era de que, por meio dos conteúdos que registraram as ações, seria possível captar, ao menos em parte, dinâmicas sociais e ações comunitárias repercutidas nesse arranjo citadino. Cabe aqui o registro do reconhecimento de que a UFRJ vem dialogando com a comunidade externa e intervindo de várias formas em relação a acontecimentos ou situações neste território que ocupa.

Em seu desenvolvimento, o trabalho aborda alguns dos aspectos sócio-históricos da ocupação da Universidade do Brasil (UB) e UFRJ na Praia Vermelha e de suas adjacências, assim como discute entendimentos sobre a designação para território universitário, e define o território ampliado, a partir do Campus, por um desenho urbano-social que resulta das características e contradições dos bairros que circundam a instituição. Trata, também, da extensão universitária, situando-a como política educacional do ensino superior, mediada por disputas conceituais e interventivas, inscritas na trajetória das universidades brasileiras, exposição que teve por finalidade situar as práticas acadêmicas que constituíram nosso *corpus* documental.

As discussões acadêmicas sobre os *Campi* universitários estão comumente inseridas numa perspectiva arquitetônico-urbanística – o próprio termo utilizado para essa estruturação edificada advém de sua terminologia (Mahler, 2015; Moassab, 2017; Godoi, 2017). Ao mesmo tempo, os processos de ocupação do solo, de definições de suas localidades, e os efeitos de suas alocações em determinados sítios estiveram sempre presentes nos debates e nas intervenções que envolveram a política educacional de nível superior no país (Schwartzman, 1982; Klaus, 2003; Oliveira, 2011). Neste campo, estão imbuídos o sentido da formação pretendida e da estreita relação com a produção de conhecimentos bem como as estratégias de manutenção das instituições públicas de ensino superior.

O interesse, abarcando este recorte socioespacial, foi forjado tanto por motivações de natureza acadêmica e profissional sobre o papel das universidades junto às realidades das comunidades externas próximas aos *Campi* quanto pela possibilidade de contribuir com a visibilidade dos grupos de população e de suas

intervenções, apartados das estruturas físicas e vivências promovidas pelas Instituições de Ensino Superior – argumentos que se complementam e permeiam os debates acadêmicos desde a reorganização da sociedade democrática, nos anos de 1980, até os temas emergentes em defesa dos direitos sociais.

A discussão inicial ocorre em função da minha atuação como Assistente Social, servidora pública federal em Educação, no Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ – Casa da Ciência, situado no Campus destacado. Nessa área ocupacional havíamos desenvolvido uma caracterização social no entorno da unidade, nos anos de 2016 e 2017, sendo que se tratava de uma demanda da Direção da Casa da Ciência, desde há alguns anos, presente nos planejamentos deste Centro Cultural. Nela buscava-se qualificar as atividades de divulgação científica e popularização da ciência na direção do público vizinho e/ou de grupos específicos, em função de algumas de suas necessidades de acesso e comunicação. Além disso, tinha por finalidade conhecer e articular públicos para manter e ampliar a participação de diferentes segmentos nas atividades desenvolvidas.

Para tal finalidade o estudo exploratório buscou informações referentes a: a) serviços de assistência social e saúde e respectivos públicos, b) moradores e associações de moradores, e c) ações de Extensão originadas nos cursos existentes no Campus da Praia Vermelha dirigidas ao público deste entorno (Gil, 2017). Esta proposição resultou num reconhecimento de dados qualitativos e quantitativos, que apontaram requisições e possibilidades de novas propostas tanto para a Casa da Ciência quanto para as ações do Serviço Social, que têm sido pautadas desde então.

Ocorreu que, diante dos subsídios acerca das “ações de Extensão originadas nos cursos existentes no Campus da Praia Vermelha, dirigidas ao público deste entorno”, foram identificadas poucas práticas extensionistas frente a este enunciado, em dois anos selecionados (2007 e 2014) – assim interpretadas tanto no escopo das nossas avaliações quanto nas expectativas que foram reveladas nas entrevistas realizadas com os representantes de Associações de Moradores em relação à UFRJ. Tal situação se juntou a problemáticas já levantadas, pertinentes ao conhecimento universitário. A partir dessa inquietação, buscamos formalidade para aprofundamento daquele quadro, cuja proposta foi acolhida no Curso de Doutorado do Departamento de Serviço Social, desta Universidade, especificamente na linha de pesquisa *Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social*, viabilizando o desenvolvimento do trabalho acadêmico.

A inflexão sobre as concepções de território universitário e território nos levou a revisitar a perspectiva do que denominamos “entorno”, conduzindo a adequação dos referenciais teóricos da pesquisa. No recorte e no procedimento de aproximação a esta “porção da cidade” e a alguns de seus fenômenos – entre tantos existentes numa metrópole, como é a cidade do Rio de Janeiro, – a vinculamos a um território em que emergiram (e ainda emergem) intervenções, instituições e serviços derivados de distintas políticas públicas e privadas. Ao mesmo tempo, esse território evoca um espaço construído de interesse econômico e histórico que lega interpretações múltiplas à memória social. Um lugar onde o saber se espraia em meio aos desdobramentos de uma economia global, mas que é assim reconhecido ou não em seus aspectos positivos ou negativos para se viver em função das inserções do(s) sujeito(s) no território. Então, o lugar se define por isso, pelas condições e motivações que se estabelecem nesse espaço.

Para Santos (2013), a globalização não acontece em todos os lugares da mesma forma, já que seus efeitos se manifestam diferenciadamente. Portanto, nos bairros que compõem o entorno, verificamos a distinção entre o que acontece na Urca e o que acontece no Morro da Babilônia. Seguindo este foco, buscamos um referencial que nos trouxesse atributos geográficos além dos tradicionalmente conhecidos, pois parecia necessário entendermos a dinâmica da constituição da área que nomeamos entorno do Campus. Era fundamental demonstrar que estávamos reconhecendo uma configuração resultante de muitos anos de história, de ingerências e de vivências, em que vigoraram diferentes vetores entre os processos das ocupações que vieram acontecendo, não sem conflitos.

Quanto à Extensão, a temática ganhou relevância com a atualização da determinação legal do Plano Nacional de Educação 2014–2024 (Lei nº 13.005/2014), para que as atividades extensionistas componham, “no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão, doravante, fazer parte da matriz curricular dos cursos”¹. Contudo, é a dimensão extensionista da formação, sob o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, que se tornou relevante para o estudo.

Com o desafio de articular essas três dimensões, desde a requisição feita no processo de debates constituintes de 1988, as principais discussões acabaram por se concentrar no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, FORPROEX, constituído em 1987 (Leonídio,

¹ Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, Ministério da Educação - CNE.

2017). O Fórum procurou reunir as proposições acerca das experiências, organizá-las e divulgá-las, justificando tal pleito, quando ainda vivenciávamos a normatização dos pressupostos da Constituição Federal (CF) de 1988, que trazia em seu escopo os desdobramentos das lutas por direitos sociais, expressos em diferentes campos da Ordem Social, circunstância expressa pelas Leis Orgânicas da Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente e Cultura.

Para a área de Educação, muitos esforços foram empreendidos no sentido de sua organização e de seus fundamentos teóricos e filosóficos em nível nacional, num acumulado de forças desse setor para garantias democráticas. E, especificamente na Educação Superior, o debate se avolumava sob o ponto de vista das contradições materiais bem como acerca das concepções em torno da formação neste nível e de outros aspectos inerentes. Entre eles, o das práticas extensionistas, sua organização, representação e missão frente às sociedades². Naquele momento, sob os ecos dos recentes preceitos constitucionais do fortalecimento das deliberações institucionais, a Extensão Universitária alcançava maiores patamares através de práticas e conteúdos discutidos nos fóruns nacionais, regionais e em cada IES – tanto públicas quanto privadas – a respeito de suas características, objetivos, financiamentos, metodologias de ação, de registro e de avaliação.

Quando se findavam os anos de 1990, as universidades públicas federais se reconheciam em crise (Dias e Serafim, 2015; Trindade, 2000) devido, principalmente, à falta de recursos para a manutenção e o desenvolvimento de suas atividades de ensino-pesquisa-extensão. Sem pormenorizar a conjuntura daquele momento, cabe assinalar que vivíamos, no país, um processo que atendia às demandas econômicas ditadas pelo projeto neoliberal – coordenadas pelo governo federal na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Entre as indicativas, encontravam-se o desmonte do setor público de serviços básicos, de formação profissional, de fomento à pesquisa e, também, a privatização de bancos e de empresas estratégicas de energia, sob a gestão do Estado.

No decorrer dos anos de 1990, as discussões em torno de uma economia globalizada estavam em ebulição, e há, por parte de diversos estudiosos, formulações teórico-críticas de como a sociedade brasileira vai se reconhecendo

² Constituição Federal de 1988. Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; e Art. 213. § 2º As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público (CAPÍTULO III – Da Educação, da Cultura e do Desporto Seção I – Da Educação).

nesse processo, sofrendo as consequências nas áreas sociais. De modo geral, para o ensino superior, a globalização, apoiada em seu ideário neoliberal, trouxe comprometimentos ao andamento das proposições democráticas e universalizantes, preconizadas pela CF de 1988, envolvendo instituições educacionais e outras.

A UFRJ vivenciava as particularidades desses processos no período em questão, com efeitos nas relações e concepções para a universidade pública. Tais processos se refletem nas práticas administrativas e pedagógicas e nas definições da missão universitária.

A produção bibliográfica e documental que envolve a Extensão na Educação Superior Brasileira está preconizada pelos desafios postos por suas diretrizes e princípios, e por demais desdobramentos de sua política. No tocante às suas concepções, o Parecer constante na Portaria nº 1.350, de 17 dezembro de 2018 (Brasil, 2018), que conduziu à aprovação da legislação em vigor traz que “As três dimensões da universidade – ensino, pesquisa e extensão, e suas relações internas com a sociedade – sempre foram marcadas por debates, incompletudes e busca de definição”. O documento refere, ainda, que a Extensão “está condicionada a diferentes concepções e práticas, além de cercada por dicotomias, contradições e conflitos”, bem como de crítica e proposições de toda ordem.

As defesas de que essas três dimensões devem estar associadas e equilibradas se apoiam no compromisso social institucional, com maior abertura à sociedade, além de atender à formação. Tal observação, no entanto, não tem impedido que práticas extensionistas venham ganhando relevo no processo e nas formas de seu desenvolvimento, ainda que com ressalvas. Segundo avaliações produzidas pela Comissão Permanente de Avaliação da Extensão, tarefa definida como política a partir de 1999, vários diagnósticos vêm sendo feitos em vias do aprimoramento nos registros e “tendo como meta a experimentação de uma metodologia de avaliação institucional da extensão que contribua para a elaboração e implementação de políticas para o Ensino Superior Brasileiro” (FORPROEX, 2007, p. 9).

A tese está estruturada pela Introdução, capítulo 1, onde procuramos expor a motivação do estudo apresentando às/aos leitores a temática e as problemáticas em torno do objeto investigado, que engendraram aportes teóricos de diferentes áreas do conhecimento, como parte do referencial teórico-metodológico, e os procedimentos adotados no processo da análise documental.

É seguida pelo capítulo 2, nomeado “O Campus da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro: conhecendo o território universitário”. Nele, contextualizamos as designações para os termos e as concepções para as formas físico-territoriais destinadas a atividades universitárias (item 2.1), que tomamos para abordar a área ocupada pela UFRJ. Em relação à constituição deste Campus, veremos que sua origem está relacionada às bases científicas do tratamento de doenças mentais, em meados do século XIX, sendo que para tal finalidade se adequaram os tipos de edificações e as suas localizações no terreno, (item 2.2).

Ainda que não fosse a única instituição cogitada para encampar aquela grandiosa composição física, foi a UB que instalou sua sede administrativa na principal e maior construção do Hospital Nacional dos Alienados (HNA), designando-a Palácio Universitário (item 2.3). As unidades que a ela vieram sendo incorporadas passaram a ocupar tanto as estruturas existentes como outras edificações, construídas posteriormente. Procuramos descrever as etapas desse processo a fim de explicitar que o tempo de permanência nessas instalações veio se estendendo até o presente momento (item 2.4).

No capítulo 3, “Compreendendo o território a partir do lócus da pesquisa”, discutimos a conformação territorial a partir do Campus e do lugar concebido para refletirmos sobre o alcance extensionista. Assim, no subtítulo 3.1 “O caráter técnico, acadêmico e científico de instituições contíguas ao Campus da Praia Vermelha”, o foco recai sobre as estruturas edificadas nas imediações, em que se destacam órgãos tradicionais, de caráter técnico-científico e pesquisa. Alguns deles, conjuntamente relacionados à origem do HNA e, depois, à UB. Entendemos que, desse modo, foi havendo uma configuração territorial e uma convergência sociopolítica, que tenderam a definir finalidades de ocupação nesse espaço, sobrepostas por períodos históricos.

Quanto ao desenho do que chamamos de entorno, no subtítulo 3.2 “A abrangência do território e as peculiares características que o conformam”, esboçamos uma delimitação dada pelas características dos bairros que circunscrevem a área física do Campus: Botafogo, Urca e Leme, onde pequenas divisões sócio-habitacionais são destacadas devido às contradições identificadas. Por meio delas, ressaltamos aspectos sócio-históricos e alguns de seus desdobramentos populacionais e sociopolíticos, considerando que são partícipes do mesmo contexto (itens 3.2.1; 3.2.2; 3.2.3 e 3.2.4).

Sob tal perspectiva, revelam-se os acúmulos do tempo na paisagem, já que se trata de um espaço construído. Para Milton Santos (2012), a paisagem é a

combinação de objetos naturais e de objetos fabricados e “o resultado da acumulação da atividade de muitas gerações”; compreendem estes dois elementos: objetos naturais, que não são obra do homem nem jamais foram tocados por ele e objetos sociais, testemunhas do trabalho humano de muitas gerações (Santos, 2012, p. 53).

Tratamos, no capítulo 4, sobre “As atividades extensionistas dos cursos e unidades do Campus da Praia Vermelha na conjuntura da política educacional e no contexto da UFRJ, de 1999 a 2009”, situando essas experiências na dinâmica sócio-histórica da política educacional no país, bem como na da Universidade. A conjuntura refletia o cenário brasileiro dos anos de 1980 e 1990, caracterizada pelo processo de redemocratização no país (itens 4.1 e 4.2).

Conforme enunciado do capítulo, no subtítulo 4.3 “As ações de extensão no âmbito do Campus Praia Vermelha” são encontradas as análises dos resumos trabalhos apresentados nos Congressos de Extensão da UFRJ do período, trazendo no item 4.3.1 “Pouco diálogo extensionista à volta do Campus da Praia Vermelha e práticas levadas a distantes territórios – edições do II ao VI Congresso de Extensão” explicitações sobre as motivações do conjunto dessas ações não terem abarcado significativamente a realidade social do território. Como tendência assinalada no próprio desenvolvimento do texto, a pesquisa apontou maior impacto das práticas extensionistas em outros lugares da cidade do Rio de Janeiro e no Estado do Rio, especialmente no entorno da Cidade Universitária e na Baixada Fluminense. Os resultados evidenciaram problemáticas sociais de várias naturezas, assim como emergiram os desafios, envolvendo a interdisciplinaridade na formação universitária entre outras diretrizes da Extensão, no tripé da formação superior.

Tendo em vista os dados resultantes da pesquisa, que retratam o frágil relacionamento da UFRJ atravessado pela Extensão nas imediações do Campus estudado, as considerações finais elucidam notas explicativas, tendo por base aspectos que foram levantados no decorrer da investigação: a provisoriade do Campus da Praia Vermelha, relacionada ao processo de construção da Cidade Universitária; as definições políticas da Extensão Universitária na UFRJ para o período destacado que, voltadas para as classes populares, acabou por eleger grupos de população que se avizinhavam da Cidade Universitária; e a tradição assistencialista da extensão universitária, que não corresponde, em certa medida, ao perfil do território que abriga o Campus. E, por fim, esperamos contribuir com as reflexões que envolvem a temática ou problemas afins, uma vez que somos incessantemente convocadas a interpretar as contradições identificadas em nossa

sociedade, por sua vez, geradoras dos problemas sobre os quais se debruçam as investigações acadêmicas.

No que tange à metodologia da pesquisa, apoiamos-nos em referenciais produzidos por acadêmicos e em documentações formuladas por diversos atores e colaboradores do desenvolvimento da extensão universitária, nas instituições de ensino superior brasileiras e nos fóruns deliberativos. Um conjunto de referências fundamentais para a tese nos reportou à documentação produzida pela Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ, a exemplo dos relatórios de gestão, material de divulgação de atividades, registros de participação em eventos e respectivos conteúdos, os quais foram elaboradas principalmente no período estudado e permitiram apurar os contextos e as informações – particularmente aquelas que concernem ao desenvolvimento da extensão universitária na UFRJ.

Na análise do teor dos Anais, optamos pela identificação e organização das áreas temáticas para cada edição de Congresso, aferindo cada texto-resumo segundo os objetos e objetivos das ações; formas de operacionalizar (modalidades); públicos e respectivos territórios; objetivos da comunicação; relações com o Campus da Praia Vermelha (além da vinculação) e relações com as problemáticas à sua volta; e parcerias institucionais. Em relação ao problema central – sobre o envolvimento do Campus com as comunidades vicinais – a análise, a partir da sistematização e interpretação dos dados, indicou que as atividades não abarcaram, prioritariamente, demandas do território, então, fomos conduzidas a outros enunciados.

O recorte temporal da pesquisa é fator integrante do referencial teórico-metodológico, uma vez que está relacionado a um período fértil de formulação do desenvolvimento das ações extensionistas – um intervalo entre o último ano de 1990 e o último ano da primeira década de 2000. Naquele momento, aconteciam os primeiros Congressos de Extensão da UFRJ, que podem ser tomados como uma materialidade das práticas extensionistas.

Seis eventos inscrevem-se no cenário desta política. A iniciativa de realização e documentação dos Congressos de Extensão demonstrou uma das concretizações das diretrizes da política de extensão que vinham sendo desenhadas, além de manter os vínculos com as questões emergentes da formação e da realidade social. Ela ia de encontro ao debate que se processava no plano de afirmação das políticas de educação de nível superior. A motivação desses eventos envolvia as próprias equipes desenvolvedoras dos trabalhos, congregando alunos, professores e técnicos-administrativos, com ênfase no

compromisso social que igualmente se manifestava de “modo inequívoco nos trabalhos” (UFRJ, 2007).

Boa parte das referências bibliográficas que utilizamos se reportam ao tempo correspondente à realização destes Congressos ou foram produzidas contemporaneamente ao desenvolvimento das atividades de extensão estudadas. O *corpus* documental explorado se constitui pelos Anais dos primeiros Congressos. A partir deles, detivemos os resumos das atividades vinculadas aos cursos ou às unidades do Campus da Praia Vermelha e, através dessas fontes, buscamos compreender o que se revelava sobre o relacionamento entre a universidade e as vivências de moradores e de outras instituições nas proximidades deste Campus. Então, as fontes principais da pesquisa são registros de acontecimentos inicialmente datados de pouco mais de cinquenta anos, após a inauguração do Palácio Universitário.

Marcadamente, desde os anos 2000, vem sendo produzido um rico material sobre Extensão Universitária pela PR5 e, a partir dele, particularizamos nosso olhar na direção das informações dos programas, projetos e demais atividades, com um claro propósito de mapear no território o diálogo institucional e analisar qualitativamente as ações de extensão que partiram do CPV. Cabe esclarecer que essa mediação não esteve orientada a realizar avaliações, conforme propõem os relatórios e as publicações no âmbito do FORPROEX (2007 e 2013), ou as categorias levantadas por Cristofolletti e Serafim (2020) para o dimensionamento das atividades de Extensão, de acordo com suas proposições, princípios e diretrizes, que serão detalhadas no capítulo 4.

Uma primeira etapa, digamos, exploratória, acerca dessas fontes documentais havia sido conhecida através de uma frente de intervenção profissional, anteriormente constituída, resultando na Caracterização do Entorno da Casa da Ciência e do Campus da Praia Vermelha/UFRJ (Gil, 2017 e 2018). Por isso, tínhamos conhecimento tanto das publicações que haviam registrado os eventos quanto das possibilidades de recuperação de dados, via internet (“rede internacional”) ou rede da UFRJ, dos registros dos projetos, programas, cursos e demais atividades realizadas. A maioria dos Anais dos Congressos correspondentes ao período delimitado foram encontrados em formato impresso e localizados em mais de uma biblioteca da UFRJ. Em modo digital, os Anais do VI Congresso e o Relatório de Gestão da SR5 1998-2002, onde consta a realização do I Congresso, não tendo sido feita uma compilação de trabalhos como nos Anais. Por isso, os dados desta edição estão apresentados de maneira distinta.

A realização do primeiro Congresso, pela SR5, se deu com “o intuito de valorizar o trabalho integrado que vem sendo desenvolvido pelo corpo docente, discente e técnico administrativo”. Ainda “em parceria com a FUJB criou o Prêmio de Extensão Universitária (1999 e 2001) a ser concedido aos três projetos de maior relevância apresentados durante os congressos” (UFRJ, 2002, p. 6).

Além de constituir-se num espaço de apresentação dos resultados dos projetos de Extensão da UFRJ, o Congresso tem sido um momento de discussão sobre a questão da integração entre Universidade e Sociedade através das várias ações acadêmicas. Cerca de 1000 pessoas participaram de cada edição do Congresso, dentre internos (professores, técnicos- administrativos e alunos) e externos (de outras Universidades e público-alvo dos projetos de extensão) (UFRJ, 2002, p.17).

A este, seguiram-se o II Congresso “A Universidade do Brasil no Novo Milênio” (apoio BNDS; FUJB; SR3 Patrimônio e Finanças e SR4- Pessoas e Serviços Gerais); o III Congresso “Institucionalização da Extensão Universitária” (apoio BB; FUJB); o IV Congresso (apoio BB; FUJB; CCMN); o V Congresso (apoio BB; FUJB; CCMN) que se juntou à XXX Jornada de Iniciação Científica, pela primeira vez; e o VI Congresso (apoio BB; FUJB; CCMN)³ trazendo, depois, a integração com atividades de pesquisa.

Ao examinarmos os Anais do II ao VI Congresso, foi feita a seleção dos resumos pela vinculação aos cursos e unidades localizadas no Campus da Praia Vermelha, estimadas igualmente aquelas ações realizadas em parcerias com unidades de outros *Campi*, compilando 372 trabalhos. Os resumos foram fotografados separadamente e transformados em texto – de maneira quase *demodê* – do II ao V evento, sendo o VI encontrado em arquivo digital – extensão PDF (Portable Document Format). Essa disposição nos favoreceu na leitura, submetida a perguntas cujas respostas, às vezes, não eram encontradas com clareza textual, requerendo checagens entre as edições dos congressos, em informações que reportassem maiores esclarecimentos. Os dados foram organizados numa planilha eletrônica Excell, depois de esquadrinhados os conteúdos das comunicações por variáveis – que serão conhecidas a seguir. Tal ferramenta nos permitiu um conjunto de informações, como, por exemplo, a temática, objetivos do Programa Projeto/Curso/Evento/Prestação Serviço, ou da Atividade (descrita no resumo) no Projeto, Programa ou Serviço; ou objetivos da

³ Anais II Congresso “A Universidade do Brasil no Novo Milênio” (org. A.I. Souza e M J. Chevitarese. SR5/UFRJ, 2001. SiBI, CDD 378.155); Anais III Congresso “Institucionalização da Extensão Universitária” (org. A.I. Souza. PR5/UFRJ, 2006); Anais IV Congresso (org. A.I. Souza e A. A. Moraes. PR5/UFRJ, 2007); V Congresso (org./ver. A.I. Souza e A. A. Moraes, PR5/UFRJ, 2008); VI Congresso (org. A.I. Souza. PR5/UFRJ, 2009).

comunicação – nem sempre convergentes, visto a complexidade do objeto da ação, formas de apresentar etc.

Para esse procedimento, utilizamos um roteiro de análise conforme sugerem Minayo (2010) e Cellard (2008), aferindo cada texto-resumo, buscando responder a hipótese central, mas admitindo lidar com novas questões de problemas. Assim, foi possível mapear as ações de extensão desenvolvidas a partir do Campus da Praia Vermelha, referentes ao período da pesquisa; identificar, nas práticas extensionistas do Campus, as pautas envolvendo problemáticas relacionadas às pesquisas e/ou políticas públicas circunstanciadas por políticas mais amplas; examinar as ações de extensão sob o referencial de território como espaço geográfico produzido. Para tanto, adequamos premissas conforme Gomes (2007, p. 87), que sugere, além da categorização, a inferência, a descrição e a interpretação, não necessariamente nesta ordem.

Quanto ao *corpus* material constituído por documentos, André Cellard (2008) nos diz:

Privilegiando uma abordagem mais globalizante, a história social ampliou consideravelmente a noção de documento. De fato, tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou "fonte" – como é mais comum dizer, atualmente (Cellard, 2008, p. 296).

Assim, voltamo-nos para os Cadernos de resumos reconhecendo neles uma natureza própria da linguagem acadêmica, dadas as finalidades de registro e avaliação, mas com múltiplas maneiras de serem elaborados, fazendo constar os elementos pertinentes. Constituem-se em fontes que, por definição, são exploradas, não criadas neste contexto (Cellard, 2008), de tal modo que tratamos os resumos de acordo com as suas proposições para os "diferentes aspectos da análise preliminar": O contexto; O autor ou os autores; A autenticidade e a confiabilidade do texto; A natureza do texto; Os conceitos-chave e a lógica interna do texto (Cellard, 2008, p. 296–302). Aspectos que julgo bastante adequados para validar o conteúdo destacado.

O contexto – de produção dos documentos – neste caso indispensável mesmo "quando a análise se refere a um passado recente" (Cellard, 2008, p. 299). O recorte temporal é tomado como um aspecto metodológico a ser considerado por três motivos principais. Primeiro, no período definido, tornaram-se públicos os intensos debates acerca da institucionalização da Extensão universitária, na política educacional brasileira. Segundo, há alterações significativas no perfil do alunado das IPES. Embora haja um avanço do setor privado, o setor público

diversifica seu público e cresce⁴, interferindo nas pautas e nas atividades acadêmicas; e terceiro, neste mesmo período (ligado aos motivos anteriores), passam a ser incentivadas e sistematizadas as práticas extensionistas, quando, então, são realizados os primeiros Congressos de Extensão Universitária na UFRJ. Os autores são atores sociais envolvidos com a comunidade acadêmica, possuindo diferentes vinculações. No geral, os conteúdos resultam desta atuação na instituição em tela, sendo eles condutores-responsáveis pelos desdobramentos das diretrizes sugeridas por esta política específica. Podem ser identificados como os executores das ações.

A autenticidade e a confiabilidade do texto constituem teores pensados para se tornarem públicos. Num primeiro momento, os que estão relacionados às políticas foram inclusive debatidos e revistos por grupos que buscavam embasamento para formulações de documentos instrumentais e legais. Os de nível institucional também possuem comprometimento, sempre sendo possível a identificação autoral. Os resumos das atividades, descritos individualmente ou coletivamente, em período relativamente recente, também permitem identificações dos atores, das ações, dos efeitos das ações, dos debates, e sua autenticidade está relacionada ao processo de formação, submetida à supervisão docente ou técnica. Todos esses elementos remetem os escritos a uma interpretação confiável.

A natureza do texto se debruça sobre escritos das políticas e planos que reportam decisões coletivas, cujas linguagem e estrutura derivam do meio acadêmico. Compreendem concepções e dados históricos acerca do tema da Extensão e da política para o ensino superior, de maneira semelhante aos textos institucionais. Os Anais dispõem os resumos por temáticas/áreas de conhecimento e têm como finalidade uma apresentação de caráter científico, própria das reflexões do ensino superior, envolvendo pesquisa e ensino.

Os conceitos-chave e a lógica interna do texto – os documentos relacionados às políticas e orientações gerais de desenvolvimento da esfera da Extensão foram buscados para explicitar uma conjuntura. Dessa forma, a análise preliminar quanto aos conceitos-chaves já fornecerá vários elementos de análise. O conjunto dos textos está submetido a algumas mudanças legais, mas que se

⁴ A mudança começou a partir dos anos 2000, com políticas de ação afirmativa no ensino superior, e os mais pobres ocuparam cada vez mais espaço nas universidades. Em 1995, estudantes originários dos 20% mais pobres da população representavam 1% do total de alunos; em 2015, eram 6%, segundo os dados do Inep analisados pelo pesquisador Adriano Senkevics. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/presenca-dos-mais-pobres-nas-universidades-brasileiras-cresceu-seis-vezes-em-20-anos-mas-estagnou-partir-de-2016/>. Acesso em: 12 set. 2022.

situam no tempo presente ou num passado próximo em termos de definições e possuem lógicas semelhantes. Quanto aos resumos, são feitos já em um roteiro de apresentação textual e de base para a forma oral.

A expectativa era de que, como os resumos selecionados estiveram compreendidos num determinado período, neste intervalo a conjuntura nos proporcionasse reconhecimento de tendência nas políticas e outras definições etc., mediante aos pressupostos da pesquisa. E, por exemplo, para os tipos de operacionalização extensionista, fomos decompondo as unidades de registros, que são as informações básicas dos resumos, abaixo descritas (Gomes, 2007).

Para tanto, foi possível realizar a sistematização a partir dos campos assinalados:

- Temática
- Número e Título do Trabalho
- Unidade(s) e Centro(s)
- Público
- Problemática/demanda/objeto da ação
- Forma de Operacionalizar
- Objetivos do Projeto/Programa/Curso/Evento ou da Atividade descrita
- Objetivos da comunicação
- Relação: problemática no entorno Campus - Qual?
- Relação com o Campus - Qual?
- Público no e/ou do Campus
- Referência ou menção a fundamentos teóricos
- Vinculação a propostas do Governo Federal.

Oportunamente, recorreremos à citação de Gomes (2007), que observa:

quando falamos de análise e interpretação de informações geradas no campo da pesquisa qualitativa, estamos falando de um momento em que o pesquisador procura finalizar o seu trabalho, ancorando-se em todo o material coletado e articulando esse material aos propósitos da pesquisa e à sua fundamentação teórica (Gomes, 2007, p. 80-81).

Ele acrescenta que essa não é uma observação exclusiva para as etapas finais, mas é válida para todo o processo. Sendo assim, esse conjunto de elementos permitiu-nos produzir as análises que seguem e alguns exercícios de interpretações, provocando outros questionamentos passíveis de atualizações, no debate atual acerca das relações do CPV naquela localidade.

Cabe frisarmos que, na proposição de Cellard (2008), a análise interpretativa deve voltar-se ao restabelecimento das partes. Deve retomar outros

referenciais do processo e da teoria, o que nos leva a momentos anteriores da pesquisa cujos levantamentos e estudos existentes nos subsidiaram no decorrer da exposição. Esperamos, assim, corresponder a esse procedimento em nossas conclusões, que passam, agora, por nos debruçarmos nos documentos geradores dos dados, sob o alerta de que as descobertas e as surpresas que nos aguardavam, às vezes, nos obrigaram a rever ou a enriquecer o referido questionamento (Cellard, 2008, p. 303).

2. O Campus da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro: conhecendo o território universitário

Neste capítulo inicial, trataremos das concepções a respeito dos termos *campus* e *território universitário*. A finalidade é contextualizar este equipamento urbano, tomado como lócus da pesquisa, para abordar uma área ocupada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na cidade do Rio de Janeiro. Esses termos, usualmente estudados pela área de Arquitetura e Urbanismo, possuem uma construção política e social em suas trajetórias. Ao mesmo tempo, são adotados no vocabulário corrente em todo o mundo.

Embora *campus* possua uma designação clara, uma das metas desta pesquisa é circunstanciá-la junto à denominação de *cidade universitária* e de *território universitário*, conforme as nomenclaturas que foram sendo utilizadas pela arquitetura, pelo meio acadêmico e por toda gente. Tais revisões importam para que seja possível trabalhar com o aspecto institucional e representativo no espaço, na constituição do lugar, em busca de fundamentos quanto à temática.

Em relação à constituição do Campus estudado, observa-se que sua origem está relacionada às bases científicas do tratamento de doenças mentais, em meados do século XIX. Para tal finalidade, adequaram-se os tipos de edificações e as suas localizações neste amplo terreno (atualmente com 100.976,90m²), ofertado para instalação do primeiro hospício no país. Posteriormente, foi destinado à Universidade do Brasil (UB). Dessas estruturas boa parte está conservada até os dias de hoje, tendo sido adaptada às atividades de graduação e pós-graduação, aos eventos e comemorações da universidade. Ainda que não fosse a única instituição cogitada para encampar aquela grandiosa composição física, foi a UB que instalou sua sede administrativa na principal e maior construção onde funcionara o Hospital Nacional dos Alienados (HNA), designando-a *Palácio Universitário*. As unidades que a ela foram sendo incorporadas passaram a ocupar tanto estruturas existentes como outras edificações, construídas ao longo do tempo. Em meio a um processo envolvendo diversos setores públicos administrativos, principalmente Saúde e Educação, e aspectos políticos decisórios, o Campus da Praia Vermelha foi sendo abraçado pela cidade, enquanto outros processos configuravam o território. A exposição permitirá reconhecer elementos no espaço-tempo na ambientação deste Campus e de suas práticas acadêmicas, entre elas, as atividades de extensão que constituem nossas fontes de investigação.

2.1 Campus e território universitário – concepções da arquitetura e urbanismo e as apropriações correntes

Comumente, utilizam-se os dois termos com o mesmo sentido, ou seja, funcionam para designar tanto a delimitação da infraestrutura física bem como a do conjunto edificado destinada a atividades acadêmicas. Essa assertiva é adotada em várias partes do mundo, de acordo com os estudos de Moassab (2017); Araújo (2011); Magalhães (2014); Mahler (2015); Godoi (2017) realizados no campo da arquitetura e urbanismo, sob perspectivas históricas, sociais, educacionais, culturais e políticas, relevando trajetórias e influências no desenvolvimento das sociedades, principalmente a partir do final do século XIX.

Mahler (2015) afirma que projetos arquitetônicos e urbanísticos elaborados para as universidades na contemporaneidade são frutos do acúmulo de experiências anteriores, especialmente as do século XIX (na América do Norte e na Inglaterra). Nesse processo, ganhou reconhecimento a ação propulsora destas instituições educacionais considerando-se tanto o plano urbano quanto o plano antiurbano – a exemplo dos *Campi* americanos que previam autossuficiência longe das cidades (Mahler 2015, p. 96) – e suas finalidades, sejam cívicas ou acadêmicas. Nas primeiras experiências norte-americanas, os *Campi*, que nem sempre envolviam o nível superior de ensino, eram instalados em áreas mais desocupadas para promover sua ativação conduzida pela educação. Dessa forma, imensos espaços vazios e paisagens (naturais) foram conjugados para suas edificações.

O campus é uma configuração que estabeleceu a identidade universitária, ao reunir todas as instalações do ensino em um sítio específico, impondo novo significado aos atributos culturais e inter-relacionais desta instituição. O termo campus passou, inclusive, a indicar o território universitário (Mahler, 2015, p. 81).

A pesquisadora considera que o contexto desenvolvimentista de fins do século XIX concorria para a consolidação de universidades. Naquele momento, ocorre a expansão do modelo americano de Campus⁵, ainda que a Europa não o tenha adotado completamente. E, mesmo a partir dele, alguns países buscaram manter formas próprias de suas regiões. Enquanto isso, os feitos modernistas

⁵ O campus americano, desde o início, foi modelado pelas forças sociais, econômicas e culturais em torno dele. Como resultado, foi o laboratório de muitos experimentos em planejamento arquitetônico e urbanístico. Sua abordagem auxilia a compreensão do desenvolvimento deste conceito, uma vez que os exemplos representam a percepção da nova espacialidade do território e a distribuição dos edifícios (Mahler, 2015, p. 95).

estavam por despontar no século XX: a influência modernista e o paradigma da Carta de Atenas e de seus partidários.

A esse respeito, Moassab (2017) sublinha que:

Em 1933, durante o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM, foi escrita a Carta de Atenas, como ficou conhecido o manifesto de arquitetos urbanistas, no qual era defendido o planejamento das cidades funcionais com a separação dos espaços urbanos conforme sua função: habitar, trabalhar, circular e criar espaços de lazer. A maior experiência urbanística dentro dos moldes propostos pela Carta de Atenas é Brasília, capital do Brasil, projetada pelo arquiteto Lúcio Costa (Moassab, 2017, não paginado).

Desse contexto, surgem diferentes tipos de *Campi* em várias partes do mundo. Mahler (2015) refere a distinção feita por Canella (1968)⁶ para descrever as universidades latino-americanas, ressaltando que:

A partir da modernidade, constroem o espaço universitário no âmbito de um sistema socialmente segregado, e de uma mentalidade de isolamento da população universitária localizando suas universidades em áreas de expansão da cidade (Mahler, 2015, p. 96).

A partir desses elementos, Magalhães (2014) menciona que esse tipo de ambiente pode ser observado na construção do Campus da Universidade de Brasília (UNB), em 1960, assim como Moassab (2017) refere tal modelo arquitetônico nos planos de uma cidade funcional. Para o primeiro autor, além de ser projetado fora dos limites urbanos, o Campus da UNB “envolve o planejamento de grandes espaços vazios entre os edifícios, uma praça central, sendo as áreas para serviços gerais e residências de alunos reservadas às margens do campus” (Magalhães, 2014, p. 22).

No entanto, em meio a formas e escolhas monumentais, ainda no transcorrer do século XX, a arquitetura passa a repensar tal modelo mediante novas conjunturas políticas e pedagógicas, voltando-se para ambientes mais humanizados.

O arquiteto deveria deixar penetrar a experiência comunitária, os modelos resultantes eram novas e surpreendentes soluções que apareciam como novos modos de interpretação da complexidade social e programática das comunidades universitárias (Mahler, 2015, p. 102).

É, então, nesse panorama, que surgem os delineamentos das *cidades universitárias* que passaram a ter como característica marcante o acolhimento dos

⁶ A autora faz referência aos estudos de Canella, G. Past and Future of the University Anti-city, L'Architecture D'Aujourd'hui, n. 137, 1968, p. CXXXV–CXXX.

estudantes em suas áreas. As experiências de Paris (Cité Internationale Universitaire de Paris) e Madri (Cidade Universitária – Moncloa) se constituíram em referências, já que os projetos concebidos para tal finalidade exigiam largos terrenos e grandes conjuntos edificados (Mahler, 2015, p.104–107). Tal requisito demandou os muitos anos de debate em torno dos planos urbanísticos e arquitetônicos para a Universidade do Brasil (UB), como será visto adiante, envolvendo, entre outros, o influente arquiteto Marcello Piacentini, que havia projetado a Universidade de Roma nesta fase. O arquiteto seguiu a mesma inspiração vigente na Europa na utilização de amplo espaço e grandiosidade nas obras, “garantindo a monumentalidade pretendida pelo fascismo” na Itália dos anos 1930 (Mahler, 2015, p. 110).

A Universidade de Roma atraiu a atenção dos brasileiros e foi uma importante referência para sua primeira universidade – a Universidade do Rio de Janeiro – para a qual o arquiteto italiano foi convidado a elaborar uma proposta em 1935 (Mahler, 2015, p. 111).

Afirma a arquiteta Andréia Moassab que “É fulcral pensar em termos pedagógicos e espaciais a universidade do futuro” (2011, p. 219), quando discute a concepção arquitetônica da Universidade de Cabo Verde (UNI-CV), constituída há pouco mais de quinze anos⁷. Os arranjos arquitetônicos dos *Campi* de maneira geral – que, para a autora, devem ser compreendidos como expressões de modelos pedagógicos, de relações econômicas e sociais – acabam implicando nas relações desses arranjos com as cidades, porém quase sempre conformando uma relação afastada entre a universidade e os demais segmentos; para ela, os projetos de instituições universitárias são espaços políticos de produção e reprodução de ideologias dominantes ou emancipatórias (Moassab, 2017, não paginado).

Na sua discussão, a denominação campus está relacionada ao modelo norte-americano de educação em nível superior, cujos espaços foram tomados como adequados às atividades relativas ao desenvolvimento científico, retirando estudantes e professores do “descontrole das cidades”. Do latim *campo*, a designação do lugar se opunha à dinâmica movimentada das cidades – que, depois, viriam ser a inspiração para uma nova configuração: as cidades universitárias (Moassab, 2017, não paginado). A pesquisadora tematiza os

⁷ A Uni-CV foi criada em 2006, reunindo escolas superiores isoladas, criadas ao longo dos anos 1990. A universidade tem *campi* em duas ilhas, Santiago e São Vicente, com unidades espalhadas pelo espaço urbano de Praia e Mindelo, sendo que ainda vigoram proposições reformulações e ampliações (Moassab, 2017).

territórios universitários compreendendo a delimitação de tais estruturas da mesma forma que compreende “cidade universitária” ou “bairro universitário”: “Apesar de etimológica e semanticamente distintos, em alguns países, como o Brasil, estes termos, ‘campus’ e ‘cidade universitária’, acabam usados como sinônimos” (Moassab, 2017, não paginado). Em nosso país, dada a limitação dos serviços oferecidos nos territórios universitários, a terminologia campus acabou por ser mais apropriada, como afirma Moassab.

Tais considerações convergem com as de Magalhães (2014), embora este autor não trabalhe expressamente o conceito de território universitário:

No que diz respeito à sua organização espacial, a cidade universitária ou câmpus universitário acabaram por definir o mesmo espaço, com os mesmos objetivos. O Câmpus Universitário Autônomo era, talvez, a aspiração inicial dos primeiros câmpus instalados no Brasil, com um núcleo com a capacidade de oferecer ensino, mas também de abrigar centros de pesquisa, acolher alunos e professores, oferecer, enfim, todos os serviços que qualquer cidade oferece. Todavia, isso não acontece.

Os serviços que os câmpus brasileiros oferecem – mesmo nos maiores, são restritos e deficientes. Os alojamentos para estudantes oferecem poucas vagas e não há moradia para os professores. Serviços, como transportes, só funcionam com regularidade nos dias úteis e supermercados e outros comércios necessários à subsistência são raros e, na maioria dos casos, inexistentes. Os *câmpus* brasileiros não são autossuficientes; dependem ainda e muito das cidades em que estão localizados, e o termo cidade universitária não passa de uma aspiração que nunca se realizou (Magalhães, 2014, p. 23).

De modo geral, no Brasil dos anos 1920-1930, a base da arquitetura modernista, que dividia as cidades de acordo com suas funções, definiu os contornos dos projetos para os *Campi*, enfatizando-os afastados dos centros urbanos, como observa A. Moassab. Porém, ela também considera que:

apesar da predominância do modelo de ocupação de território em *campus* afastado, sobretudo após os anos 60, algumas universidades federais brasileiras se instalam em meio à malha urbana consolidada, como é o caso da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Federal do Ceará (UFC), com departamentos e faculdades difusos pelos centros urbanos de Belo Horizonte e Fortaleza, respectivamente (Moassab, 2017, não paginado).

No caso específico estudado, da UNI-CV, a autora acaba por concentrar-se em questões sobre o relacionamento entre a universidade e a cidade (Praia, na Ilha de Santiago) – seus desafios especificamente –, dando relevo às ocupações territoriais como possibilidades de inclusão ou exclusão e de desenvolvimento do conhecimento. Tratando-se de uma jovem universidade, Moassab (2017) deposita a esperança de que a instituição educacional possa

ocasionar o debate da democratização do conhecimento, dando coerência à “ordem da racionalidade nesta relação arquitetônico-pedagógica”, evocando o debate ao âmbito universal.

A Universidade Pública de Cabo Verde ao democratizar o acesso a um ensino superior pode vir a romper com um ciclo histórico no qual conhecimento e poder estavam profundamente interligados. O modelo de implantação das instalações universitárias, em vias de debate, tem enorme potencial de levar ao extremo a democratização do conhecimento, por meio de uma relação permeável e permanente entre academia e sociedade (Moassab, 2017, não paginado).

Por sua vez, a professora Célia Araujo (2011), movida igualmente pela interação da universidade e o meio que ocupa, desenvolveu pesquisa em que discute a relação entre o Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) com a cidade de Seropédica, no RJ. Em seu desdobramento, dá sentido aos termos Campus e Cidade Universitária, a partir das inserções dessas instituições no espaço urbano. Segundo suas considerações, são campos diferentes não apenas no aspecto material, mas no âmbito de suas relações.

Os estudos e análises desenvolvidos sobre a produção e a configuração do espaço universitário – tanto do ponto de vista morfológico e urbanístico, como simbólico e ideológico; tanto no que se refere à sua localização e organização, quanto à sua relação com as cidades – apontam para um padrão morfológico e ideológico de forte perfil segregacionista. Especificamente no caso brasileiro, a territorialização da universidade, quando calcada no paradigma do *campus* universitário, que, considerado sob o aspecto urbanístico, é muito próximo do modelo de cidade universitária, aprofunda, na relação, o caráter de distanciamento e estranhamento para com o seu entorno urbano (Araujo, 2011, p. 17).

Ao demonstrar sintonia com as considerações apresentadas aqui, por outros pesquisadores, no que se refere às concepções pioneiras para as universidades (que surgem na passagem do século XII para o século XIII, e cuja denominação teve origem na palavra *universitas*, que significa corporação (Araujo, 2022, p. 23), a pesquisadora indica que elas acabaram por influenciar na estruturação dos *Campi* brasileiros, vindo a culminar na modelagem norte-americana, com nítido efeito nos anos de 1970. Tal momento reflete o clima autoritário pelo qual passava o Brasil, vivenciando um regime que adentra ao cenário trazendo a “modernização” industrial ao país, conjuminando ao modelo das estruturas educacionais o conteúdo norte-americano da formação superior. Nesse sentido, Araujo menciona que duas fases podem ser identificadas, tendo as duas o Estado como principal agenciador e financiador:

(...) a primeira, fruto do novo projeto educacional criado no bojo da Revolução de 1930, que, efetivamente, institui a universidade no País, fazendo dela um de seus canais de legitimação, (...), quando se consolida uma nova organização física – a

cidade universitária; a segunda fase, que teve início no final da década que estabeleceu o regime autoritário implantado em 1964 (pós-reforma de 1968), apontou para um novo paradigma fornecido pelos Estados Unidos, que trazia para o Brasil não só um novo modelo pedagógico, como, também, um novo modelo físico – o campus universitário (Araujo, 2011, p. 80–81).

Sob essas bases, a arquiteta declara:

A intensa participação dos consultores norte-americanos no período que precedeu à Reforma Universitária, e que se estendeu ao longo da década de 1970, principalmente no que se refere às recomendações de Rudolph Atcon, reforçava em todas as universidades brasileiras a necessidade de reformas, partindo de categorias como a *tecnificação*, a *racionalização* e a *eficiência*. (...) No que se refere à racionalização e eficiência, as propostas de Atcon passavam pela concentração e localização geográfica das instituições universitárias, através da difusão do conceito de Campus Universitário, chegando a publicar, em 1970, o “Manual sobre o planejamento integral do campus universitário”, inspirado nas experiências norte-americanas, (...) (Araujo, 2011, p. 78, grifos originais).

Araujo pondera que as designações para *Campi* e cidades universitárias são bem semelhantes à distinção na origem, como já mencionado. A primeira, “com os denominados *colleges*, marcados por localizações nos limites das cidades ou, mais exatamente, no campo – origem provável do termo campus –, numa clara ruptura com a tradição europeia”. E a segunda, “construídas sob esse enfoque, podem ser citadas as universidades de Atenas, Roma e Madri”, podendo ambas definirem-se como um “território onde se reúnem as instalações de uma universidade” (Araujo, 2011, p. 79–80).

Ao discorrer sobre os termos, compreende-se que estão associados às delimitações espaciais no âmbito da administração da universidade. E, na exposição da pesquisadora, constata-se que, ao longo do tempo, foi sendo conferido ao território universitário “um forte perfil de independência dos demais espaços urbanos da cidade” (Araujo, 2011, p. 102).

Nessa direção, Araujo (2011) aponta, com base em Santos (1979)⁸, que as características das cidades, pensadas e planejadas sob um formato em que cada segmento social tem seu lugar, e onde o território universitário é o lugar do acadêmico, não promovem a inter-relação delas com os *Campi*. As críticas que Araujo compartilha com o referido autor se direcionam tanto ao desenvolvimento das cidades – as quais não os capturam como vetores de integração entre os grupos da sociedade, nem como fator de desenvolvimento urbano no processo de territorialização dos espaços universitários – quanto aos *Campi* que, por sua vez, reforçam os interesses de uma parcela da sociedade que já possui acesso aos

⁸ Santos, C. N. F. O *Campus* universitário no Brasil: arquitetura – aspectos ideológicos. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. v. 16. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

espaços universitários. Afirma, portanto, que “o campus universitário por si só é um modelo que tende ele próprio a se excluir da cidade” (Araujo, 2011, p. 104).

No entanto, há que se ponderar sobre algum tipo de relação entre a universidade e a cidade, diz Araujo, uma vez que pesquisadores dedicados a delinear esta conexão, em alguns países, a identificam a partir de contribuições da universidade ao desenvolvimento regional. Quanto ao Brasil, declara que:

Essas relações permanecem no plano mais geral, sem atingir, de fato, as estruturas dos espaços universitários e urbanos para que se interpenetrem no uso e na apropriação mútua. Pode-se acrescentar que, mesmo na cidade desenvolvida, a universidade como materialidade física ou como instituição tem-se mantido apartada da cidade. Observa-se, porém, que a temática da relação universidade/cidade, vem-se apresentando nos debates acadêmicos, ainda de forma bastante tênue, expressa em ações práticas que apontam para a busca de uma efetiva integração da universidade com a cidade (Araujo, 2011, p. 106).

A biografia da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), localizada na capital do Estado, no Largo do São Francisco, não por acaso chama a atenção: “A história da faculdade que se instala em um convento, que, por sua vez, está localizado no centro de uma pequena cidade mercantil de um país periférico recém-independente é, no mínimo, *sui generis*”, ressalta Godoi (2017, p. 52) em sua dissertação (que trata especificamente de um Campus no interior do Estado de São Paulo, situado completamente em ambiente rural que possui características específicas, mesmo entre aqueles encontrados fora da trama urbana). A construção preexistente às reformas e, depois, substituída duas vezes, chega à atual edificação daquela faculdade, criada em 1827 (Godoi, 2017, p.50). Tal situação se assemelha tanto à do Palácio Universitário, na Praia Vermelha, quanto à de outras unidades da UFRJ – como a da própria Faculdade Nacional de Direito – que se encontram em áreas da região central da cidade, e cujas edificações originalmente tiveram finalidades distintas das atuais.

Observando-se hoje as “arcadas” do Largo São Francisco, ainda percebemos interações entre a comunidade acadêmica e o entorno. A metropolização de São Paulo e a divisão funcional geográfica da cidade delegou ao centro um papel que exclui a moradia e a permanência. Os alunos se deslocam para o prédio da universidade majoritariamente nos horários de seus compromissos, reduzindo essas interações da comunidade com o entorno. Até hoje há eventos que resgatam a convivência, como a comemoração do dia 11 de agosto, a “Peruada”, e, mais recentemente, eventos promovidos pela Prefeitura do Município nas praças próximas, bem como a permanência de comércios e serviços especializados (Godoi, 2017, p. 52).

Em Godoi (2017), as designações para campus e território universitário estão historicamente delineadas no escopo dos diferentes usos por planejadores urbanos estadunidenses e britânicos. Assinala como, também no Brasil, esse

emprego se dá, indicando, em determinados terrenos, a existência de atividades educacionais de nível superior, seja na cidade ou no campo.

Ainda que apareça (campus) pontualmente no livro de E. Souza Campos, especialmente quando apresenta registros de professores que estiveram em intercâmbios nos Estados Unidos. Ele mesmo se equivoca e no livro *Cidade Universitária da Universidade de São Paulo* usa a expressão “campus da cidade universitária”, que aparece em documentos oficiais dos anos 50, como registrado em um documento da Universidade do Brasil (Godoi, 2017, p. 35).

Ele observa ainda que “até o começo da década de 50, no Brasil não se utilizava o termo campus” (Godoi, 2017, p.34–35). Em seu trabalho, acaba por adotar a definição de território universitário para “qualquer espaço ocupado por uma instituição educacional de nível superior” (Godoi, 2017, p. 35), em substituição ao termo campus, herdado da concepção norte-americana.

Dessa forma, suscita que o território universitário possui uma abrangência mais adequada uma vez que porta uma compreensão resultante das ações que interpelam os espaços onde se localizam as edificações educacionais.

Os territórios universitários tornam-se lugares para a comunidade acadêmica a partir do momento em que seus indivíduos ali convivem, desenvolvem experiências íntimas ou de sociabilidade, ou mesmo quando essas experiências se tornam possíveis. Uma localidade torna-se um lugar quando é um espaço reconhecível pela sua comunidade. Ao nos referirmos aos territórios universitários como lugar, destacamos essa presença humana e a existência de um cotidiano real ou possível, extrapolando as meras condições físicas do território (Godoi, 2017, p. 37).

O pesquisador apoia-se no entendimento de que há, no espaço geográfico, uma mediação entre o mundo e as afinidades do lugar. Uma aceção bastante adequada para se compreender as relações econômicas, sociais e políticas atualmente produzidas global e localmente. Conforme Godoi, território é o espaço geográfico, definido por Milton Santos como mediação entre mundo e sociedade, ou recorte geográfico que pode ser assumido como conceito indispensável para entender o funcionamento do mundo tal como ele é hoje. Godoi vê a conexão dos territórios universitários em rede(s), sem necessariamente haver uma proximidade física, situando-os como elementos socioespaciais.

Esse conceito de território pode ser organizado de maneira horizontal, que reúne vizinhos contíguos; e vertical, que é formado por pontos distantes uns dos outros, reunidos das mais diversas formas e processos sociais, ou ainda “em rede”. Quando nos referimos aos territórios universitários sem qualquer delimitação geográfica explícita ou recorte temporal, significa que utilizamos exatamente essa concepção de território em rede, enquanto categoria do espaço geográfico completamente envolvida no mundo globalizado contemporâneo (Godoi, 2017, p. 36).

Mas, diante das considerações que o autor faz, entendemos que os territórios universitários ainda podem requisitar certas especificidades, dadas as características de cada um deles, que os particularizam. Do conteúdo exposto, é importante destacar que, no território universitário, há uma conformação que vai além do que foi edificado.

Como frisou Godoi (2017), há convergência, na literatura estadunidense, quanto aos elementos norteadores dessa organização:

Há um entendimento que o espaço físico (construído e não construído) deve refletir os valores e a missão institucionais. (...) Há, também, um objetivo de criar um “senso de lugar”. Espaços convidativos, que evoquem boas memórias e reconhecimento. Edifícios ou arranjos urbanísticos que sejam perceptíveis e diferenciáveis dos demais (Godoi, 2017, p. 32).

Especificamente em relação a territórios universitários em áreas urbanas, Christine Mahler (2015) traz exemplos. Em Columbia e no Mackenzie, em São Paulo, ela refere a integração urbanística com a dinâmica das grandes cidades e um desenvolvimento institucional, em parte, combinado com as cidades-metrópoles. Nos dois casos, a urbe era preexistente à instalação das universidades.

No caso da UFRJ na Praia Vermelha, o emprego do terreno pelo Campus se deu anteriormente ao processo de urbanização do sítio, assim como a sua composição. A universidade só teria, tempos depois, a posse da área (e dos edifícios) onde havia sido erigido o Hospício Pedro II – depois nomeado Hospital Nacional de Alienados. Essa é uma circunstância que deve ser levada em conta, uma vez que não houve propriamente um planejamento para a fixação de um *Campus*, cuja destinação foi de finalidade, praticamente, transitória. O registro da doação data de 10 de setembro de 1969, no Cartório de Registro de Imóveis (3º Ofício da cidade do Rio de Janeiro), onde se lê:

Consta do título que o imóvel doado destina-se, exclusivamente, à implantação ou ampliação – das instalações de ensino, teórico e prático, da donatária, tais – como estabelecimentos hospitalares, de pesquisas técnicas e científicas, inclusive mediante convênio; que a donatária se obriga a dar ao imóvel doado o destino indicado na cláusula anterior, tornando-se nula a doação, de pleno direito, e revertendo o imóvel ao patrimônio da doadora, caso lhe venha a ser dado destino diverso ou na hipótese de extinção da donatária (Moraes *et al.*, 2021, p. 669).

Refletindo a respeito dos territórios universitários além dos seus “muros”, prontamente se estabelecem associações às críticas sobre o aspecto observado, do isolamento de suas relações, mesmo que se encontrem circunscritos à urbe. No entanto, mediante as características que lhes cabem, em função de cada

espaço em que se encontram sediados, não caberia compreender o território universitário inserido na porção territorial e na dinâmica que a abarca? Não seria este um equipamento a ser pensado na perspectiva de território *usado* fazendo parte das relações do lugar?

2.2 O contexto que sediou a Universidade na Praia Vermelha – assistência à saúde mental, pesquisa e ensino

O atual campus da Praia Vermelha é o mais antigo conglomerado edificado ocupado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, na sua história. E ela a mais antiga das universidades de âmbito federal no país, tendo celebrado seu centenário no ano de 2020. Embora sua existência anteceda ao arranjo dos *Campi* e dos demais ambientes, na forma em que se apresentam contemporaneamente, aquele histórico lugar acabou por se constituir numa referência importante da universidade para a cidade. Naquele terreno, em 1952, foi inaugurado o Palácio Universitário que acolheu a administração da Universidade do Brasil.

A respeito dessa designação, Mahler (2015) traz que, em meio à aristocratização do ensino, os palácios universitários foram projetos arquitetônicos adotados pelas universidades europeias, de maneira geral, no final da Idade Média, como alternativa aos modelos eclesiásticos de educação das ciências, sendo, comumente, edificados em meio urbano.

Contudo, em estudos específicos sobre a nobre denominação, Moraes (2020) menciona o “Palácio dos Loucos”, que havia sido assim construído “com a pompa de um grande marco civilizatório, inspirado no Hospital Charenton, referência do alienismo francês” (Moraes, 2020, p. 3), além da influência religiosa que possuía, devido a sua vinculação com a Santa Casa de Misericórdia. Já Oliveira (2011, p. 261) faz referência à designação “palácio” como uma metáfora em busca de um novo sentido à instituição – com o apagamento da imagem do hospício, ressignificando-a. Por meio desse título, procurava-se atribuir àquele prédio “uma concepção de universidade vinculada à elite e à tradição”. Tais abordagens, além de se constituírem por distintos objetos de estudo, fazem parte de momentos distintos da história da edificação e de suas funções, uma delas, nascedouro deste território universitário.

A origem da Universidade Federal do Rio de Janeiro, assim denominada em 1961, está relacionada à constituição, em 1937, da Universidade do Brasil

(UB)⁹, sob as bases da Universidade do Rio de Janeiro (URJ), criada em setembro de 1920¹⁰, quando congregou a Escola Politécnica¹¹ e as Faculdades de Medicina – que, originada nos primeiros cursos médicos do Brasil, em 1808, havia inaugurado, em 1918, prédio próprio na Praia Vermelha (Rocha, 2003) – e de Direito – cujo Decreto nº 14.163, de 12 de maio de 1920, meses antes, havia aprovado a fusão da Faculdade Livre de Direito e da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, ambas do Rio de Janeiro. Conforme palavras de Alfredo Pinho V. de Mello, tal ato ao mesmo tempo acabou por encerrar “o embaraço da existência de duas Faculdades de Direito na Capital” registrou Oliveira em artigo recém-publicado¹². Estas três instituições estavam situadas em diferentes pontos da cidade.

A UFRJ foi a primeira instituição de ensino superior criada sob a alçada do governo federal e que, condicionada pelo arranjo da UB, conservou, por alguns anos, faculdades e escolas de ensino superior funcionando em diversas localidades até agrupar grande parte delas. Observe-se que tal forma de organização não se restringia à iniciativa tardia de instauração de uma universidade no Brasil (ou devido à acepção adotada de seu crescimento a partir de cursos já existentes). Identificava-se igualmente como característica de outras, relacionadas à transição do modelo de ensino superior religioso para o ensino laico que acontecia no mundo, já no século XIX.

A organização da universidade constituída por edifícios isolados foi uma consequência da localização dos espaços dos quais a instituição foi se apropriando ou construindo. Deve-se também considerar que a afirmação da universidade secular necessitava de uma identidade que se ancorasse em outra base, que não a religiosa. O contexto civil ofereceu as características de nobreza, monumentalidade e tradição. A evolução deste modelo foi constituída pela percepção da importância das relações que começaram a se estabelecer em torno dos edifícios, a partir de suas proximidades, das distâncias e conexões entre eles, o que resultaria na progressiva importância do entorno (Mahler, 2015, p. 74).

Para sediar sua Reitoria em 1949 e, depois, alguns de seus cursos, a UB providenciou reformas na antiga estrutura do Hospital dos Alienados

⁹ Lei nº 452, de 05 de julho de 1937. Organiza a Universidade do Brasil.

¹⁰ Conforme Decreto nº 14.343, de 07 setembro de 1920.

¹¹ Antes Academia Militar e de Marinha, a Escola Politécnica Federal foi criada no âmbito civil pela Lei nº 2.261, de 24 de maio de 1873. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-2261-24-maio-1873-551896-publicacaooriginal-68740-pl.html>.

¹²Oliveira, F. C. S. A Faculdade de Direito da UFRJ: Notas sobre o passado, o presente e o futuro, **Revista eletrônica OAB/RJ**. Edição Especial 130 anos da FDN/UFRJ. Disponível em: <https://revistaeletronica.oabRJ.org.br/?artigo=a-faculdade-de-direito-da-ufrj-notas-sobre-o-passado-o-presente-e-o-futuro&HTML>. Acesso em: 03 maio 2023.

transformando-a em Palácio Universitário¹³. Do legado das práticas assistenciais em saúde mental, estabeleceram-se unidades que prestam serviços e se destinam ao ensino e à pesquisa nesta área do conhecimento. Assim, essa movimentação deu origem ao Campus da Praia Vermelha.

A edificação do HNA, localizado na antiga Praia da Saudade, hoje Avenida Pasteur¹⁴, no final do período imperial, se destinou a abrigar doentes mentais, tendo sido um acontecimento político para o Brasil. Naquele momento, as abordagens acerca das condições dos reconhecidos loucos estavam relacionadas à necessidade de tratamento adequado. Segundo Alves (2010):

A criação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro representou não só uma organização formal e mais forte do campo, mas para a psiquiatria representou a inserção dos alienados na pauta de discussões médicas e políticas. Após o lançamento do estudo sobre as condições de saúde no Rio de Janeiro, elaborado no seio daquela agremiação, as discussões sobre a situação dos loucos na capital imperial foram aquecidas. Até aquele momento, não havia na cidade uma política de assistência aos doentes mentais. Estes, quando pertencentes a um grupo social privilegiado, eram tratados no espaço residencial, asilados em seu seio familiar, enquanto os pertencentes a camadas sociais inferiores, quando não perambulavam pelas ruas da capital, encontravam-se sob o jugo da Santa Casa da Misericórdia, confinados nos porões do prédio da instituição (Alves, 2010, p. 28).

Em função dessa destinação e de outros acontecimentos, documentados por estudiosos da políticas de saúde mental, é possível afirmar que o ambiente deste Campus teve procedência no desenvolvimento da ciência médico-psiquiátrica e das práticas de assistência especializada à doença mental no país e na América Latina. Um dos expoentes desse processo foi a condução de debates científicos e de experiências que estiveram relacionados às concepções das doenças por especialidades, de acordo com Venâncio (2003); Moraes (2020); Ramos e Geremias [2010?].

A propósito, Moraes (2020) explicita que o processo de ampliação física do HNA – a partir do prédio principal para um conjunto de vários pavilhões – esteve relacionado ao progresso científico das ciências médicas para o tratamento especializado dos alienados e para a contenção das doenças infectocontagiosas. Tais pavilhões foram ocupando, em distintos pontos, o grande terreno da Praia

¹³ Embora a Reitoria já estivesse instalada, a inauguração do Palácio Universitário ocorreu em 1952, ano em que se comemorava também o centenário de construção do prédio (Oliveira, 2011, p. 256).

¹⁴ Ver Decreto nº 1.843, de 27 de dezembro de 1922. Alteração de denominação: Avenida Pasteur. Nome(s) anterior(es): Praia da Saudade, Rua Pedreira de Botafogo, Praia Suzano, Praia de Santa Cecília, Porto de Martim Affonso e Praia Vermelha. Disponível em: <https://ruas.rio/servicosonline/consulta.php>. Acesso em: 11 jul. 2023.

Vermelha – outrora chácara do Vigário Geral¹⁵ –, e foram constituídos para atender diferentes problemas de saúde manifestos à época, em paralelo aos aditamentos na abordagem da doença mental. Uma das principais finalidades se relacionava à adoção de medidas sanitárias baseadas nos preceitos higienistas do final do século XIX e início do século XX, no enfrentamento de enfermidades características da época, conforme expõe Moraes (2020) em seu estudo. Esses cuidados eram gradualmente tomados a partir de experiências, mediante circunstâncias no tratamento asilar de doentes mentais:

No contexto do HNA, a discussão bacteriológica aparece muito atrelada a uma questão da prática médico-assistencial: de como resolver o problema da disseminação de agentes invisíveis que estavam prostrando e ceifando a vida de muitos pacientes. O isolamento da tuberculose foi implementado como uma resposta a essa questão, entre a virada do século XIX para o XX, após um processo de discussões internas em torno de surtos epidêmicos de outras doenças infectocontagiosas e de iniciativas de controle do contágio pela separação dos doentes infectados em locais afastados das grandes alas do hospício (Moraes, 2020, p.45-46).

Ressalte-se, como testemunho da herança dessas práticas, a localização atual neste sítio do Instituto de Psiquiatria da UFRJ – IPUB e do Instituto Municipal Philippe Pinel, em função das estruturas e disposições físicas e socioambientais que lhes foram legadas.

O INSTITUTO DE PSIQUIATRIA DA UFRJ nasceu vinculado ao Instituto de Psicopatologia (fundado em 1893, como Pavilhão de Observação do primeiro hospício brasileiro) antes de integrar-se, em 1938, como Instituto de Psiquiatria à Universidade do Brasil (IPUB), e depois mantendo a sigla na universidade federalizada. No início de suas atividades na UB, o Instituto ainda preservou ligação com o HNA, antes de seu fechamento, através da assistência aos pacientes internados no Pavilhão Rodrigues Caldas (um dos últimos a serem construídos em 1934), espaço em que se procurava contribuir ao avanço da ciência médica relacionada às doenças mentais (Venâncio, 2003, p. 885 e 892).

Como relata a pesquisadora, o primeiro gestor do Instituto havia sido professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e conciliava as duas funções, de ensino e de produção de conhecimento. Para ele, a atividade de pesquisa se relacionava às possibilidades de cura dos doentes mentais, e essa concepção se estendeu às gestões que se seguiram.

¹⁵ Ramos e Geremias ([2010?]) explicam, em nota, que a área pertencera ao Dr. Antonio Rodrigues de Miranda, Vigário-Geral do Cabido, e ao Bispo D. José Caetano da Silva Coutinho, como confirmam Moraes *et al.* (2021, p. 666). Disponível em: <https://arquimuseus.arq.br/seminario2021/wp-content/uploads/2022/-01-05-anais-seminario-redux.pdf> (Rio Books, 2021).

No que se refere ao *locus* acadêmico observava-se um constrangimento do exercício de poder. (...) essa reordenação da relação entre academia e assistência pública foi consagrada em 1919 com sentença unânime do Supremo Tribunal Federal, que finalmente legalizava a acumulação dos cargos de professor catedrático e diretor do Instituto de Psicopatologia. Com isso garantia-se o espaço para a Faculdade de Medicina desenvolver suas atividades docentes, mas numa situação hierarquicamente inferiorizada perante a gestão da instituição assistencial pública (Venâncio, 2003, p. 890).

O INSTITUTO MUNICIPAL PHILIPPE PINEL – que atende emergências psiquiátricas e realiza outros serviços dessa natureza, integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS), – é outro órgão que teve origem no processo de desenvolvimento das ciências médicas e de assistência na circunscrição do Campus, embora a entrada para ambulâncias e ambulantes se dê externamente, pela via pública.

O nascimento deste Instituto está relacionado ao Hospital de Neurosífilis, criado sob gestão federal em 1944, em substituição ao Instituto de Neurosífilis. Em 1965, passou a chamar-se Hospital Pinel, funcionando como pronto-socorro psiquiátrico da zona sul da cidade do Rio de Janeiro¹⁶. A instituição ampliou suas instalações (incluindo a derrubada do pavilhão original) passando a formar um conjunto de edifícios. Em 1985, recebeu o nome de Hospital Dr. Phillippe Pinel – Portaria nº 481 do Ministério da Saúde – MS. Ainda por iniciativa do MS, no bojo da Reforma Psiquiátrica¹⁷, em 1994, é criado o Instituto Phillippe Pinel, constituindo-se numa referência também para ensino e pesquisa em Psiquiatria e Saúde Mental. No ano 2000, deixa de ser órgão federal e torna-se unidade da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (Ramos e Geremias, [2010?]).

¹⁶ A mudança de nome e de função assistencial refletia dois aspectos importantes à época: a redução significativa do impacto epidemiológica da sífilis (...) como problema de saúde pública; e o surgimento da concepção de atendimento às emergências psiquiátricas como proposta assistencial inovadora, capaz de intervir nas situações de “crise” e evitar internações (Ramos e Geremias, [2010?]).

¹⁷ Esta reforma compreende uma reorientação da Assistência Psiquiátrica, de acordo com as recomendações e declarações emitidas pelos Organismos Internacionais de Saúde, pelas Conferências Nacionais e Internacionais de Saúde e pela Carta de Princípios e Direitos elaborada pela própria instituição (Ramos e Geremias, [2010?]).

Figura 1 - Unidades de atenção à saúde mental no território universitário



O Campus da Praia Vermelha está localizado na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, em uma região de relevância histórica no processo de desenvolvimento urbano, cuja origem remonta aos primórdios da tomada do país. Teve início conforme os moldes do domínio colonial português e seguiu sob o curso dos interesses econômicos e políticos da República. Schwartzman (1982)

afirmava que o Estado brasileiro apresentava fortes origens na tradição burocrático-patrimonial portuguesa. Segundo suas palavras:

Para esta burocracia, a educação, a ciência e a técnica são instrumentos úteis para a consolidação e fortalecimento de seu poder. É ela que traz para o Rio de Janeiro a Academia Real de Guardas-Marinhas e instala, logo após, a Academia Real Militar, que daria origem à Escola Politécnica do Rio de Janeiro (Schwartzman, 1982, p. 9).

Ainda no período imperial, quanto ao que interessa, as decisões que envolviam a educação e a formação profissional se refletiam nas escolhas que dariam melhor acesso aos filhos das classes dominantes econômica e politicamente – as quais estariam em harmonia com a cultura reinante.

A respeito das trajetórias, inserções e público das instituições acadêmicas e científicas no Brasil, Schwartzman (1982), entre outros autores, aborda sucintamente sobre a atuação do governo imperial, que define alguns dos interesses científicos. Num primeiro plano, aborda as origens isoladas de iniciativa para o desenvolvimento de pesquisas no país, que, depois, se concentrariam no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, nas décadas iniciais dos anos 1900.

Registra a centralização do Rio de Janeiro nas disputas nacionais, em torno das concepções sobre as universidades brasileiras, evidenciando a disposição da cidade para este encargo. Relaciona esse processo ao desenvolvimento econômico e político do período, justificando o modelo controverso da autonomia de gestão destas instituições, bem como por constituir um reflexo nas propostas pedagógicas. Por fim, considera que “A pesquisa científica e o ideal de uma universidade autônoma e auto orientada eram valores de uma pequena elite ilustrada, e não a aspiração de setores mais amplos da própria população do país” (Schwartzman, 1982, p. 12).

2.3 A ocupação do terreno do Palácio Universitário pela Universidade do Brasil e sua ancoragem na zona sul da cidade

No endereço do Palácio Universitário, nas décadas que se seguiram, foram sendo alojadas outras atividades relacionadas também à formação profissional no ensino superior, à pesquisa e à extensão universitária – implementadas nesta ordem –, assim como ocorreu nas demais universidades brasileiras.

Mereceram destaque no delineamento das dependências físicas deste Campus os processos que sedimentaram o campo de conhecimento da saúde mental, conforme exposto anteriormente, os quais implicaram em definições

arquitetônicas para o conjunto dos prédios, que podem ser observados nas formulações teóricas e registros da assistência médica especializada analisadas por Venâncio (2003) e Moraes (2020). Registre-se, ainda, que continuam a existir órgãos que oferecem serviços à saúde, como o Instituto de Neurologia Deolindo Couto – INDC/UFRJ, criado na década de 1940, e serviços criados mais recentemente na ordenação da rede pública municipal, como se constata a seguir.

Observa-se que, no debate sobre criação das universidades brasileiras, inicialmente, os projetos aludiam ao modelo alemão, mas, no desenvolvimento dos modelos pedagógicos, se distanciavam verdadeiramente. Ao que parece, Paim (1982) expõe que os intelectuais, que lideravam os debates, concorriam com proposições em torno da ciência e da pesquisa *versus* a formação profissional, quase que estrita. Em decorrência disso, tais discussões estiveram marcadas por claras manifestações, nas décadas de 1920 e 1930, da Academia Brasileira de Ciências e da Associação Brasileira de Educação, as quais repercutiram nas concepções sobre universidade – que, à época, se constituía no país.

É sabido que o impulso original que a pesquisa científica veio a alcançar entre 1935 e 1945 leva a uma grande frustração na década de cinquenta. Tornada instrumento de consolidação da universidade, que fora recusada sistematicamente ao longo de mais de um século, a pesquisa científica não chega, contudo, a assumir igualmente feição acabada. Multiplicam-se as universidades, mas com o franco predomínio da formação profissional (Paim, 1982, p. 80).

Considerando o pano de fundo em que se deu o nascimento da primeira universidade brasileira na esfera federal, faz-se necessário retornar às primeiras décadas de 1900, período permeado por disputas políticas e de concepções acerca dos destinos de tal instituição, tanto em seu interior quanto fora dela. No cenário nacional, os debates envolviam, expressivamente, o caráter das políticas para o ensino superior no Brasil e as funções das universidades.

Segundo Paim (1982), no final dos anos de 1920, foram realizados os primeiros Congressos de Ensino Superior, buscando cumprir a finalidade precípua das universidades, principalmente, sob os eixos da formação profissional e da pesquisa científica, e da autonomia institucional. Na década de 1930 – criado o Ministério da Educação, sob o autoritarismo do primeiro governo Vargas, – intensificam-se as discordâncias entre as lideranças educacionais que concorrem pelo conjunto de propostas pedagógicas, de cunho conservador ou progressista, implicando nas finalidades do ensino universitário e na sua organização.

Os debates internos também incorporavam o conjunto das ações pedagógicas, simultaneamente, se desenrolavam os processos de estruturação

da Cidade Universitária da UB. Nesse ínterim, ocorria, paralelamente, o crescimento das atividades acadêmicas na área ocupada pelo Palácio.

Devem ser retomadas aqui as menções de que as cercanias da Praia Vermelha foram, mais uma vez, conjecturadas para a instalação de uma Universidade, como visto anteriormente em Novaes (2022) e Mahler (2015), sendo também uma alegação de Alberto (2003):

Havia, desde as primeiras propostas para a construção de uma Universidade no Rio de Janeiro, uma forte tendência de localizá-la na Praia Vermelha. Donato Mello Júnior cita que Dom Pedro II lançou, neste bairro, a pedra fundamental de sua universidade no dia 12 de fevereiro de 1881, projeto do engenheiro Antônio de Paula Freitas (Alberto, 2003, p. 66).

E Mahler (2015) ainda observa:

O plano Cidade do Rio de Janeiro: extensão, remodelação e embelezamento, desenvolvido pelo urbanista Alfred Agache entre 1929 e 1930, não só consagrava a Praia Vermelha como bairro acadêmico como previa a construção integral de uma cidade universitária (Mahler, 2015, p. 117).

Por sua vez, Oliveira (2011) igualmente evidencia o pleito, desde há muito tempo: “onde se pretendeu, ainda no século XIX, construir a Universidade de Pedro II”. Reforçando o que Mahler (2015) identificou, Oliveira afirma que se mantinham os planos, nos primeiros anos de República, de fazer das beiradas da Praia Vermelha um ambiente universitário.

Em 1930, antes mesmo de Capanema chegar ao Ministério da Educação e Saúde, o urbanista francês Alfred Agache apresentou seu plano de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, onde já se encontrava registrada a área da Praia Vermelha como local propício a sediar a cidade universitária, ainda a ser construída (...) (Oliveira, 2011, p. 194).

Em fase subsequente, Gustavo Capanema – então Ministro do Governo de Getúlio Vargas – manifestava sua preferência pelo mesmo ponto da cidade, quando se projetava a criação de uma Cidade Universitária. Conforme registros identificados por Oliveira (2011), o executor chegou a enviar carta, no ano de 1935, ao diretor do Hospício, manifestando seu anseio em remover aquela instituição, aproveitando a área para a construção da cidade universitária. Declarou, ainda, que pretendia obter terrenos das cercanias, mencionando delimitação entre as ruas do Túnel, da Passagem e do Morro da Babilônia (Oliveira, 2011, p. 194–195).

Naquela conjuntura o Ministro da Educação e Saúde do governo de Getúlio Vargas (1934-1937), Gustavo Capanema, alegava a necessidade de uma universidade moderna, que extrapolasse a mera justaposição de escolas pré-existentes. Daí a

necessidade de ambientes adequados, estruturas físicas e prediais condizentes à necessária modernização da instituição, o que somente seria conseguido pelo ideal de cidade universitária (Oliveira, 2011, p. 189).

Juntam-se a essa pretensa realização as finalidades de atendimento à formação de grupos sociais específicos, que corresponderiam às expectativas das esferas dirigentes e da sociedade burguesa, sob as bases do desenvolvimento econômico, industrial e comercial que se formava à época: “Além disso na visão do ministro ‘a Universidade deveria estar em uma área central onde a população é mais densa e mais culta e ser um *instituto de elite*’ (Alberto, 2003, p. 69)¹⁸.

Diante disso, no intervalo entre os anos de 1935 e 1937, buscaram-se diferentes projetos arquitetônicos¹⁹, que envolviam distintas e longínquas localizações. Após extenso período de silenciamento, tais projetos são retomados em 1941, conforme consta na Ata do Conselho Universitário, de 24 de outubro (Oliveira, 2011, p. 220). Dessa forma, os inteiros à criação de uma universidade com estruturação condizente ao plano de desenvolvimento do país, orbitavam proximamente ao processo de instauração e crescimento da Universidade do Brasil. A respeito disso, Oliveira (2011) afirma que a legislação que cria a UB (Lei 452, de 5 de julho de 1937) busca “atender aos dispositivos de centralização administrativa e constituição de uma ‘elite condutora’ que viabilizaria o processo nacional de desenvolvimento pela industrialização” (Oliveira, 2011, p. 181), evidenciando assim as características desta instituição.

Em acordo, mas ressaltando a oportunidade de pesquisa e de aprimoramento que se acenava, Paim (1982) observou que a referida lei correspondia a:

uma tentativa de retomar o sentido original da criação desse tipo de entidade desde que, se bem não lhe atribua maior autonomia, concebe-se um lugar para a pesquisa e coloca-se em primeiro plano a formação do corpo docente, admitida inclusive a contratação de professores estrangeiros (Paim, 1982, p. 66).

Assim, quando a Universidade do Rio de Janeiro passa a denominar-se Universidade do Brasil, é integrada pelas seguintes faculdades e escolas²⁰:

¹⁸ ALBERTO, Klaus Chaves (2003) faz referência à consulta realizada ao CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema – GCg 35.07.19 rolo 33 – pasta I – 271–279.

¹⁹ Desenvolveram-se quatro projetos para a Cidade Universitária da UB (CUB) entre 1936 e 1938: o de Lúcio Costa (1936), o de Marcelo Piacentini (1936–1938), o de Le Corbusier (1936) e, por fim, o segundo projeto de Lúcio Costa (1936) (ALBERTO, Klaus. Três projetos para uma Universidade do Brasil, 2007). Disponível em: <https://memoria.sibi.ufrj.br/images/textos/Memoria1.pdf>. Acesso em: 10 de outubro 2020. O mesmo autor explicita, em outro texto, que o segundo projeto do arquiteto brasileiro Lucio Costa envolveu sua liderança em uma comissão de profissionais para, mais uma vez, rever as propostas e apresentá-las a uma comissão governamental (Alberto, 2003, p. 118).

²⁰ PAIM, A. 1982, p. 66–67; e conforme Lei N. 452, de 5 de julho de 1937.

- Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras;
- Faculdade Nacional de Educação;
- Escola Nacional de Engenharia;
- Escola Nacional de Minas e Metalurgia;
- Escola Nacional de Química;
- Faculdade Nacional de Medicina;
- Faculdade Nacional de Odontologia;
- Faculdade Nacional de Farmácia;
- Faculdade Nacional de Direito;
- Faculdade Nacional de Política e Economia;
- Escola Nacional de Agronomia;
- Escola Nacional de Veterinária;
- Escola Nacional de Arquitetura;
- Escola Nacional de Belas Artes;
- Escola Nacional de Música.

Ademais, a Lei Nº 452 estabelece, em seu Artigo 5º, a integração dos seguintes institutos: a) Museu Nacional; b) Instituto de Física; c) Instituto de Eletrotécnica; d) Instituto de Hidro-aero-dinâmica; e) Instituto de Mecânica Industrial; f) Instituto de Ensaio de Materiais; g) Instituto de Química e Eletroquímica; h) Instituto de Metalurgia; i) Instituto de Nutrição; j) Instituto de Eletro-radiologia; k) Instituto de Biotipologia; l) Instituto de Psicologia; m) Instituto de Criminologia; n) Instituto de Psiquiatria. o) Instituto de História e Geografia; p) Instituto de Organização Política e Econômica.

Tratando de instituições complementares, em seu parágrafo único, traz: “Com caráter de instituições complementares, nos termos deste artigo (art. 7º), ficam incorporados, na Universidade do Brasil, o Colégio Universitário, destinado ao ensino secundário complementar, e a Escola Ana Néri, destinada ao ensino de enfermagem e de serviço social”.

Acresce-se à recepção de escolas isoladas a incorporação de cursos da Universidade do Distrito Federal (UDF), que havia sido recém-criada e desfeita em seguida. A autorização do presidente Getúlio Vargas para que o prefeito Pedro Ernesto criasse a UDF se deu em função do apoio político dado ao presidente na capital, apoio imprescindível para a garantia de governabilidade durante os últimos anos do governo provisório e do conturbado ano de 1935, quando a estabilidade política do país era colocada em xeque pelas agitações que levaram à sanção de uma rigorosa Lei de Segurança Nacional (Oliveira, 2011, p.170–171).

O ato resultou do embate entre as duas instituições, num processo de afirmação e fortalecimento da UB, definido pelo cenário político que vigorava, centralizador na gestão.

Ao ser instalada, em 1935, a UDF surgiu como um divisor de águas em meio à agitação do momento e às disputas pelo controle dos rumos da educação nacional. As oposições delineadas em nível oficial são mais decisivas; a crítica à UDF é mais profunda do que deixam perceber as falas dos que estão no poder. A literatura, sobretudo a oficial, fala na incorporação dos cursos da UDF pela universidade do Brasil (Fávero, 2008, p. 176).

Entre as unidades de ensino da Universidade do Distrito Federal transferidas para a UB, em 1939, estão, segundo a legislação: “A Faculdade de Filosofia e Letras, a Faculdade de Ciências, a Faculdade de Política e Economia e os cursos transferidos da Faculdade de Educação”, incorporados à Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras. E ainda os cursos do Instituto de Artes, “incorporados à Escola Nacional de Belas Artes e à Escola Nacional de Música”²¹.

Mediante a situação, são reconhecidas igualmente as disputas em termos de proposições pedagógicas e educacionais, que se travaram naquele contexto. Circunstância exposta claramente entre as concepções da Universidade do Distrito Federal, que preconizavam o desenvolvimento científico confrontando as proposições estritas da formação profissional.

Quanto à organização acadêmica, a UDF fazia exigências que favoreciam a formação de pesquisadores, em comparação ao que existia, no período, em outras instituições de ensino superior, como por exemplo: participação dos alunos em trabalhos práticos desenvolvidos pelos professores nos diferentes cursos, participação em pesquisas e nas atividades dos centros de estudos (Fávero, 2008, p. 175).

O período foi atravessado sob tensão, marcado pela liderança de Anísio Teixeira e por outras iniciativas de grupos fora da Capital. De acordo com Maria de Lourdes A. Fávero:

Não se pode esquecer que, dada a natureza das transformações pelas quais passava o país, sobretudo a partir de 1935, o processo de estruturação do sistema educacional na capital da República não ocorreu sem problemas. É exatamente nesse período conturbado que Anísio Teixeira assume o cargo de diretor de Instrução Pública do Distrito Federal, mais tarde secretaria de Educação, a convite do prefeito Pedro Ernesto, permanecendo nessa função de 15 de outubro de 1931 a 2 de dezembro de 1935 (...) (Fávero, 2008, p. 164).

A esse respeito e considerando as ações do período anterior, Oliveira (2011) chama a atenção aos verdadeiros rumos que tiveram os planos para a universidade no país, apesar do teor discursivo que transparecia nos pronunciamentos governamentais de que as realizações eram consensuais. Em

²¹ Decreto-Lei n. 1.063, de 20 de janeiro de 1939. “Dispõe sobre a transferência de estabelecimentos de ensino da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1063-20-janeiro-1939-349215publicacao-original-1-pe.html>. Acesso em: 3 mar. 2023.

especial, às manifestações do Ministério da Educação e Saúde (MESP), em período do governo autoritário de Vargas, no qual deveria se estabelecer uma instituição transmissora de comuns valores para o país. Para tal, ambicionava-se sobrepor todo pensamento dissonante em torno da configuração que poderia vir a ter a UB.

Ao expressar somente as ideias do Governo Federal, bem como as características constituintes e normativas da sua universidade modelo, Capanema encobria as diferenças ideológicas que se debatiam, por meio de uma narrativa estrategicamente construída, valendo-se, inclusive, de entrevistas e artigos escritos para os jornais da época onde se pode observar uma aproximação entre as materialidades discursivas expressas nos diversos documentos e textos, a despeito das diferenças ideológicas que moviam os atores (Oliveira, 2011, p. 188).

Convém levar em conta que esses episódios se deram antes mesmo da destinação do prédio do HNA para a UB. E, dessa forma, cabe considerar as implicações do estabelecimento de algumas das faculdades e escolas naquela localidade, em paralelo aos significativos e conflituosos embates que decidiriam o paradeiro da Cidade Universitária.

A escolha de um projeto, inspirada nos planos que haviam sido apresentados, conduzia à necessária definição de um largo sítio (Oliveira, 2011, p. 197; Alberto, 2003, p. 70) onde se ergueriam apropriadas estruturas físicas para as novas unidades. A empreitada deveria abarcar as unidades no modelo de justaposição e aquelas que seriam criadas pela instituição.

Tais questões estiveram sempre acompanhadas por decisões de âmbito técnico e administrativo, porém diziam respeito à governança do país. E, ainda, deve-se pautar uma cultura que se processava através das instituições educacionais e de suas formulações, especialmente aquelas que desenhavam os próprios destinos do ensino superior. Esses aspectos poderão dar base ao entendimento dos desdobramentos para o Campus da PV, em tempos mais recentes.

A história que perdurou por anos teve ampla repercussão à época²². Acresce-se a isso, a verificação de controvérsias acerca do fidedigno período. Ao analisar o discurso de Getúlio Vargas, por ocasião da inauguração da primeira unidade de saúde da Cidade Universitária, em 1953, Oliveira (2011) registrou:

Primeiramente, o longo período mencionado pelo presidente (oito anos) toma como referência o Decreto-lei nº 7.563, de 21 de maio de 1945, que estabeleceu

²² Ver matérias de jornais anexadas à tese de Oliveira (2011): Sobre Nove Ilhas Uma Cidade Universitária. **Jornal O Globo**, de 16 de dezembro de 1952, e Cidade Universitária: Padrão de Cultura Nacional. **Jornal Correio da Manhã**, de 16 de novembro de 1954 (Oliveira, 2011, p. 310-313).

a localização para a construção da cidade universitária naquele local. Mas, se considerarmos que a primeira Comissão de professores encarregada de definir tal localização data de 1935 e que, durante uma década, diversos embates foram travados entre as comissões de professores e engenheiros e arquitetos, facilmente compreenderemos que o processo foi conflituoso, não havendo, até então, um consenso na universidade sobre a assertividade da escolha final (Oliveira, 2011, p. 269).

Esses projetos envolveriam, decisivamente, a apropriação de determinadas regiões da cidade, sendo várias as áreas consideradas nos planos apresentados: a da Praia Vermelha, a da Quinta da Boa Vista e a da Lagoa Rodrigo de Freitas, segundo Alberto (2003), Oliveira, (2011), e Mahler (2015). Para o arquiteto Alberto, não há clareza sobre os interesses que vieram a contribuir para o adiamento de escolha dos projetos. Alberto afirma que:

A despeito de tão significativo desgaste, oficiais ou não, desde os primeiros estudos, ainda para a implantação da Universidade do Brasil na Praia Vermelha, persiste a dúvida sobre o motivo da não construção da Cidade Universitária nos anos 30 (Alberto, 2003, p. 244).

Em sua pesquisa, Alberto (2003) procura compreender aspectos que teriam levado a tal situação examinando documentos e literatura produzidos. Assinala, também, que os contrapontos estiveram relacionados não apenas aos embates sobre a localidade, mas à proposta projetual. Faz considerações acerca dos projetos que se apoiavam na arquitetura moderna e eram desfavoráveis a escolha do professor Ernesto de Souza Campos – “figura central na decisão sobre os projetos para a cidade universitária” (Alberto, 2003, p. 24).

O período dessa confabulação e de seus parcos incrementos atravessou a década de 1940, momento em que o país se encontrava em nova fase de desenvolvimento urbano-industrial, e o fim da Segunda Guerra Mundial repercutia, em particular, nas diferentes nações e no relacionamento entre elas. Buscava-se, de tal modo, designar, com acertada celeridade, um Campus para a UB, cuja estrutura devesse corresponder ao quadro político e ao componente cultural almejado pelo governo do país, que, dessa maneira, carregasse o ideário nacionalista e desenvolvimentista.

Para Oliveira (2011), as oratórias daquele momento estiveram repletas dessas evidências. Ao interpretar seus conteúdos, o autor sugere que se deva considerar a Universidade do Brasil como um modelo institucional único de projeto nacional-desenvolvimentista da era Vargas.

Enquanto todos esses fatores puderam ser identificados, ao longo do percurso de decisões para a construção da Cidade Universitária – que acabou se estabelecendo na ilha formada pelo arquipélago, próximo a Manguinhos, formado

por nove ilhas: Catalão, Baiacu, Cabras, Fundão, Pindaí do França, Pindaí do Ferreira, Bom Jesus, Sapucaia e Pinheiros, na zona norte da cidade²³ –, reformas foram executadas no antigo prédio do HNA, ao final da década de 1940, para receber o Palácio Universitário da UB, sede da Reitoria da Universidade até a década de 1960.

À luz dessa premissa de não confundirmos fundamentos com fundações, e objetivando buscar os antecedentes mais remotos da problemática de construção da Cidade Universitária da UB, foi que pretendemos observar como a Universidade do Brasil construiu e disseminou em sua memória institucional a simultaneidade de ocorrência de dois eventos em sua história: *a incorporação do antigo prédio do Hospício de Alienados de Pedro II, na Urca, concomitantemente à decisão de construir a sua Cidade Universitária na atual Ilha do Fundão. Fato ainda mais instigante, se considerarmos que, tanto a incorporação do prédio quanto o Decreto Lei que instituiu a localização da Cidade Universitária na Ilha datam de 1945* (grifos nossos, Oliveira, 2011, p. 190).

No processo de ocupação do terreno, uma parte da área situada mais ao fundo, em oposição ao Palácio, foi cedida para a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) e para a Associação dos Servidores Cíveis do Brasil (ASCB), em 1950²⁴. Nas décadas que seguiram, a ENEFD chegou a ocupar uma das antigas enfermarias de isolamento da tuberculose do HNA, o Pavilhão Alvorada (construído em 1926), voltado para mulheres internas. Essa estrutura é característica de uma fase em que o tratamento da doença seguia determinados princípios científicos, como o isolamento do doente em pavilhões dotados de varandas abertas, exposição regular ao sol e à aeração abundante etc. (Moraes, 2020, p.116). A ENEFD foi transferida para Cidade Universitária, ao final dos anos de 1970, como Escola de Educação Física e Desportos (EEFD) da UFRJ. Esse pavilhão, após a mudança da EEFD, ficou por anos sem manutenção, tendo sido reparado nos anos de 1990. Chamado de “casarão”, se tornaria, em 1995, o Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ – Casa da Ciência. (Simões et al., 2021, p. 752). Em relação à cedência de área para ASBC, houve um desvio de finalidade em relação à sua função pública, uma vez que lá funcionou, por mais de uma década, uma casa de shows e outros empreendimentos comerciais.

Em síntese, não apenas a sede da Reitoria lá permaneceu até os anos de 1960, como também alguns dos cursos incorporados pela UB foram ali sediados,

²³ Ver Queiroz, A.C.B. A Universidade e os anos 1950. Disponível em: <https://memoria.sibi.ufrj.br/index.php/memoria.sibi.ufrj.br/index.php/ufrrj-decadas/anos-1950>.

²⁴ Ver Decreto Nº 28.884, de 21 de novembro de 1950, que autoriza o Ministério da Fazenda, por intermédio do Serviço do Patrimônio da União, a ceder “a título gratuito, do terreno que menciona, no Distrito Federal, à Associação dos Servidores Cíveis do Brasil e à Escola Nacional de Educação Física e Desportos, da Universidade do Brasil” (Brasil, 1950).

junto de outras atividades acadêmicas. Este arranjo arquitetônico, ao longo do tempo, foi sendo absorvido pela movimentação própria da universidade e da cidade, em meio a diferentes conjunturas políticas educacionais, desse modo, corroborando tanto para a disposição física quanto para o dinamismo interno e externo do Campus da Praia Vermelha até a atualidade.

Como se verificou, na história de ampliação da UB, foram sendo integradas diversas áreas do conhecimento científico, cultural e artístico. Tais campos foram se estabelecendo em espaços distintos na cidade, como o prédio do Museu Nacional e sua área de jardins na Quinta da Boa Vista, no bairro de São Cristóvão, incorporados desde sua fundação, e o edifício da FND, na Praça da República, na zona central da cidade. Em 1945, a instituição passa por nova estruturação administrativa e de gestão. Em 1953, se dá o estabelecimento da primeira unidade na Cidade Universitária: o prédio do Instituto de Puericultura, que foi inaugurado pelo Presidente da República, Getúlio Vargas (Oliveira, 2011, p. 322).

Linha do tempo - criação e institucionalização de unidades de assistência/atenção à saúde mental e outros marcos institucionais



2.4 As atividades acadêmicas na Praia Vermelha e os planos da UFRJ para o Campus

Em 1965, a Universidade do Brasil é transformada em Universidade Federal do Rio de Janeiro, a partir dos órgãos constituídos e das unidades existentes²⁵. Sob o plano da administração federal e das políticas educacionais para o ensino superior, no decorrer das décadas últimas dos anos de 1900, a instituição convive com alterações significativas, no mesmo patamar das demais universidades federais que vieram sendo organizadas por todo o país.

Em período subsequente à Reforma de 1968, em consonância com o regime político ditatorial, acomete a proposta de tendência mais democrática e, entre outras medidas, passa a sintonizar as políticas do ensino superior à atmosfera da indústria de transformação e ao ingresso do Brasil no circuito internacional da economia. No bojo dessas mudanças, a pesquisa ganha maior reconhecimento entre as práticas universitárias, com incentivos externos (Romani, 1982), em meio a um processo contraditório de disputas em torno da ciência e da política, em que ficou evidente o atendimento aos interesses de grupos econômicos e politicamente dominantes que se consolidavam no Brasil, também em vigência na ordem mundial²⁶.

Desde essa fase e num crescente até as últimas décadas de 1900, é possível constatar processos de reajustamento econômico, político e social, identificados num arranjo denominado *globalização* (Arroyo, 2022). Destaca a autora:

Que, no início da década de 1990, as ideias neoliberais estavam em voga na América Latina, tanto na política quanto em grande parte dos meios de comunicação, com uma pregação insistente em favor do Estado mínimo. A globalização se mostrava como uma panaceia a ser almejada pelos países latino-americanos, que deviam ajustar-se para entrar num mundo marcado pelo fim da história, a dissolução das fronteiras, o pertencimento a uma aldeia global, dentre outras fabulações (Arroyo, 2022, p. 70).

No plano mundial, entre seus traços, têm estado a produção especializada para o atendimento aos mercados, o desenvolvimento tecnológico e significativas transformações nas formas de comunicação, as novas “regulamentações” das

²⁵ Sob a Lei N. 4.831, de 5 de novembro de 1965, que “Dispõe sobre as novas denominações das Universidades Federais das cidades do Rio de Janeiro e de Niterói”, é nomeada Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre 1937 e 1964, foram incorporadas a essa universidade 15 unidades e 16 institutos (Simões *et al.*, 2021).

²⁶ Ver: QUEIROZ, A. C. de B. A UFRJ e a sua modernização conservadora durante a ditadura civil-militar (1964–1985). **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – Contra os Preconceitos: História e Democracia**. Brasília: UnB, 2017. Disponível em: <https://memoria.sibi.ufrj.br/index.php/ufrj-decadas/anos-1960>.

relações de trabalho e a retração da atuação do setor público nas políticas sociais, que atinge diretamente as universidades.

Em meio a esse panorama, na primeira década do novo século, sob a liderança de um governo federal com identidade progressista²⁷, algumas das definições para o ensino superior – não sem disputas – vieram a desembocar no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI²⁸. O referido programa concorreu para uma expansão do acesso e das atividades acadêmicas nas universidades adeptas ao proposto. De modo geral, o incremento de cursos e de áreas de pesquisas, em níveis de especialização, de pós-graduação, exigiram novas estruturas de conteúdos programáticos, de estratégias pedagógicas, de recursos humanos e materiais, além de novos espaços físicos, incluindo novos Campi com a interiorização dos cursos ou criação de novas universidades. Especificamente na UFRJ, o Programa desafiou a instituição a repensar o arranjo físico de sua estrutura a partir de sua própria história – que já reconhecia sua fragmentação. A composição atual e a situação futura deste território universitário na Praia Vermelha estiveram em estudo, em meio a acirrados debates, em fases mais recentes (UFRJ, 2006; UFRJ, 2011; ADUFRJ, 2011; UFRJ, 2019)

Este Campus, cujo “nascimento” perfaz mais de setenta anos (tendo sido inaugurado em 1951), está sendo aqui considerado, junto das dinâmicas que o envolveram, com a finalidade de posicionar o problema desta pesquisa. Ou seja, entender como se deu a estruturação socioespacial das unidades de onde partiram as ações de extensão examinadas no estudo. Essa movimentação que levou à definição do modelo arquitetônico e o lugar de ocupação na cidade é relevante para a proposta de estudo em relação às práticas extensionistas? Existem projeção, escolha, vetor, plano, justificativa, direção, da política de extensão da universidade em relação à cidade?

Entre as unidades e os órgãos relativos à formação acadêmica e aos ambientes peculiares da edificação, que foram adaptados nas dependências do Palácio Universitário, estão:

²⁷ ROSA, C. M. Políticas Públicas para a Educação Superior no Governo Lula. v. 11 n. 1 (2013): **POÍESIS Pedagógica**. Universidade de Goiás, Regional Catalão. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/issue/view/1399>. Acesso em: 22 fev. 2024.

²⁸ Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

- Decania do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – CCJE;
- Instituto de Economia – IE/CCJE;
- Fórum de Ciência e Cultura (Setor Administrativo; Biblioteca e Salão Pedro Calmon, Salão Moniz Aragão, Salão Dourado, Capela de São Pedro de Alcântara);
- Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – FACC/CCJE;
- Curso de Biblioteconomia e Gestão da Informação – CBG /FACC/CCJE;
- Faculdade de Educação – FE/CFCH;
- Escola de Comunicação – ECO/CFCH.

Enquanto na abrangência do terreno, distribuídos em diferentes tipos de instalações, encontram-se:

- Biblioteca Metálica do CFCH;
- Central de Produções Multimídia da ECO/CFCH;
- Centro Cultural de Ciência e Tecnologia – Casa da Ciência/FCC;
- Decania do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH;
- Editora da UFRJ/ FCC;
- Escola de Serviço Social/CFCH;
- Fundação José Bonifácio;
- Instituto de Psicologia;
- Núcleo de Bioética e Ética Aplicada – NUBEA/CCS;
- Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos – NEPPDH;
- Núcleo de Rádio e TV/ FCC;
- Núcleo de Relações Internacionais;
- Núcleo de Segurança/Coordenação de Segurança/PU;
- Pavilhão M. A /CBPF e Oficina Mecânica CNPq/CBPF;
- Praça Esportiva Prof. Ernesto Santos, vestiário e sala de administração da Escola de Educação Física e Desportos/CCS;
- Pró-Reitoria de Pessoal PR4 – Polo CPV;
- Subprefeitura Universitária dos Campi Externos.

E ainda no extenso domínio do Campus, dado o histórico do campo da saúde mental e a herança físico-estrutural, existem diversos serviços de saúde que concorrem para a ambientação deste território universitário e para a movimentação dos respectivos profissionais, docentes, estudantes e público-alvo atendido. São oferecidos serviços em diferentes níveis de atenção, ocupando

dependências físicas distintas, alguns, sob a responsabilidade da UFRJ, e outros, da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro:

- no IPUB: Setor de Psiquiatria para Infância e Adolescência (SPIA); Hospital-Dia para Adultos; PROJAD (Programa de Estudos e Assistência ao Uso Indevido de drogas); CDA (Geriatría e Alzheimer); e Ambulatórios de Pesquisa (GOTA/ Transtornos Alimentares, Pânico e Ansiedade), Enfermaria, Centro de Atenção Psicossocial - CAPS infantil II, originalmente Centro de Atenção e Reabilitação à Infância e Mocidade – CARIM (Gil, 2018);

- no INDC, atendimento médico especializado e reabilitação em outras áreas profissionais da saúde no âmbito da neurologia;

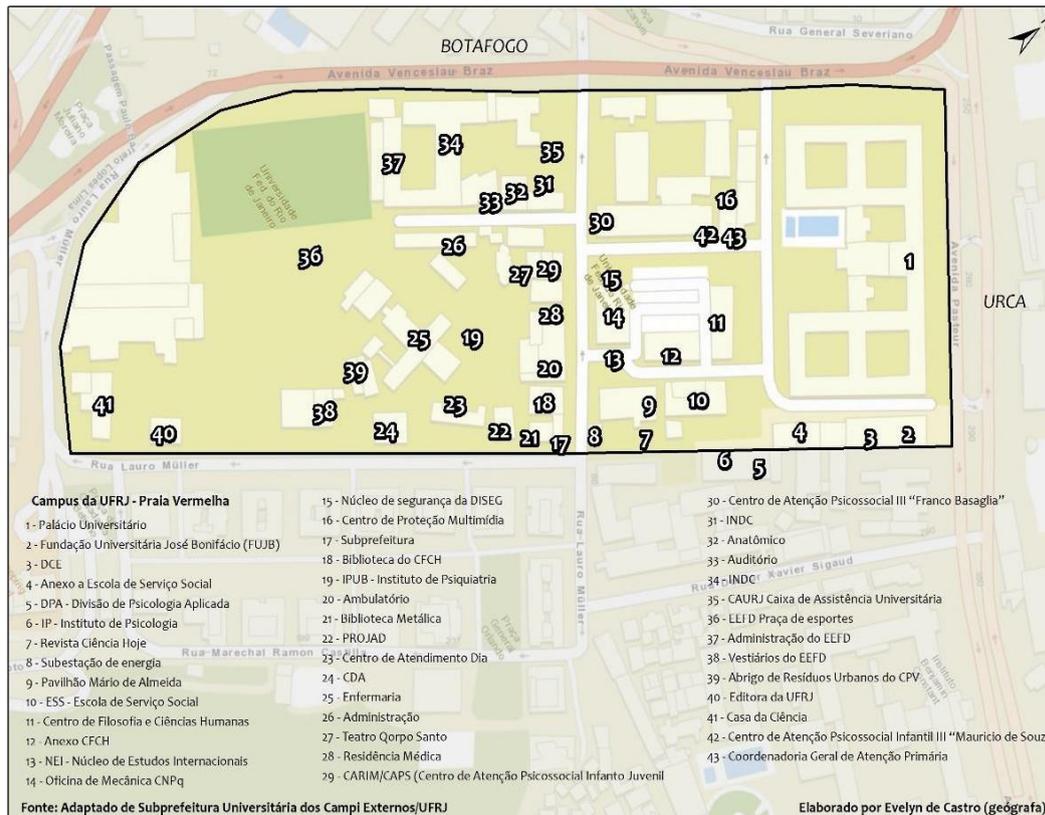
- no Centro de Atenção Psicossocial III “Franco Basaglia” (AP 2.1);

- no Centro de Atenção Psicossocial Infantil II “Mauricio de Souza” (AP 1.0 e 2.1)²⁹.

No prédio do Instituto Philippe Pinel, com entrada pelo pátio do Campus, localiza-se também a Coordenadoria Geral de Atenção Primária da Área Programática 2.1, da Secretaria Municipal de Saúde.

²⁹ Disponível em: <https://saude.prefeitura.rio/unidades-de-saude/caps/>.

Figura 2 - Indicação das unidades no Campus da Praia Vermelha



Fonte: Subprefeitura Universitária dos Campi Externos da UFRJ

Por certo que a história da UFRJ neste Campus, além de suas transformações internas, desde o início do século passado, trouxe interferências significativas à dinâmica e ao desenho urbano (às paisagens que se sucederam), considerando-se toda a atmosfera de desenvolvimento econômico, social e, especialmente, da política educacional no país. Talvez mais reconhecida, arquitetonicamente, pelo "ideal colonial de urbanização" (Magalhães, 2014), mas não apenas. É nesse sentido que a pesquisa analisa para onde se voltam as ações extensionistas originadas neste campus, cuja dimensão, desde sua origem e formação, vem ganhando expressão e relevância no exitoso percurso desta universidade.

Diante do exposto, avalia-se que uma identidade foi criada neste espaço geográfico – um reconhecimento socioespacial-institucional – através do Palácio Universitário e das demais unidades e instalações à sua volta, uma vez que a UFRJ manteve na Praia Vermelha esta área aglutinadora de atividades, que se tornou referência para a cidade e seus visitantes até que se dinamizassem as atividades acadêmicas na Cidade Universitária, na Ilha do Fundão.

Embora este período e os demais que o sucederam tenham sido constantemente permeados por controversas e debates em relação à permanência das atividades acadêmicas na PV, é fundamental demarcar aqui três grandes intervalos de tempo para fins de análise.

Um primeiro período – delimitado pela inauguração do Palácio, em 1951, e chegada gradativa dos cursos – de realização e de iniciativas de eventos que estreitaram o relacionamento entre o cotidiano da comunidade acadêmica e de outras comunidades, em paralelo à expectativa da construção e do funcionamento da Cidade Universitária. O ponto inicial de ocupação da universidade na Ilha teve como destaque a inauguração do prédio do Instituto de Puericultura Martagão Gesteira (IPPMG) em 1953, seguida de outras grandes edificações que receberam os diversos cursos no decorrer dos anos de 1960 e 1970.

O dia 21 de janeiro de 1970 marcou o início de uma nova etapa para a concretização do projeto, na qual o presidente destinou vultosos 23 milhões de cruzeiros para o prosseguimento das obras. (...) Além disso, fixou o prazo de até 7 de setembro de 1972 para a inauguração da Cidade Universitária, ressaltando que, à medida que as unidades fossem sendo transferidas para a Ilha do Fundão, a alienação dos imóveis disponíveis deveria proporcionar recursos para a segunda etapa, a partir de 1973, tendo em vista a época prevista de transferência das diferentes unidades para o campus. Ao término da segunda etapa, previa-se que se alcançaria a meta de 30 mil matrículas (Freire, 2014, p. 68).

(...) Embora ainda inacabada, ela foi oficialmente inaugurada pelo presidente Médici exatamente no dia 7 de setembro de 1972. A escolha por comemorar o 150º aniversário da independência do país com a conclusão dos centros médico e de tecnologia (as duas áreas prioritárias para o país se desenvolverem) teve, por sua vez, grande valor simbólico (...) (Freire, 2014, p. 68).

As condições políticas no âmbito da administração do país – que recaíam sobre as formas de gestão – e as questões econômicas fizeram retroceder o ritmo da empreitada, como registrou Letícia Freire (2014). Nesse período, foram muitas as críticas em relação à morosidade e ao grande investimento que concorria com outro grande projeto: a construção de Brasília, a nova capital do país³⁰. De acordo com a autora:

Além das mudanças políticas geradas pela morte de Vargas, a enorme variação do salário mínimo desde 1944, suscitando a revisão dos contratos celebrados entre o ETUB e as firmas empreiteiras, contribuiu para a redução dos investimentos governamentais. Dificuldades como a escassez de recursos, o imprevisto do montante em cada dotação orçamentária e o atraso no repasse das verbas ao ETUB passaram a impossibilitar qualquer planejamento, a longo prazo,

³⁰ Lembremos ainda que o período correspondia ao regime da ditadura militar causando paralisação nos processos administrativos referentes às obras. No entanto, foi durante a gestão militar que as obras foram retomadas, a CUB estava incluída no projeto nacional que estava em andamento no Brasil (Freire, 2014, p. 67).

das obras da Cidade Universitária, gerando a inevitável desaceleração do processo (Freire, 2014, p. 65–66).

Um segundo período que compreende os anos 1980 e 1990, nos quais parece não haver registros de eventos, debates ou documentos acerca da relação *Campi*/cursos que mencione o envolvimento do Campus da Praia Vermelha especificamente. Isso possivelmente porque seu destino estava relacionado à estruturação da Cidade Universitária, e todos os olhares estavam voltados para lá. Nessa etapa, alguns cursos de graduação ainda se encaminhavam para a Cidade Universitária, e as dependências físicas crescem para a formação em nível de pós-graduação e para as novas necessidades de apoio acadêmico.

De qualquer forma, a reformulação, em 1972, do Plano Diretor, com a construção de novas edificações e a definição de novos usos para as edificações existentes, permitiu a transferência de várias unidades acadêmicas para a Cidade Universitária, agrupando aproximadamente 65% das instalações da Universidade na Ilha do Fundão, o que contribui para reforçar a visão da Ilha como *campus* da UFRJ. Apesar de ideias, estudos e projetos terem sido elaborados desde então, o ato é que, face à escassez crescente de recursos, os investimentos na área de infraestrutura se reduziram e cresceram as dificuldades para a manutenção das diversas instalações de ensino e pesquisa da Universidade. O último investimento significativo remonta a 1984, quando foi construído, na Ilha do Fundão, o prédio em que está localizada a Faculdade de Letras (UFRJ, 2006, p. 39).

Lembremos ademais que, nos primeiros anos de 1980, repercutiam ainda as ofensivas do governo ditatorial empresarial-militar sobre estudantes e professores universitários, que haviam questionado e lutado contra aquele regime³¹. Esse clima, no entanto, mobilizou a comunidade acadêmica em ambos os sentidos, havendo favorecimento nos cargos e outros benefícios³²; e a instituição, naquele período, teve andamento junto daqueles que conseguiram manter-se em atividade.

Conforme mencionamos inicialmente, nos anos 1990, a UFRJ foi abatida – assim como foram as demais universidades públicas – pelos efeitos de mais uma crise econômica que atingiu o país, já manifestada em décadas anteriores, em outros lugares do mundo. Crise que resultou do colapso da produção de mais-valor, da queda tendencial da taxa de lucro, de acordo com a análise marxista do sistema econômico capitalista, em que uma lei pode contrariar outra do processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção. Na consideração histórica,

³¹ QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. A UFRJ e a sua modernização conservadora durante a ditadura civil-militar (1964–1985). **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História** – Contra os Preconceitos: História e Democracia. Brasília: UnB, 2017. Disponível em: <https://memoria.sibi.ufrj.br/index.php/ufjr-decadas/anos-1960>.

³² QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. A Universidade e os anos 1970. Disponível em: <https://memoria.sibi.ufrj.br/index.php/ufjr-decadas/anos-1970>.

“a lei é o aspecto contraditório de uma outra lei – a do mais-valor relativo, que determina a expansão molecular do sistema fabril”³³ (sistema exemplar à época). Como resposta, o período se caracterizou pela introdução de novos métodos de produção sob novas tecnologias e pela adoção de novas e precárias relações de trabalho, com conseqüente aumento da exploração do trabalho humano.

Esse conjunto de alterações traz implicações para o setor público que deve atender, por seu turno, o reordenamento social – prevendo o deslocamento dos recursos do Estado para a manutenção das atividades rentáveis do capital, na escala global. Dessa forma, veio comprometendo, cada vez, mais o custeio das instituições educacionais, especificamente no caso de nossa universidade, limitando quaisquer tipos de investimento de grande monta no período, conforme consta no item Diagnóstico, do documento elaborado em 2007 – Plano de Reestruturação e Expansão (PRE) da UFRJ 2008–2012.

Assim entendemos por é oportuno atualizar os dados orçamentários das universidades federais da última década, os quais são desalentadores se tivermos em perspectiva uma recomposição em breve tempo. Segundo Sacramento *et al.* (2023), os informes sobre a Dotação Orçamentária³⁴, são os seguintes:

Exercício 2014:	Total	19.054.587.942,50
Investimentos	5.788.269.069,89	Despesas Correntes 13.266.318.872, 61
Exercício 2023:	Total	9.475.820.328,00
Investimentos	775.329.234,00	Despesas Correntes 8.700.491.094,00

Num terceiro momento, por nós definido nesta tese, pelos primeiros anos de 2000 até os dias atuais – para fins de análise das questões que envolvem tanto a distribuição espacial da universidade quanto a qualidade das práticas pedagógicas e da produção do conhecimento – compreende-se que as discussões que recuperam o assunto estão contidas na Proposta do Plano Quinquenal de Desenvolvimento para UFRJ, apresentado em 2006 (UFRJ, 2006), e nas projeções para as áreas físicas da universidade a partir do PRE 2008-2012 (UFRJ, 2007) e do Plano Diretor 2020 (UFRJ, 2011).

³³ “(...) A significação de tendencial’, portanto, ao que parece deve ser de caráter ‘histórico’ real e não metodológico: o termo serve, precisamente, para indicar este processo dialético pelo qual o impulso molecular progressivo conduz a um resultado tendencialmente catastrófico no conjunto social, resultado de onde partem outros impulsos singulares progressivos, em um processo de contínua superação o qual, contudo, não se pode prever como infinito, ainda que se desagregue em um número muito grande de fases intermediárias de diversa medida e importância.” (*queda tendencial da taxa de lucro [CC, 1, 352]*). LIGUORI, G. e VOZA. P. Dicionário Gramsciano (1926–1937). Boitempo: São Paulo, 2017, p. 663.

³⁴ Tabela 1. Dotação Atualizada das Universidades Federais (2014-2023, cf. Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento). Disponível em: <https://periodocos.fgv.br/cgpc/announcement/view/208>. Acesso em: 11 mar. 2024.

Em nota, Oliveira (2011) assinalava:

Podemos observar que alguns desses elementos justificadores da adoção do modelo de cidade universitária foram retomados e atualizados pela Administração Central da UFRJ, a partir do documento que constitui seu Plano de Reestruturação e Expansão, a partir das novas discussões da necessária concentração espacial da UFRJ em sua cidade universitária, na Ilha do Fundão (Oliveira, 2011, nota 52, p. 192).

Nas cenas iniciais de mudança de século, merecerá atenção o crescimento do contingente de estudantes que requisitava adaptações e conservação de algumas dependências físicas na Praia Vermelha, bem como adequações aos espaços condizentes às ações de Assistência Estudantil e atualizações aos recursos técnicos e tecnológicos para estudo e pesquisa. Tais condições ratificavam os planos da universidade em relação à transferência dos cursos e de algumas das unidades para a Ilha do Fundão. No entanto, este é um eixo que não se desloca isoladamente em meio aos processos acadêmicos e seus objetivos, nem do panorama em que se insere a universidade nas suas atribuições políticas, como já foi abordado anteriormente. Por conseguinte, a dinâmica de debates, deliberações e implementações acerca do tema encontra-se ainda em processo.

Na proposta do Plano Quinquenal de Desenvolvimento, que visava à elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (UFRJ, 2006), o qual faz referência ao conceito de *campus descontínuo*, é rememorado o prenúncio do Reitor Pedro Calmon, em 1952, a respeito da provisoriedade da UB na Praia Vermelha, insinuando questionamento sobre a situação que adentra o novo século. O texto reafirma que a UFRJ não deixou o *campus* e que “provavelmente nunca deixará”, dado que:

Várias unidades lá permanecem como o Instituto de Economia, a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, a Faculdade de Educação, a Escola de Comunicação, o Instituto de Psicologia, a Escola de Serviço Social, o Instituto de Psiquiatria e o Instituto de Neurologia Deolindo Couto. E outras poderão vir a localizar-se ali, reunindo, no conceito de *campus descontínuo*, as áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas em um único espaço geográfico (UFRJ, 2006, p. 41).

Assim é que, entre as metas de Desenvolvimento de Programas e Projetos de Assistência e Permanência Estudantil, uma das ações era construir um restaurante universitário, Dessa forma, pareceria ficar indicado que, apesar dos incrementos, o *Campus* permaneceria como estava.

No texto, contudo, há apontamentos sugerindo mudanças. Entre as ações da meta E, *Desenvolvimento de grandes projetos de requalificação dos espaços ocupados pela UFRJ*, estava indicado para a Requalificação do Campus da PV:

“i. Concluir os estudos com vistas à definição de áreas para cessão de uso de natureza comercial e à obtenção de recursos para o projeto de requalificação do Campus da Praia Vermelha; e iii. Construir e adaptar espaços para salas de aula e uma biblioteca central; iv. Restaurar o Palácio Universitário e formular novas diretrizes de uso de seu espaço (reconceituação das estratégias de sua utilização)” (UFRJ, 2006. p. 68). Verifica-se, de certa forma, uma ambiguidade ou uma larga fase para concretização das ações – o que não fica completamente explicitado.

Já nas proposições no documento base do PRE/UFRJ, de 2007, são ratificadas as recomendações quanto ao deslocamento dos cursos da Praia Vermelha para a Cidade Universitária. Com o objetivo de que as instalações físicas fossem adequadas às novas necessidades, o Plano de Investimentos previa a ação com prioridade, num breve intervalo de tempo para que as transferências ocorressem (UFRJ, 2007, p. 27). E salienta que:

O objetivo do Programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ, no que tange ao reordenamento espacial, tem por objetivo corrigir essa distorção (leia-se manutenção de cursos no Campus na Praia Vermelha e a dispersão de outros pela cidade), revendo a atual lógica de ocupação dos espaços acadêmicos e retomando o projeto de término das obras de construção do Campus da Ilha da Cidade Universitária (UFRJ, 2007, p. 21).

As “intervenções previstas” neste documento explicitavam a nova designação do Palácio, retomando seu valor histórico e cultural: i. O Palácio Universitário deverá ser esvaziado de atividades correntes de ensino e pesquisa e restaurado, passando a abrigar acervos raros e o museu da Universidade e a sediar atividades culturais de acordo com sua vocação natural; os recursos necessários às obras de restauração poderão ser obtidos através da Lei Rouanet, e outras formas de captação de recursos; os cursos hoje instalados no Palácio serão realocados em novas instalações na cidade universitária; (...)” (UFRJ, 2007, p. 38).

A partir desse documento, vários escopos foram discutidos pelas representações e instâncias da universidade para que fosse aprovado, ainda em 2007, o PRE/UFRJ, como acabou sendo. Ocorreram muitas manifestações contrárias aos procedimentos propostos no Programa decretado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Um dos pontos mais críticos se relacionava aos recursos: haveria condicionantes para o repasse de verbas estabelecidos de acordo com aumento de estudantes, mantendo-se a relação professor/aluno proposta;

ademais as verbas estariam limitadas “à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação”.

Embora o próprio texto advertisse que suas exposições suplantavam as diretrizes do REUNI, dadas as avaliações e reflexões acumuladas na UFRJ, era inevitável a comparação, já que as concepções se assemelhavam. Por parte da Reitoria, a alegação era de que não se tratava de uma adesão ao REUNI, mas sim de um pleito dos recursos previstos no Programa, sob os argumentos, entre outros, da ampliação de cursos diurnos e noturnos e do enfrentamento das desigualdades sociais através de revisão das formas de acesso à universidade.

Entre os vários itens deliberados, destacam-se aqueles que diziam respeito ao reordenamento espacial das unidades, os quais subsidiaram uma série de estudos, debates e elaboração de propostas preliminares por parte de um Comitê Técnico do Plano Diretor. Tendo por base tais conteúdos, o Plano Diretor UFRJ/2020 foi formulado, após um longo processo de discussões internas (Oficinas Temáticas) e externas à comunidade acadêmica (promovidas pelo Conselho Participativo do Plano Diretor UFRJ 2020). Na sua idealização, deu-se ênfase à estruturação espacial geográfica e à concentração e otimização de recursos, a fim de concretizar os objetivos que vinham sendo acumulados em relação à reestruturação e expansão. Tratava-se de um ambicioso plano, de longo prazo, cuja execução previa etapas a serem cumpridas nos anos que se seguiriam (com dois momentos intermediários: 2012 e 2016). Desse modo:

O PD UFRJ-2020, em conformidade com a Resolução Nº 10//2008, é constituído de três vetores articulados, inseparáveis tanto na concepção quanto nos processos de implantação, a saber: o Plano de Desenvolvimento da Cidade Universitária (PDCIDUNI 2020); o Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha (POUPV 2020); o Plano de Ocupação e Uso das Unidades Isoladas (POUUI 2020).

Sob tais eixos, buscavam-se o aprimoramento e o arrojo nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão, assim como na mudança do perfil universitário que se anunciava, tanto em termos quantitativos como qualitativos. O grande desafio se debruçava sobre a fragmentação persistente na instituição, em seus diferentes aspectos, dando relevo à imprescindível integração interna e com a cidade, pensando os meios de acessos à Cidade Universitária na Ilha do Fundão e vários outros atrativos no plano urbanístico, educacional, cultural, ambiental e de sociabilidade, tornando o território universitário um espaço de plena cidadania.

Quanto ao Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha (POUPV 2020)³⁵, constava que o espaço seria disponibilizado para ações culturais e outras iniciativas dessa natureza, engrandecendo o patrimônio edificado e oferecendo novos ambientes de convívio social à cidade. Assim, as deliberações abrangiam:

- o Palácio Universitário, que deveria destinar suas “instalações e entorno para atividades universitárias de difusão cultural, artística e científica, promovendo cada vez mais a interação da UFRJ e da Praia Vermelha com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro”. Menciona-se o IPHAN a fim de orientar adequadamente os procedimentos de preservação deste patrimônio. “O Palácio Universitário deverá ser elemento central de um complexo contemplando Centro Cultural e Centro de Convenções”, para tal, revitalizando seu Anfiteatro e a Capela de São Pedro de Alcântara;

- o entorno do Palácio em que se previa um Complexo esportivo de pequeno porte, um Hotel Escola e um estacionamento subterrâneo;

- as instituições de Saúde (o Polo Universitário), os Hospitais Universitários (Instituto de Neurologia Deolindo Couto – INDC e Instituto de Psiquiatria – IPUB) deveriam permanecer no Campus da Praia Vermelha, por sua integração ao SUS no atendimento de serviços básicos, procedimentos de alta complexidade e serviços complementares, “devendo ser desenvolvidos estudos mais cuidadosos acerca de suas necessidades no horizonte 2020”.

Fato é que essa ideiação não se concretizou, assim como as proposições que envolviam transferências das unidades isoladas para a Ilha do Fundão não foram implementadas. Por motivos vários, especialmente pela falta de recursos, a Cidade Universitária não concluiu efetivamente o que almejava: uma universidade com atividades concentradas em sua ampla ilha, tanto aquelas características da educação de nível superior quanto as de lazer, esportivas e culturais integradas à cidade. Nos anos que antecederam à elaboração do Plano Diretor 2020, desde a apresentação dos documentos que planejavam ações para o período de 2008–2012, intensificaram-se os embates acerca da proposta de uso e ocupação do CPV, conforme documentos que expressavam as posições contrárias do grupo intitulado Coletivo da PV.

Outros processos e proposições vêm envolvendo os *Campi* até a atual conjuntura, especialmente o da PV. Encontra-se em plena discussão o Plano Diretor 2030, mas a discussão ficará limitada neste enquadramento, uma vez que já se tem a configuração que permitirá realizar a análise acerca do diálogo da

³⁵ UFRJ, 2011, p. 76–78.

universidade através das atividades de extensão universitária. A circunstância de não ter sido um *Campus* planejado evidencia que a provisoriedade traz permanentes discussões, implicando nas expectativas e ações de todos os sujeitos envolvidos nesta comunidade acadêmica.

Com tal exposição, intencionamos realizar um reconhecimento do território universitário a partir de um processo histórico, o qual é compreendido como uma acumulação de tempos. De certa forma, o objetivo é dimensionar algumas questões sobre a formação específica do CPV que acabaram por repercutir nas relações presentes neste ambiente, tanto nos vínculos acadêmicos formais quanto nos relacionamentos cotidianos, em que se juntam estudantes, usuários de serviços de saúde e seus familiares, visitantes, professores, técnicos administrativos, outros segmentos de trabalhadores, visitantes e transeuntes.

À medida que se atentam às considerações sobre os *Campi* universitários e suas conformações, e ao cotidiano nas localidades, torna-se peculiar a compleição do Campus eleito. Além de ter sido estruturado em meio urbano, a área ocupada da cidade, além de sua grandeza histórico-social, possui valor econômico, onde se mantêm os embates que envolvem a ocupação do solo por moradias, preservação ambiental, patrimonial e arquitetônica. É onde também se configura um cenário de disputas entre o espaço público e o privado. O que, conseqüentemente, se reflete nas relações entre a universidade, o espaço geográfico e os sujeitos que os integram, os quais assentam no lugar seus projetos.

Nesse enfrentamento, a comunidade acadêmica não deveria esquecer de aspectos que trazem à tona a paisagem histórico-cultural e arquitetônica da transformação já ocorrida neste território.

Possivelmente, algumas árvores do entorno da Casa (da Ciência) e no restante do campus são remanescentes do bosque e testemunhos do paisagismo da época do HNA. Hoje, um dos nossos maiores desafios é preservar esse patrimônio e sua memória, o que requer a conscientização da relevância histórica de uma área da cidade muito cobiçada pelo seu valor imobiliário (Moraes *et al.*, 2021, p. 672).

As realidades produzidas no seu entorno hoje estabelecem algum ponto de contato com a universidade, o que denota esse encadeamento. E, desse modo, o recorte desenhado viabiliza a assimilação, em parte, do significado desses processos ao suspender metodologicamente algumas das ligações universitárias nesse contexto, sistematizadas e apoiadas em suas próprias tarefas.

O território universitário pode ser composto por um território mais alargado? Tal questão será tratada no capítulo seguinte, em que se estabelecerá

uma aproximação da discussão a respeito de território construído (Santos, 2005). Para isso, projetamos imaginariamente um desenho entre os bairros de Botafogo, Urca e Morros do Leme, tendo como ponto central o Campus, que é de onde estamos enxergando o mundo nesta abordagem, reafirmando a ideia de que “o centro do mundo está em todo lugar – o mundo é o que se vê de onde se está”³⁶; e, a partir dessa perspectiva, apresentaremos a formação sócio-histórica territorial através destes lugares, recorrendo aos dados censitários e relativas análises sociais, destacando algumas de suas comunidades no Morro da Babilônia e de Santa Marta.

A universidade está na cidade; a universidade está na sociedade. Reflexões sobre a universidade e sociedade ocuparão o capítulo 4, no qual se situa o entendimento de que a Universidade está inserida (em todos os cantos do mundo em sua história) na sociedade, sendo por ela concebida e estruturada. Assim, desde aí, está destacado um dos pontos dessa inserção, que se dá pela Extensão Universitária, dimensão tida como extramuros – com sua política bastante evidente, refletindo uma disputa de governança, que acontece também fora dos muros edificadas da universidade, no plano material e social.

³⁶ O mundo global visto do lado de cá (audiovisual). Produção Silvio Tendler. CRABASTOS vídeos (1:29). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM. Acesso em: 2 dez. 2021.

3. Compreendendo o território a partir do lócus da pesquisa

Depois de termos tratado do território universitário, buscaremos neste capítulo, compreender o território como “uma porção” da cidade que abriga o Campus da Praia Vermelha. Para isso, recorreremos a algumas das formulações do geógrafo Milton Santos, com o intuito de refletir sobre tal concepção, e arrolamos sucintamente o que pode ser identificado no entorno da universidade, através das bases materiais que transformaram aquele espaço geográfico, concatenadas ao desenvolvimento urbano.

Num primeiro momento, discorreremos sobre o fato de que, naquelas cercanias, destacam-se instituições tradicionais, além de outras de caráter técnico-científico e pesquisa, algumas conjuntamente relacionadas à origem do HNA e, depois, à UB. Entendemos, desse modo, que foi havendo uma configuração territorial, uma convergência sociopolítica que tendeu a definir conteúdos de ocupação nesse espaço, marcadas por períodos históricos.

Situação bem colocada pela reflexão de Saquet (2008) a respeito do conceito de territorialidade, abarcando a “trilogia tempo-espaço-território”, como componentes de uma unidade; em que eles nos são apresentados numa “tentativa de tecer uma concepção multidimensional, reticular, relacional e histórica de território e de territorialidade contendo um caráter operativo e político bem definido em favor da transformação e da justiça social”; onde se reconhece e destaca a unidade existente entre ideia e matéria na multidimensionalidade social e territorial.” (Saquet, 2008, p. 83)

Nessa perspectiva, revelam-se os acúmulos de tempo e um recorte de concentrada produção de conhecimento na cidade. De acordo com Milton Santos (2012), a paisagem é a combinação de objetos naturais e de objetos fabricados “objetos sociais”, e “o resultado da acumulação da atividade de muitas gerações”; compreendendo dois elementos: objetos naturais, que não são obra do homem nem jamais foram tocados por ele, e objetos sociais, testemunhas do trabalho humano de muitas gerações (Santos, 2012, p. 53).

Esboçamos uma delimitação dada pelas características dos bairros que circunscrevem a área física do Campus: Botafogo, Urca e Leme. Por meio deles, destacamos aspectos sócio-históricos e alguns de seus desdobramentos, levando em conta que são partícipes do mesmo contexto em que se deu a edificação do Hospício Nacional de Alienados, depois destinada à Universidade do Brasil, assim como expusemos as demais estruturas edificadas à sua volta. O objetivo é abordar

a área ampliada, a partir da universidade, para refletir sobre o alcance extensionista naquele contexto.

No planejamento deste estudo, importava-nos problematizar aspectos sociais e comunitários onde estariam, por suposição, assentadas as ações de extensão ou as potenciais demandas no entorno do CPV, as quais iriam nos conduzir nesta investigação. Ocorreu que esta conformação espacial passou a ser apreendida como um território, em função dos referenciais teóricos e pressupostos. Junto ao Campus, numa fração da cidade, são inúmeras modificações ocorridas sob determinações políticas e econômicas, envolvendo arranjos sociais que foram se dando ao longo dos séculos. Assim, nesta abordagem, tais transformações são explicitadas pelas bases técnicas e tecnológicas, desenvolvidas nas sociedades capitalistas, e bases ideológicas – uma vez que pertencem a uma dada racionalidade. Conforme diz Santos (2013):

Objetos e ações contemporâneos são, ambos, necessitados de discurso. Não há objeto que se use hoje sem discurso, da mesma maneira que as próprias ações, tampouco se dão sem discurso. O discurso como base das coisas, nas suas propriedades escondidas, e o discurso como base da ação comandada de fora impelem os homens a construir a sua história através de práxis invertidas (Santos, 2013, p. 87).

Essa perspectiva tanto nos permite situar as ações extensionistas das unidades da Praia Vermelha, onde identificaremos aquelas voltadas para o território ocupado pelo Campus (material do próximo capítulo) quanto alargará a compreensão do processo de desenvolvimento urbano, que desenha, virtualmente, demandas para as práticas universitárias. Tais subsídios podem ser tomados como possibilidades relevantes para o exercício acadêmico de pesquisa, ensino e extensão, sustentando nosso argumento de mapear as atividades extensionistas a partir da inserção do território universitário ao *território*. O tempo, como fio condutor, atravessa o processo de tomada dos terrenos, em amplo sentido, para pensarmos que houve e há uma dinâmica que envolve a estrutura edificada da UFRJ e suas relações, mediada pelas características das comunidades, de diversas naturezas, que foram se aproximando e por pleitos por elas ensejadas.

Levando em conta as particularidades deste Campus, compartilhamos do questionamento geral de Mahler (2015) ao chamar a atenção para as lacunas que se evidenciaram nos projetos arquitetônicas dos *Campi* e das Cidades Universitárias por ela estudados.

A crise da universidade, em particular, é atingida pelo colapso de instituições existentes, em geral. O jogo de interesses políticos, desarticulado das necessidades de natureza científica, dificulta a solução de necessidades emergentes. Além desta dependência da política, resta ainda a dificuldade de gerir toda a sua diversidade. Essa crise ideológica e institucional atinge o destino dos espaços físicos, pois afinal como resolver um projeto de universidade que nunca estará, de fato, completo? (Mahler, 2015, p. 291).

Embora tal ponderação esteja subentendida nas discussões expostas até aqui, em função das abordagens que abarcam críticas sobre uma arquitetura que isola o terreno do conhecimento dos demais, o território universitário fica preservado num dado plano. E então indagamos se não nos caberia pensá-lo a partir de uma certa dinâmica social, de relações entre os sujeitos, e entre esses e as instituições. Indagamos se não nos caberia pensá-lo transversalmente às qualidades do lugar.

Entre os estudos citados no capítulo anterior, o arquiteto F. Godoi (2017) traz a concepção de *território construído*, que nos orientará também nesta interpretação, que extrapola os muros da universidade. Nela, as proposições sobre o lugar tomam por eixo a movimentação das contradições sociais e, nesse entendimento, o território é constituído por “objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado (Santos, 2005, p. 255).

Na (re)apresentação do texto “O retorno do território” (Santos, 1994), Souza (2005) assinala que o lugar habitado é privilegiado para a apreensão da realidade, sendo proposto pelo autor como lócus do enfrentamento de problemas e da práxis; “o espaço geográfico seja assumido como uma categoria de análise social, sinônimo de território usado, território abrigo de todos os homens de todas as instituições e de todas as organizações” (Souza, 2005, p. 252). Da produção teórica do geógrafo, a pesquisadora, também, destaca a ideia que torna as expressões contidas no cotidiano da vida fontes para compreensão dos fenômenos sociais, explicitando que o autor elaborou insistentemente sobre essa categoria – território usado – como uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local (Souza, 2005, p. 252).

Milton Santos nos ensina que um território resulta das intervenções realizadas ao longo dos processos de uso dos espaços geográficos pelo capital, pelas ordens hegemônicas vigentes em nossa organização social, onde “existem pesados investimento em ciência e inovação técnica que permitem grande fluidez e velocidade para os fluxos de capitais, serviços e mercadorias”, são as “áreas luminosas”, que coexistem, no entanto, com ondas em que “os investimentos são pequenos e os fluxos mais lentos”, chamadas de “áreas opacas” (Costa, 2014, p. 68). Para o eminente geógrafo:

(...) do ponto de vista da composição quantitativa e qualitativa dos subespaços (aportes da ciência, da tecnologia e da informação), haveria áreas de densidade (zonas "luminosas"), áreas praticamente vazias (zonas "opacas") e uma infinidade de situações intermediárias estando cada combinação à altura de suportar as diferentes modalidades do funcionamento das sociedades em questão (Santos, 2013, p. 48).

Em sua obra, inúmeros elementos se conjugam. Todos, por sua vez, presumem a relação entre o mundo e o lugar, em que o lugar é o palpável, é o que recebe os impactos do mundo. Santos, contudo, assevera que se pode reconstituir a base de vida comum nos lugares onde "reside a única possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo" (Souza, 2005, p. 253). Em sua reflexão:

A cidade como um todo resiste à difusão dessa racionalidade triunfante graças, exatamente, ao meio ambiente construído, que é um retrato da diversidade das classes sociais, das diferenças de renda e dos modelos culturais. À cidade informada e às vias de transporte e comunicação, aos espaços inteligentes que sustentam as atividades exigentes de infraestruturas e sequiosas de rápida mobilização, opõe-se a maior parte da aglomeração onde os tempos são lentos, adaptados às infraestruturas incompletas ou herdadas do passado, os espaços opacos que, também, aparecem como zonas de resistência. É nestes espaços constituídos por formas não atualizadas que a economia não hegemônica e as classes sociais hegemônicas encontram as condições de sobrevivência (Santos, 2013, p. 74).

Assim Freire (2014), ao estudar os impactos e impasses cotidianos dos moradores da Vila Residencial, na Ilha do Fundão, demonstrou a sobreposição de interesses econômicos e políticos que estiveram em jogo no processo de construção da Cidade Universitária da UFRJ, quando as ocupações populacionais faziam do mesmo espaço-lugar suas fontes de sobrevivência e habitação. Naquele contexto, se estenderam problemáticas de moradia, de condições de vida e de relacionamento com a universidade. As narrativas dos moradores da Vila, manifestadas na pesquisa através das memórias e de conhecimento dos entrevistados, revelaram as heranças socioambientais e afetivas após longos períodos de usufruto do antigo arquipélago. Trata-se de uma produção acadêmica que ilustra claramente as transformações daquele espaço geográfico provocadas pelas intervenções humanas, relacionadas ao desenvolvimento de políticas de várias áreas imbricadas à política educacional. São manifestações dessa natureza que indicam os movimentos que convergem para a constituição e/ou permanência dos *Campi* em diferentes locais no país e fora dele, e que seguem sendo investigados.

3.1 O caráter técnico, acadêmico e científico de instituições contíguas ao Campus da Praia Vermelha

O momento passado está morto como o tempo, não, porém como espaço; o momento passado já não é, e nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social (Santos, 2012, p. 14).

Na área em que o Campus está situado são mantidas, até os dias de hoje, algumas das intervenções do passado. Entre elas, julgamos pertinente pensarmos sobre as instituições de cunho científico e acadêmico, que, de certa forma, acabaram constituindo um espaço de produção de conhecimentos, sob mandatos políticos em diferentes momentos, ao longo da história. Nessa alçada, diversos registros e estudos³⁷ nos levaram a constatar que, em período anterior à República e nos subsequentes, foram sendo instaladas, nas proximidades, diferentes instituições de natureza técnico-científica. Para evidenciar tal caráter e relatar algum de seus pontos históricos, descreveremos algumas delas.

Iniciamos pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), instituição cujas dependências estão separadas do Campus apenas por um muro – erigido na época das antigas construções. O Centro, embora localizado na delimitação das ruas que cercam o Campus, cuja entrada principal está fixada externamente na Rua Dr. Xavier Sigaud, além desse acesso possui outros independentes.

O CBPF tem sua história ligada ao desempenho de professores da Faculdade Nacional de Filosofia da UB, que, juntamente com outros pesquisadores da física, reivindicavam condições e meios de trabalho³⁸. No decorrer de 1940, uma série de acontecimentos “alimentada por resultados de repercussão internacional obtidos por físicos brasileiros” sedimentou a criação do CBPF em 1949. Depois de se abrigar em instalações temporárias, obteve sede própria e apropriada às suas atividades. Foi construída em 1951, no “Campus da

³⁷ Ver: AIZEN, Mario. **Urca – construção e permanência de um bairro**. Coleção *Bairros Cariocas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro/Departamento Geral de Doc. e Inf. de Cultura, 1988; CAMINHA, J. V., Botafogo e a sua evolução urbana: um retrospecto. 14º Encuentro de Geógrafos de América Latina. Reencuentros de saberes territoriales Latinoamericanos. Union geográfica Internacional. Peru, 2013; TEIXEIRA, L.G.S. **História breve do bairro de Botafogo**. Textos online - Artigos e relatórios Produzidos pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/oz/FCRB_Luiz_GuilhermeSodreTeixeira_http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/oz/FCRBHistoria_breve_bairro_Botafogo.pdf. Acesso em: 26 jul. 2022.

³⁸ Consta que “o físico Joaquim Costa Ribeiro (1906–1960) e assistentes ocupavam uma salinha apertada na Universidade do Brasil, cedida por Carlos Chagas Filho (1910–2000). Porém, foi nesse ambiente precário que se chegou, em 1944, ao chamado efeito termodielétrico, relacionado a propriedades condutoras dos sólidos. Primeiramente detectado na cera de carnaúba o efeito Costa Ribeiro – como ficou conhecido – foi posteriormente observado em outros materiais”. **Revista do CBPF** [19-], p. 89).

Praia Vermelha da Universidade do Brasil”, através de benesses do banqueiro Mário de Almeida. Posteriormente, o local recebeu seu nome. Atualmente, o espaço serve ao Centro Latino-Americano de Física. Ainda no Campus, mas em outro alojamento, o CBPF manteve o Laboratório de Instrumentação e Tecnologia Mecânica, ficando assim registrado:

Dessa vez, eram 19 salas, distribuídas por um prédio de dois andares que ocupava cerca de 600 m² de área – mais tarde batizado edifício Mario de Almeida – existe até hoje, abrigando o Centro Latino-americano de Física e outras sociedades científicas, bem como parte das instalações das revistas de divulgação científica *Ciência Hoje* e *Ciência Hoje das Crianças*, publicadas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (CBPF, [[19—]])³⁹.

Atualmente este Centro de Pesquisas, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), é reconhecidamente “um instituto de excelência internacional na área de pesquisa e pós-graduação em física. Com seus laboratórios multiusuários, serve de infraestrutura para grupos de pesquisa no Brasil e no exterior, bem como para a indústria nacional⁴⁰. A sede ocupa o mesmo terreno do Campus e está separada por um muro e por algumas acomodações.

Uma outra junção de prédios se dá nessa mesma delimitação dos logradouros que circundam o Campus e pertencem à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Nesse conjunto, estão a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (EEAP), a Faculdade de Nutrição, e a Reitoria, cujos blocos I, II e III “fazem parte de um momento específico da história do ensino superior no Brasil, uma vez que compõem herança deixada da UFRJ para a UNIRIO”⁴¹, na expectativa da transferência para a Cidade Universitária, na Ilha do Fundão. A vinda das referidas unidades para esses edifícios se deu em momentos diferentes. A EEAP, por exemplo, foi instalada em 1966, com entrada na Rua Dr. Xavier Sigaud, após ocupar três outras regiões da cidade desde a sua criação, em meio aos ares da República, conforme consta na Revista comemorativa da EEAP.

E foi neste contexto de reformas, incluindo a ocorrida no Hospício de Pedro II, passando a Hospício Nacional de Alienados que foi criada a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras – EPEE, atual Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, verdadeiramente a primeira escola de enfermagem do país, em 1890 (UNIRIO, 2015, p. 9).

³⁹ **Revista do CBPF**. Publicação de Divulgação Científica do CBPF. Editor Cássio Leite Vieira [19], p. 91. Disponível em: <https://www.gov.br/cbpf/pt-br/divulgacao-cientifica/revista-do-cbpf/revista-do-cbpf-edicao-completa.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2022.

⁴⁰ Ver em <https://www.gov.br/cbpf/pt-br/o-cbpf/biografia>.

⁴¹ Ver em <https://www.unirio.br/ceng/expo-fefieg-a-unirio/de-fefieg-a-unirio-os-predios-que-contam-a-nossa-historia>.

Em 1942, o Decreto-Lei N. 4.7252, de 22 de setembro de 1942, ao reorganizar a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, alterou o nome da instituição, que passou a chamar-se Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto (EEAP), continuando, todavia, subordinada ao Serviço Nacional de Doenças Mentais, no Distrito Federal (Ministério da Saúde, 1974) (UNIRIO, 2015, p.12). Já, a Escola de Nutrição passou a compor o conjunto edificado, mas com o endereço da Avenida Pasteur, n. 296, em 1976⁴². O prédio onde se encontra instalada a Reitoria da UNIRIO foi erguido entre 1902 e 1930, com a finalidade de ser a morada do então Diretor do HNA, Juliano Moreira. Depois, em 1960, tornou-se sede do Serviço Nacional de Doenças Mentais⁴³. A universidade possui outras dependências, também em paragem do percurso que estamos fazendo e, assim, voltaremos com mais informações sobre essa instituição.

Figura 3 – Imagem do muro remanescente que separa o CBPF do Campus



Foto: autora, 2023 (arquivo pessoal).

Deixando esta grande quadra, mas relevando a contiguidade de instituições de mesma natureza, está situada, em Botafogo, a unidade central da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN. Uma autarquia federal vinculada

⁴² Disponível em: <https://www.unirio.br/ceng/expo-fefieg-a-unirio/paginas/escola-de-nutricao-1>.

⁴³ Disponível em: <https://www.unirio.br/ceng/expo-fefieg-a-unirio/paginas/reitoria-1>.

ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), criada em 1956 e estruturada pela Lei 4.118, de 27 de agosto de 1962, para desenvolver a política nacional de energia nuclear. Órgão superior de planejamento, orientação, supervisão e fiscalização, a CNEN estabelece normas e regulamentos em radioproteção e é responsável por regular, licenciar e fiscalizar a produção e o uso da energia nuclear no Brasil. Trata-se de uma instituição de âmbito federal e possui várias unidades no país. É também vinculada ao MCTI, e sua atividade principal é “Garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear; desenvolver e disponibilizar tecnologias nuclear e correlatas, visando ao bem-estar da população”. Essa tarefa se concretiza através de centros e institutos em diversos Estados do Brasil⁴⁴.

À sua frente, encontra-se o Hospital Municipal Rocha Maia (sua denominação atual), que dispõe de vinte e seis leitos para atendimento na enfermaria⁴⁵. O hospital foi criado como Desinfectório Botafogo, em 1905, pelo Governo do Distrito Federal, Estado da Guanabara, nessa forma, até 1960 (Moraes, 2022, p. 47). Veio a sofrer alterações, embora mantendo classificação de serviço especializado, tornando-se órgão municipal de natureza pública, quando a governança calha para essa esfera. Compõe, atualmente, junto com outros serviços de diferentes níveis a Área Programática 2.1, Secretaria Municipal de Saúde/SUS (Moraes, 2022, p. 75). Em uma parte de suas dependências físicas, passou a existir, em 2016, o Centro Municipal de Saúde (CMS), recentemente batizado de Luiz de Moraes Júnior, “que funciona em uma área totalmente reformada desse Hospital e oferece atendimento regular para clínica geral e especialidades, com duas equipes de Saúde da Família (ESF)”⁴⁶.

Um pouco adiante do Campus da UFRJ, na Avenida Pasteur em direção ao mar, encontramos em atividade, e com grande reconhecimento nacional e internacional de atuação, o Instituto Benjamim Constant – IBC. Sua ampla e bela edificação foi locada no terreno em 1891, quando a Praia da Saudade ainda compunha a enseada de Botafogo – ambiente que também atraiu o HNA. É uma instituição federal da administração direta, vinculada ao Ministério da Educação e especializada na educação e atendimento de pessoas cegas ou com baixa visão⁴⁷. A instituição havia sido fundada em 1854 como o Imperial Instituto dos Meninos

⁴⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/cnen/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/sobre-a-cnen>. Acesso em: 25 maio 2023.

⁴⁵ Disponível em: <https://web2.smsrio.org/hospitalar/censoPublico/#/>. Acesso em: 29 nov. 2023 e <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/19203>. Acesso em: 12 jan. 2024.

⁴⁶ Dados disponíveis em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=6409091>.

⁴⁷ Ver em: <https://www.gov.br/ibc/pt-br>. Acesso em: dez. 2022.

Cegos em outra parte da cidade, tendo sido pioneira na educação dirigida para este público no país e na América Latina.

Na contemporaneidade, se mantém como “referência nacional na educação e capacitação profissional de pessoas cegas, com baixa visão, surdocegas ou com outras deficiências associadas à deficiência visual, que atua na educação básica e superior”. Oferece Programa de Pós-Graduação em Ensino na Temática da Deficiência Visual, com o primeiro curso de mestrado nessa área em toda a América Latina⁴⁸. Possui uma área de Pesquisa e Tecnologia e Extensão com vasta produção científica também na reabilitação.

Entre suas publicações, está a Revista Benjamin Constant (<http://revista.ibr.gov.br/index.php/BC>), criada em 1995, sob a responsabilidade da Divisão de Pós-Graduação e Pesquisa (DPP), do Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE) do IBC. Encontra-se disponível, ainda em andamento, o Projeto Memória do IBC e inúmeras outras publicações.

Ao lado do IBC, está o edifício que abriga uma das sedes da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM⁴⁹ (Escritório do Rio de Janeiro/Serviço Geológico do Brasil – CPRM – vinculado ao Ministério de Minas e Energia). Trata-se de outra construção importante e imponente destas cercanias, erguida para ser o Palácio dos Estados, sendo a única obra física preservada quando da realização da Exposição Nacional de 1908. Foi ocupada, em seguida ao evento, pelo Serviço Geológico existente naquele período, vinculado ao Ministério da Agricultura. Ao longo dos sucessivos períodos e servindo a diversas finalidades – em que se inclui a utilização pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – ocorreram transformações estruturais e organizacionais por parte da esfera governamental que a tornaram a entidade atual, constituída em 1994 como empresa pública e proprietária do prédio em questão desde 1969.

Abrigado neste prédio também está o Museu de Ciências da Terra, sob a administração da CPRM, consoante à natureza das atividades de pesquisas e produção de conhecimento, tangentes aos recursos geológicos:

A história institucional do museu se entrelaça com o esforço para institucionalizar a ciência no Brasil e a construção da história das geociências no país, marcada pelas contribuições do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. A essa casa cabe, por delegação da lei, com fulcro na Constituição Federal, ser o depositário

⁴⁸ Ver em: <https://www.gov.br/ibr/pt-br/educacao>. Acesso em: 05 dez. 2022.

⁴⁹ Além deste posto, possui representação em outros Estados do país, tendo em Brasília seu escritório central. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/>. Acesso em: 05 dez. 2022.

oficial dos dados e informações sobre geologia, recursos minerais e recursos hídricos do nosso território⁵⁰.

Cabe advertir que o mesmo terreno desta fundação, ao final do século XIX, havia sido destinado para se constituir a primeira universidade brasileira:

o prédio possui uma longa história ligada à ideia da criação da primeira universidade no país. Desde o Império, foram elaborados muitos projetos para a criação da Universidade do Brasil, mas nenhum foi posto em prática. Em 1880, o engenheiro Paula Freitas projetou um conjunto de prédios para a primeira universidade brasileira, que seria localizado na Praia Vermelha. Entre eles, o edifício destinado à administração, que denominou *Curatorium* e que, com algumas modificações, é o prédio da atual Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais – CPRM (Novaes, 2022, p. 85).

Mahler (2015) corrobora o fato, citando o lançamento, em 1881, da pedra fundamental para o edifício do *Curatorium*, destinado pelo Império a receber a primeira Universidade do Brasil. Observa-se que tal referência vem seguida da menção sobre a “marca secular da vocação deste bairro como a primeira sede do ensino superior no Brasil” (Mahler, 2015, p.113). Dessa maneira, começam a ser explicitados os interesses que se voltarão àquele espaço, de acordo com o que iremos discorrer.

Neste caminhar pela Av. Pasteur, nos deparamos com a área onde foi inaugurado, no ano de 1918, o prédio da Faculdade Nacional de Medicina, que integrou a URJ e a UB e, depois, a UFRJ, permanecendo na Praia Vermelha até 1973 (Rocha, 2003, p. 61). Poucos anos depois da transferência da Faculdade de Medicina para a Cidade Universitária, a construção foi demolida, após ter sido comprada pela Empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A.– Eletrobras.

A Eletrobras não conseguiu construir porque os estabelecimentos militares que existem ali na Urca impediram isso. A UNI-Rio cujo reitor era Guilherme Figueiredo, irmão do general Figueiredo, o último presidente do regime militar, conseguiu verba e comprou. Então, o que era da UFRJ hoje é da UNI-Rio (ROCHA, 2003, p. 64).

Trata-se de outra área ocupada pela UNIRIO, Campus Pasteur. Parte de sua estruturação foi concluída em anos recentes, mas as primeiras edificações datam das décadas do primeiro quartel de 1900 e serviam à UB. Foram adquiridas e adaptadas, a exemplo do Centro de Letras e Artes, construído em 1954.

Os Blocos I e II do CLA pertenciam ao terreno de endereço Avenida Pasteur 404, fundos, que foi adquirido pela UNIRIO em 1979. Neste mesmo terreno havia 9

⁵⁰ Disponível em: <http://mcter.cprm.gov.br/> e <http://mcter.cprm.gov.br/sobre.html>. Acesso em: 11 ago. 2019.

edificações diversas, dentre elas alguns prédios que eram utilizados pela escola de Química da UFRJ e alguns anexos.

Até esta data, o edifício que hoje conhecemos como Bloco I pertenceu à Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) enquanto que o prédio ao lado, atual Bloco II do CLA, era utilizado pelo Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil (UNIRIO)⁵¹.

E da mesma forma se deu com as dependências da atual Biblioteca Central, onde havia funcionado a Escola de Odontologia de 1933 a 1976, até transferir-se para Ilha do Fundão

Em 1980, a UNIRIO adquire o terreno que se inicia na praça Guilherme Figueiredo, em sua porção em frente ao prédio da Odontologia, (...), atual acesso do CLA e vai até parte da Pedra da Babilônia.

Com a sua aquisição pela UNIRIO o imóvel é reformado, é construído um anexo aos fundos e por alguns anos ele passa a ser utilizado pelo departamento de manutenção até que em 1988 a Biblioteca Central passa a funcionar de forma definitiva no prédio (UNIRIO)⁵².

Assim é que mais um território universitário da esfera federal se abeira desta Avenida, além dos cursos já mencionados, adjacentes aos da UFRJ. A UNIRIO, em 2003, designada Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro⁵³, mantém a sigla que a identifica desde quando a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ) foi transformada em Universidade do Rio de Janeiro (Uni Rio), em 1979⁵⁴, entre os primeiros atos do então Presidente J. B. Figueiredo.

Ao final do percurso na via, encontramos a Escola de Guerra Naval (EGN), assim nomeada em 1930, sob o Governo Vargas. Desde sua criação, em 1914, está voltada para formação de excelência de oficiais da Marinha do Brasil. Ocupou mais de uma instalação no centro da cidade até alojar-se, em 1970, na atual composição de três prédios, construída para tal finalidade⁵⁵.

Nos processos de aperfeiçoamento de seus cursos, são desenvolvidos conteúdos estratégicos e políticas de defesa, que incluem simulações através de

⁵¹ UNIRIO. Coordenação de Engenharia. Disponível em: <https://www.unirio.br/ceng/expo-fefieg-a-unirio/paginas/bloco-i-e-ii>.

⁵² UNIRIO. Coordenação de Engenharia. Disponível em: <https://www.unirio.br/ceng/expo-fefieg-a-unirio/paginas/biblioteca-central>.

⁵³ LEI Nº 10.750, de 24 de outubro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.750.html.

⁵⁴ Lei nº 6.655, de 5 de junho de 1979. Transforma a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro – FEFIERJ em Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979-lei-6655-5-junho-1979-3657publicaçãooriginal>. Acesso em: 12 nov. 2022.

⁵⁵ Ministério da Defesa. Escola de Guerra Naval. Ver <https://www.marinha.mil.br/egn/historico>.

recursos adequados e de ponta. Na EGN, a missão central é “Produzir e disseminar pesquisas científicas e conhecimentos nas áreas de Defesa Nacional, Poder Marítimo, Guerra Naval e Administração (...)”⁵⁶. Em 2014, constituiu seu Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos, com cursos de Mestrado e Doutorado Profissionais, oferecidos também a civis. Estabelece parcerias com instituições acadêmicas e científicas nacionais e internacionais, tendo sido reconhecida pela Marinha, em 2015, na área do saber marítimo, como uma instituição de ciência, tecnologia e inovação⁵⁷.

E ao término da avenida, localizado na Praça General Tibúrcio, encontra-se o Instituto Militar de Engenharia – IME, cujas atividades lá se instalaram em 1942. Na época, como Escola Técnica do Exército, o IME hoje é um estabelecimento de ensino vinculado ao Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), responsável no âmbito do Exército Brasileiro pelo ensino superior de Engenharia e pela pesquisa básica⁵⁸. Instituição de tradicional e clara atuação do poder federativo, o IME se volta para a produção de conhecimento de interesse específico e formação militar.

Figura 4 – Instituições contíguas ao Campus da Praia Vermelha



Fonte: Sites instituições (cf. Notas de rodapé 40, 42, 44, 46, 47, 49, 52, 55, 58 e 59).

⁵⁶ Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/egn/missao>.

⁵⁷ Conforme vídeo institucional. Recurso audiovisual de produção própria [2:52]. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/egn/video_institucional. Acesso em: fev. 2024.

⁵⁸ Ver mais informações em: <http://www.ime.eb.mil.br/historia.html>. Acesso em: 10 dez. 2023.

Considerando os destaques às instituições nesta imediação pode-se dizer a respeito que nela há um campo ocupado por bases nacionalistas, voltadas à produção de conhecimento e à formação profissional (incluindo formações específicas das Forças Armadas), onde se encontra, ainda, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), situada na Praça General Tibúrcio, nº 125⁵⁹.

Preservado os respectivos atributos dos órgãos e representações dos setores referidos, esse agrupamento de instituições nesta área urbana estivera ligado à história do desenvolvimento do país, denotando as decisões político-administrativas. Chama a atenção o fato dessa ocupação socioespacial ser marcada pelo setor militar desde os primeiros séculos, podendo ser reconhecida na configuração atual em função da existência de várias instituições de formação e pesquisa, como pudemos registrar, além de moradias e serviços dessa natureza.

Junto disso, entre as formas de uso nesse recorte espacial, identifica-se um feito remoto que, certamente, anunciava um destino para a região: este recinto foi marcado pela realização de grandes eventos, atraindo cidadãos e visitantes. Um deles foi a Exposição Nacional de 1908, que comemorou os 100 anos da abertura dos portos brasileiros. A exposição ocupou grandes proporções da via destacada, quando a Praia da Saudade dava os limites ao trecho e que, após ser aterrado, se tornaria a Avenida Pasteur. Tal evento acabou por se destacar como cartão de visita para o mundo, com a finalidade de fortalecer as relações políticas e econômicas do país. De acordo com as considerações de Novaes (2022), a Exposição Nacional de 1908 foi um relevante acontecimento ao mesmo tempo que ergueu pilares para o processo de urbanização nesta região da cidade.

A Exposição Nacional, montada na orla entre os morros da Babilônia e da Urca, entre a Praia da Saudade e a Praia Vermelha, mobilizou a cidade e todo o país. Pavilhões monumentais foram construídos, representando os principais estados da federação. Um boletim comemorativo retratava a situação do Brasil com dados estatísticos, demográficos, territoriais, econômicos e sociais (Novaes, 2022, p. 46–47).

Dando sequência ao reconhecimento socioespacial do território, abordaremos as características dos bairros circundantes ao Campus, buscando identificar elementos sócio-históricos e contradições do lugar, que tomamos como subsídios argumentativos da tese.

⁵⁹ Disponível em: <https://www.eceme.eb.mil.br>.

3.2 A abrangência do território e as peculiares características que o conformam

O Campus da Praia Vermelha localiza-se oficialmente na circunscrição do bairro de Botafogo, conforme limites dados pela municipalidade (Decreto Nº 3.158, de 23 de julho de 1981, com alterações do Decreto Nº 5.280, de 23 de agosto de 1985). No entanto, considerando a complexidade socioespacial que o envolve, além de Botafogo, passaremos a expor os bairros da Urca e do Leme.

Os bairros aqui considerados não estiveram submetidos na mesma medida aos processos de constituição urbana – apesar de suas origens estarem demarcadas por adventos nos séculos XIX e XX, que se deram sob as bases primitivas da exploração de recursos e ordenamento do desenvolvimento adotado pela dominação lusitana: “Porto protegido com aguadas abundantes, o Rio se tornou parada obrigatória em toda e qualquer viagem para o extremo sul da colônia e do continente” (Bernardes, 1990, p. 26). Com a chegada da Corte portuguesa em terras fluminenses, os processos foram acelerados.

Mantidos alguns desses atributos, na circunscrição dada pelos referidos bairros, em meio à aceleração da vida na metrópole, destacam-se qualidades naturais do solo e da vegetação, típicas da proximidade marítima, as quais vieram sendo alteradas pelo uso histórico, existencial⁶⁰. Trata-se de uma grande área, que dispõe de objetos naturais, protegidos por leis, criadas com a finalidade de restringir a encampação de perímetros com vegetação e estruturas nativas (que estão integralmente sob o domínio da Mata Atlântica). Atualmente, além das áreas nativas, existem as reflorestadas, e ainda são indicadas e categorizadas entre a flora como espécies “em perigo” e “vulnerável”, conforme Centro Nacional de Conservação da Flora⁶¹.

Assim, de acordo com Milton Santos, as transformações que são notadas, se deram pelo emprego, ao longo do tempo, de um conjunto indissociável de *sistemas de objetos e sistemas de ações* sob as determinações hegemônicas das sociedades do capital. Os primeiros estão relacionados aos recursos materiais criados, como ferramentas, máquinas, equipamentos básicos ou de emprego tecnológico, bem como às realizações de obras civis; já os *sistemas de ações*, podem ser aplicados às ações, às atuações, que são movidas por uma

⁶⁰ Encontro com Maria Adélia de Souza: As categorias geográficas em Milton Santos. UFMG. <https://www.youtube.com/watch?v=gAl0A6o9gZk&t=2478s>. Acesso em: 13 nov. 2022.

⁶¹ Cobertura vegetal e usos da terra. Atlas Escolar da Cidade do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.data.rio/apps/atlas-escolar/explore>. Acesso em: 30 jan. 2024.

racionalidade de fins ou meios sem debate, uma ação “apenas ensinada aos agentes”, motivadas pelas inovações em processo (Santos, 2013, p. 86-87).

Nesse aporte, é possível observa-se que, nos últimos períodos do desenvolvimento global, os sistemas de ações, apoiados nos sistemas de objetos, vieram se sofisticando do ponto de vista técnico, tecnológico e informacional, e acabaram por construir, eles mesmos, recortes espaciais de comunicação, de acessos aos bens materiais e culturais, de modos de vidas e outros.

Nesses termos, em que a conformação territorial está submetida à ação humana, a paisagem é reveladora de inúmeras alterações no território do que é cognoscível no plano da visão, e “Nos conjuntos que o presente nos oferece, a configuração territorial, apresentada ou não em forma de paisagem, é a soma de pedaços de realizações atuais e de realizações do passado” (Santos, 2013, p. 66). Nossa pesquisa aborda uma versão que reuniu traços importantes e simbólicos, desde a entrada dos colonizadores em nosso continente.

Assim, vejamos uma ponderação que é panorâmica das imagens e imaginações que irão surgir no decorrer do texto:

Na cidade atual, essa ideia de periodização é ainda presente; é presente nas cidades que encontramos ao longo da História, porque cada uma delas nasce com características próprias, ligadas às necessidades e possibilidades da época, e é presente no presente, à medida que o espaço é formado pelo menos de dois elementos: a materialidade e as relações sociais. A materialidade, que é uma adição do passado e do presente, porque está presente diante de nós, mas nos traz o passado através das formas: basta passear por uma cidade, qualquer que seja, e nos defrontaremos nela, em sua paisagem, com aspectos que foram criados, que foram estabelecidos em momentos que não estão mais presentes, que foram presentes no passado, portanto atuais naquele passado, e com o presente do presente, nos edifícios que acabam de ser concluídos, esse presente que escapa de nossas mãos. Na realidade, a paisagem é toda ela passado, porque o presente que escapa de nossas mãos, já é passado também. Então, a cidade nos traz, através de sua materialidade, que é um dado fundamental da compreensão do espaço, essa presença dos tempos que se foram e que permanecem através das formas e objetos que são também representativos de técnicas. É nesse sentido que eu falei que a técnica é sinônimo de tempo: cada técnica representa um momento das possibilidades de realização humana e é por isso que as técnicas têm um papel tão importante na preocupação de interpretação histórica do espaço (Santos, 2002, p. 21).

Conforme inspiração de M. Santos: “o espaço geográfico é uma totalidade dinâmica, produto das múltiplas totalizações a que está submetido ao processo da história, a cada instante” (Souza, 2005, p. 253).

3.2.1 A centralidade de Botafogo

Conhecido pelo atributo de “bairro de passagem”, Botafogo “é muito mais do que simples passagem, tratando-se de uma ‘história viva’ do Rio de Janeiro”. Numa circulação atenta por suas ruas, “encontramos as mais diferentes formas que construíram a história da cidade – e do país” (Caminha, 2013, p. 2). Consta, entre os argumentos do estudo destacado⁶², que a enseada de Botafogo foi eleita pela princesa Carlota Joaquina (esposa do regente português) como lugar a ser apreciado e que uma das suas residências fora construída nas imediações desta baía. Tal fato, junto das condições climáticas aprazíveis e das instalações de amplas residências, motivou a vinda de famílias aristocratas abastadas aos arredores da região – final do império, início da República. Naqueles tempos, o espaço ocupado por chácaras de passeio e lazer, passava a ter “status de moradia oficial”. Pouco a pouco, suas áreas são destinadas a habitações permanentes, provocando novas características

Caminha (2013) utiliza-se das categorias de “forma, função, processo e estrutura propostas por Milton Santos como as principais a serem consideradas na análise do espaço”. Em suas justificativas, declara que:

o espaço possui uma estrutura organizada através das formas e funções, de acordo com o período histórico, construindo-se a partir desse processo. A forma trata do aspecto visível, exterior dos objetos, enquanto a função é a atividade ou papel desempenhado pelo objeto construído. (...) A estrutura trata da natureza social e econômica da sociedade em um determinado momento, no qual são criadas formas e funções específicas. O processo, por sua vez, é a própria estrutura em transformação ao longo do tempo, a partir de suas contradições internas (Caminha, 2013, p. 2).

A autora explicita que:

Em Botafogo, atualmente, misturam-se diversas *formas e funções*, resultado de um processo espacial de ocupação de mais de dois séculos. Assim, novas e antigas formas convivem “harmonicamente”, adaptando-se às diferentes funções exigidas ao longo do tempo, ou seja, da *estrutura*. Através dessas categorias compreende-se o *processo* pelo qual o bairro passou, podendo-se analisar as transformações da estrutura ocorridas ao longo do tempo (Caminha, 2013, p. 2).

Na área vizinha – uma zona central – o incremento dos meios transportes, por exemplo, concorreu para vinda de diferentes atividades econômicas e sociais relativas à dinâmica da capital da colônia à época. Estes meios podem ser

⁶² O trabalho citado fundamenta-se no TCC da pesquisadora, *O bairro de Botafogo e sua evolução urbana*, Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2013; sendo também ela, autora de **Botafogo: Uma análise da centralidade do bairro a partir dos meios de transporte**. Especialização em Políticas Territoriais no Estado do Rio de Janeiro. UERJ, 2013.

tomados como um vetor dos avanços de permanência e moradia: em 1843, inaugurou-se “uma carreira de barcos a vapor”, ligando Botafogo ao Saco do Alferes (atual bairro Santo Cristo), próximo ao centro, juntando-se aos transportes regulares, que já existiam desde o início do século, como as carruagens (desde 1816) e os *omnibus* puxados a cavalos (desde 1839). Também surgiram os tálburis em 1847, diligências em 1850, gôndolas em 1858, e barcas *ferry* em 1867 (Caminha, 2013, p. 4). Mantendo ênfase nos sistemas de transportes como condutores (sem trocadilho) das atuações que concorreram e concorrem ao reconhecimento de determinadas conformações territoriais, nota-se que:

No caso de Botafogo, o bonde aumentou (e muito) a acessibilidade ao arrabalde, porém ele também veio a atender uma pequena demanda já existente, o que pode ser comprovado pelos diferentes meios de transporte (e serviços) instalados anteriormente. A chegada do bonde de tração animal e sua rápida e contínua expansão trarão mudanças significativas ao subúrbio aristocrático, pois, além de promover uma ampliação do comércio, o bonde atraiu camadas de renda mais baixa, conforme veremos mais adiante. A atuação dos proprietários privados é definitiva para o estabelecimento do transporte regular no bairro (Caminha, 2013, p. 5).

Esse curso é retomado por Caminha para explicar o desenvolvimento daquele povoado em seus diferentes aspectos. Além de abordar a ocupação remota pela aristocracia, salienta também um fluxo de outros segmentos da população em busca de alocação, no início do século XX. Essa movimentação concorreu para a propulsão da construção de uma cena urbana com distintas condições de habitações e de grupos sociais, *uma segregação espacial das classes*. Circunstâncias que, guardadas as proporções, remontam às condições de vida observadas até os dias de hoje. A autora menciona ainda, que, durante os idos de 1930, as ruas de acesso aos barcos confluíam ao comércio, ao mesmo tempo que esse tipo de atividade avançava para as longas ruas adentro.

Cabe observar que, já no final do século anterior, famílias, motivadas pelo trabalho, buscavam terrenos menos apreciados e, diante da falta de material e recursos, a precariedade das casas e das acomodações passam a ser observadas com o surgimento de cortiços. Nessa época, Aluísio Azevedo publica **O Cortiço**, (1890)⁶³, romance que elucida fortemente as relações sociais firmadas naquele momento, reveladas pelo movimento de insurreição dos negros e pela dominação dos brancos abastados (ainda que de pouca monta). Outras instalações para

⁶³ Neste romance, a vida de seus personagens se desenrola nos arranjos coletivos de moradia ambientados em Botafogo. Obra relacionada ao Realismo literário e ao Naturalismo. AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. 30. ed. São Paulo: Ática, 1997. (Bom Livro). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000015.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2024.

moradia ficaram caracterizadas pela Vilas de residência, que, posteriormente, teriam sua construção impedida por Decreto⁶⁴ – evitando a ocupação de terrenos longos. Observa-se, assim, a valorização do solo, com evidência.

O Cemitério São João Batista – o primeiro sem distinção de classes para sepultamentos – foi construído por artífices e por outros trabalhadores que também se instalaram no bairro, moradores de ruas específicas nas imediações do próprio cemitério, cujas residências eram de menor valor.

É sob esse ordenamento de relações neste espaço, cujas bases materiais suportam as hierarquias sociais e as reproduzem, que se assiste ao *boom* imobiliário dos bairros oceânicos, o que coloca Botafogo a serviço da ebulição da construção civil e da prestação de outros serviços aos novos bairros vizinhos. Por exemplo, verificam-se instalações de escolas, de serviços de saúde e de hospitais (estes últimos relacionados à existência do Cemitério São João Batista, cuja proximidade criou legislação que previa concessão pública para funcionamento de instalação de enfermarias). As escolas passam a atender, preferencialmente, às classes economicamente abastadas, o que trouxe ao bairro a distinção de ser aquele com maior número de empreendimentos educacionais de natureza particular na cidade, (Caminha, 2013, p. 9).

A remodelação feita pelo prefeito Pereira Passos, que marcou a construção da Avenida Beira-Mar (Centro-Botafogo), aconteceu para atender à valorização das praias, dos terrenos à beira-mar. Houve, dessa forma, um deslocamento, nos anos 1950 e 1960, para Copacabana e Leblon, dos grupos endinheirados da cidade – que já haviam se transformado economicamente em representantes da própria atividade imobiliária.

Assim, até os dias de hoje, no bairro convivem diferentes classes sociais. Uma fração significativa de moradores das áreas mais pobres do bairro, em especial das favelas, escolhe a moradia para estar perto de seu mercado potencial e/ou o local do trabalho, ou seja, para prestar serviços. Seguindo a mesma lógica dos primeiros comerciantes que trabalhavam no bairro, ali moravam para estarem próximos ao local de trabalho (Caminha, 2013, p. 9).

Mantendo essas empreitadas de abrigar serviços de diversas naturezas, era notável o elevado número de postos de trabalho, sem que se pudesse observar oferecimento de moradia ou transporte, à sobrevivência digna dos trabalhadores – característica das sociedades que têm seu desenvolvimento

⁶⁴ Decreto N. 6.000, de 1937, que definia o Código de Obras e Legislação Complementar do Distrito Federal. “Tal decreto tinha como fim ampliar a utilização dos lotes profundos para a construção de prédios de apartamentos, (...) (Caminha, 2013, p. 6). Ver também: Cronologia do Pensamento Urbanístico/ UFBA. Disponível em: <https://cronologiadourbanismo.ufba.br/tabela.php?year=1900>.

apoiado na reprodução da desigualdade social, na expropriação contínua do trabalho. Por esse motivo, alguns morros passaram a ser ocupados pelos trabalhadores locais e suas famílias. São identificadas as ocupações do Morro do Pasmado, da Saudade (atualmente removidas) e de São João, a favela Mangueira é mencionada como a primeira favela do bairro. O surgimento da favela Santa Marta, no morro de mesmo nome, é relacionado a obras de ampliação do Colégio Santo Inácio, em período subsequente.

Ao longo dos anos, novos empreendimentos começaram a se instalar na região, em especial comércios que necessitam de grandes áreas, como lojas de automóveis e de móveis, (...). Tais serviços buscavam atender não só a população de Botafogo como também dos bairros vizinhos, carentes de espaços grandes vazios e baratos – caso semelhante ao dos colégios e representações diplomáticas (Caminha, 2013, p. 10).

Observa-se, assim, o crescimento da pobreza urbana – fenômeno que Santos (2009) busca compreender relacionando-o às formas do trabalho organizado nas sociedades capitalistas modernas e que conformam a distinta condição material e social entre os grupos de trabalhadores nas cidades. Aos habitantes desprovidos de renda para o consumo, pouco ou nenhuma garantia de moradia. Insuficiência e precariedade são reconhecidas pelo Poder Público como demanda de intervenção social, porém não são compreendidas como resultado do movimento incessante das cidades que estão à procura constante de se adequarem às imposições da economia de caráter cumulativo, concentrado nas grandes urbes.

Essa condição se manifesta com “o crescimento industrial e urbano do Rio de Janeiro, com destaque para o surto de grandes obras públicas e a expansão mobiliária a partir dos anos de 1930”, conforme Honorato (2012, p. 152). E esse é um dos agravamentos sociais que se observa nos arranjos dos bairros em tela, através da identificação da utilização de vários terrenos em morros por aqueles que necessitam trabalhar na localidade, sem possibilidades de residir nas áreas legalizadas.

Em 1949, o Censo das Favelas, indicava Botafogo em 4º lugar da cidade (com 14 favelas) na distribuição dessas típicas habitações populares. Mesmo com “as críticas metodológicas possíveis a tal Censo (...), a população favelada existente no Rio de Janeiro já atingia a proporção de 7% da população total da Cidade” (Honorato, 2012, p. 159). Quanto às designações que envolvem estas áreas, há contribuições sobre a temática, a exemplo do estudo de Gonçalves (2013) e das reflexões de Brum e Knauss (2012).

Atualmente, no exercício da política do município, as referências são encontradas no Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN <https://sabren-pcrj.hub.arcgis.com>), um aplicativo que reúne e disponibiliza dados e informações sobre as favelas da Cidade do Rio de Janeiro, coordenado e mantido pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP). Para fins de definição, adotou-se a prevista na Lei Complementar N. 111, de 1/2/2011, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro (artigo 234):

Favela – área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação clandestina e de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e alinhamento irregular, ausência de parcelamento formal e vínculos de propriedade e construções não licenciadas, em desacordo com os padrões legais vigentes⁶⁵.

Retomando os idos de 1950–1960, constatamos que estes anos vieram “regular” os interesses imobiliários às necessidades da prestação de serviços. Tal normatização, além de novas modalidades de habitação, abriu possibilidades aos trabalhadores de residirem na orla de Botafogo, movimentou outros setores da economia; quase como um fenômeno, marcou a construção de prédios utilizando pouca área para os apartamentos tipo quitinete, o que fez crescer o número de habitantes. O acesso ao centro da cidade ainda era restrito à avenida da praia, mantendo a desvalorização da orla para habitar.

Em 1960–1970, são feitas novas e importantes vias de acesso a Botafogo e aos bairros oceânicos: a construção do Aterro do Flamengo e a abertura do Túnel Santa Bárbara, ambas em 1964, dentro dos chamados Projetos de Alinhamento:

A orla de Botafogo torna-se atraente por dois motivos: primeiro a existência de lotes de maior testada e profundidade do que em outras partes do bairro; e segundo a sua deterioração para uso residencial de elite, em decorrência da existência de edifícios de apartamentos conjugados (...) (Caminha, 2013, p.13-14).

Nos anos de 1970 e 1980, nova transformação ocorre, sendo a avenida da praia ocupada por empresas e escritórios comerciais. De maneira gral, nesse período, o bairro passa por uma verticalização intensa, marcada pela construção da linha viária do metrô, que tinha sua última estação em Botafogo.

Além das atividades empresariais, as disposições da organização citadina fizeram o bairro concentrar cinemas de rua, livrarias, bares, restaurantes, e

⁶⁵ Disponível em: <https://sabren-pcrj.hub.arcgis.com/pages/favelas>. Acesso em: 20 nov. 2022.

centros comerciais, bem procurados pelos cariocas e pelos visitantes da cidade. Possui, assim, uma dinâmica diurna e outra noturna, preenchidas pelos moradores, por trabalhadores formais e por um contingente do *circuito inferior da economia*, que “representa as formas mais ‘atrasadas’ de desenvolvimento capitalista (...)”. A acepção cunhada por Santos (2009) se refere aos circuitos inferior e superior como “fluxos” presentes na economia, numa crítica às definições de setor informal e formal, entendendo-os como parte de uma mesma lógica (Santos, 2009, p. 57–75).

No circuito inferior, de acordo com Silva *et al.* (2020), é onde “se misturam emprego e desemprego, atividades informais, bicos, serviços pessoais e ocupações variadas (a maioria de baixa qualificação), todas elas integradas à economia da cidade” (Silva *et al.*, 2020, p. 162). Já o circuito superior é “caracterizado pelo normal funcionamento da economia e das instituições sociais correlatas” (Silva *et al.*, 2020, p.156).

Segundo publicação do IBGE⁶⁶, que apresentou análises de rendimentos e ocupações no Rio de Janeiro, as informações referentes ao ano de 2011 mostravam:

Posição na Ocupação	% na População Ocupada
Empregados COM carteira de trabalho assinada no setor privado	45,1
Empregados SEM carteira de trabalho assinada no setor privado	8,8
Militares ou Funcionários Públicos	10,9
Trabalhadores por conta própria	21,2
Empregador	4,9

Este é um grupo quantitativamente expressivo de trabalhadores, que veio num crescente, em paralelo ao desenvolvimento urbano e em combinação com os empregos registrados em “carteira assinada”; grupo que, no ano de 2021, totalizava 2.109.414 trabalhadores no município do Rio de Janeiro, segundo Ministério de Trabalho e Emprego⁶⁷.

Neste entendimento, afirmam Silva *et al.* (2020) que “ambos os circuitos corresponderiam a uma mesma estrutura econômica e seriam igualmente

⁶⁶ Pesquisa Mensal de Emprego. Município do Rio de Janeiro. IBGE. Boletim Março 2013. Disponível em: <https://www.data.rio/documents/9421c788fc6d4228b23cec69c8803b15/explore>.

⁶⁷ Tabela 745: Número de empregos, por grupos de idade, segundo faixas salariais em salários-mínimos. Município do Rio de Janeiro – 2021. DATA Rio (Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Relação Anual de Informações Sociais. Disponível em: <https://www.data.rio/documents/828d77d722e9420aab3a7266e4a06b8a/about>. Acesso em: 15 jan. 2024.

afetados pelos processos de modernização, embora em diferentes graus de profundidade” (Silva *et al.*, 2020, p.156). Esse aspecto merece destaque e, em razão disso, o situamos como um fenômeno que acentua a exploração do trabalho, agravando a sobrevivência de milhões de pessoas em esfera mundial, e outras tantas no país e na cidade do Rio de Janeiro. Vejamos o que ocorre com os trabalhadores, moradores de três favelas existentes no território estudado: os percentuais indicam que, praticamente, apenas a metade da população ativa economicamente possuía vínculos formais em cada grupo.

Tabela 1 - Distribuição dos ocupados por posição na ocupação

Posição na ocupação	Distribuição dos ocupados		
	Chapéu Mangueira	Babilônia	Santa Marta
Empregado sem carteira	23%	23%	19%
Empregado com carteira	50%	45%	66%
Trabalha por “conta própria”	16%	21%	11%

Elaboração da autora. Fonte: IETS, 2010

Considerando o trabalho integrado às relações que concorrem às constituições do território, a divisão social do trabalho é um componente da divisão territorial. Socialmente, se desdobra sob as ordens hegemônicas do capital, que pautam a natureza e os tipos de trabalho bem como os espaços em que devam se desenvolver. Assim, as condições de trabalho e vida das populações vão também dando formas de uso aos espaços. Santos (2013) nos chama a atenção, no entanto, que sobre a divisão do trabalho atual – que vem junto da complexificação dos objetos e da ações – recaem algumas especificidades:

Pela primeira na história do homem, há uma completa superposição dos diversos níveis da divisão do trabalho. Desse modo, as divisões do trabalho internacional, nacional e local se imbricam de maneira necessária. E isso redefine, de um lado, a própria divisão do trabalho e, de outro, o espaço em todos os seus níveis de organização (...); é também a primeira vez que a divisão do trabalho é fruto de uma organização deliberada. Não sendo deixada ao sabor das combinações ocasionais, ainda que predeterminadas. Hoje, uma organização precede e preside à estruturação do trabalho a partir do nível mundial, ditando as formas de vida das mais diversas sociedades e pretendendo mesmo impor as modalidades com as quais os diversos povos realizam seu estatuto nacional. As formas de intervenção atual dos grandes organismos internacionais na vida íntima de cada país, são um exemplo. Esse ditame organizacional externo a cada nação e que impõe, dentro de cada país, novas formas de convivência, termina por redefinir, redimensionar, reorganizar tudo, até mesmo o espaço (Santos, 2013, p. 95).

Um outro aspecto ainda diz respeito à diversificação das “formas de circulação nessa reorganização da divisão Internacional do trabalho”, com

destaque para a reorganização espacial, uma vez que “a circulação já não se define como antes, apenas pelos transportes, pelas comunicações”. É um novo sistema que se impõe nas relações sociais – “o subsistema da regulação, sem o qual já não se pode entender os fenômenos espaciais”.

Em função do exposto, de maneira geral, e das condições de trabalho dos habitantes destes agrupamentos, decorrem ações que visam à *proteção social*, que, por suposto, está implicada na reprodução socialmente determinada pela produção capitalista. Quando a considerarmos numa perspectiva além da proteção público-estatal, de acordo com Cavalcanti *et al.* (2020), vemos que ela se dá através de inúmeras iniciativas conjuntas entre moradores de uma mesma área, por exemplo, ou “por grupos desprotegidos” que se amparam material e emocionalmente. Tais cooperações tecem “no dia a dia, redes de proteção cooperada, solidária, baseadas em cuidados mútuos, que asseguram a existência, o bem-estar e o atendimento das necessidades humanas, ainda que, em grande parte, precária e insatisfatoriamente”. Nessa conjuntura, as relações dadas pela ordem social são subvertidas, em certa medida, sendo a proteção compreendida também pela luta coletiva “dos que recusam o lugar de descartáveis”, constituindo aquela que, além da organização de movimentos sociais, acontece “através da auto-organização do trabalho na produção do atendimento a necessidades e provisão de bem viver” (Cavalcanti *et al.*, 2020, p. 17). De tal modo que tais manifestações se tornam também elementos da composição dos territórios em diferentes contextos sócio-históricos.

Contudo, não identificamos um/o conjunto dessas ações. Indicaremos, à frente, os serviços públicos que se inserem entre os recursos de natureza social, bem como outras iniciativas, incluindo as associativas, que cumprem, com frequência, o papel na defesa dos direitos sociais. Assim, buscaremos uma aproximação junto aos recursos comunitários nesta abrangência.

3.2.2. Urca, um bairro inventado

“A cidade do Rio de Janeiro nasceu na Urca, na área da Fortaleza São João, onde foi construído o primeiro forte de proteção da cidade”, declara a arquiteta Beatriz Novaes⁶⁸, também moradora do bairro que, séculos depois, lá se alojaria, em função de um aterro erguido nas águas da Baía de Guanabara. O lugar, que vinha sendo habitado por edificações coloniais herdadas do período

⁶⁸ LIMA, L. **Um pedaço do mar**. Urca, o bairro erguido onde o Rio nasceu, está a caminho dos cem anos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 dezembro 2021. Caderno Rio, p. 25.

imperial, se caracterizava por uma via – um eixo de ligação com outras atividades da cidade: “havia a Avenida Pasteur, que era a Praia da Saudade, chegando até a Praia Vermelha. A Urca foi um empreendimento assinado com a prefeitura (...). O aterro começa a ser feito em 1922 e vai até 1935”⁶⁹.

Nos primeiros séculos de circulação de povos não indígenas neste sítio, não era o comércio, nem o porto, nem a indústria que movimentavam a área⁷⁰, uma vez que tais atividades se instalavam, paralela e paulatinamente, em outros pontos na cidade. Foram as adoções de recursos de base técnica, com diferentes finalidades, que modificaram os recursos naturais, interferindo na paisagem e trazendo alguns traços que sedimentaram as características deste lugar, na forma como ele se apresenta atualmente. Conforme já vimos em Santos (2013), o presente é passado. Essa incursão urbana pela entrada da baía, “onde Estácio de Sá criou uma pequena vila fortificada aos pés do Morro Cara de Cão em 1º de março de 1565, batizada como São Sebastião do Rio de Janeiro” (Novaes, 2020, p. 23), ilustra a atmosfera em que foram iniciadas as transformações nesse pedaço da cidade, durante séculos, até os dias de hoje.

As duas instituições pioneiras na Praia da Saudade – o Hospício Pedro II (1842) e o Instituto Benjamin Constant (1854) – já se encontravam instaladas quando uma grande festividade celebrou a abertura dos portos do Brasil a outros países, além de Portugal, que ficou conhecida como “abertura dos portos ao comércio das nações amigas”.

A Exposição Nacional, montada na orla entre os morros da Babilônia e da Urca, entre a Praia da Saudade e a Praia Vermelha, mobilizou a cidade e todo o país. Pavilhões monumentais foram construídos, representando os principais estados da federação. Um boletim comemorativo retratava a situação do Brasil com dados estatísticos, demográficos, territoriais, econômicos e sociais (Novaes, 2012, p. 46-47).

Essa comemoração é lembrada, entre relatos e registros, pelas construções monumentais e efêmeras e, ao mesmo tempo, pelas implementações que trouxeram ao processo de urbanização:

Avenidas, ruas e praças também foram abertas. O governo investiu muito na montagem da Exposição. O bairro foi ampliado, utilizando a então moderna técnica de aterro hidráulico, a iluminação elétrica também foi uma das atrações.

⁶⁹ *Idem.*

⁷⁰ Estabelecidos no Rio de Janeiro, conseguiram os portugueses, pelo domínio da Guanabara, garantir a continuidade de sua obra colonizadora, ameaçada anteriormente pelas investidas dos franceses. Já em 1560, ao recomendar ao rei de Portugal a fundação da cidade, Nóbrega adiantara que com ela ‘tudo ficaria guardado’ (...) (Soares, 1990, p. 25).

Um chafariz luminoso fazia parte do cenário (...) “era da modernidade” que mostrava a exuberância do país (Novaes, 2022, p. 50).

Na verdade, foi um processo que havia começado por causa das instalações de defesa e formação militar, pois “logo no início do século XVIII, foi construído um forte para proteger a praia e a entrada da Baía de Guanabara. Desde 1856, ali se instalaram o Batalhão de Engenheiros e a Escola Militar e de Aplicação” (Novaes, 2022, p. 77), sendo que, anteriormente, na “parte alta do Morro Cara de Cão foram construídos pequenos fortins, também chamados de bateria de São Martinho (1565), São Teodósio (1572), São Diogo (1618) e Forte São José (1578/1872) (Novaes, 2022, p. 65-66).

Neste sentido, Bernardes (1990) reitera que:

A Guanabara, como elemento fundamental da posição no Rio de Janeiro, desempenhou para os destinos da cidade papel da maior importância. Constituiu a baía abrigo seguro para as naus, contra as tempestades do oceano e, também, contra corsários inimigos. Em seu recesso, podia se refugiar toda uma esquadra. A própria barra da baía, estreita e difícil (...) constituiu a principal linha de defesa. E, como foram as razões militares que motivaram o estabelecimento em causa, logo no primeiro século construíram-se fortificações à entrada da barra (...) (Bernardes, 1990, p. 25).

Entre muitas interferências urbanísticas que arquitetaram esta paisagem, no período seguinte à realização da Exposição, num horizonte de aquisição de novos objetos, ficou datada a construção de um dos mais retratados ícones das imagens cariocas. Em 1912, foi feita a instalação do sistema teleférico que deu acesso ao Morro da Urca e que, em 1913, chegou ao Morro do Pão de Açúcar (Novaes, 2020, p. 74) – ambos, atualmente, patrimônios culturais⁷¹. A empreitada obteve sucesso, transformando os locais em pontos turísticos da cidade muito procurados. Demonstrem, assim, um exemplo do que Santos (2013) nos apresentou como uma interferência/atuação dos sistemas de objetos e sistemas de ações, através de uma engenharia única, em que estiveram envolvidas a Cia. do Caminho Aéreo do Bondinho do Pão de Açúcar e outras empresas, além do poder público, no bojo de uma intervenção local, que incluía a concessão de uso para tal realização. Nos registros, a menção ao desenvolvimento de técnicas de engenharia é feita com base na experiência de montagem da Exposição de 1908 e nas possibilidades de aquisição de equipamentos importados alemães, sem deixar de ser mencionada a habilidade dos trabalhadores que escalaram os morros para a grande construção (Novaes, 2020, p. 72).

⁷¹ Monumento Natural Morros do Pão de Açúcar e da Urca. Decreto Nº 26.578/2006. Disponível em: <https://mapas.rio.rj.gov.br/lbb.php> (sítio declarado Patrimônio Mundial na categoria Paisagem Cultural UNESCO).

Nessa primeira década do século XX, quando o bairro da Urca toma forma, é inaugurada uma das principais piscinas da cidade utilizando as águas da baía, que, depois, viria a ser um pequeno ancoradouro (Novaes, 2022, p. 82). Uma grande novidade de construção no mar, naquele espaço. Nos anos seguintes, o incremento na utilização da energia elétrica, um novo sistema para iluminação e embelezamento do bairro, e a instalação de estúdios para um canal de TV – o mais novo meio de comunicação aportado no país em 1950 –, além de representarem novos elementos, passam a definir a vocação turística e esportiva do bairro. Junto dessa vocação, instituições de caráter formativo profissionalizante e científico, como vimos, vieram a ocupar sua Avenida principal, assim como também entidades educacionais de educação básica.

Desde os anos 1920, parte do prédio do Pavilhão Minas Gerais, que restou da Exposição de 1908, embora muito descaracterizado, teve o destino de abrigar a escola Minas Gerais (Novaes, 2020, p. 52), que, atualmente, compõe a rede básica de ensino municipal⁷² – Escola Municipal Minas Gerais, Avenida Pasteur, 433 (2ª CRE).

Trata-se de uma longa etapa, iniciada com o descobrimento da *Terra brasilis*, visto que “A transferência oficial da capital da colônia para o Rio de Janeiro, que só se efetuou em 1763, veio, pois, responder a esse deslocamento do eixo político econômico do Brasil no nordeste para o sudeste do país” (Soares, 1990, p. 30).

Em meio aos resultados destoantes das condições de vida, permanentemente geradas pelo crescimento urbano das grandes cidades no país, naquele primeiro quartel do século XX, esta cercania se constituiu pelas características do funcionamento, da ocupação e das presenças promovidas por algumas das instituições existentes, descritas no Capítulo 2. Paralelamente, algumas das residências foram feitas e se destinaram aos funcionários das instituições militares nas dependências próprias dos órgãos corporativos ou em amplas casas de suas propriedades. Outros grupos abastados construíram ou adquiriram confortáveis moradias, sendo, depois, seguidos por uma população menos favorecida nas suas condições de vida.

(...) o dinamismo dessa grande metrópole que, desenvolvendo novas funções ou ampliando as antigas, vai aos poucos modificando toda a sua estrutura. Porém não são somente as funções que se modificam, mas também o conteúdo social dos bairros, verificando-se uma invasão pela classe média dos mais belos e aristocráticos locais da cidade através dos arranha-céus, assim como a localização das favelas nesses mesmos bairros. A tendência é, pois, para a

⁷² Conforme <https://educacao.prefeitura.rio/unidades-educacionais/>.

heterogeneidade social na maioria dos bairros da cidade, apesar de estar havendo uma verdadeira fuga das classes ricas para locais distantes ou de difícil acesso, isto é, mais exclusivos, onde a posse de um automóvel é condição indispensável para a residência. E assim, vai a cidade do Rio de Janeiro ampliando cada vez mais sua área (Soares, 1990, p. 120).

De modo geral, entre os conflitos mais conhecidos não são marcantes aqueles implicando direito por moradias ou melhoria nas condições de vida. Ocorre que há, por parte do poder público, o reconhecimento de uma favela na área onde outrora foi construída uma Vila residencial para funcionários do Instituto Benjamin Constant (IBC) – a Vila Benjamin Constant. Situada a uma pequena distância da universidade, esse conjunto de modestas casas de alvenaria, utilizadas pelos antigos moradores-servidores, abriga um agrupamento populacional que possui necessidades semelhantes às de outros moradores da Urca: proximidade do local de trabalho, de atividades educacionais e de profissionalização, ou condições de gerar alguma renda nas próprias imediações, através de pequenas vendas, como artesanato, além de acesso ao lazer.

Mesmo considerando que muitas das favelas no Rio de Janeiro estejam localizadas em regiões centrais da cidade, conforme mapeamento desses territórios pelo IPP, a descrição da Vila se distingue entre as favelas cariocas em função de seu pequeno porte e da estruturação das casas ordenadas pelo planejamento original. A conjuntura em que se encontram os moradores da Vila Benjamin Constant e o reconhecimento da Associação da Vila estão relacionados às ações do Projeto Bairrinho, da Prefeitura Municipal, cujo início se deu no final dos anos de 1990. Nomearam as ruas da Vila e organizaram os serviços de correio, água e luz, e de cobrança de impostos, estabelecendo entre os residentes daquela área e o poder público um novo tipo relacionamento. Tais ajustes ocorreram devido ao fato de ter sido alterada a forma de uso habitacional da Vila, construída para servir de residência aos servidores do Instituto Benjamin Constant, sob a administração federal⁷³.

Além de acolher belas residências e ser frequentemente visitada por turistas – que, desde ali, têm ampla e aprazível visão de uma das belas composições de montanhas da cidade – na Urca, como vimos, estão concentradas instituições de caráter técnico-científico, de longa data, que desempenham importante papel no desenvolvimento da pesquisa e da ciência aplicada, bem como lá se encontra uma instituição educacional e assistencial de

⁷³ Gil, T.F.B. **Caracterização do entorno da Casa da Ciência e do Campus da Praia Vermelha/UFRJ**. Rio de Janeiro: UFRJ. Casa da Ciência, 2017. 18 p. Relatório Técnico.

referência nacional. Nessas esferas, tem-se um número expressivo de servidores públicos. Apesar de não conectadas em sentido literal, suas dinâmicas vêm promovendo a aparência em um território produtor de conhecimento, sendo possível descrever, sumariamente, as formas predominantes de trabalho. Além de um perfil acadêmico e de alto conhecimento entre os grupos, as referidas instituições atuam com requisições de alta tecnologia e de recursos técnicos variados; em contiguidade, há também trabalhadores ambulantes – os chamados informais, que auxiliam os trabalhadores e estudantes do lugar através da venda de alimentação e de outros produtos aos turistas. Há um contingente cujo perfil está relacionado às atividades de cuidados profissionais – são familiares que acompanham o público dos serviços de saúde mental e da instituição de educação especializada e de saúde para pessoas cegas e de baixa visão, já especificados.

Figura 5 - Imagem do território construído – do Morro da Babilônia se vê, ao fundo, o Morro de Santa Marta



Foto: Carol Barreto, 2016 (arquivo autora)

3.2.3 Morro da Babilônia, Leme, e os morros do território onde se erguem contradições maiores

O bairro do Leme, assim como a Urca, foi ocupado, nas primeiras décadas de domínio estrangeiro no país, com a motivação de proteção continental. Em

primeiro lugar, por agrupamentos militares em diferentes regimes⁷⁴ e, posteriormente, por áreas que se expandiram em função da adesão ao “progresso”. Tais avanços se referem ao campo da construção civil na ampliação e organização da cidade e também aos efeitos das atividades culturais artísticas e do modo de vida, sob o campo da indústria de transformação e dos meios de comunicação, introduzidos desde o final do século XIX.

Sob os mesmos processos descritos anteriormente, as superfícies genuínas dos terrenos foram sendo atingidas por recursos técnicos, distribuídos por apropriações, que passaram a servir à economia em curso – parte dessa área está inserida numa larga composição entre a natureza e a urbe, compreendida pelo Parque Natural Municipal Paisagem Carioca, Área de Proteção Ambiental dos Morros do Leme e Urubu⁷⁵. De maneira geral, esses contornos vêm resultando das formas do uso desses bens, do emprego de mão de obra especializada, do domínio e normatização dos espaços para habitar. A esse respeito, cabe mencionar que as ocupações dos morros, onde se constituíram as favelas, em suas fases iniciais, eram pautas inconclusas nos debates da política pública, além de se contar com poucos estudos ou pesquisas acadêmicas acerca do tema. Segundo Brum e Knauss (2012), cujo artigo traz elementos valiosos sobre a trajetória de pesquisas em favelas cariocas, destacando o interesse sobre a tomada da favela como objeto de estudo da História, foi de maneira gradativa e sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas que tal intento veio se dando ao longo do século XX, desde o surgimento desse tipo de “habitação popular”.

Nas décadas iniciais de 1900, estiveram as mudanças apoiadas pela remodelação nos transportes, pelas técnicas de produção audiovisual, pela crescente aquisição (fabricação) de objetos variados – desde roupas, acessórios, adereços, perfumes e outros – que combinavam com a vida do segmento endinheirado, aos poucos, foi se situando naquela redondeza próxima ao Morro do Leme (antigo Morro do Vigia), entre o mar e o Morro da Babilônia. Para pensarmos uma comunicação possível entre alguns pontos deste relevo, vê-se que, em tempos remotos, já era explorada sua estruturação nata:

Oficial de um dos batalhões estrangeiros do Primeiro Império aquartelados na Praia Vermelha, gostava C. Schlichthorst de fazer excursões a Copacabana nas manhãs frescas e de bom tempo, isso em 1825 aproximadamente. E no seu livro

⁷⁴ Houve mais de uma demarcação de defesa: Forte do Anel (na Praia do Anel); Fortificação do Reduto do Leme (na Ladeira de mesmo nome, no atual Parque da Chacrinha); e no mesmo morro: Forte do Vigia, Forte do Leme e Forte Duque de Caxias ao final da praia (Gerson, 1954, p. 174-177).

⁷⁵ O Decreto N. 37.231, de 5 de junho de 2013, cria o Parque Natural Municipal Paisagem Carioca, onde estão definidas: APA Morros do Leme e Urubu, Decreto N. 9.779/1990, Decreto N. 14.008/1995, Lei Complementar N. 32/1997, Lei N. 5.865/2015.

sobre o Rio, dizia-nos êle que para chegar ao Leme se utilizava de difíceis caminhos no Morro da Babilônia, à maneira de um alpinista, não porque outros não houvesse, melhores, e sim, porque êsses lhes pareciam mais pitoresco (Gerson,1954, p. 312).

Mas foi a abertura do Túnel Novo – assim denominado para diferenciar-se do já existente, desde o século anterior, na composição das ruas no interior de Botafogo⁷⁶ – que viabilizou o incremento das linhas do bonde, que tinha sua estação final no bairro do Leme, no ramal que chegou até a praça do Vigia, em 1906 (Gerson, 1954, p. 314; Machado *et al.*, 1992, p. 54).

De acordo com o Decreto n. 739, de 17 de março, de 1900, a Companhia Jardim Botânico (bondes) se obrigava a entregar em quatro anos o túnel do Leme, com 10 metros de largura por seis de altura. Ficando a Municipalidade desobrigada de sua construção (Machado *et al.*, 1992, p. 55).

Ainda, de acordo com Machado *et al.* (1992), o tal túnel ligava Botafogo a Copacabana, através de perfuração no Morro da Babilônia. “Mas ele só foi inaugurado oficialmente em 4 de março de 1906, mesmo dia em que foi instalada a linha de bonde até a praça do Vigia” (Machado *et al.*,1992, p. 55). Com isso observou-se uma aceleração na ocupação residencial e comercial, a última bastante valorizada pelos habitantes locais, causando euforia pelas novidades que trazia. “No ponto onde seria a futura estação do Leme, a Jardim Botânico começou a construir, em 1905, um grande balneário arrendado à Cervejaria Brahma” (Machado *et al.*,1992, p. 54). Mais uma vez, nota-se que as engenharias para tais feitos são exemplares em relação aos objetos construídos que transformaram esse subespaço da zona sul da cidade. As grandes obras foram decisivas para promover a circulação dos habitantes e dos novos moradores, além de permitir uma modelação urbana próxima ao mar.

Na década de 1940, observa-se um aumento da população, fomentada pelas atrações comerciais e turísticas que, nas suas formas, contribuía, também, para o incremento da movimentação dos meios de transportes, agora já com veículos particulares, os automóveis, além da circulação dos coletivos, dos quais um maior número de trabalhadores fazia uso (Machado *et al.*, 1992, p. 67).

Esses processos que se deram em períodos próximos, vieram sendo investigados, posteriormente, por diferentes áreas do conhecimento. Soares (1990), que estudou o Rio de Janeiro em sua estruturação, quando ainda era

⁷⁶ Esse antigo túnel foi aberto em morro utilizado como passagem para a praia desde os primórdios: estrada do Barroso, porque chácara J. Martins Barroso, continuação da rua Real Grandeza. (Gerson,1954, p. 313).

Distrito Federal, afirmava que “a noção de bairro é de origem popular” (Soares, 1990, p.105). Segundo seus registros:

A noção popular de bairro é muito mais geográfica e rica, uma vez que se baseia em um sentimento coletivo de seus habitantes, que têm a consciência de morarem em tal ou qual bairro. Esse conhecimento global, que cada um tem de residir em determinado bairro, é fruto da coexistência de uma série de elementos, que lhe dão uma originalidade, uma individualidade, em meio aos outros bairros que o cercam (Soares,1990, p. 105).

No zoneamento da cidade em bairros, Soares (1990) considerou importante o papel das elevações, uma vez que podem separar partes da cidade, isolando-as das outras. A autora lhes atribui importância pela individualidade que têm os bairros cariocas: “Trata-se do sítio do bairro, isto é, do local onde o bairro se implantou. No Rio de Janeiro, cidade tão compartimentada pelo relevo, é grande o número de bairros que têm no fator sítio uma das razões principais de sua unidade (Soares, 1990, p. 106).

Para a pesquisadora, os elementos que também contribuem para a individualização de um bairro – além do relevo – são a paisagem urbana, o conteúdo social e sua função. A primeira, constituída pelos tipos de casa, idade e estilo das construções, disposição das ruas, e outros aspectos correlatos; o segundo, nível e modo de vida dos seus habitantes; e quanto à função, refere seu papel dentro do organismo urbano, se residência, produção, comércio, administração etc. Dessa forma, as forças do passado e os fatores do presente, igualmente, coadunam para a constituição de um bairro (Soares, 1990, p.106).

Atualmente em vigência no município do Rio de Janeiro, temos que:

Bairros são porções do território demarcados oficialmente por limites culturalmente reconhecidos pela mesma denominação, sendo unidade territorial de referência na coleta de dados e informações produzidas pelos órgãos municipais e nas ações de planejamento urbano (Rio de Janeiro, 2018)⁷⁷.

Assim é que a ocupação de um dos morros existentes no Leme, cujos assentamentos estiveram favorecidos pelo relevo, confirma a distinção entre os modos de vida no bairro, como veremos à frente. Nele, as formas de habitar e viver estão marcadas pelas contradições que se evidenciaram no desenrolar do século XX, no âmbito das cidades. Tal situação podemos constatar, nos seus primeiros anos, através de “reportagem publicada no Correio da Manhã, em julho de 1907”, em que é possível corroborar a existência de favelas na região de

⁷⁷ A Cidade do Rio de Janeiro é dividida em 162 bairros, constituindo-se na menor unidade administrativa do município. Atlas Escolar da Cidade do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.data.rio/apps/atlas-escolar/explore>. Acesso em: nov. 2022.

Copacabana (Ferraz *et al.*, 2018, p. 62). Assim também pode ser comprovado por meio de um registro fotográfico, datado de 1928, que marcou o reconhecimento da Favela do Leme, localizada no Morro de São João, no mesmo bairro (Machado *et al.*, 1992, p. 67; Ferraz *et al.*, 2018, p. 62).

Lembremos que os anos de 1920 e 1930 são abalados pela crise monetária que provocou reflexo mundial, quando se veria, então, acachapar a situação de vida dos trabalhadores nas grandes cidades. É nessa fase que se observa certa atenção do poder público, de onde derivaram as políticas públicas e os interesses de conhecimento e de estudo, que se seguiriam a respeito dessas precárias formas de moradia, conforme expôs Honorato (2012) em passagem referida anteriormente.

Ainda, segundo Machado *et al.* (1992):

Em 1934, o aristocrático bairro de Copacabana já possuía duas favelas de grandes proporções: a do Morro da Babilônia, no Leme, e a do Morro do Cantagalo. Nessa época foi construída no local, a Casa do Pobre, com o objetivo de evitar a invasão dos morros. Essa proposta não vingou e a cadeia de montanhas que circunda Copacabana continuou a receber um número cada vez maior de barracos, formando as favelas: dos Cabritos, Pavão, Chapéu Mangueira e Babilônia, inclusive com suas associações de moradores (Machado *et al.*, 1992, p. 68).

Entre essas comunidades, duas recebem destaque por avizinham-se ao Campus da Praia Vermelha: são as centenárias favelas do Chapéu Mangueira e da Babilônia, situadas no Morro da Babilônia. Embora ocupem o mesmo cerro, possuem histórias de formação distintas, relacionadas à presença de militares e de trabalhadores que lá habitavam. Os moradores primitivos possuíam origens distintas, devido à migração de diferentes regiões do país, bem como se diferenciavam em suas identidades culturais e na organização comunitária, como mencionam em seus trabalhos Bovier (2016, p. 26) e Gonçalves (2017, p. 35).

Adiante, apresentaremos alguns dados relativos aos moradores dessas favelas para salientar as situações que envolvem essa população, levando-a a distintas condições de vida, a despeito dos aspectos que colocam o Leme entre médios ou altos os índices de qualidade de vida, moradia, educação e trabalho, quando avaliadas pelos órgãos oficiais. Assim como também ocorre com outras comunidades dos bairros em tela. Antes, porém, iremos aludir a algumas propriedades que dão projeção ao lugar, no sentido de sua importância na cidade, e sob o olhar externo de entidades, locais e global, quando o foco é a preservação dos recursos naturais e o potencial de ações.

Uma delas é que a encosta do Morro do Leme recebe expressivo número de turistas, atraídos pela composição da paisagem natural: a montanha e sua

proximidade ao mar, numa configuração genuína. Por decorrência, os visitantes ocasionam circulação e renda para os nativos, favorecendo as permanências de ambos os grupos que, de alguma forma, nessa proposição beneficiam a relação com este bem cultural e patrimonial (Gonçalves, 2017, p. 29).

Outra qualificação está relacionada à sua flora, que veio sofrendo perdas devido às ocupações, ao longo do tempo, e aos pequenos incêndios (favorecidos por uma espécie de capim). Esses episódios, por consequência, acarretaram danos ambientais à comunidade local e a do entorno: “Como saldo, em fins da década de 1980, o Morro da Babilônia apresentava menos de 20% de um total de 70 hectares de vegetação originária” (Gonçalves, 2017, p. 30). Por esse motivo, ele passou por um processo de proposição para reflorestamento iniciado na década de 1990.

Além do restabelecimento da vegetação, esse ato demarcou um momento de cooperação entre as comunidades locais. De vital importância para a restauração ambiental, esta ação constituiu parcerias entre entidades, associações de moradores do Chapéu Mangueira, Babilônia e da Rua Lauro Miller e adjacências, e apoio de um grande empreendimento comercial do território, o Shopping Rio Sul (Gonçalves, 2017, p. 47–48). Até os dias de hoje, este estabelecimento contribui, através seu plano de Responsabilidade Social, mantendo a trilha de visitação existente e o compromisso com o reflorestamento⁷⁸. Também os moradores da Vila Benjamin Constant estiveram envolvidos no reflorestamento da face Norte do morro e, a partir dessa experiência, construíram um viveiro de mudas – o Muda Verde – que passou a ter o apoio da prefeitura depois da iniciativa dos moradores⁷⁹.

De lá para cá, o Morro da Babilônia acabou por se constituir, junto a outras extensas e próximas elevações rochosas e recobertas de vegetação nativa, em uma zona de amortecimento. Compreendida como uma “malha urbana da cidade que conecta o mar e a montanha e demarcado pelos elementos naturais do entorno do sítio, sendo considerado elo de interligação e de proteção dos demais setores”, tem a função de “contribuir para a sustentabilidade, promoção, proteção, apreciação visual e integridade do Valor Universal Excepcional atribuído ao sítio estabelecido” (Gonçalves, 2017, p. 6) de um dos patrimônios naturais tombados pelo IPHAN: o Morro do Pão de Açúcar. Este, por sua vez, faz parte do conjunto

⁷⁸ RIOSUL, primeiro shopping center construído na cidade, nos anos de 1980, com isso foi atribuída importância econômica àquela área. Disponível em: <https://www.riosul.com.br/shopping/>.

⁷⁹ Estrada, J. D. Comunidade da Urca refloresta morro e combate incêndios. **Folha online Comunidade**. 22 setembro de 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/comunidade/gd220904.htm> Acesso em: 23 ago. 2023.

natural em meio urbano, através do qual a cidade do Rio de Janeiro foi reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Mundial. Designada Sítio “Rio de Janeiro, Paisagens Cariocas, entre a Montanha e o Mar”, a cidade passou “em 1º de julho de 2012, a ser a primeira área urbana no mundo a ter reconhecido o valor universal da sua paisagem urbana”⁸⁰.

Mas, além deste morro, o de São João e o dos Cabritos, onde se localizam outras favelas no território estudado, fazem parte deste sítio. Ocorre que Gonçalves (2017) advertiu a respeito do encobrimento deste tipo de habitação, tipicamente popular, nos relatórios que internacionalizaram o espaço geográfico: “são morros ocupados por favelas cujas territorialidades, apesar de inseridas na área delimitada da zona de amortecimento do sítio patrimonial, não são citadas nos documentos oficiais como elementos integrantes deste setor” (Gonçalves, 2017, p. 9). A pesquisadora ressalta ainda, que, além do apagamento da existência das comunidades e das favelas no dossiê que deu corpo ao reconhecimento mundial do bem (cultural-natural), por vezes, são citadas como elementos de pressão, relacionadas ao lado de problemas urbanos. Contestando essa visão, faz uma série de alegações e observa que, muito antes dessas titulações, já havia mobilização por parte dos atores locais na defesa ambiental dessas áreas:

A mobilização e a reivindicação de atores locais – inclusive da Associação de Moradores do Morro da Babilônia – para que a região estivesse oficialmente sob tutela do poder público, fez com que em 11 de junho de 1996 o decreto municipal 14.874 criasse no Morro da Babilônia uma Área de Proteção Ambiental, instituindo a APA Morro da Babilônia e São João como uma unidade de conservação. Sob gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Conservação, além do Morro da Babilônia, a APA abrange o Morro do São João perfazendo uma área total de 126 hectares (Gonçalves, 2017, p. 31).

As imperativas definições de áreas de proteção, neste contexto e em outros, nos remetem aos debates do campo socioambiental que envolvem as ações humanas sobre os territórios, onde sistemas de objetos e sistemas de ações atuam sob a égide capitalista. Mediante um conjunto de estruturas e fluxos, baseado em sofisticados equipamentos técnicos e tecnológicos, que vêm sendo adotados na apropriação e expropriação dos recursos naturais, em escala planetária, novas estruturas e seus usos constituem a ameaça da escassez e

⁸⁰ Ver em <https://brasil.un.org/pt-br/75172-rio-de-janeiro-%C3%A9-1%C2%AA-paisagem-cultural-urbana-declarada-patrim%C3%B4nio-mundial-da-unesco>. Prefeitura assina o Decreto Nº 35.879, de 05 de julho de 2012, que dispõe sobre o Rio como Patrimônio da Humanidade e dá outras providências.

finitude dos bens elementares (água, ar, espaços geográficos habitáveis) para a reprodução da vida humana e de todas as espécies.

Ademais, sendo inúmeros os efeitos negativos que a questão socioambiental envolve, observa-se o engajamento de novas disciplinas e de novos saberes na busca pela compreensão e intervenção sobre tais implicações, a partir deste modelo de desenvolvimento, como apontam as reflexões de Bastos *et al.* (2020). Os autores também destacam que, sob a perspectiva ambiental, a disputa pelos espaços territoriais é central:

a partir da apreensão da contradição como mediação fundamental para a leitura da realidade, observa-se que a busca pela manutenção e ampliação dos mercados implica também no surgimento de conflitos nos territórios, evidenciando o paradoxo entre o capitalismo e a natureza (Bastos, 2020, p. 13).

Na mesma direção, temos assistido a repercussões importantes das lutas em defesa do equilíbrio no ambiente, evidenciadas por diferentes atores, seja na esfera do trabalho, da cultura, das representações étnicas, e outras, no campo e na cidade, mas essas ações encontram seus obstáculos.

Embora sejam anteparos consolidados aos agravos ambientais, as mediações legais são mantidas sob vigília, e aqui temos que admitir a variação da correlação de forças nas diferentes conjunturas, entre os atores envolvidos, sejam eles ou elas representantes do poder público, sejam dos ou das municípios.

3.2.4 As associações de moradores, os serviços públicos e os contrastes nas condições de vida

Considerando os aspectos apresentados, que levam em conta o transcurso do tempo, podemos assegurar que as transformações são evidentes nesta paisagem e nos elos sociais que a integram – importantes elementos da vida na urbe, motivo de sua existência. Nas metrópoles, assistimos ao crescimento populacional e às mudanças nas bases de relacionamento entre as pessoas sob os espaços, que se transformaram em valores – o espaço como mercadoria (Santos, 2012, p. 30). Tais alterações ocasionaram problemas de ordem ambiental, disparidades de acesso aos bens públicos e ao consumo de bens alimentares, de lazer, moradia, educação.

Esses e outros motivos pautam também as relações pessoais, solidárias e de representação, que se dão nessa densidade urbana, provocadas comumente em função das identidades, da organização de ações protetivas e das

reivindicações mediante o poder público, e eventualmente com ele, onde se fazem presentes as atuações das associações de moradores.

Como já apontamos sucintamente, há interesses divergentes neste circuito, dada a heterogeneidade das realidades nas pequenas divisões delineadas e, por isso, as entidades foram sendo constituídas por contextos e projeções diferenciadas. Essas informações constam nos documentos das próprias organizações e nas respectivas páginas da internet ou “rede social”, não tendo sido encontradas em seu conjunto, a partir de estudos ou considerações mais sistematizadas. São elas: Associação de Moradores da Babilônia (Morro da Babilônia); Associação de Moradores do Chapéu Mangueira (Morro da Babilônia); Associação de Moradores e Amigos do Leme; Associação Comunitária do Leme; Associação de Moradores de Botafogo; Associação de Moradores do Morro Santa Marta; Associação de Moradores do Conjunto Pio XII (Rua Álvaro Ramos); Associação dos Moradores da Urca; Associação de Moradores da Vila Benjamin Constant (Urca); Associação de Moradores da Rua Lauro Miller e Adjacências (Botafogo).

Ademais, cabe mencionar os serviços públicos de referência, que se conjugam às atuações coletivas e às garantias do acesso aos recursos sociais entre a população inserida nesta na circunscrição. Ressalvamos, entretanto, que alguns deles extrapolam as delimitações dos bairros em tela, devido à complexidade ou especialidade que os constituem, na esfera de atuação das políticas públicas. E juntam-se às unidades da rede pública de saúde que já foram mencionadas:

- Centro Municipal de Saúde Dom Helder Câmara (Botafogo)
- Clínica da Família Santa Marta (Botafogo)
- Centro Municipal de Saúde Chapéu Mangueira (Morro da Babilônia)
- Centro Municipal de Saúde João Barros Barreto (Copacabana)
- Unidade de Pronto Atendimento/Gestão estadual (Botafogo)
- Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Padre Veloso (Botafogo)
- Centro de Referência de Assistência Social Sebastião Theodoro Filho (Copacabana)
- Centro de Referência Especializada – CREAS Maria Lina de Castro Lima (Laranjeiras)
- Região Administrativa de Botafogo – RA IV (Laranjeiras)

As escolas e os equipamentos educacionais municipais somam quase cinquenta unidades entre os bairros aqui destacados. As unidades estaduais,

incluindo as de Copacabana, por estarem referenciadas neste alcance, estão representadas por vinte e dois estabelecimentos, de acordo com 2ª CRE.

No panorama desta porção territorial, além das descrições da organização material e social, buscamos alguns dados organizados e divulgados pelos órgãos oficiais de pesquisa demográfica e desenvolvimento urbano. Embora estes bairros pertençam a uma mesma definição administrativa de gestão municipal – a Área de Planejamento 2 (AP2) – que possui infraestrutura na maior parte das vias comuns, serviços públicos na áreas de Administração, Saúde, Assistência Social, Educação e alguns poucos de Cultura, onde se possa encontrar farto comércio, serviços a particulares em vários setores, caracterizando uma zona que reúne diversas funções, incluindo o acesso ao transporte público e particular, ressaltamos que ela admite atributos inconciliáveis, inerentes aos efeitos do desenvolvimento capitalista nas grandes cidades.

As informações geradas, quando os bairros são estudados separadamente, os relacionam a boas e até a ótimas condições de desenvolvimento, de condições habitacionais, de perfil dos moradores e seus respectivos locais e condições de trabalho, do nível de formação e renda. Esses cálculos medianos ocultam, de certa maneira, as demandas que costumam ser mais atraentes para as práticas extensionistas e de pesquisa. Mas vamos aqui assinalá-las através de análises que destacam alguns indicadores sociais, particularmente nas favelas.

Estimativas publicadas, envolvendo a circunvizinhança em tela, que são extraídas dos levantamentos censitários realizados por órgãos oficiais, em comparação aos da cidade, indicam dados médios ou elevados em relação aos padrões de condições de vida. Exemplo do que ocorre com as *taxas de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais (Censo 2010)*⁸¹, em que Botafogo aparece com 99,03, a Urca, com 99,16, o Leme, com 97,15. Essas taxas resultaram próximas entre si, indicando alta equivalência na relação pessoas alfabetizadas/total desta população na mesma faixa etária, no município.

No entanto, veremos que, quando são pormenorizadas as informações sobre os níveis educacionais, por grupos etários, nas favelas, cabem questionamentos, pois ficam indicados baixos níveis neste aspecto. Por esse motivo, convém levar em conta que os elementos quantitativos não devem ser

⁸¹ Taxa de Alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais: É o percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade alfabetizadas, residentes em domicílios particulares ou coletivos, em relação à população total da mesma faixa etária, por bairro da Cidade do Rio de Janeiro. **Atlas Escolar da Cidade do Rio de Janeiro** (2018). Censo 2010. IPP/CTIC.IBGE 2010. Disponível em: <https://www.data.rio/apps/atlas-escolar/explore>. Acesso em: 14 nov. 2022.

tomados isoladamente no reconhecimento da realidade que estamos a configurar, visto que não dimensionam atributos dos lugares particularmente.

Passaremos, então, a apresentar dados relativos aos agrupamentos populacionais dos bairros em destaque e de algumas favelas que os integram. Esclarecemos que as informações não correspondem a todas as favelas, uma vez que não foram identificadas. Outra questão é que – a partir do Censo IBGE 2022, se observa que a população no município do Rio de Janeiro sofreu um decréscimo populacional, já que o Censo 2010 havia totalizado 6.320.446 habitantes e o Censo 2022 totalizou 6.211.223 – os dados por bairros ou regiões, ou por agrupamentos populacionais do Rio de Janeiro, ainda não foram tratados pelo principal órgão do município responsável pela tarefa⁸². Por esse motivo, utilizamos as análises consolidadas com base no Censo 2010, executadas pelo IPP e por outros setores. Diríamos que os subsídios disponibilizados podem ser mais interessantes se considerarmos que o recorte temporal das nossas fontes documentais está mais próximo deste período. Nota-se que, entre os estudos, estão referenciados aqueles feitos à época, motivados pelas implantações das Unidades de Política Pacificadora, em diversas favelas do Rio de Janeiro, como demonstram as publicações IETS/FIRJAN (2010) e IETS (2010), e o estudo de Sabrina Ost (2012). Na exposição, os itens escolhidos ilustram uma contradição peculiar neste território – concentração de instituições voltadas a atividades educacionais *versus* realidade de um contingente populacional em que persiste a defasagem da escolarização.

Tabela 2 - Dados de população e domicílios

Quesito e ano	Divisão administrativa		
	Botafogo	Urca	Leme
População (2010)	82.890	7.061	14.799
Domicílios (2010)	35.254	2.851	6.234

Elaborada pela autora. Fonte: Data Rio, 2010⁸³

Quanto às condições de moradia e de vida – interdependente das formas de trabalhar e acessar aos serviços públicos de educação, saúde, assistência social e outros – pelas definições municipais (IPP/SABREN), estão situadas: cinco favelas em Botafogo, uma na Urca e, no Leme, duas, nomeadas a seguir.

⁸² Este informe nos foi dado pelo próprio órgão em 22/02/2024.

⁸³ Tabela (3542) População residente e domicílios, segundo Bairros do Município Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.data.rio/documents/71a7a8f734c542d5b9c147c0907fe079/about>. Acesso em: 23 jan. 2024.

Tabela 3 - Número de habitantes e de domicílios em favelas, por bairros

Divisão administrativa	Botafogo	Urca	Leme	
Favelas	Alvaro Ramos (198 hab.) Mangueira - Complexo Mangueira (375 hab.) Morro da Saudade - Complexo Mangueira (63 hab.) Ladeira dos Tabajaras - Complexo Morro dos Cabritos (1.049 hab.) Morro Santa Marta (3.908 hab.)	Vila Benjamin Constant	Babilônia	Chapéu Mangueira
População (2010)	5.593	416	2.451	1.288
Domicílios (2010)	1.420	143	777	401

Essas informações apontam a expressiva concentração de favelas em Botafogo, numericamente falando, embora algumas delas sejam comumente identificadas com o bairro de Copacabana. Mas o que gostaríamos de registrar diz respeito à existência desses agrupamentos nas proximidades do Campus, o que, de certa maneira, destoava do perfil mais geral desta área, onde se podem encontrar demandas prioritárias para uma atuação de extensão universitária. No entanto, é prudente que não focalizemos as possibilidades de integração acadêmica com a sociedade, exclusivamente, na direção destes grupos. A questão é ultrapassar as interferências físicos-territoriais da universidade, conhecendo mais profundamente espaços da cidade que ela integra, especialmente aqueles em que está inserida. Nesse sentido, viabiliza e aprofunda as trocas de saberes, proposto pela Extensão na sua atual formulação.

Seguindo na apresentação, tratamos das condições educacionais:

Tabela 4 - Taxa de escolarização por faixa etária jovens e crianças - idade escolar

Faixa etária	Santa Marta	Chapéu Mangueira	Babilônia
7-14a	93,8	96,9	85,7
15-17a	79,0	80,0	71,4
18-24a	32,9	28,6	25,4

Elaborada pela autora. Fonte: IETS, 2010.

Em relação à Tabela 4, se observa que, no intervalo de idade entre 15 e 17 anos e, no intervalo seguinte, 18 e 24 anos, as taxas decrescem com evidência.

Então, se retornarmos às taxas de alfabetização de pessoas com 15a+, por bairros (Botafogo = 99,03; Leme = 971,15; Urca = 99,16), poderemos observar que, embora as favelas integrem essas estimativas de pessoas alfabetizadas, nesses lugares, as taxas de escolarização tenderam à diminuição, com o avanço das faixas etárias. Lamentavelmente, não dispomos das mesmas informações para firmar comparações, ficando o indicativo de que, nestes grupos, há um afastamento de jovens e adultos em relação ao vínculo educacional.

Na Tabela 5, na sequência, esta relação fica reiterada quando consideramos a média dos anos de estudo dos grupos de idade, em que os anos vão se mantendo ou diminuindo, com o avanço dos grupos etários, contrariando o que é esperado com o passar do tempo de vida.

Tabela 5 - Escolaridade média dos moradores por faixa de idade, em anos de estudo

Faixa de idade	Babilônia	Chapéu Mangueira	Santa Marta
7 a 10 anos	2,3a	2,2a	1,7a
11 a 14 anos	5,2a	5,6a	4,9a
15 a 17 anos	7,5a	7,3a	6,8a
18 a 24 anos	7,6a	8,9a	7,9a
25 anos +	6,3a	6,8a	5,4a

Elaborada pela autora. Fonte: Tabulações IETS, 2010

Quanto aos dados da favela Santa Marta, encontramos em Ost (2012) considerações específicas sobre a escolaridade dos chefes de domicílio – dados que a autora declara terem sido produzidos em pesquisa realizada anteriormente⁸⁴, conforme estão dispostos na Tabela 7. A partir deles, observamos que há uma indicação que se distingue positivamente neste grupo em relação aos dados do país, uma vez que o percentual de brasileiros com nível superior, em 2010, era de 7,9%⁸⁵, valor percentual abaixo do que o indicado para os chefes de família do Santa Marta. Apesar disso, segundo a pesquisadora, a condição específica dos/das chefes de domicílio refletia diretamente na renda mensal, concentrada em 30%, à época, entre 1 e 2 salários mínimos.

⁸⁴ Denominada “Avaliação do impacto do policiamento comunitário na Cidade de Deus e no Dona Marta, 2009”, conforme Ost, S. M. O mercado sobe a favela: um estudo sobre o Santa Marta pós-UPP. Dissertação de Mestrado. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. FGV, Rio de Janeiro, 2012. p. 39. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/3a71d298-fc68-4d25-aa0d-21117f8a978d>. Acesso em: 24 jan. 2024.

⁸⁵ Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=17725:numero-de-brasileiros-com-graduacao-cresce-10983-em-10-anos>.

Tabela 6 – Escolaridade de Chefes de Domicílio na Favela Santa Marta

Nível de escolaridade	Percentual
Sem instrução	3,17%
Ensino fundamental incompleto	25,33%
Ensino fundamental completo	22%
Ensino médio incompleto	5,50%
Ensino médio completo	13,17%
Ensino Superior incompleto	7,50%
Ensino Superior completo	16,83%
Pós-graduação	6,50%

Elaborada pela autora. Fonte: Ost (2012)

Quantos aos rendimentos dos residentes nestes lugares, consideramos os subsídios levantados por duas fontes, encontrando particularidades tanto quando se estima a renda nas favelas quanto dessas em relação ao município. A primeira fonte, o Atlas Escolar Data-Rio, aponta renda per capita, em reais (rendimento nominal mensal domiciliar por pessoa - Censo 2010), para os bairros: Botafogo = 3.012,60, Urca = 3.306,35, Leme = 3.042,81. A segunda fonte⁸⁶ mensura que a renda domiciliar per capita em Chapéu Mangueira era de 648,00 reais, no Morro da Babilônia, 558,00 reais, e 481,00 no Santa Marta, incluindo benefícios sociais. Esses valores se distinguem sobremaneira das médias dos bairros e, considerando-se o valor de 750,00 reais e o valor per capita dos domicílios particulares permanentes no município⁸⁷ indicam discrepância nesta condição em que os rendimentos (per capita) nas favelas estão abaixo da média dos ganhos no município.

Por fim, ainda no escopo da análise de condições de vida, o IPP criou o Índice de Desenvolvimento Social (IDS), que é utilizado para medir desigualdades sociais: “O IDS varia de 0 a 1 e utiliza 8 indicadores construídos a partir dos dados do Censo Demográfico e busca caracterizar situações relativas ao domicílio e às pessoas. Esse instrumento permite analisar os territórios a partir dos setores censitários, ou seja, com um considerável nível de detalhamento”. Neste caso, foram utilizados oito indicadores de desenvolvimento, construídos a partir do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, que se referem, por exemplo, às condições

⁸⁶ Primeira Análise da Pesquisa Socioeconômica e do Perfil de Gestão de Risco das Populações dos Morros Santa Marta, Babilônia e Chapéu Mangueira (Confederação Nacional da Seguradoras). Versão preliminar. Rio de Janeiro, junho 2010. p. 15. Disponível em: https://www.iets.org.br/IMG/pdf/iets-estou_seguro_primeira_analise.pdf.

⁸⁷ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/pesquisa/23/22787>.

do domicílio, à infraestrutura básica da localidade, e aos moradores – número por domicílio, renda, formação, a saber:

- ✓ % de domicílios com serviço de abastecimento de água adequado
- ✓ % de domicílios com serviço de esgoto adequado
- ✓ % de domicílios com serviço de coleta de lixo adequado
- ✓ nº de banheiros por moradores
- ✓ % de analfabetismo de 10 a 14 anos
- ✓ rendimento domiciliar per capita em salários-mínimos
- ✓ % dos domicílios, com rendimento domiciliar per capita até um salário-mínimo
- ✓ % dos domicílios com rendimento domiciliar per capita superior a 5 salários-mínimos, que optamos por dispor em correspondência aos sítios estudados, em ordem decrescente:

Tabela 7 – Índice de Desenvolvimento Social por bairros e favelas

BAIRROS E FAVELAS	IDS
Urca	0,749
Botafogo	0,733
Leme	0,723
Vila Benjamim Constant	0,599
Mangueira (RA - Botafogo)	0,568
Morro dos Cabritos	0,565
Chapéu Mangueira	0,564
Ladeira dos Tabajaras	0,549
Babilônia	0,544
Morro Santa Marta	0,542

Elaborada pela autora. Fonte: Data Rio, 2010⁸⁸

Tais índices sugerem que há necessidade de aprofundamento “de realidades” que coexistem neste território, mesmo considerando a ponderação feita anteriormente sobre a controversa que envolve os estudos quantitativos, quando feitos isoladamente.

Ainda que essa porção territorial tenha atingido boas médias relativas nos itens que compõem as análises dos órgãos oficiais do perfil de vida, no Censo de 2010, procuramos justificar a vitalidade dos acontecimentos que possam vir a compor objetos de ações acadêmicas. Não compete, porém, restringir essas intervenções às problemáticas das favelas, mas se pode pensar que ecoam diversas temáticas no lócus desta investigação, que devem estar unidas às

⁸⁸ Tabela 2248 - Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e seus indicadores constituintes, segundo favelas - Município do Rio de Janeiro - 2010 (Aba 2) e Tabela 2248 - Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e seus indicadores constituintes, segundo as Áreas de Planejamento, Regiões de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros - Município do Rio de Janeiro - 2010 (Aba 3). Disponível em: <https://www.data.rio/documents/fa85ddc76a524380ad7fc60e3006ee97/about>.

interpretações do papel e à movimentação da cidade no cenário global contemporâneo, com destaque para reordenação dos espaços públicos e para as disputas pela garantia dos direitos sociais.

Quando nos indagamos se não nos caberia pensar o território universitário a partir da dinâmica social, numa configuração que compreendesse as qualidades do lugar, procurávamos através do exercício teórico, averiguar possibilidades que se colocavam para as práticas, nessa dimensão da formação e na dimensão do compromisso social, que integram as diretrizes das universidades públicas brasileiras.

Figura 6 – A paisagem resultante de objetos naturais e sociais – o Morro do Corcovado, o Morro e Favela de Santa Marta, em Botafogo, e parte do bairro.



Foto: Autora, 2016 (arquivo pessoal).

4. As atividades extensionistas dos cursos e unidades do Campus da Praia Vermelha na conjuntura da política educacional e no contexto da UFRJ, de 1999 a 2009

Os dois primeiros itens deste capítulo apresentam um breve histórico da Extensão Universitária no Brasil e na UFRJ, nos anos mais recentes. Procuramos, através deles, situar as experiências acadêmicas do Campus da Praia Vermelha considerando a dinâmica sócio-histórica em meio à qual veio se instaurando essa política educacional no país, bem como na Universidade.

Para tal exposição, buscamos apoio em reflexões produzidas por acadêmicos e em documentações formuladas por diversos atores e colaboradores do desenvolvimento da extensão universitária, nas instituições de ensino superior brasileiras e nos fóruns deliberativos. Uma revisão foi fundamental para a tese e se deu através das documentações da Pró-Reitoria de Extensão, produzidas no período estudado, que permitiram apurar as referências e informações, particularmente, aquelas relacionadas e apresentadas neste capítulo, referenciando o desenvolvimento da extensão universitária na UFRJ. Um outro procedimento que viabilizou nossa elaboração foi o levantamento das produções acadêmicas que tratam, sob diversas abordagens, das experiências extensionistas na UFRJ. Elas foram identificadas em várias unidades, via Catálogo-Base Minerva/Sistema de Bibliotecas e Informação/FCC/UFRJ, e delas pudemos dispor de acordo com nossos interesses de pesquisa.

Ao final (e finalmente) encontram-se as análises dos resumos dos trabalhos apresentados nos Congressos de Extensão da UFRJ, onde buscamos examinar as relações entre o Campus e o território que ocupa. A metodologia adotada está descrita de maneira introdutória à explanação dos conteúdos reportados, e da hipótese central – sobre o restrito envolvimento com as comunidades vicinais – fomos conduzidas a outros enunciados pela sistematização dos dados. Como tendência assinalada, já no desenvolvimento de itens anteriores, a pesquisa apontou maior impacto das práticas extensionistas em outros lugares do município e do Estado do Rio de Janeiro, particularmente no entorno da Cidade Universitária e na Baixada Fluminense.

4.1 A Extensão Universitária como política (de resistência) no Ensino Superior do país

O subtítulo manifesta nossa compreensão a respeito/acerca da trajetória da Extensão Universitária no país. Mesmo sob políticas conservadoras por parte dos governos brasileiros, em quase toda a travessia das universidades públicas, particularmente as de nível federal, a Extensão se estabeleceu e vem acontecendo por meio das deliberações coletivas e da ampliação de suas práticas.

As experiências embrionárias no ensino superior brasileiro que viriam a configurar a Extensão Universitária antecederam o período de constituição da própria universidade. Os registros se referem às práticas na Escola Superior de Agricultura de Viçosa (MG), na década de 1920 (Fraga, 2017, p. 406), e na Universidade Livre de São Paulo (SP), em 1912, com a realização de cursos e conferências (Silva, 2022; Dantas, 2019). Juntando-se a essa última, consta também que, no contexto de criação das Universidades Livres de Manaus (1909) e do Paraná, teria se originado uma modalidade extensionista no país: os cursos de extensão.

Em relação à Escola de Viçosa e à Universidade Livre de São Paulo, as experiências se diferenciaram em função das atividades que desenvolveram, as quais, por seu turno, subsidiaram entendimentos acerca da extensão, mantidos e discutidos até hoje. À primeira, relacionava-se a “ideia de desenvolvimento comunitário, a autonomia e voluntariado”, calcando-se na prestação de serviços, especificamente agrícolas; já a segunda portava a proposta de que as universidades populares (UPs) fossem “transmissoras de conhecimento, com curso livres de escolha de quem administrava”. Desse modo:

(..) as UPs surgiram a partir do descontentamento daqueles que estavam nas universidades, mas também daqueles que estavam fora dela, reivindicando o acesso que lhes era negado. Nesse período, a extensão se resumia a cursos livres, abertos à população em geral, com temas variados (Fraga, 2017, p. 405).

Fraga (2017) afirma que a influência norte-americana nas universidades brasileiras é mais nítida na década de 1950, através dos acordos entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID)⁸⁹, em que “o modelo extensionista estadunidense se torna premissa do reconhecimento da extensão pelo Estado brasileiro, processo levado a cabo pelo então recém-criado Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB)”.

⁸⁹ Para consultar sobre a agência, ver: <https://www.usaid.gov/>. Oficialmente criada em 1961, mas suas experiências datam desde o pós-Segunda Guerra Mundial.

(Fraga, 2017, p. 407). Lembremos que pontuamos anteriormente sobre o Brasil ter tido também interferência dos EUA na modelagem física de suas universidades, nos anos de 1960 e 1970.

Além dessas influências, o Brasil, o México e outros países da América Latina vivenciaram, nas primeiras décadas do sec. XX, os ecos de uma grande mobilização social traduzida no Manifesto de Córdoba, na Argentina de 1918. O movimento teve importância decisiva para os países latino-americanos, a ponto dessa experiência ter contribuído “para a conformação da identidade da universidade latino-americana que assume a extensão como um dos seus componentes.” (Fraga, 2017, p. 408). Foi marcado por ações organizadas pelos estudantes universitários e seus órgãos de representação, através dos quais os estudantes buscavam profundas mudanças institucionais no ensino superior, que acabaram por envolver ações violentas em seus desdobramentos, mas deixaram sementes para os projetos das universidades do continente.

As mobilizações pautaram as reivindicações do movimento estudantil brasileiro abarcando a qualidade do ensino, o compromisso social da universidade, a transformação social e a relação com as classes trabalhadoras (Fraga, 2017, p. 410). Em suas potentes movimentações, entre os anos de 1940 e início da década de 1960, os nossos estudantes deram matiz às bases da extensão universitária brasileira (FORPROEX, 2001; Dantas, 2019, p. 43; Silva, 2022, p. 30).

A Extensão foi considerada o centro do processo de reformas na educação superior, como consta na Declaração da Bahia, fruto do 1º Seminário Nacional da Reforma Universitária realizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) em maio de 1960 em Salvador (Dantas, 2019, p. 43-44).

Assim é que as considerações do Plano Nacional de Extensão, elaborado em 1999, apontaram que os movimentos culturais e políticos liderados pelos estudantes foram fundamentais para formação das lideranças intelectuais daquela época. O texto afiança que: “Estavam assim definidas as áreas de atuação extensionista, antes mesmo que o conceito fosse formalmente definido” (FORPROEX, 2001, p. 3).

Retomando esta trajetória, contemporaneamente à constituição das universidades e numa alusão que antecedeu à normatização da extensão e, igualmente, deve tê-la influenciado, Schwartzman (1982) faz breve referência às iniciativas da Associação Brasileira de Ensino – ABE. Fundada em 1924, a ABE promoveu através da sua Seção de Ensino Técnico e Superior, a partir de 1926, cursos de alta cultura e especialização. Ele relata, segundo a documentação, que

eram cursos dirigidos para público reduzido, cujos conteúdos seriam precursores de cursos de ensino superior: “Realizado o seu escopo serão esses cursos os precursores naturais de uma Faculdade de Ciências”. Diz, ainda, que “essa atividade, mais tarde, chegou a ser denominada de extensão universitária. (Schwartzman, 1982, p. 37–38).

No entanto, a primeira menção legal sobre essa tarefa foi feita em 1931, que, conforme o Decreto nº 19.851, estabelecia no Art. 42: “A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário”. Tal inscrição consta no Estatuto de Organizações das Universidades Brasileiras – parte do conjunto de reformas propostas pelo recém-criado Ministério da Educação, no contexto da revolução de 1930, do então Ministro Francisco Campos (Leonídio, 2017, p. 47; Fraga, 2017, p. 407).

Ocorre que um conjunto de normatizações se deu num contexto de disputa em relação às bases educacionais para todos os níveis da educação formal. Tal conjuntura foi indicada no capítulo 2, ao tratarmos sobre o espaço físico para a universidade, estabelecida como modelo no país, nos idos de 1930.

Nesse contexto, o governo elabora seu projeto universitário, adotando medidas que se estenderam desde a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras (decreto n. 19.851/31), à reorganização da Universidade do Rio de Janeiro (decreto n. 19.852/31) e à criação do Conselho Nacional de Educação (decreto n. 19.850/31). Em 1935, o Executivo, já na gestão do ministro Gustavo Capanema, elabora e encaminha ao Legislativo o Plano de Reorganização do Mesp, sendo aprovada, em 5 de julho de 1937, a lei n. 452, que organiza a Universidade do Brasil como modelo padrão para as demais instituições universitárias no país (Fávero, 2008, p.164).

Tratava-se de um panorama governamental que impunha seu pensamento autoritário sobre os atores sociais envolvidos com a questão, uma vez que buscava por todos os meios institucionais atender ao ideário de uma ordenação socioeconômica capitalista moderna e mundial. Nessa transição, a universidade recém-criada no Distrito Federal deixaria de existir, mas marcou sua colaboração na direção da extensão, quando pensada na esteira do entrelaçamento da ciência e da cultura (Favero, 2008, p.171–172).

Em meados de noventa, a Extensão já havia alçado certa visibilidade no patamar das tarefas do ensino superior brasileiro e apresentava-se como uma reação às reformas estruturais propostas na época. A reforma na educação, junto com outras “reformas de base”, expressão utilizada na época, fazia parte de uma luta pela transformação social do Brasil (Dantas, 2019, p. 43–44).

Alguns estudiosos apontam que, em torno desse quartel de século, os momentos de agitação social na América Latina, entre eles, a Revolução

Mexicana, em 1908, e a Revolução Cubana, em 1959, marcaram mudanças no papel das universidades frente aos clamores de uma transformação da sociedade (Leonídio, 2017, p. 43-44).

Nesta direção, Fraga (2017) também observa que:

O início dos anos 1960, e outros na história da extensão, foi um período de muita força e criatividade da prática extensionista. Nesses momentos, é evidente que a extensão é acompanhada por uma luta pela democracia no país e na universidade, se aproximando da luta travada pelo movimento reformista de Córdoba. São momentos que reivindicam não apenas a possibilidade de praticar a extensão e de se aproximar das classes populares, mas também e, principalmente, postulam a necessidade da transformação da sociedade. Nessa perspectiva, a universidade, seja por meio dos estudantes, seja por meio dos docentes, almeja uma sociedade menos desigual e mais democrática (Fraga, 2017, p. 411).

Em período que antecedeu aos vinte anos de Ditadura Civil Militar no Brasil, a atuação expressiva do movimento estudantil brasileiro, já sendo representado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), nascida em 1939, constituiu antecedente para que as universidades interviessem em contextos e problemas reais, gerados pela desigualdade nas condições de vida da população no país. Provocam, dessa maneira, a estruturação desta dimensão educativa sob o compromisso da Educação com as mudanças que transformariam a realidade do país, movendo todos os sujeitos envolvidos para condição de protagonistas nesta atuação.

Tratando sobre esse aspecto, Fraga (2017) declara:

Pode-se afirmar que tanto as experiências de Universidades Populares europeias como as experiências estadunidenses tinham como fundamento a transferência de conhecimento. Já na América Latina, as experiências tiveram maior caráter contestatório e de aproximação com as lutas operárias, do que a busca por 'ilustrar as massas'. Como diferencial, partiam da ideia das classes populares como sujeito ativo, e não passivo, na relação entre universidade e sociedade (Fraga, 2014, p. 411).

Nessa conjuntura, a alfabetização é tomada como uma demanda prioritária em que as experiências, métodos e produções dos escritos de Paulo Freire⁹⁰ tiveram marcante influência sobre as proposições, segundo Silva (2022, p. 32), documentos do FORPROEX (2001; 2012) e outros. Para Magalhães (2019), foi o “educador brasileiro mundialmente reconhecido como um dos pensadores mais notáveis da história da pedagogia mundial, além de Patrono da Educação

⁹⁰ O educador Paulo Freire coordenou uma equipe que alfabetizou trezentos trabalhadores rurais em apenas quarenta dias. Esse foi o projeto-piloto do que seria o Programa Nacional de Alfabetização do governo João Goulart, presidente que viria ser deposto em março 1964 (2ª orelha do livro **Extensão ou Comunicação**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022).

Brasileira, por sua diferenciada e influente ‘compreensão ético-crítico-política da educação’, como o próprio preferia definir” (Magalhães, 2019, p. 31).

A influência do educador Paulo Freire, desde então, permanece pulsante nos fundamentos teóricos da Extensão Universitária. Uma das obras mais referenciadas à temática – *Extensão ou comunicação?*⁹¹ – foi escrita no Chile, a partir da experiência de implementação da reforma agrária naquele país, vivenciada antes do golpe militar, que incidiria em setembro de 1973.

O livro não versa especificamente sobre a extensão universitária, mas sim sobre a comunicação no processo educativo. Através dele, Freire (2022) discute as formas de um processo educativo que se pretende transformador e libertador, a partir de uma vivência circunstanciada entre um agrônomo (técnico-especialista) e um agricultor (homem simples) formado no campo – ambos portadores de conhecimentos. Para ele, não se trata de estender o saber de um sobre o saber de outro, sendo a problematização das coisas reais um exercício central nesta tarefa, em que a relação educador-educando pressupõe diálogo, uma verdadeira comunicação, respeitando as culturas, a história e o tempo remetido às partes envolvidas.

A reflexão nos convida a uma prática de extensão autêntica que questiona as próprias condições de inserção dos sujeitos em determinados contextos, a começar pelo domínio do saber. O professor pondera: “Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a ‘sede do saber’ até a ‘sede da ignorância’ para ‘salvar’, com este saber, os que habitam nesta (Freire, 2022, p. 25). Assim é que ele coloca o diálogo como fundamento das relações entre os sujeitos envolvidos nas interações.

Nesse sentido, concordamos com Magalhães (2019) ao afirmar que “A extensão universitária, em sua concepção dialógica e de viés transformador, é compreendida, portanto, muito mais enquanto caminho, do que como objetivo.” (Magalhães, 2019, p. 50). Inspirada nessa premissa, o anúncio da Interação Dialógica consta como uma das diretrizes políticas da extensão universitária e “sendo a primeira elencada, não por acaso, é também a de maior dimensão ética, assim como a mais alinhada às reflexões e ideias de Paulo Freire” (Magalhães, 2019, p. 46). O mesmo pesquisador ressalta ainda o pressuposto de uma ação

⁹¹ Publicación del Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agraria – **Proyecto Gobierno de Chile/Naciones Unidas/FAO**, Santiago do Chile, 1969. “trabajo realizado a principios de 1968. Constituye una pauta dedicada especialmente al agronomo educador, pero que ha de ser considerada también por todos los que deseen comprender cuál es el sentido que Paulo Freire le da, en una acepción mais amplia, al término educacion”. Disponível em: <https://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/visor/BND:59515>.

extensionista sob uma prática refletida, que conecte teoria e prática na perspectiva de “uma práxis dialógica e socialmente pactuada” (Magalhães, 2019, p. 131).

Esta obra foi escrita em meio à conjuntura em que era promulgada, no Brasil, a Reforma da Educação de 1968⁹². Nosso país, se encontrava, uma vez mais, submetido a um governo autoritário que interferiu de maneira retrógrada e vigilante sobre os conteúdos didáticos e pedagógicos das instituições educacionais, em todos os níveis, e agiu de forma violenta e desumana, confrontando os profissionais e estudantes discordantes das ordens autuadas. Este, “o ano que não acabou” ficou marcado na história mundial e na do Brasil como um momento de grande contestação da política e dos costumes: “O radicalismo jovem pode ser bem expresso no lema “é proibido proibir”. Esse movimento, no Brasil, associou-se a um combate mais organizado contra o regime: intensificaram-se os protestos mais radicais, especialmente o dos universitários, contra a ditadura. Por outro lado, a “linha dura” providenciava instrumentos mais sofisticados e planejava ações mais rigorosas contra a oposição”⁹³.

No teor da Reforma, o ensino estava vinculado à pesquisa, porém ambos deslocados das atividades de extensão, que deveriam ser oferecidas como cursos ou “oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento” (Silva, 2022, p. 34).

Nas considerações de Oliveira (2006), a Lei de 1968 propunha a Extensão “sob forma de cursos e serviços especiais estendidos à comunidade”, sem integrá-la às demais atividades formativas, voltada ao desenvolvimento de comunidades como metodologia de trabalho.

É dada à extensão universitária a função de ponte para a realimentação da estrutura acadêmica, funcionando como elemento provocador de mudanças no âmbito interno da universidade e da sociedade de um modo geral. Fala-se dela como sendo uma forma de ensino aplicado, utilizando o laboratório vivo da comunidade. Mas reparemos aqui que a extensão não é mencionada como 3ª atividade, além do ensino e pesquisa (Oliveira, 2006, p. 38).

Naquele momento, todos os conteúdos e práticas da vida estavam submetidos ao controle. A criação artística, como manifestação do pensamento, ficou submetida à censura política. Caso emblemático foi a música “Comportamento Geral”, composta e cantada por Gonzaguinha, gravada pela

⁹² Lei Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

⁹³ O Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, foi considerado o período mais duro do regime militar. Suspendeu os atos do Congresso Nacional e concentrou as decisões nos poderes executivos dos Estados e da Federação. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>.

primeira vez em 1972, que teve sua propagação proibida⁹⁴. Parte dos seus versos entoava: “Você deve notar que não tem mais tutu/ E dizer que não está preocupado/ Você deve lutar pela xepa da feira/ E dizer que está recompensado/ Você deve estampar sempre um ar de alegria/ E dizer: Tudo tem melhorado/ Você deve rezar pelo bem do patrão/ E esquecer que está desempregado (...)”⁹⁵. A música acabou sendo conhecida por sua interdição, mas só pôde ser ouvida e apreciada num clima de democracia, sendo referenciada até hoje por diversos campos do conhecimento⁹⁶.

Assim é que não tendo sido dada relevância à integração da extensão ao ensino e/ou à pesquisa, alguns projetos, nesta fase, foram implementados na esteira do arcabouço ideológico do regime civil-militar, envolvendo estudantes universitários de várias localidades do país – sem a participação efetiva das universidades. Entre os mais citados nos estudos, estão programas cujas ações se espalharam pelas áreas rurais, a exemplo do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC, que “surgiu em 1966 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte alastrando-se por 22 universidades brasileiras” e o Projeto Rondon – que envolvia ações socioculturais de integração das regiões economicamente carentes do país, pensadas no patamar dos interesses econômicos. Este projeto perdurou por décadas, tendo “as bases desenvolvimentistas apresentadas (...) no I Seminário sobre Educação e Segurança Nacional, com participação de militares e professores da Universidade do Estado da Guanabara, em 1966” (Leonídio, 2017, p. 52).

Mesmo em um cenário político inibidor para o desenvolvimento criativo e esperançoso na formação superior e na produção científica, algumas atividades extensionistas foram sendo sedimentadas e permeadas por um viés crítico mediante práticas assistencialistas que eram predominantes. Nesse sentido, uma primeira ordenação de propósitos foi o Plano de Trabalho de Extensão Universitária – PTEU, elaborado no âmbito do Ministério da Educação, em 1975:

O Plano de Trabalho, em relação às demais legislações e documentos anteriores, avançou na concepção de extensão universitária. Ao conceituar extensão, o PTEU fez menção a sua indissociabilidade com ensino e pesquisa demonstrando, por meio da ideia de dialogicidade um comprometimento mais acadêmico da extensão (Silva, 2022, p. 35).

⁹⁴ Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/artistas/gonzaguinha/>. Acesso em: 20 set. 2023.

⁹⁵ Gonzaguinha. Luiz Gonzaga Junior. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1973. 1 LP com 11 faixas.

⁹⁶ O “Dito” Pelo “Não Dito”: Relações Dialógicas e Polêmica Velada na Letra da Canção “Comportamento Geral”, de Gonzaguinha. **Revista do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo**. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/1435>; Arte e Cultura; e Comportamento Geral, por Gonzaguinha (Vídeo). Produção TV Cultura (4:00) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Cokqqpb8fCE>. Acesso em: 06 jun. 2023.

Tal enunciado iria se desdobrar em preceitos mais apurados e atravessaria o novo século, constituindo-se num desafio-base para a universidade e demais instituições de ensino, visto que a razão da Extensão passaria por dar consistência ao tripé pesquisa-ensino-extensão.

Até aqui, a exposição nos levou a observar que tais acepções, normas e direcionamentos pedagógicos atestam repercussões sumárias nas formulações atuais. Dessa forma, as definições em torno das atividades extensionistas transparecem as experiências acumuladas, embora configurem pontos controversos, concorrendo para várias interpretações, assimiladas tanto pela comunidade acadêmica quanto pelo senso comum. Embora este não seja o nosso tema de pesquisa, fica latente na explanação que ainda temos como desafio amplo enfrentar alguns eixos neste campo. É possível adotar a base metodológica consensuada, envolvendo, principalmente, os sujeitos da ação em todas as modalidades de atividades? Quais características são imprescindíveis numa ação extensionista? As atividades extensionistas atualmente definidas são passíveis de abarcar plenamente as diretrizes de sua política?

No ano de 1985, segundo Leonídio (2017), Cristovam Buarque liderava um trabalho de parceria entre a Universidade de Brasília e a sociedade, por meio de Núcleos Permanentes de Participação Coletiva e do Programa de Educação à Distância, enquanto, no Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro elaborava o documento que serviria de pressuposto para a definição do conceito de extensão que seria utilizado anos posteriores (Leonídio, 2017, p. 58).

A Extensão Universitária brasileira, compreendida pelas influências europeia e norte-americana e pelas vivências latino-americanas – cujas contribuições são revistas permanentemente (Leonídio, 2017, p. 44, e Fraga, 2017) – é resultante de experiências e de contendas que antecederam e sucederam a Constituição Federal de 1988 (CF). Certamente, o Artigo 207 da CF, que trouxe a indissociabilidade entre a extensão, a pesquisa e o ensino e o Artigo 213, no seu “§ 2º - As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público” foram determinantes para a integralidade dessa dimensão na vida acadêmica. Numa sucessão de acontecimentos, buscou-se garantir e avançar na efetivação desse tripé, em conformidade e aperfeiçoamento de seus propósitos.

O reconhecimento constitucional da extensão representou um significativo avanço na sua institucionalização e na desconstrução da epistemologia dominante nas universidades brasileiras. Mas, mesmo após previsão constitucional, o Estado não

assumiu sua função de definir políticas públicas para a extensão universitária brasileira. Coube ao Fórum de Pró-Reitores de Extensão permanecer com esta função, espaço vazio no MEC, desde a extinção da CODAE – Coordenação de Atividades de Extensão/MEC, ocorrida em 1979 (Silva, 2022, p. 40).

Anteriormente à força constitucional, em meio ao movimento de redemocratização do país, buscava-se uma qualificação que correspondesse aos novos tempos para a compreensão das ações de extensão universitária – que chegaram até aquele momento apoiadas na prestação de serviços e na difusão de cultura – como já mencionamos. Neste processo de abertura política, foram observadas prerrogativas legais, como a Portaria 742/1985, do Ministério da Educação, vindo ao encontro de novos compromissos da universidade.

Ainda naquele ano de 1985, Cristovam Buarque lidera um trabalho de parceria entre a Universidade de Brasília e a sociedade através de Núcleos Permanentes de Participação Coletiva e do Programa de Educação à Distância. Já no Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro elaborou o documento: *Da extensão Universitária – versão preliminar*, uma proposta de discussão. Tal documento serviu de pressuposto para a definição do conceito de extensão que seria utilizado anos posteriores (Leonídio, 2017, p. 58).

Em 1987, a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior – FORPROEXT⁹⁷ – foi imprescindível nessa jornada, mantendo-se como referência nas formulações de conteúdos e de estratégias mediante a travessia dos acontecimentos que sucederam à promulgação da Constituição Federal, numa conjuntura de disputas no que dizia respeito às universidades. As diferenças se davam tanto internamente, nas IES espalhadas pelo país⁹⁸, envolvendo variadas temáticas e interesses, quanto no âmbito nacional, envolvendo a questão primordial de manutenção das universidades públicas pelo compromisso do Estado, na formação universitária sob a tríade pesquisa-ensino-extensão, sendo que nesse processo, se buscava uma combinação de propostas pedagógicas e de recursos para tal desenvolvimento (Trindade, 2000). O FORPROEX, em sua fundação, foi representado por 33 unidades de ensino públicas, e, de acordo com Leonídio:

⁹⁷ O I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras fortaleceu nacionalmente as experiências e encontros regionais já desenvolvidos anteriormente. (Leonídio, 2017, p. 59).

⁹⁸ Em 1987, ano de criação do Fórum, o Brasil apresentava um total de 853 Instituições de Ensino Superior, sendo 613 privadas, 54 públicas federais, 83 públicas estaduais e 103 públicas municipais (Leonídio, 2017, p. 61). Em 2021, eram 2.574 Instituições de Ensino Superior no Brasil, sendo 313 IES públicas, de acordo com Censo da Educação Superior do INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 09 set. 2023.

Impulsionou uma série de debates, publicações e implementações que possibilitaram a construção de políticas e diretrizes da Extensão Universitária no Brasil as quais caminharam para o consenso de que não é apenas na sociedade que se vislumbra conseguir impacto, mas também a própria Universidade (...) (Leonídio, 2017, p. 55).

A vitalidade deste Fórum está na sua “função primordial na definição de políticas de extensão para as instituições públicas de ensino superior”, afirmou Leonídio (2017, p. 18), que estudou a história da entidade. Ele posiciona a atuação deste Fórum como articulador político e estruturador dos processos de elaboração e planejamento da Extensão na política da Educação, alcançando seus parâmetros legais e normativos. Nos conteúdos produzidos pela entidade, ou a ela associados – com destaque para os documentos elaborados nos eventos de âmbito nacional, promovidos de 1987 a 2012, – o pesquisador encontrou as fundamentações traçadas em diferentes momentos. Tais subsídios vieram responder aos anseios dos atores envolvidos e de grupos da sociedade, constituindo-se em pressupostos necessários para a estruturação da Extensão. Assim reconhece neste órgão “um locus importante de formação, intervenção e avaliação das ações no âmbito do ensino superior” (Leonídio, 2017, p. 41).

Dessa forma, o autor resgatou os Encontros de Pró-Reitores e/ou de “representantes similares a estes órgãos” da IES públicas brasileiras. Valendo-se da persistência em formular e reformular uma base teórico-metodológica para as ações extensionistas, os encontros proporcionaram o aperfeiçoamento de documentos e implementações propostas, buscando dar sustentação conceitual e prática para a extensão universitária. Além disso, esses eventos passaram a incorporar questões do campo científico e social e seus respectivos enfrentamentos ao longo dessas décadas, incluindo o escopo das políticas públicas, num firme propósito de estabelecer e manter conexões pertinentes com a realidade social. Num primeiro momento, porém, o essencial era constituir um referencial na concepção da extensão para fazer alavancar sua existência e organização nas instituições. Dessa forma, o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras aconteceu na Universidade de Brasília, no Distrito Federal, em novembro de 1987, “visando o fortalecimento nacional a partir das experiências regionais já desenvolvidas” (Leonídio, 2017, p. 59). As temáticas dos encontros que se seguiram ao primeiro, até o ano de 2012 (XXXII Encontro) estão indicadas no Anexo I.

Nos anos de 1990, em meio às dificuldades relacionadas aos rumos do ensino superior – um período de crise nas instituições públicas, entre outros, – o

setor privado se expande. Segundo avaliação de Cristovam Buarque, Ministro da Educação (de janeiro de 2003 a janeiro de 2004), proferida publicamente em 2003:

Não há dúvida de que a universidade foi duramente maltratada pelo neoliberalismo das últimas décadas. O Brasil é um exemplo trágico dessa realidade. Durante esse período, as universidades públicas brasileiras perderam poder, recursos financeiros e professores, não tendo crescido o suficiente para atender à demanda por vagas (Buarque, 2003, p. 6).

A propósito, também o ex-reitor da UFRJ, Aloisio Teixeira (2000), conjecturou sobre tais problemas. Em texto vencedor⁹⁹ de um concurso instituído pela Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB), em que eram abordadas as funções dessa entidade perante a universidade, o professor mencionava que, naquela situação, as parcerias possíveis, junto a empresas estatais brasileiras para desenvolvimento técnico científico em pesquisa, estavam ameaçadas pelos processos de privatizações, não havendo investimento interno das empresas multinacionais, uma vez que:

não tinham nenhum interesse em desenvolver a pesquisa científica e tecnológica nos países hospedeiros, preferindo fazê-lo em seus próprios países. Quanto as empresas nacionais, em geral, dominantes em setores menos dinâmicos, não tem dimensão, poder de mercado e volume de recursos para investir em programas de investimento a longo prazo; numa avaliação míope, parece lhes mais vantajoso adquirir a tecnologia de que necessita um mercado externo. Apenas as empresas estatais tiveram historicamente alguma ligação orgânica com a pesquisa interna; mas hoje este setor da economia está posto em xeque e vem sendo progressivamente desmontado (Teixeira, 2000, p. 28).

Especificamente no contexto da UFRJ, o professor ponderava sobre dois aspectos, que, nos debates atuais, ainda se apresentam como nós. Um dizia respeito às possibilidades de receitas por meio do enorme patrimônio imobiliário da universidade – conforme documento referido que dizia: “a política patrimonial da UFRJ deve colocar como objetivo central fazer do patrimônio fonte de renda, sem que para isso, precise a Universidade, abrir mão da propriedade de seus imóveis.” (Teixeira, 2000, p. 21); e outro, relacionado às formas de implementação da FUJB, como referência ao apoio nas movimentações de entradas de receitas financeiras que permitissem projetar uma política de pesquisa e de programações para extensão universitária. Os dois convergiam a execução para a fundação (Teixeira, 2000, p. 25). Considerando-se que alguns desdobramentos se tornaram impeditivos para tal formulação – embora a ideia tenha vigorado – de lá para cá, a administração ainda enfrenta a retração de recursos na instituição. Porém, em

⁹⁹ Teixeira, A. sob o pseudônimo de J. E. Galán. “Em busca do unicórnio”. Texto apresentado para concorrer a prêmio instituído por ocasião do Jubileu de Prata da FUJB, setembro 2000.

meio a controversas, observamos estratégias e algum avanço nas definições de políticas de pesquisa e desenvolvimento técnico e tecnológico, e de expansão da esfera extensionista, como parte da sustentação verdadeira do tripé na UFRJ.

Julgamos necessária essa breve ponderação em função de aspectos que devem ser observados nesta reflexão, tanto no que diz respeito ao reconhecimento de que houve marcadamente contribuição da FUJB nos primeiros Congressos de Extensão quanto ao dado relacionado às elucubrações sobre recursos a serem angariados para definições de política, manutenção e expansão na UFRJ. Tais projeções recaem sobre uma hipotética justificativa do motivo das práticas extensionistas se voltarem muito mais na direção das comunidades próximas da Cidade Universitária, uma vez que o patrimônio localizado no CPV estaria na mira de outra finalidade que não a fixação de atividades de formação. Isso conjugado às demandas identificadas naquela vizinhança e aos demais fatores que favoreceram a empreitada, como veremos.

Retomando o quadro geral, os Pró-Reitores e outros protagonistas deste enredo não deixaram de aventar conceitos e estratégias relativos à implantação das ações extensionistas, com base nos ensaios em curso. Nessa direção, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996¹⁰⁰ trouxe para o compilado normativo-jurídico as viabilidades de sua execução, pois “também ratificou a previsão constitucional de possibilidade de apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsa de estudos e concebeu a extensão universitária como finalidade da educação superior” (Silva, 2022, p. 41). Essas possibilidades de recursos foram significativas, nos anos seguintes, para a concretização das ações na IPES e na UFRJ, como assinalamos à frente.

Em 1997, foi documentada a proposta do Programa Universidade Cidadã, em meio a proposições que buscavam manter recursos conquistados recentemente junto ao poder público federal para realização de atividades e implementação da Extensão. O Programa objetivava a aproximação das universidades à realidade social e chamava a atenção para os interesses e para as necessidades da maioria da população na esfera dos direitos, da educação, do trabalho. Retomava alguns dos princípios descritos há uma década e, essencialmente, articulava-os aos princípios de cidadania. Destacava necessidades e interesses regionais, o compromisso da ação e da pesquisa em relação aos problemas da população, e situava as populações como sujeitos atuantes dos processos de produção de conhecimento. Enfatizava a participação

¹⁰⁰ Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

junto a movimentos sociais, priorizando ações em função das condições de desigualdade e exclusão (Leonídio, 2017, p. 73).

Sob as bases deste programa, em 1999, apresentava-se o Plano Nacional de Extensão Universitária, que, reformulado conjuntamente com a Secretaria Educação Superior – SESu/MEC, foi publicado em 2001. O Plano é portador dos fundamentos da Política de Extensão, igualmente conduzida pelo FORPROEX, que foi consolidada décadas depois, conforme veremos com mais detalhes.

Em tal conjuntura de final de década, também se observou a atuação de representantes de instituições dos setores de natureza privada e comunitária. Nessa ocasião, foi fundado o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias: o FOREXT¹⁰¹. A entidade dedica-se aos desdobramentos da expansão dessa frente de trabalho, dando ênfase às crescentes demandas da sociedade as quais deveriam ser mediadas pela função social das Instituições Comunitárias de Ensino Superior – ICES (Silva, 2022, p. 41; Gohn, 2012, p.116–117). Ao mesmo tempo, Goergen (2006) nos chama a atenção para a abrangência do compromisso social das universidades públicas, as quais devem ser reconhecidas pela qualidade da docência e da pesquisa mediante ao contexto geral da sociedades, não se restringindo a adoções utilitárias e imediatas dos conhecimentos produzidos: “Quando a ciência elimina a ideia de contexto alegando neutralidade, ela se torna absoluta, imperialista e idiota. Há, portanto, a necessidade de estabelecer prioridades condizentes com as necessidades sociais.” (Goergen, 2006, p. 80)

No início do século XXI, a Extensão Universitária, embora, diante de novos desafios, concretizava-se sob seus múltiplos aspectos e em progressivas etapas, frente aos peculiares cenários do território brasileiro e às especificidades de cada IES, situação comparável, com ressalvas, a outras políticas emergentes no âmbito das instituições públicas federais (de ensino superior e técnico de nível médio). Tomando como exemplo o cumprimento da Lei de Cotas¹⁰² e a implementação das ações de permanência de estudantes nas IFES, estas, ainda como Decreto, estão previstas pelo Programa Nacional Assistência Estudantil (PNAES).

A Lei Federal 12.711/2012, batizada desde seu nascedouro de Lei das Cotas, completa dez anos. Ela veio para normatizar um programa de ação afirmativa em

¹⁰¹ “O FOREXT foi instituído em outubro de 1999, mediante aprovação da Carta de Goiânia, durante o VI Encontro de Ação Comunitária e de Extensão promovido pela ABESC e pela ABRUC, (...)”. Silva (2022, p. 41), nota 12. Ver sobre ABESC – Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas, hoje incorporada pela ANEC (<https://anec.org.br/projeto/historia-da-educacao-catolica-aec-anamec-abesc-e-anec/>), e ABRUC – Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior (<https://site.abruc.org.br/abruc>).

¹⁰² Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/lei_12711_29_08_2012.pdf.

todo o sistema federal de instituições de ensino superior e técnico, criando reserva de 50% das vagas para alunos oriundos da escola públicas e, dentro desse contingente, cotas baseadas em critérios de renda e étnico-raciais (pretos, pardos e indígenas). A aprovação da Lei de Cotas se deu quase uma década após a criação das primeiras políticas de reserva de vagas para negros no ensino público brasileiro. Ao longo do período transcorrido desse momento inicial à aprovação da Lei, as políticas de ação afirmativa se espalharam por quase todas as instituições de ensino superior público brasileiro, estadual e federal, e também pelas universidades privadas, por meio de iniciativas do governo federal, como o Prouni¹⁰³.

Cabe registrar que tais prerrogativas foram efetivadas após muita luta dos movimentos sociais e por ações públicas regionais, a exemplo do que ocorreu na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)¹⁰⁴, que instituíram a política de cotas, as quais seguem inspirando iniciativas em órgãos de naturezas distintas. Nesse sentido, não poderíamos deixar de registrar que, nessa processualidade de mudanças, a PUC-Rio foi uma das instituições precursoras na implementação de ações afirmativas. A universidade, já nos anos de 1994, estabeleceu parceria com as atividades do Pré-Vestibular para Negros e Carentes no Rio de Janeiro, vindo depois a destinar bolsas de estudo integrais aos estudantes deste curso preparatório, experiência analisada pela professora Andréia Salvador (2011).

A Extensão Universitária, até esta fase de seu desenvolvimento, veio caminhando, em suas proposições, de braço dado ao proclamado compromisso social da Universidade, em especial nas instituições públicas, sem que desse conta isoladamente dessa complexa missão. Mediante ao sentido crescente das contradições sociais – cujas práticas extensionistas passaram a ser pautadas – observa-se que grande parte delas veio sendo norteadas pela incontestável desigualdade de acesso ao saber escolar e acadêmico. Estes deveriam estar sendo aproximados dos grupos apartados de educação formal e dos grupos que buscassem algum aperfeiçoamento das áreas disciplinares – situação que inicialmente caracterizou a Extensão, demarcando questionamentos posteriores acerca da transmissão do conhecimento e das relações estabelecidas nas metodologias destas atividades (Leonídio, 2017; Fraga, 2017).

De acordo com o Plano Nacional de Extensão, que reiterava o elo entre Extensão, Ensino e Pesquisa, a questão era alinhar “a sua proposta de ação global e sua inserção institucional nos departamentos, definindo as suas linhas de ensino e pesquisa em função das exigências da realidade” (FORPROEX e SESu/MEC,

¹⁰³Junior, J.F. e Luz, J. O Congresso e a Lei de Cotas. Disponível em: <https://pp.nexojournal.com.br/opiniao/2022/O-Congresso-e-a-Lei-de-Cotas>. Acesso em: 22 set. 2023.

¹⁰⁴ *Idem*.

2001, p. 6). Acumula-se, assim, uma série de iniciativas, vivências e registros relativos às motivações e implementações pertinentes ao desempenho dessa dimensão, sob os princípios pedagógicos vigentes e, sobretudo, para uma formação profissional cidadã, como mencionava, nitidamente, o referido Plano:

A extensão, entendida como prática acadêmica que interliga a universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, possibilita essa formação do profissional cidadão e se credencia cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes (2001, p. 7).

Sob orientações e procedimentos inscritos em tal documento, nas primeiras décadas de 2000, constatam-se diversos avanços na estruturação das práticas extensionistas. Entre elas, podemos mencionar um maior alcance das propostas, o estabelecimento e a organização das atividades, e o comprometimento das gestões nas IES; ao mesmo tempo, geração e divulgação de conhecimento sobre a temática (Leonídio, 2017; FORPROEX, 2007).

Ocorre que, nessa transição de século, um marco a considerar foi o Plano Nacional de Educação 2001–2010 (Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001)¹⁰⁵. O documento espelhava as prerrogativas em curso, adotadas por um governo submetido aos ditames da economia mundial (Pimentel, 2015, p. 50 e 51), que estavam sendo enfrentadas pelos atores sociais envolvidos nos diferentes níveis da Educação brasileira e latino-americana. Tem-se que, de maneira geral, que para a Educação Superior o Plano apresentava contradições ao incorporar os preceitos neoliberais, que explicitamente abriam possibilidades de crescimento ao setor privado da educação superior. Buscava elevar quantitativamente o nível educacional e qualitativamente a formação dos brasileiros ao propor aumento do número de matrículas e prescrevendo outras metas para as instituições, através de modalidades diferenciadas para as públicas e as de natureza particular; no caso das IPES, era notória a retração dos recursos (Pimentel, 2015, p. 50).

Avaliamos que ele, curiosamente, anunciou premissas que qualificariam o desempenho da extensão universitária no decurso seguinte, tanto pela explicitação das questões a serem enfrentadas pelas universidades, especialmente no tocante à desigualdade de condições de vida das populações, quanto pelos compromissos atribuídos a elas. Como exemplos dessas premissas, citamos: a proposição de iniciativas contra o analfabetismo e em prol da educação

¹⁰⁵ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 07 out. 2023.

de jovens e adultos (objetivos e metas da Educação de jovens e adultos) e a orientação para o cômputo de atividades de extensão no ensino de graduação (objetivos e metas da Educação Superior).

Nessa fase, houve uma mudança de direção política no Brasil, que, se desloca das prioridades liberais na economia. O governo federal volta-se para proposições mais consistentes no campo social. O Partido dos Trabalhadores, após mais de dez anos de disputa para presidência da República, chega ao poder, elegendo Luís Inácio Lula da Silva. A expectativa era de que fossem definidos maiores recursos para o ensino superior e que houvesse reformulação ampla nas bases da universidade brasileira (Pimentel, p. 86). Sem que se consumassem por completo os anseios, alguns pontos são aqui mencionados para situar a condição da extensão universitária, especificamente.

Um expressivo estímulo foram os recursos, provenientes, entre outros, do Programa de Extensão Universitária – PROEXT – reeditado em 2003¹⁰⁶, a partir de um programa assemelhado que vigorou entre 1993–1996, tendo sido interrompido sob a justificativa de escassez financeira. Segundo Geysa Alves Pimentel, naquele período, “a extensão universitária voltou-se, basicamente, para a prestação de serviços que pudessem incluir a presença de alunos e professores em suas atividades” (Pimentel, 2015, p. 97).

O PROEXT tinha claro entrosamento com as políticas públicas sociais sob o governo do presidente Lula da Silva (2003–2010) e alinhou-se a políticas de Ministérios específicos, como foram os casos de editais conjuntos: o PROEXT MEC/Cidades e o PROEXT MEC/Cultura. Consta que, na efetivação desses programas, estavam previstas a autonomia de cada IPES na realização das tarefas e a responsabilidade da execução da política pelos órgãos do Estado (Pimentel, 2015, p. 98).

Pimentel (2015), ao analisar mais profundamente as definições e os desdobramentos acerca do PROEXT, aponta que o Programa reforçou as políticas públicas que vigoravam naquele momento, com a manutenção das características e dimensões das intervenções no âmbito da universidade e do Estado. A historiadora declara que “a eficiência demonstrada na execução dos recursos e na implementação das ações propostas foi fator primordial para que o

¹⁰⁶ A normatização referente ao PROEXT só foi editada pelo Decreto Nº 6.495, em 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6495.htm. E, no período de 2003 a 2005, o PROEXT foi chamado de Programa de Apoio à Extensão Universitária, voltado às Políticas Públicas (nota 14, Pimentel, 2015, p. 98).

PROEXT pudesse ser reconhecido e institucionalizado nacionalmente” (Pimentel, 2015, p. 99).

Um outro aporte significativo de recursos e de organização, no intervalo entre os anos 2004 e 2008, foi o Programa Conexões de Saberes transformado em Programa de Educação Tutorial – PET/Conexões, desenvolvido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, em parceria com a Secretaria de Educação Superior. Ambos intencionavam subsidiar intervenções através da Extensão em sintonia com as políticas públicas vigentes, que, nos termos literais, “institucionalizou sua importância como política pública educacional de permanência, voltada para alunos de baixa renda e grupos socialmente discriminados” (Pimentel, 2015, p. 112), estando firmemente orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Ressaltamos, neste intermédio, o polêmico processo advindo do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (2007), mencionado no primeiro capítulo. Para o FORPROEX, segundo as considerações iniciais feitas na apresentação da Política de Extensão, de que trataremos logo adiante, em meio a instabilidades financeiras e dificuldades estruturais do modelo da universidade brasileira, o REUNI pôde ser tomado como uma possibilidade para o avanço das atividades de ensino, pesquisa e extensão; assim como da mesma forma foi entendido o Plano de Expansão com Interiorização das IFES¹⁰⁷ (FORPROEX, 2012, p.14).

No entanto, as controversas se deram em várias frentes, em meio a muitos questionamentos e manifestações nas universidades federais de todo o país, envolvendo os segmentos estudantis, técnico-administrativos e docentes. Especificamente em relação à Extensão, Pimentel (2015) afirma que:

enquanto conceito, não é citada, o que se tem é a congregação de ações que, em conjunto com o proposto pelo decreto, são identificadas como atividades extensionistas. A única citação que se faz a extensão universitária está no documento Diretrizes Gerais do REUNI/2007, em que a mesma aparece como um dos três itens da Meta E – Compromisso Social da Instituição (Pimentel, 2015, p. 93).

¹⁰⁷ Dados divulgados pela Associação Nacional de Dirigentes das IFES informam que esse processo se deu em etapas, sendo a Primeira Fase: Expansão de Cursos nas Sedes – 1998/2002; a Segunda Fase: Expansão para o Interior – 2003/2006; a Terceira Fase: Expansão com Reestruturação (Reuni) – 2007/2012; e a Expansão com ênfase nas Interfaces Internacionais – 2008. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1362761900Expansao_Interiorizacao.pdf. Acesso em: 07 out. 2023.

Para a autora, a condição em que a extensão foi posicionada implicava no entendimento de que ela estava separada da função primordial da universidade – a da formação em suas três dimensões:

para que se atenda ao compromisso social das universidades, as ações de extensão são pensadas como um subitem de um compromisso maior, sem integrá-las ao ensino ou à pesquisa. É óbvio que, ao pensar a dimensão compromisso social, a extensão foi pensada como uma função assistencialista e integradora das universidades, já que a mesma está ligada a dois subitens de assistência, sendo o seu objetivo educacional desvirtuado do que preceitua o FORPROEX (Pimentel, 2015, p. 69).

Mas o fato é que, nesse panorama, a Extensão se adensa e se expande, no interior e entre as instituições federais, bem como de maneira geral nas IPES, fortalecendo práticas ancoradas no ensino e na pesquisa, com base nos acumulados debates e ainda esboçando novos desafios.

Formulada mais de uma década depois do Plano, em 2012, a Política Nacional de Extensão retratou os aspectos fundantes (a exemplo dos princípios elaborados desde a formação do FORPROEX) e fundamentais (como são as diretrizes) para as práticas extensionistas que hoje vigoram. No contexto de sua elaboração, permaneceram as preocupações pertinentes às condições sociais, políticas e econômicas do país e à defesa da universidade pública – o que não suprimiu a convocação às demais universidades brasileiras para aderirem a tal propositura.

Ademais, a Política assinalou pontos relevantes que haviam sido inscritos no Plano Nacional de Educação – PNE 2001-2010 e, além de ratificar algumas das atribuições e peculiaridades, até então, alcançadas pelas atividades extensionistas, destinou 10% da creditação curricular da formação universitária a essas atividades¹⁰⁸. A efetividade ao preceito, que tem uma significativa abrangência envolvendo a dinâmica pedagógica das instituições, vem exigindo empenho das universidades públicas, comunitárias e privadas. É, em tempo, uma implementação que se desdobra.

Dessa forma, consideramos que vários elementos vieram sendo conjugados, ainda que mediados por limitações. Como reafirmação das concepções tecidas nesse processo, damos destaque às diretrizes contidas na consolidação da Política Nacional: a Interação Dialógica; a Interdisciplinaridade e

¹⁰⁸ LEI N° 10.172, de 9 de janeiro de 2001, trata a questão nos seguintes termos “4. ENSINO SUPERIOR/4.3 Objetivos e Metas/ Item 23. Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001–2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas”.

Interprofissionalidade; a Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; e o Impacto na Formação do Estudante; e o Impacto e Transformação Social como características essenciais no método de desenvolvimento das práticas extensionistas, sem as quais não estará se conformando a extensão universitária como uma dimensão do ensino superior – e este em toda sua potência criativa – nem tampouco construindo bases para mudanças sociais almeçadas na direção de uma sociedade sem desigualdades, repleta de humanidades.

Outro aspecto a ser ressaltado era, e ainda é, a contribuição da Extensão às Políticas Públicas – formuladas e executadas pelo Estado, com a participação de representantes da população – que se destinam a atender amplamente aos interesses comuns das sociedades, levando em conta suas necessidades e o planejamento administrativo em áreas como habitação, saúde, cultura. Nesse sentido, a interação com as questões sociais e a busca de compreensão e resposta, ou de um conjunto delas, através da mediação da ciência, das técnicas e da tecnologia, denota também a potencialidade desta dimensão universitária, ao mesmo tempo que viabiliza aos estudantes o exercício ético e dedicado à vida em sociedade, interseccionada pelo desenvolvimento econômico – ele próprio, gerador de inúmeras contradições.

Quanto à capacidade de integração nessa frente, observa-se permanente esforço. De tal forma que, em ocasião mais recente, se *estudar e conceber o marco regulatório para a extensão na educação superior brasileira*, e, posteriormente, *estabelecer diretrizes e normas para as atividades de extensão, no contexto da educação superior brasileira*, por força do Plano Nacional de Educação, se fizeram representar os segmentos público, comunitário e particular, através de seus Fóruns: o FORPROEX, o FOREXP (Fórum de Extensão das Instituições de Educação Superior Particulares) e o FOREXT. Trata-se da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que “Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014–2024 e dá outras providências”. Esta é, por fim, a resolução que se encontra em vigor e dá balizamento legal à Extensão Universitária no Brasil. Um breve histórico do processo consta no Parecer CNE/CES 608/2018, homologado pela Portaria nº 1.350, de 17/12/2018, do Ministério da Educação¹⁰⁹.

¹⁰⁹ Ver revisão deste parecer em Parecer CNE/CES nº 576/2023, aprovado em 9 de agosto de 2023, que trata do desenvolvimento das ações de forma remota (virtual).

4.2 O protagonismo da Extensão na UFRJ

Sublinhamos, a seguir, algumas etapas e episódios, com a finalidade de compreendermos como as deliberações anteriormente tratadas – traduzidas por diretrizes, princípios e atuações de uma política específica – reverberaram na dinâmica da UFRJ e, ao mesmo tempo, explicitamos como contribuíram nessas formulações em nível nacional, através do desenvolvimento, organização e implementações de suas ações.

A Pró-Reitoria de Extensão – PR5, antes Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão – SR5, tem uma longa trajetória no desenvolvimento desta dimensão educativa, na universidade. Seu envolvimento com os fatos, em nível nacional, marcou essencialmente os trabalhos internos (UFRJ, 2018, p.139). A Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão – SR5 foi criada sob a gestão do Professor Horácio Cintra de Magalhães Macedo, Reitor da Universidade de 1985 a 1989¹¹⁰. Nessa fase, marcada pelo retorno de exercícios institucionais democráticos e de alianças entre universidades e segmentos populares da sociedade, as práticas extramuros aos territórios universitários ganharam relevo, voltando-se para comunidades com maiores demandas, frente às desigualdades reconhecidas.

Dentre as atividades nos anos de 1985 a 1989, a Técnica-Administrativa Solange S. Rodrigues resgatou, em sua pesquisa, áreas e temas de interesse dos Programas e Projetos de Extensão, representados por Saúde (42%); Educação Classes Populares (18%); Lazer Comunitário (11%), Cultural (10%); Conscientização de Direitos (10%); História dos Bairros da Maré (10%); Produção e Divulgação Científica (3%); Censo Maré (3%), conforme Rodrigues (2018, p. 29), cuja fonte de dados foi o Relatório de Gestão da Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão – único documento acessível após o incêndio ocorrido em 2016.

Nessa ocasião, a Universidade Federal do Rio de Janeiro elaborou o documento “Da extensão Universitária – versão preliminar”, uma proposta de discussão. Esse documento serviu de pressuposto para a definição do conceito de extensão que seria utilizado em debates posteriores, conforme Rodrigues (2018) e Leonídio (2017, p. 56). A elaboração resultou de uma iniciativa do órgão

¹¹⁰ “Foi o décimo Reitor da UFRJ e o primeiro reitor eleito com voto direto da comunidade acadêmica após a redemocratização, com o fim da ditadura civil-militar.” QUEIROZ, A. C. B., CONCEIÇÃO, L. M., CAMARGO, J. L. Rio de Janeiro: UFRJ/SiBI/DMI, 2022. Projeto Galeria dos Reitores da UFRJ. Disponível em: https://memoria.sibi.ufrj.br/images/TEXTOS_GR/19_Hor%C3%A1cio_Cintra_Magalh%C3%A3es_de_Macedo_1985-1989v2.pdf. Acesso em: 06 set. 2023.

recém-criado, que buscou internamente conhecer os interesses das unidades e as possibilidades de ações externas.

Os 80 departamentos que sinalizaram a existência ou interesse nas atividades extensionistas, a maioria, cometiam o equívoco de associar atividades de extensão com atividades extraclasse. Assim sendo, foram promovidas discussões no âmbito interno da Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão (SR5) que culminaram no documento teórico denominado “Da Extensão Universitária – Versão Preliminar, uma proposta em discussão” no final do ano de 1985. Este documento foi encaminhado para o Conselho Universitário em agosto de 1986, discutido no Seminário “Vamos entrar nessa Maré” e orientou a conceituação da extensão naquele momento (Rodrigues, 2018, p. 27).

Proximamente a esta etapa se delineava o FOPROEX, tendo sido realizado o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras em 1987. Durante esse Encontro, se observou a presença de Pró-Reitores e Coordenadores de Assuntos Estudantis e Comunitários e de Cultura, visando ao fortalecimento nacional (Leonídio, 2017, p. 59). Entre as 10 (dez) representações da região Sudeste do país, a UFRJ fez-se representar pela então Pró-Reitora, Profa. Dulce Chiaverini. As instituições participantes representavam apenas 13,75% das instituições públicas do país, que à época eram 240 (nos níveis federal, estadual e municipal) (Leonídio, 2017, p. 61). Nas considerações de Rodrigues (2018), a gestão pioneira da SR5 buscava desde àquelas circunstâncias articular a extensão ao ensino e à pesquisa:

A UFRJ, na busca de adotar um conceito de extensão universitária, partiu da opção pelas classes populares e, por meio dos projetos desenvolvidos na Maré, pode promover discussões que geraram o documento que forneceu subsídios para o I Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas (...) (Rodrigues, 2018, p. 28).

Desde então, a UFRJ marcou presença de maneira atuante no FORPROEX, tendo dois pró-reitores assumindo sua liderança nos anos de 2004, 2005, 2009 e 2010, respectivamente, XX, XXI, XXV e XXVII Encontros – que passaram a contar com uma participação em torno de 100 instituições.

Assim, verificamos igualmente que a UFRJ esteve integrada ao desenvolvimento de tarefas e acordos deliberados por este Fórum, mantendo representação na Secretaria Executiva nas gestões de maio/1999–maio/2000 a maio/2002–maio/2003, bem como teve participação no Grupo Técnico sobre Sistemas de Dados e Informação e RENEX (1999), redigindo e editando o Boletim do Fórum Extensão, durante a gestão maio/1999–maio/2000, em que as atuações couberam à Profa. Ana Inês Sousa¹¹¹. Além disso, a professora prestou

¹¹¹ UFRJ, 2002. **Relatório da Gestão SR5 1998–2002.**

assessoramento na construção de diversos documentos, como “Extensão Universitária: Organização e Sistematização” (2007) e “Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras: estudo comparativo 1993/2004” (2007); colaborou também na elaboração da publicação “Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão” (2013), e de tantos outros registros.¹¹²

Convém lembrar que uma das frentes centrais, em conformidade com o Plano Nacional de Extensão de 1999, era a implantação de um sistema de informação que permitisse o registro de todas as ações extensionistas, de forma padronizada quanto à denominação de atividades, temáticas, fluxos de informações, conhecimento a respeito dos marcos da Extensão e outros itens.

Essa decisão gerou a necessidade da sistematização dos dados, de forma que cada universidade, não importando o processo de registro e informação de seus dados, pudesse operar um sistema compatível a avaliações e ao conhecimento público da produção da Extensão (FORPOEX, 2007, p. 21).

Implementado em 2004, um sistema denominado Sistema de Informação de Extensão – SIEXBrasil consiste em um aplicativo web criado para atender à demanda de registro das atividades de extensão desenvolvidas nas Universidades participantes do FORPROEX. Essa base foi revista posteriormente, buscando-se o aperfeiçoamento e ampliação dos registros, das possibilidades de divulgação e acesso sobre a produção da Extensão no Brasil.

Em 2009, o sistema passou a ser denominado de SIGProj (Sistema de Informação e Gestão de Projetos), sendo hospedado pela Sesu/MEC e incorporadas ao sistema as plataformas de Ensino, Pesquisa e Assuntos Estudantis. No entanto, a equipe de desenvolvimento continuou na UFMS, composta principalmente pelo Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), que inclui docentes, técnicos e estudantes de pós-graduação. A Sesu/MEC passou a utilizá-lo para realização dos editais do Ministério, como o do Programa de Extensão Universitária (ProExt) e o do Programa de Educação Tutorial (PET). A UFMS e as outras universidades que utilizavam o SIEX passaram também a utilizar o SIGProj, que na verdade é o SIEX desenvolvido pela UFMS, apenas com um novo nome e novas funcionalidades (Sousa e Meirelles, 2013, p. 69–70).

Cabe aqui sublinhar os esforços da Comissão Permanente de Avaliação de Extensão – CPAE, atuante desde o preceito contido no Plano, em 1999, cujas finalidades se interpõem ao compromisso social da universidade no seu “fazer complexo”. Um exemplo de que se busca elevar a função das ações extensionistas. Como considera Deus (2013), no lugar em que a Universidade atua, devem-se notar melhorias na qualidade de vida, deve-se observar o

¹¹² Documentos disponíveis em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos>.

cumprimento da responsabilidade institucional, e isso não se faz sem considerações e acompanhamentos devidos “por meio de projetos, convenções e reuniões”, com os setores da sociedade envolvidos, incluída a universidade, e que construa o memorial¹¹³.

Nesse intento, uma situação de descontentamento se configurou. A UFRJ documentou muitas de suas experiências iniciais de maneira dispersa, através das respectivas unidades em que se desenvolveram as ações, antecipando-se a essa motivação. Além dos registros mencionados no estudo de Rodrigues (2018), no período 1985/1989, havia outros documentos produzidos (originais e cópias), relativos aos anos que se seguiram (até a adoção do sistema em modo digital), se encontravam agrupados numa das salas da Pró-Reitoria de Extensão. Nesse local, se iniciava a organização do Núcleo de Memória da Extensão (Rodrigues, 2018, p.14), entretanto, tais informações foram destruídas pelo lamentável incêndio ocorrido, em 2016, no prédio em que funcionava a PR5¹¹⁴. Diante do fato, suscitamos expectativas de que esta situação possa ser revisitada.

Assim, quanto a esse resgate, os trabalhos acadêmicos podem ser tomados como fontes importantes dos acontecimentos, das elaborações e das definições que já atravessaram a UFRJ, como é o caso do estudo de Borges (1998), que tratou da Extensão desde a URJ à UB, nos anos de 1931 a 1945. O historiador já frisava que tal atuação deveria ocorrer na efetivação do tripé ensino, pesquisa, extensão; não sendo a extensão uma terceira função. (Borges, 1988, p. 11). Os dados por ele apresentados reforçam a tradição primeira da Extensão nas universidades, de realização de cursos, uma vez que, no período indicado, o Conselho Universitário havia aprovado 250 atividades nesse formato, sendo os cursos mais populares os promovidos pela Escola de Música, em várias etapas. Outros temas, mais articulados à ciência e cultura, digamos, mais seletivos, eram mais expressivos (Borges, 1998, p.44–45). Os cursos eram muito procurados por profissionais e, segundo consta, alguns professores se mantinham ministrando aulas por vários anos, “é que tinha enorme peso a figura do catedrático quando da aprovação de cursos” (Borges, p. 48), sendo a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Direito e a Escola Politécnica as escolas proeminentes.

¹¹³ Deus, S. Apresentação. In: NOGUEIRA, M.D.P. (org.) **Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão** (Coleção Extensão Universitária 8). Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013. p. 12–16.

¹¹⁴ Nota sobre incêndio no 8º andar do prédio da Reitoria. **Conexão UFRJ**. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2016/10/nota-sobre-incendio-no-8o-andar-do-predio-da-reitoria/>.

Dessa forma, percebe-se a importância e o papel do FORPOREX quanto ao incentivo na organização e no registro das ações extensionistas nas IPES. E, no caso da UFRJ, neste estudo, destacou-se o engajamento dos atores da instituição que analisamos. A UFRJ demonstra ter acompanhado tais procedimentos, nos anos iniciais de 2000, bem como procurou promover reflexões que ampliassem entendimentos acerca da Extensão universitária, viabilizando a incorporação das atividades no processo de ensino-aprendizagem e consolidando os pilares assim definidos na formação do estudante.

Em relação aos apontamentos que se deram sob essa premissa e já trazendo dados relacionados ao foco desta investigação, encontramos uma primeira sistematização, que envolve o período inicial do recorte temporal e a marca de outras implementações, como a realização do I e II Congressos de Extensão, respectivamente nos anos de 1999 e 2001. Lembramos que tais informações serão aprofundadas através das averiguações nos Anais desses eventos, elaborados a partir de 2001, bem como naqueles relativos aos anos que se seguiram.

Tabela A - Número de Atividades de Extensão realizadas por tipo 1998-2001

Atividades	1998		1999		2000		2001		Crescimento
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%
Projetos	42	14,9	175	27,9	258	37,9	363	25,6	864,3
Cursos	197	69,9	215	34,2	165	24,3	411	28,9	208,6
Eventos	43	15,2	238	37,9	175	25,7	440	31	102,3
Publicações/ Produtos	SI	–	SI	–	82	12,1	206	14,5	251,2
TOTAL	282	100	628	100	680	100	1420	100	

Tabela reproduzida do Relatório de Gestão 1998/2001 da Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão (UFRJ, 2002, p.23). (SI -sem informação)

Na efervescência dos direcionamentos do Plano, são retomadas experiências dos anos 1980, sendo criada a Divisão de Integração Universidade e Comunidade – DIUC, em 2003 (UFRJ, 2011), que se pautava por uma ação interdisciplinar e franco envolvimento com as demandas comunitárias. A DIUC promovia a integração, principalmente, com comunidades do entorno da Cidade Universitária, por meio de seus integrantes e representantes de associações de moradores. Além disso, realizava atendimento ao público amplo em diversas áreas: direito, psicologia, serviço social e arquitetura (envolvendo questões de moradias e fundiárias). Constituiu-se numa referência às comunidades que

cercavam a Ilha do Fundão, ao mesmo tempo que consolidava ações que permitiam a interseção de diferentes cursos na esfera extensionista, concretizando um dos vetores da Extensão (UFRJ, 2011, p.18 e 19, e Rodrigues, 2018, p. 36–38). A autora explicita que as demandas foram sendo elencadas, sob argumentos de ações já em desenvolvimento:

Os primeiros movimentos extensionistas na UFRJ promoveram a interação da universidade com os moradores da Maré, e nos últimos meses do ano de 2003, foi criado o Programa de Alfabetização da UFRJ para Jovens e Adultos da Maré, designado, posteriormente, Programa Integrado da UFRJ para Educação de Jovens e Adultos, para atender a uma solicitação de representantes das comunidades do entorno da Ilha do Fundão. Estes representantes compareceram à universidade portando o Censo Maré 2000, que apresentava um índice de 7,9% de analfabetismo entre pessoas com mais de 15 anos e solicitando que a universidade desse alguma resposta a esta situação, pois além das comunidades estarem geograficamente próxima da Cidade Universitária, muitos atuavam em ações extensionistas, que envolviam a educação de jovens e adultos, desde ações de alfabetização, formação de alfabetizadores, pesquisa até atividades culturais (Rodrigues, 2018, p. 36).

Para compreender os processos em que se deram as implementações relacionadas às diretrizes da extensão, que foram se consolidando através da PR5, identificamos um primeiro momento que divulga e propõe envolvimento dos docentes e estudantes, numa perspectiva mais interna de entrosamento e fortalecimento da estrutura organizacional (UFRJ, 2011, p. 9), e um segundo, de sedimentação das atividades, com as primeiras definições de recursos da universidade seguidas dos aportes de órgão federais¹¹⁵. Tais situações subsidiaram os debates na formulação do texto-base do Plano Quinquenal de Desenvolvimento 2006 (UFRJ, 2006), ao mesmo tempo que respondem aos problemas e aos desafios apontados no documento – e seguem até o PDI 2012–2023 (UFRJ, 2018). Este último revisou praticamente uma década do crescimento, dos entraves e das metas da universidade, recuperando a lacuna entre os anos de 2012 e 2018 – um possível terceiro momento.

¹¹⁵ Na UFRJ, além das provisões do MEC e de outros Ministérios mencionadas quando tratamos do PROEXT, houve articulações através da Petrobras (editais Fome Zero e Petrobras Cultural e com o CENPES (Centro de Pesquisa, Ilha do Fundão). Além de convênios firmados com Prefeituras Municipais e programas voltados à Educação – prioridade nacional para Extensão: formação continuada para professores de ensino básico de escolas públicas, alfabetização de jovens e adultos e de jovens de origem popular. Estes projetos são claramente identificados nas análises que virão a seguir (UFRJ, 2011, p. 9).

Tabela B – Períodos, gestões e implementações na UFRJ

Períodos	Reitores*	Pró-reitoras/es Gestão SR5 e PR5	Implementação destacada
Julho 1998 – Junho 2002	Jose Henrique Vilhena de Paiva	Maria José Chevitarese S. Lima	- Sistematização ações unidades e SR5 I e II Cong. Extensão
Julho 2002 – Agosto 2005	Carlos Francisco T. M. R. de Lessa; Sergio Eduardo L. Fracalanza; Aloisio Teixeira	Marco Antonio França Faria	- Programa de Bolsas (PIBEX) - Divisão de Integração Universidade Comunidade (DIUC)
Outubro 2005 – Junho 2011	Aloisio Teixeira	Laura Tavares R. Soares	- Coordenadores Centros e Fórum Extensão - Articulações Bolsas e PROEXT/Políticas Públicas - Inicia flexibilização curricular e ações REUNI

Elaborada pela autora com base em UFRJ (2011) e Rodrigues (2018).

*Observar que os períodos de gestões dos reitores não coincidem com as dos/as sub-reitores e pró-reitores.

Os documentos relativos aos PDIs 2006 e 2012–2023 expressam a valorização da Extensão na UFRJ por meio da concepção inequívoca da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No primeiro, todo o acúmulo institucional se expressa a partir das iniciativas brevemente narradas, enfatizando dois grandes desafios: o enfrentamento à fragmentação (material e atitudinal) e o desdobramento da extensão mediante as demandas sociais comprometidas com os segmentos populares e mais vulnerabilizados. Na projeção do planejamento, almejava-se a autonomia universitária para não prescindir dos devidos recursos orçamentários públicos, garantindo a estruturação organizacional. Naquela proposição, a extensão alcançava o interesse dos estudantes da pós-graduação, pautando a flexibilização curricular para “tornar a extensão e a pesquisa partes organicamente integrantes da formação do estudante e da prática cotidiana de professores e pesquisadores” (UFRJ, 2006, p. 56).

Já no PDI 2012–2023, encontramos a Extensão completamente regulamentada nos cursos de graduação (conforme Resolução nº 02/2013 do Conselho de Graduação) e estimulada pelo reconhecimento da atuação docente (Resolução nº 08/2014 do Conselho Universitário). E ainda requer frequentes debates acerca de suas finalidades, procedimentos, características e outros aspectos no interior da UFRJ. Oportunamente, havia se estendido também ao

técnico-administrativo, com requisitos específicos, a coordenação de atividades dessa natureza assinaladas neste documento, no sentido de ter contribuído com crescimento do número de ações e, conseqüentemente, de estudantes envolvidos (UFRJ, 2018, p. 144).

De fato, é uma tarefa complexa compreender as ações universitárias que se baseiam em longas sistematizações de pesquisa e metodologias participativas de concepção-ação, envolvendo os estudantes da universidade de forma interdisciplinar e interprofissional, transformando-os em sujeitos de sua formação crítica, escolhendo seu percurso acadêmico e aprendendo com a comunidade e a realidade que o cerca e instiga. Realizar ações dessa natureza na universidade tem sido um desafio permanente (UFRJ, 2018, p. 142).

Nesse contexto, maiores avanços puderam ser observados, de maneira que a Extensão passa a ser pensada como integradora da formação universitária, como um espaço acadêmico definitivamente conquistado. Não são explicitados, porém, encaminhamentos relativos a recursos, tanto destinados a bolsas estudantis quanto a outros subsídios. O balanço ainda traz dados quantitativos das ações por Centros e sustenta a viabilidade do Conselho de Extensão Universitária, a partir das experiências do Fórum de Extensão.

Um marco no processo de institucionalização, desde as primeiras iniciativas, é o incremento dos sistemas de gestão e aportes tecnológicos que permitem aperfeiçoamento no acompanhamento das práticas e de todo arcabouço requerido, envolvendo principalmente recursos humanos e arquivos de conteúdo.

Com o registro sistemático das ações de extensão, passou-se a ter um instrumento importante para a gestão da extensão: a sua caracterização complexa de tamanho, temática e distribuição de recursos financeiros, administrativos e acadêmicos na UFRJ. O uso do sistema Sigproj pela UFRJ foi definido a partir de 2012, ano desde o qual existem dados institucionais bem estruturados sobre a extensão na UFRJ (UFRJ, 2018, p. 143).

Assim, damos aqui o devido valor ao argumento presente nos entraves que abarcam a extensão no tripé da formação universitária: aquele que se assenta na produção de conhecimento, convocando a atarmos-nos sobre a importância da documentação a ela relativa.

Os Congressos de Extensão da UFRJ, que tiveram início em 1999, retratam esforços que estavam sendo feitos nas instituições, em todo o país para a implantação e/ou implementação de práticas de natureza extensionista, junto do ensino e da pesquisa. Naquela época, a Sub-Reitora da SR5 liderou esse processo e realizou o primeiro evento, conforme assinalamos. Os Congressos tiveram relevância pedagógica, institucional e política no processo de reconhecimento do conjunto das ações na UFRJ, como observamos entre as

várias iniciativas que marcaram a institucionalização dessa dimensão educativa. Através de seu desenvolvimento também ficaram apontadas as diferentes fases de inserção e organização das práticas extensionistas, visando alcançar, efetivamente e amplamente, a atuação da Extensão.

Foram esses primeiros eventos internos que promoveram a divulgação das áreas envolvidas, bem como permitiram uma certa caracterização dessa frente, procurando assim expandir o interesse dos segmentos acadêmicos. De lá para cá foram sendo quantitativamente ampliados e aperfeiçoadas as suas performances, até se unificarem à Semana de Integração Acadêmicas – SIAC, junto às Jornadas de Iniciação Científica, Artística e Cultural da UFRJ.

A Jornada de Iniciação Científica foi criada em 1978 pelo Prof. Giulio Massarani, envolvendo apenas o Centro de Tecnologia (CT) e o Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN). Em 1985, o evento alcançou toda a UFRJ e teve participação de praticamente todos os Centros, notadamente do CCMN, do CT e do Centro de Ciências da Saúde (CCS). A partir de 1993, quando a UFRJ passou a participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Jornada passou a ser, também, o fórum de apresentação dos trabalhos dos bolsistas deste Programa¹¹⁶.

Os Congressos aconteceram desvinculados das Jornadas até o ano de 2009; e as publicações passaram a ser editadas conjuntamente apenas em 2016, em versão digital, na VII SIAC. Até o ano de 2023, foram realizadas 12 edições das Semanas de Integração, pois, nos anos 2020 e 2021, houve impedimento de realização em função da pandemia da COVID-19.

Dessa forma, elegemos a primeira década de realização dos Congressos – intervalo em que se realizaram seis edições – para examinar o que se delineou na UFRJ, sob nosso interesse de estudo. Os Congressos passaram a ter uma frequência anual a partir de 2006 (UFRJ, 2011, p. 91), e suas dinâmicas se tornaram relevantes para as avaliações das práticas, enquanto outros procedimentos já se encontravam em curso, como os registros em sistemas padronizados e relatórios para acompanhamentos. De acordo com o que vimos, no seu conjunto, as tarefas foram impulsionadas pelo apoio acadêmico em 2005 – tendo sido o programa de bolsas na UFRJ um passo importante para institucionalizar a Extensão, além do aporte por parte da política do MEC nos anos que se seguiram até o início da década seguinte.

Refletindo ainda a atmosfera de intensos debates, cabe referir:

¹¹⁶ Livro de **Resumos da XXXIII Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Artística e Cultural**. (Apresentação). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. p. III.

- a participação da UFRJ no 2º Congresso de Extensão das Universidades Públicas da Região Sudeste, realizado de 28 a 30 de abril de 1999, no Campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), apresentando 30 (trinta) projetos de extensão. A UFRJ esteve representada por cerca de 80 (oitenta) congressistas (UFRJ, 2002, p. 19);

- no plano nacional, a universidade esteve representada no 1º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária – CBEU, em 2002, cujo tema foi “Universidade: conhecimentos e inclusão social”, realizado em João Pessoa, Paraíba¹¹⁷. Sempre organizado pelo FORPROEX, é reconhecido como o maior evento brasileiro de extensão universitária (em 2021, aconteceu sua nona edição em formato virtual);

- e no plano internacional, em 2005, a UFRJ recebeu o VIII Congresso Ibero-Americano de Extensão Universitária, no Rio de Janeiro, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ representada pela Profa. Ana Inês de Souza e pelo Prof. Marco Antonio França Faria, Presidente do evento. “Navegar é preciso – transformar é possível” foi o título deste VIII Congresso Ibero-Americano¹¹⁸, que teve como entidades promotoras a “Unión Latinoamericana de Extensión Universitária; Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX; Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias – ForExt; Fórum de Extensão das Instituições de Ensino Superior Brasileiras FUNADESP/Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (que congrega instituições particulares)”. Um encontro que reuniu representantes de países que possuíam as mesmas finalidades de implementação das discussões, realizações e mobilizações que envolvessem a face da universidade voltada às contradições sociais de cada sociedade, em certa medida, com as mesmas insuficiências geradas pela ordem social.

Alçando a década seguinte, com os eventos referidos sendo mantidos e demais atividades implementadas, a Extensão na UFRJ cresce significante tanto numericamente, pelas múltiplas atividades, quanto pelos desdobramentos que são motivados internamente e externamente. Os quatro relatórios de Gestão da PR5 que seguem na linha temporal¹¹⁹, apontam debates reiterados, envolvendo

¹¹⁷ **Anais do I CBEU**. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/lcbeu/index.htm>. Acesso em: maio 2023.

¹¹⁸ Sousa, A. I.(org.). **Navegar é preciso – transformar é possível**. VIII Congresso Ibero-Americano de Extensão Universitária, Rio de Janeiro, Brasil, novembro de 2005. Rio de Janeiro: UFRJ, PR5, 2005.

¹¹⁹ **Relatórios de Gestão**: Outubro de 2005 a Junho de 2011, Pró-Reitora Profa. Laura Tavares Ribeiro Soares; Julho de 2011 a Junho de 2015, Pró-Reitor Prof. Pablo Cesar Benetti; Julho de 2015

disputas que não paralisaram o sentido desse movimento. Em 2019, deu-se a implantação do CEU (Conselho de Extensão Universitária), vigoroso durante todo o período de afastamento presencial das atividades acadêmicas, em função da contenção do vírus (SARS-CoV-2, cf. Ministério da Saúde). E assim foi realizada, no primeiro semestre de 2023, a 80ª Sessão deste Conselho.

Cabe ainda destacar a frente que implementou a inclusão da Extensão no currículo de graduação, conforme proposição do PNE 2001-2011. As discussões tiveram início em 2005, tendo sido a meta incorporada ao Plano de Trabalho da Pró-Reitoria (2011–2015) que reconhecia que a integração ensino, pesquisa, extensão “estava bastante assimétrica”. Iniciativas várias foram tomadas para buscar maior consonância aos preceitos do PNE, como um levantamento entre os cursos de graduação que favorecesse ao cumprimento da exigência, já que nenhum deles, à época, correspondia.

Essa condição foi amplamente aventada, a exemplo de debates ocorridos na Plenária de Coordenadores de Extensão e no IX Congresso de Extensão da UFRJ (2012). Disso, uma proposta foi encaminhada ao Conselho de Ensino de Graduação (CEG) “com o objetivo de regulamentar o registro e a inclusão das atividades de extensão nos currículos”. A Resolução CEG n.º 02/201346, de 2013, tornou obrigatória a extensão na graduação, com percentual de dez por cento e, dessa forma, “a UFRJ tornou-se referência nacional no processo da creditação da extensão” (Pelegrineti, 2020, p. 86-87).

Finalizando esta discussão, afirmamos que a UFRJ – paralelamente a muitas outras iniciativas e incrementos à sua missão – vem se destacando, entre as IFES e demais instituições, na implementação curricular da Extensão nos cursos de graduação. Atribuímos tal posição, em parte, à articulação da universidade no plano nacional, mas, especialmente, à dedicação e à convocação institucional interna permanente de integração e qualificação das referidas práticas, ao longo dessas últimas décadas. Assim como também cabe mencionar as reflexões que derivam do enfrentamento às controversas, internamente e externamente, que estiveram presentes nesta caminhada, deixando significativas contribuições para o plano das intervenções extensionistas.

a Junho de 2019, Pró-Reitora Prof. Maria Malta; e anos de 2019-2023 Profa. Pró-Reitora Ivana B. Oliveira, também Presidente do Conselho de Extensão (CEU).

4.3 As ações de extensão no âmbito do Campus Praia Vermelha

Neste item, antes de enfatizarmos as análises e resultados dos procedimentos adotados em relação às fontes documentais centrais, além da revisão de literatura e inserção de outras documentações que consolidaram nosso texto, fazemos uma ponderação especificando o sentido exploratório dos registros extensionistas, a partir dos eixos acerca de propostas metodológicas adotadas para dimensionar a Extensão que encontramos em Cristofoletti e Serafim (2020).

Os autores apontam “nove dimensões metodológicas e analíticas da Extensão Universitária” que circunscrevem os aspectos constitutivos de avaliações sobre a extensão universitária (brasileira) elaborados por pesquisadores e por outros atores envolvidos com tal propósito. Os pontos elencados, a partir dos quais são detalhadas e qualificadas as “dimensões metodológicas e analíticas”, são apresentamos a seguir:

1. Quem faz a extensão; 2. A quem se destina a atividade extensionista; 3. Quais atividades materializam a extensão praticada e como ela se institucionaliza no interior da universidade; 4. Quais objetivos da extensão e por que se faz a extensão; 5. Que tipo de conhecimento é estendido/transferido/ construído e como isso é realizado (metodologias e pedagogias utilizadas); 6. Quais os impactos, “produtos” e benefícios das atividades de extensão para a comunidade externa e para a universidade; 7. Como as atividades são legitimadas socialmente e dentro da universidade; 8. Função social e compromisso social da universidade; 9. Qual a inserção contextual e histórica da experiência extensionista (Cristofoletti e Serafim, 2020, p.11-16).

No estudo, a partir de cada dimensão é feito um detalhamento descritivo e um operacional, organizados em quadros-síntese, conforme exemplificado no Anexo II. Assim, se observa que não há nenhuma dimensão que vincule as ações aos territórios ocupados pelas instituições de ensino superior, sendo este um argumento de que o nosso objeto não está implicado na revisão de literatura sobre a temática da avaliação de Extensão, embora traga contribuições nesse sentido.

Gostaríamos também de registrar que ao nos balizarmos nas discussões acumuladas e produzidas sobre Extensão ou temáticas afins encontramos vasto material e inúmeras inquietações. Descortinamos, por exemplo, duas questões que atravessam esse debate, envolvendo os rumos da universidade. Se, como está dito por Bernheim e Chauí (2008, p. 19), a autonomia da universidade está relacionada à possibilidade de elegermos a direção do compromisso social, é necessário levantarmos: 1) o ensino e a pesquisa estão integrados à Extensão de

maneira a pautarem seus conteúdos por essa dimensão, constituindo, de fato, um indissociável tripé? II) mediante a trajetória das políticas educacionais, houve amadurecimento suficiente para se reconhecer que esta autonomia é fundamental para que o projeto de universidade se descole de uma política governamental federal do Poder Executivo?

No mesmo texto, escrito quando se iniciava o século XXI, os autores ainda nos chamam a atenção para as pontes e os desafios que orbitam em torno da universidade, enquanto tal: instituição social *versus* organização social; a perspectiva interdisciplinar; o relacionamento com setor produtivo valorizando a pesquisa nas universidades *versus* a pesquisa do setor produtivo (Bernheim e Chauí, 2008, p. 12–13 e p. 20). Observemos, então, que tais situações embrenham desdobramentos para a Extensão.

Feitas essas breves reflexões, seguimos com nosso problema. De acordo com o exposto até aqui, podemos inferir que a Extensão na UFRJ teve seu desenho integrado significativamente ao entorno da Ilha do Fundão. Reconhecendo o histórico de provisoriedade do CPV, as atividades certamente foram sendo organizadas pelas problemáticas existentes e pleitos identificados no conjunto da realidade socioeconômica, cultural e política das populações nas proximidades da Cidade Universitária.

Essa consideração poderia ser um adiantamento de pauta, antes de chegarmos às conclusões propriamente. No entanto, a intenção proposta inicialmente – a investigação sobre as interações entre o CPV e as comunidades e demandas presentes no território contíguo, nos levaram a explorar outras importantes características destas iniciativas acadêmicas, sistematizando-as.

Não pretendíamos realizar um balanço das ações sob critérios conhecidos e/ou sugeridos pelo planejamento das avaliações firmados nos documentos da RENEX, ou nas experiências acadêmicas e de outros interlocutores. Intencionávamos sim, valorizar as ações como condutoras do processo de conhecimento sobre as relações como o território imediato ao Campus; as quais pudessem inclusive revelar expressões das contradições sociais existentes no entorno, compreendidas na perspectiva de um território construído – assim entendido nesta tese.

A investigação de caráter qualitativo e quantitativo acabou por realçar o aspecto quantitativo, ao indicar o número de trabalhos por temática, por congresso, por unidades acadêmicas, por públicos etc. Desde aí, no conjunto, foram encontrados elementos para interpretações a partir das variáveis

escolhidas, para qualificar cada aspecto componente da pequena estrutura dos resumos.

4.3.1 Pouco diálogo extensionista à volta do Campus da Praia Vermelha e práticas levadas a distantes territórios – edições do I ao VI Congresso de Extensão

Apontamos, anteriormente, que os trabalhos apresentados no I Congresso não foram encontrados em Anais, como passaram a ser feitos a partir do II. Para realização dessa primeira iniciativa, a SR 5 contou com o apoio da Fundação JB a fim “de valorizar o trabalho integrado que vem sendo desenvolvido pelo corpo docente, discente e técnico administrativo”.

O 1º Congresso de Extensão da UFRJ aconteceu nas dependências do late Clube do Rio de Janeiro e o 2º aconteceu no edifício sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, Rio de Janeiro. Além de constituir-se num espaço de apresentação dos resultados dos projetos de Extensão da UFRJ, o Congresso tem sido um momento de discussão sobre a questão da integração entre Universidade e Sociedade através das várias ações acadêmicas. Cerca de 1000 pessoas participaram de cada edição do Congresso, dentre internos (professores, técnicos-administrativos e alunos) e externos (de outras Universidades e público-alvo dos projetos de extensão) (UFRJ, 2002, p. 17).

Esclarecemos que os dados relativos ao ano de 1999 foram obtidos através do Relatório de Gestão 1998-2002 (UFRJ, 2002). Como as informações estão agrupadas no quadriênio, em que há poucas descrições sobre o desenvolvimento das atividades, a apresentação resultou de maneira diferente, se comparada a que utilizamos para expor os conteúdos dos Cadernos de Resumo. Essa atividades compreendem intervenções em localidades do Rio de Janeiro e em outros Estados, mas não houve possibilidade de identificação das unidades de origem.

Naquela conjuntura, como já constatamos, estavam sendo estruturados os bancos de dados sobre a Extensão nas universidades, a partir das diretrizes do FORPROEX. Assim, a UFRJ havia adotado tais orientações no aprimoramento de seu sistema e, através dele, classificava as ações em: programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e publicações (UFRJ, 2002, p.11).

A abrangência das ações atingia o âmbito regional (e até nacional), principalmente o Estado do Rio de Janeiro, incluindo a maioria dos municípios fluminenses. “A presença da UFRJ nesses municípios se dá através dos projetos de extensão e do curso “TV na Escola”. Os demais Estados são: Paraíba (Pedras de Fogo, Serra Branca e Assunção); Goiás (Adelândia e Baliza); Alagoas (São Luiz do Quitonde); Amapá; Pará; Rio Grande do Sul; Rondônia; Maranhão; Piauí;

Amazonas; Espírito Santo (Sooretama, Apeacá, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro Itapemirim, Guaçuí, São José do Calçado); Minas Gerais (Além-Paraíba, Eugénópolis, Juiz de Fora, Lajes do Muriaé, Muriaé, Natividade, Patrocínio Muriaé, Pirapetinga, Volta Grande) e São Paulo (Cruzeiro, Queluz) (UFRJ, 2002, p. 21).

O quantitativo de atividades foi exposto quando sinalizamos o crescimento das ações num contexto de fortalecimento dessas práticas acadêmicas, de 1998 a 2002 (item 4.2), aqui retomado, com destaque para o ano de 1999. Elas se juntam à prestação de serviços das unidades de saúde, conforme consideradas no Relatório da SR5.

Quadro 1 - Ações de Extensão 1999

Projetos	175
Cursos	215
Eventos	238
Prestação de serviços (unidades hospitalares) *	
Nº consultas ambulatoriais não médicas	280.804
Nº consultas ambulatoriais médicas	579.675
Nº consultas de emergência	55.357
Nº internações	23.924
Cirurgias	21.628
Exames laboratoriais	1.128.486
Exames radiológicos	79.194

Elaborado pela autora. Fonte: UFRJ, 2002. *Dados extraídos da Tabela Produção de Serviços das Unidades Hospitalares da UFRJ 1998-2001, 2002.

Ademais, em 1999 a UFRJ teve participação no Programa Universidade Solidária – Módulo Regional, através dos seguintes Projetos:

- SEXUALIDADE, SAÚDE REPRODUTIVA E CIDADANIA - Coordenação do Instituto de Psicologia, nos municípios de Duque de Caxias e Rio de Janeiro
- REURBANIZAÇÃO DE ÁREAS OCUPADAS POR COMUNIDADES CARENTES EM JAPERI, Município de Japeri - Coordenação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo¹²⁰.

¹²⁰ Observação: não fica claro se estes projetos estão contabilizados entre os projetos do Quadro 1.

Consta também no Relatório que, em 1999, foi criado o SEAD - Sistema de Educação a Distância da Universidade Federal do Rio de Janeiro “com o objetivo de implantar e coordenar projetos de educação nesta modalidade específica de ensino, estabelecer políticas de integração e fomento, além de estimular e viabilizar experiências concretas de cursos à distância.” (UFRJ, 2002, p. 27). Também no período foi estruturado um banco de dados das atividades, que veio sendo aperfeiçoado (UFRJ, 2002, p. 16).

Entre as possibilidades de interpretação, dadas pelos fatores qualitativos que constituíram a planilha, serão mostradas as associações (entre os dados) que mais se compatibilizaram ao problema da pesquisa, seguidas de outras conexões, não menos importantes. Referenciando novamente Gomes (2007), “nesse momento buscamos finalizar o trabalho, apoiando-nos no material coletado e na articulação desse com a teoria” (Gomes, 2007, p.80-81), como uma demonstração do exercício metodológico em colaboração a um conhecimento.

Então, desde aqui são expostos alguns arranjos elaborados a partir dos dados tabulados, bem como as considerações a eles relacionadas. Iniciamos com a indicação quantitativa de trabalhos vinculados ao Campus da Praia Vermelha:

Quadro 2 - Indicação quantitativa de trabalhos por evento/ CPV

Edição e Ano	Trabalhos	Ações de cursos ou unidades do CPV
II CONGRESSO 2001	86	40
III CONGRESSO 2006	229	66
IV CONGRESSO 2007	378	115
V CONGRESSO 2008	378	77
VI CONGRESSO 2009	340	74

A partir dos cinco Cadernos de resumos (UFRJ, 2001; 2006; 2007; 2008; 2009) examinados, foram selecionados 372 Trabalhos de unidades e cursos do CPV, e depois suas informações sistematizadas a partir das variáveis mencionadas. Estão apresentadas algumas das conexões que resultaram, principalmente, de contextos envolvendo públicos e comunidades, e objetos de ação. Alguns outros dados ilustram a interpretação feita através do conjunto de informações documentadas, nas comunicações feitas para os eventos.

Quanto às temáticas, o número de trabalhos está distribuído em:

Quadro 3 - Temática / número de ações identificadas	
Educação	111
Direitos Humanos e Justiça	90
Saúde	87
Comunicação	38
Cultura	32
Trabalho	09
Meio Ambiente	03
Tecnologia + Tecn. e Produção	02

No que se referia às demandas comunitárias pertinentes ao público do entorno do Campus – principal aspecto buscado – que responderia acerca do “diálogo entre território universitário e suas imediações”, o quantitativo foi de nove trabalhos, confirmando nossa hipótese de que as práticas extensionistas não abarcavam, expressivamente, as dinâmicas (específicas) do território onde a universidade está inserida. No entanto, podem ser observados os aspectos qualitativos das *relações* que se deram pela extensão: parceria institucional, grupos prioritários entre moradores, como idosos e pessoas com necessidades especiais, familiares de trabalhadores da área e comunidades vizinhas. Já entre os *objetos da intervenção*, áreas significativas às características dos grupos de população: educação, cultura, saúde. Nota-se que houve neste recorte uma concentração de projetos vinculados ao CFCH.

Quadro 4 – Relação com entorno e objeto da ação

Edição Ano	Título do Trabalho	Relação com entorno	Problemática/demanda /objeto da ação	Unidade e Centro
VI CONG 2009	Copacabana e Terceira Idade: Atração e Exclusão	A problemática é analisada em bairro próximo ao Campus.	Acessibilidade e ambiente para idosos e pessoas com necessidades especiais.	IP CFCH
VI CONG 2009	Mude o seu Olhar: o Desafio da Inclusão Social	Atividades conjuntas de ensino, pesquisa e extensão com instituição do território (IBC)	O ensino de disciplina sobre pessoas com necessidade especiais, conforme recomendação do MEC. Inclusão social de PNE.	IP CFCH

V CONG 2008	Memória e Conhecimento – uma Proposta de Popularização da Ciência	Projeto envolve grupos presentes no território – crianças e adolescentes em situação de rua e filhos/as de trabalhadores; usuários de serviços de saúde mental do CPV.	Popularização da ciência e inclusão social. Interdisciplinaridade.	CC FCC
IV CONG 2007	Clube dos Descobridores em: “Caminhos do Passado, Mudanças no Futuro” Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ - FCC	Projeto envolve grupos presentes no território – crianças e adolescentes em situação de rua e filhos/as de trabalhadores; usuários de serviços de saúde mental do CPV.	Divulgação científica e popularização da ciência. Oficinas. Mediação.	CC FCC
IV CONG 2007	PROVE Terceira Idade e Copacabana – a Luta por Condições	Envolve grupo de população idosa em bairro próximo ao Campus	Envelhecimento populacional. Condições de vida e direitos na 3ª idade.	IP CFCH
III CONG 2006	Clube dos Descobridores: um Espaço de Descobertas, Experimentação e Construção do Conhecimento	Projeto envolve grupos presentes no território- crianças e adolescente em situação de rua e filhos/as de trabalhadores; usuários de serviços de saúde mental do CPV.	Popularização da ciência e inclusão social. Interdisciplinaridade. Conhecimento.	CC FCC
III CONG 2006	Cinerama: Cineclube da Praia Vermelha	Ação cultural audiovisual propõe integração de comunidades acadêmicas e de comunidades do entorno.	Cineclube. Cultura audiovisual na formação contemporânea.	ECO CFCH
II CONG 2001	Universidade Popular - o Pré-Vestibular Comunitário da Praia Vermelha	Ação cultural audiovisual propõe integração de comunidades acadêmicas e de comunidades do entorno.	Acesso à universidade. Pré-vestibulares comunitários.	ECO CFCH
II CONG 2001	Projeto de Valorização do Envelhecer	Objeto da ação tem como público população vizinha ao Campus (além de outros grupos ou indivíduos).	Envelhecimento. Abordagem multiprofissional.	IPUB +INDC/ CCS

Diante da relevância de dados relativos à produção extensionista que organizamos, novas leituras sobre esta realidade foram possibilitadas /instigadas, de modo que outras avaliações puderam ser feitas. Interseção entre as informações permitiram recolhermos, por exemplo ações que se destinavam a públicos sem restrições, as quais poderiam atender a interesses de grupos integrantes do território; assim como também consideramos os públicos que veem ao Campus, quando as atividades são lá promovidas. Entre estes, conhecer as problemáticas demandantes das ações foi bastante oportuno/adequado.

Como muitas atividades contemplaram PÚBLICO AMPLO, cabe também validá-las como acessíveis às comunidades próximas (sem que denote demanda específica). Entre essas ações encontram-se: visitantes de exposições; participantes de eventos, de exibição de filmes, de debates, e de oficinas, assim como usuários de serviços de saúde, e a comunidade acadêmica.

Quadro 5 – Problemática/demanda/objeto da ação para Público Amplo

Descrição da demanda ou do objeto da ação	Unid.
1. Carência no intercâmbio entre países de língua portuguesa nas produções audiovisuais.	ECO
2. Práticas culturais. Iniciativas culturais locais e populares. Pontos de Cultura do Rio de Janeiro.	ECO
3. Arquitetura. História. Palácio Universitário. Atividades culturais e científicas. Extensão Universitária.	FCC
4. Mediação e divulgação científica.	CC
5. Divulgação e publicação científica.	CC
6. Direitos Humanos. Ditadura militar, saúde pública e movimento social.	NEPP-DH
7. Divulgação científica. Mediação em museus e centros de ciência.	CC
8. Pluralidade sexual humana e suas expressões na sociedade contemporânea.	ECO
9. Cinema nacional. Cineclube.	ECO
10. Divulgação científica e popularização da ciência. Artes cênicas e ciências.	CC
11. Difusão de ciência e cultura.	FCC
12. Produção e divulgação audiovisual.	ECO
13. Direitos Humanos. Direitos humanos no cinema. Cinema como instrumento pedagógico.	NEPP-DH
14. Divulgação de temas jurídicos, sociais e econômicos.	CCJE
15. Divulgação científica e popularização da ciência. Educação ambiental.	CC
16. Neuropsicologia. Avaliação e reabilitação neuropsicológica.	IP
17. Comunicação corporal. Comunicação corporal no contemporâneo.	ECO
18. Relação do homem com os recursos naturais. Linguagem audiovisual. Cidade.	ECO
19. Terapia Cognitivo Comportamental na DPA. Tratamento psicoterápico.	IP
20. Cultura cineclubista.	ECO
21. Difusão da produção científica e cultural da UFRJ.	FCC

22. Elaboração e produção de mídias na área de divulgação científica (virtual).	CC
23. Comunicação étnica. Meio de organização sociopolítica, instância espontânea de enunciação da identidade do grupo. Direito à Cidade (virtual).	ECO
24. Nova mídia. Desigualdade social e causas da pobreza (virtual).	ECO

Ao observarmos o Quadro 5, duas unidades se destacam: a Escola de Comunicação (ECO) e a Casa da Ciência-Centro de Ciência e Tecnologia (CC). A primeira reúne os cursos de Produção Editorial, Publicidade e Propaganda, Rádio e TV, Direção Teatral, e Jornalismo; e a segunda, por ter entre seus objetivos a divulgação científica e popularização da ciência, busca atingir segmentos amplos e diversos. Em função das acessíveis atividades culturais que promovem, criam possibilidades de integração entre as comunidades próximas (isso mesmo sem haver menção dos meios de publicidade para estas atividades).

Com o desenvolvimento da sistematização das informações contidas nos resumos, foram sendo produzidas novas leituras. Admitindo que estavam delineados outros objetivos, além do problema central da pesquisa, foi possível mapear e obter outros elementos das ações. Dessa maneira, apresentamos outras considerações e recortes destacados a partir da planilha elaborada.

A seleção a seguir cindiu as atividades que indicavam PÚBLICO AMPLO e PÚBLICO ALVO, indicado pelas descrições de determinadas condições dos sujeitos envolvidos, que variaram. Desse modo, se estende à consideração feita para o Quadro anterior, em relação a ações de comunicação e cultural, mantendo a Casa da Ciência e a ECO em destaque.

Quadro 6 - Público amplo + público indicado e problemática/demanda/objeto da ação

Público amplo + público alvo (indicado)	Problemática/demanda/objeto da ação	Unid.
1. Público amplo. Alunos da ECO.	Ensino e exercício do Jornalismo e da Comunicação.	ECO
2. Público amplo. Meninos em situação de rua, meninos "sem rua", escolas de ensino fundamental e médio, universitários, familiares, grupos de terceira idade.	Popularização da ciência e inclusão social. Interdisciplinaridade.	CC
3. Público amplo. Professores e alunos de EM público.	Divulgação científica e arte. Popularização da ciência e arte.	CC
4. Público amplo. Professores e estudantes da Educação Básica.	Divulgação científica e popularização da ciência. Exposições interativas.	CC
5. Público amplo. Participantes do Clube dos Descobridores.	Divulgação científica e popularização da ciência. Oficinas. Mediação.	CC
6. Público amplo. Participantes do Clube dos Descobridores.	Divulgação científica e popularização da ciência. Oficinas. Mediação.	CC

7. Público amplo. Estudantes e profissionais.	Divulgação científica e popularização da ciência. Publicações e recursos didáticos e lúdicos.	CC
8. Público amplo. Meninos em situação de rua, meninos "sem rua", escolas de ensino fundamental e médio, universitários, familiares, grupos de terceira idade.	Popularização da ciência e inclusão social. Interdisciplinaridade. Conhecimento.	CC
9. Público amplo. Estudantes de Comunicação social, comunidades protagonistas dos vídeos.	Áudio e vídeo na Comunicação Social. Potencial didático e comunitário, criatividade e a pesquisa de linguagem na produção de audiovisual.	ECO
10. Público amplo. Discentes.	Sexualidade. Pluralidade sexual humana e sua expressão na sociedade contemporânea.	ECO
11. Público amplo. Estudantes universitários.	Cinema marginal brasileiro. Linguagem. Identidade nacional, nos âmbitos cultural, político e social	ECO
12. Público amplo e escolar.	Divulgação científica e popularização da ciência. Ciência e arte.	CC
13. Público amplo. Professores universitários, do ensino fundamental e médio, alunos, artistas.	Divulgação científica. Diferentes áreas do conhecimento.	CC

Considerando-se outro atravessamento, vimos que dentre as experiências que tinham *alguma relação com campus* (situação identificada nitidamente em 100 resumos), a maioria se justificava por “atividade(s) ou por alguma das atividades realizada(s) em unidade do CPV”, somando noventa (90) ações.

As demais se distinguem por:

- cinco (05) ações quando a “atividade envolveu discentes do CPV”, sem definição de local;
- uma (01) “ação voltada para servidores e trabalhadores do CPV”;
- “atividade sediada no CPV, foram duas (02); Agência Experimental de Publicidade;
- e “encaminhamento de público (para PROIPAD, Cidade Universitária) por unidades de saúde do Campus”, duas (02).

Entre as atividades que foram realizadas em unidades do Campus, o maior quantitativo, que é de cinquenta e sete (57) ações, levou o “público ao Campus”, nestes casos as comunidades externas se deslocavam para a universidade. Dezenove (19) iniciativas envolveram “público do Campus”; e vinte (20) envolveram os dois públicos; não menciona e encaminhamento (04). Desse modo, organizamos três grupos, considerando que este viés trazia informações sobre unidades, que através das práticas extensionistas, trouxeram público ao território universitário, assim indicados:

Quadro 7 – Público de atividades realizadas no Campus da PV e unidades

Público e quantitativo de ações	Unidade (s)
Comunidade externa no Campus (57 ações)	CC ECO e ECO+ HESFA ESS FACC/CBG INDC IP IPUB NEPP-DH
Comunidade do Campus (19 ações)	ECO CC ESS ESS + FL FE IP IPUB+DVST
Comunidade externa e do Campus (20 ações)	CC ECO EEFD ESS FCC FE IP+FAU e IP+POLI IPUB NEPPDH

O próximo quadro contém os apontamentos das parcerias junto aos Ministérios do Governo Federal, que, como frisamos, a partir de 2003, forneceram recursos para o aprimoramento de Políticas Públicas específicas. Notadamente, esta condição é majoritária nos trabalhos apresentados no ano de 2009.

Quadro 8 – Parcerias com Ministérios

Título trabalho	Órgão ou setor parceiro
VI Congresso de Extensão (2009)	
Pontão de Cultura Digital	Ministério da Cultura (pois integrado com Projeto Pontos de Cultura)
A Garantia da Proteção Integral de Crianças e Adolescentes através do SGD no Contexto da Violência Sexual	Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil)
Balcão de Direitos: por uma Prática Jurídica Dialógica e Emancipatória	Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil)
Perfil NIAC de Resolução de Conflitos	Projeto Pacificar do Ministério da Justiça (Edital)

Reflexões sobre os Conselhos Tutelares no Campo da Cidadania de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Sexual	Programa Federal da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República
Projeto Balcão de Direitos e o Acesso à Cidadania por Meio da Documentação	Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República
A Comunidade na Universidade: Estudantes de Origem Popular na UFRJ	Projeto de Extensão em parceria com o Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do ministério da Educação
V Congresso de Extensão (2008)	
O Atendimento Psicológico e a Construção de uma Referência para Mulheres em Situação de Violência	Programa Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher
Mídias na Educação: Relato de uma Experiência Desafiadora - UFRJ 17	Programa de Formação Continuada Mídias na Educação SEED/MEC - Ciclo Básico II
Projeto de Extensão (Des)Mancha Brasil: Ano 2008	SUS - Programa Nacional de Controle da Hanseníase do Ministério da Saúde
IV Congresso (2007)	
Um Olhar sobre o Perfil das Usuárias em um Centro de Referência para Mulheres	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - PR
Desafios e Perspectivas do Projeto Piloto Centro de Referência de Mulheres da Maré NEPP-DH/CFCH/UFRJ	Secretaria Especial dos Direitos Humanos, e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
A Importância da Parceria entre Poder Público e Universidade na Formação Acadêmica	Editais do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome e do Ministério do Trabalho
III Congresso (2006)	
Portal da Comunicação da Escola de Comunicação da UFRJ Escola de Comunicação	Programa de Educação Tutorial (PET)
www.Prevenção da Violência Sexual Contra a Mulher	Programa Pesquisa para o SUS
Prevenção da Violência Sexual e Materiais Educativos	Programa Pesquisa para o SUS
Geração de Renda - uma Alternativa?	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM
II Congresso (2002)	
Vídeos Educativos na Prevenção da AIDS em Mulheres: Uma Experiência de Educação em Saúde	Ministério da Saúde e CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação) + ONG Rio de Janeiro

No próximo tópico encerramos a apresentação das análises realizadas identificando os públicos e os lugares, que foram claramente identificados. Tais informações, além de nos informarem por onde esteve a comunidade acadêmica do Campus da Praia Vermelha, ilustram a diversidade de iniciativas e de realizações, em uma década que foi tão importante para a afirmação da Extensão na UFRJ e no país. Estão assim destacados os *lugares* alcançados pelas ações, em outros territórios, a partir dos quais agrupamos os trabalhos, indicando os públicos e as unidades ou cursos onde se originaram.

I – Cidade Universitária – Ilha do Fundão, Rio de Janeiro

Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania-Divisão de Integração Universidade Comunidade (NIAC/DIUC)

Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão em Avaliação, Diagnóstico e Intervenção Psicológica (PROIPAD) e Hospital Universitário (HU)

1. *Os Direitos da Cidadania e Promoção do Acesso à Justiça - Fórum de Criminologia Crítica Aplicada – NIAC.* Público atendido no NIAC. [IP+PR5/CFCH+PR5]
2. *Subsídios para a reflexão de novas construções da Prática Interdisciplinar.* Público atendido no NIAC [ESS+PR5/CFCH+PR5]
3. *Os Desafios da Interdisciplinaridade na Práxis Extensionista do Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania – NIAC.* Público atendido no NIAC. [ESS+FND/CFCH+CCJE]
4. *O Trabalho Interdisciplinar do Direito, Serviço Social e Psicologia e a Interdição de Enfermos e Portadores de Deficiência Física.* Público atendido no NIAC. [ESS+IP+FND/CFCH+CCJE]
5. *Justiça da Infância e Adolescência: uma Nova Inquisição?* Estudantes com atuação no NIAC. [IP+FND/CFCH+CCJE]
5. *Pesquisa Ação: A Criminalização da Pobreza e seus Reflexos no Processo de Trabalho dos Profissionais do Sistema de Justiça Criminal.* Público atendido no NIAC [ESS/CFCH]
6. *Neuropsicologia e Comunidades - do Atendimento à Inclusão Social.* Populações de baixa renda atendidas na Divisão de Integração Universidade-Comunidade-DIUC [IP/CFCH]
7. *Estudo de Caso-Fobia Social e TCC.* Público atendido pelo PROIPAD [IP/CFCH]
8. *Neuropsicologia e Comunidade: uma experiência junto ao PROIPAD.* Público de ONG via PROIPAD (Programa Integrado Ensino, Pesq. Ext. em Avaliação Diagnóstica em intervenção da psicologia [IP/CFCH]
9. *Atenção à Saúde do Trabalhador: as condições de trabalho dos funcionários do HUCFF/UFRJ.* Trabalhadores do Hospital Universitário CFF /UFRJ [ESS/CFCH]

II - Vila Residencial, Cidade Universitária-Ilha do Fundão, Rio de Janeiro

1. *Internet como Ferramenta de Democratização da Informação no Programa de Extensão da Vila Residencial / UFRJ.* Moradores da Vila Residencial do Fundão [ECO/CFCH]
2. *Projeto Brincar e Aprender: Desafios Interdisciplinares na Formação de Professores e na Educação Infantil.* Crianças moradoras da Vila Residencial Campus do Fundão [FE/CFCH]
3. *Projeto Internet & Comunicação Comunitária: Os Desafios de Relação Dialógica.* Moradores da Vila Residencial do Campus da Ilha do Fundão [ECO/CFCH]

4. *O Entrelaçamento de Diversas Visões de Infância na Formação de Professores a partir da Extensão.* Crianças da Vila Residencial na Cidade Universitária, Ilha do Fundão/UFRJ [FE/CFCH]
5. *Projeto Brincar e Aprender: um Estudo de Caso sobre as Relações entre a Extensão e a Formação de Professores da UFRJ.* Crianças da Vila Residencial na Cidade Universitária, Ilha do Fundão/UFRJ. [FE/CFCH]
6. *Formação de Repórter Popular na Vila Residencial da UFRJ.* Jovens moradores da Vila Residencial da Cidade Universitária, Ilha do Fundão. [ECO/CFCH]
7. *Perfil-Diagnóstico da Vila Residencial da UFRJ.* População moradora da Vila Residencial-Campus Fundão [ESS/CFCH]
8. *Ponto de Chegada e Ponto de Partida: as Intervenções do Tipo Piloto, da Faculdade de Educação, na Vila Residencial.* Crianças da Vila Residencial do Campus da Ilha do Fundão que não frequentam escola [FE/CFCH]
9. *Extensão da Faculdade de Educação na Vila Residencial/UFRJ.* Moradores da Vila Residencial do Campus da Ilha do Fundão [FE/CFCH]

III - Entorno da Cidade Universitária e Prefeitura Universitária, Ilha do Fundão, Rio

1. *O Pagamento Simbólico na Clínica Psicanalítica do Social.* População das comunidades que rodeiam a cidade universitária da UFRJ e aos funcionários da Prefeitura Universitária. [IP/CFCH]
2. *Perfil e Políticas Sociais Direcionadas aos Egressos do Sistema Prisional: Reflexões e Contribuições à Construção de Redes de Proteção Social no Estado do Rio de Janeiro.* Comunidades vizinhas ao entorno da Ilha do Fundão. [ESS/CFCH]
3. *Desafios para uma Prática Interdisciplinar.* Comunidades abrangidas no entorno da Universidade/ Cidade Universitária [ESS+FND/CFCH+CCJE]
4. *Os Desafios à Formação Qualificada em Ações para Cidadania: A Experiência do Campo de Estágio em Serviço Social aos Sábados.* Moradores no entorno da Ilha do Fundão [ESS/CFCH]
5. *Cartilha dos Direitos da Cidadania - O Acesso à Informação no Projeto Serviço Social: os Direitos da Cidadania e Promoção do Acesso à Justiça.* Moradores das comunidades e bairros no entorno da Ilha do Fundão. [ESS / CFCH]

IV - Maré, Complexo da Maré, Rio de Janeiro

1. *Resgate e Valorização da Cultura Popular na Educação de Jovens e Adultos.* Alunos do Programa de Alfabetização da UFRJ para Jovens e Adultos de Espaços Populares. Timbau e Rubens Vaz – Maré [FE+FL+PR5/CFCH+CLA+PR5]
2. *Análise de Escritas de Alunos de Espaços Populares em Processo de Alfabetização.* Alunos do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos da UFRJ para espaços populares, Maré [FE+FL/CFCH+CLA]
3. *Projeto de Trabalho: uma Abordagem Pedagógica na Alfabetização de Jovens e Adultos.* Alunos do Programa de Alfabetização da UFRJ para

- Jovens e Adultos de Espaços Populares. Comunidades de Ramos, Vila do João e Morro do Timbau-Maré [FE+FL/CFCH+CLA]
4. Notas sobre uma Experiência com Classes Populares no Campo da Cultura. Alunos do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos da UFRJ para espaços populares na Maré [ESS/CFCH]
 5. *Confecção de Material Didático para EJA: do Tradicional ao Inovador*. Alunos das turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos localizadas na Praia de Ramos e na Vila Olímpica Maré, Rio de Janeiro. [ESS+FL/CFCH+CLA]
 6. *Relatos de História de Vida Realizadas Pelos Alfabetizados em Relação a Maior Festa do Nordeste (Festa Junina)*. Alunos do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos da UFRJ em parceria com o SINDSPREV - Nova Holanda, Maré [FE+PR5/CFCH+PR5]
 7. *Avaliação e Remediação Fonoaudiológica diante das Dificuldades de Aprendizagens - Projeto de Complementação Pedagógica*. Alunos de escolas da rede municipal, Complexo da Maré, Rio de Janeiro. [FE/CFCH]
 8. *Oficinas Pedagógicas: por um Desenvolvimento Cognitivo que Favoreça a Aprendizagem Escolar*. Estudantes do Ciep 326 César Pernetá, Maré-Rio de Janeiro. [FE+PR5/CFCH+PR5]
 9. *Balcão de Direitos: por uma Prática Jurídica Dialógica e Emancipatória*. Lideranças e população de comunidades (Maré e Manguinhos) [ESS+FND/CFCH+CCJE]
 10. *Diagnóstico da Ocupação do Morro do Timbau*. Comunidade do Timbau -Maré [ESS+FND+PR5/CFCH+CCJE+PR5]
 11. *O Grupo Terapêutico e Seus Reflexos sobre o Devir*. População do Complexo da Maré e seus entornos. [IP/CFCH]
 12. *Perfil NIAC de Resolução de Conflitos. Moradores e lideranças de comunidades vulneráveis à violência urbana*. Maré, Manguinhos, Complexo do Alemão, Caju e Ilha dos Pescadores [ESS+PR5/CFCH+PR5]
 13. *O Atendimento Psicológico e a Construção de uma Referência para Mulheres em Situação de Violência*. Mulheres em situação de violência atendidas no Centro de Referência de Mulheres Maré [NEPP-DH/CFCH]
 14. *Acolhimento: uma Experiência em Curso no Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa*. Mulheres em situação de violência atendidas no Centro de Referência de Mulheres Maré [ESS/CFCH]
 15. *A Inserção da Psicologia no Âmbito das Políticas Públicas de Gênero*. Mulheres em situação de violência atendidas no Centro de Referência de Mulheres Maré [IP/CFCH]
 16. *Diagnóstico Situacional das Redes Sociais de Apoio no Bairro Maré*. População e instituições do Complexo da Maré [ESS/CFCH]
 17. *Atualizando Ações Refletindo a Prática Teatral nas Oficinas do CRMMCR*. Mulheres, mulheres adolescentes e crianças moradoras da Maré. [ECO/CFCH]
 18. *Educação Oficinas do CRMM-CR*. Mulheres, mulheres adolescentes e crianças moradoras da Maré. [FE/CFCH]
 19. *A Formação de Intelectuais Populares na Maré*. Comunicadores populares da Maré, Rio de Janeiro; e alunos da Escola Popular de Comunicação Crítica. [ECO/CFCH]

20. *Ampliar os Horizontes Culturais: uma Contribuição para a Formação da Subjetividade de Sujeitos-Alfabetizando*. Moradores do Complexo da Maré [ESS/CFCH]
21. *Centro de Referência de Mulheres da Maré: uma alternativa de enfrentamento à violência doméstica*. Moradores do Complexo da Maré. [NEPP-DH/CFCH]
22. *Uma Maré de Mulheres: uma Experiência no Projeto de Extensão Universitária de Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa*. Mulheres moradoras na Maré. [NEPP-DH/CFCH]
23. *O Bairro-Favela da Maré: Reconhecimento e Percepções*. Moradores do bairro Maré [ESS/CFCH]
24. *Oficinas Psicossociais para Jovens do Bairro Maré*. Jovens moradores do bairro Maré atendidos pelo Instituto Vida Real [IP/CFCH]
25. *Construção de Alternativas para a efetivação dos Direitos Humanos*. Moradores do bairro Maré e dos bairros vizinhos à Ilha do Fundão da UFRJ. [ESS/CFCH+PR5]
26. *O Atendimento Psicológico e a Construção de uma Referência para Mulheres em Situação de Violência*. Mulheres em situação de violência atendidas no Centro de Referência de Mulheres Maré [NEPP-DH /CFCH]
27. *A Inserção da Psicologia no Âmbito das Políticas Públicas de Gênero*. Mulheres em situação de violência atendidas no Centro de Referência de Mulheres Maré [IP/CFCH]
28. *Centro de Referência de Mulheres da Maré - CRMM: uma Alternativa no Enfrentamento à Situação de Violência de Gênero*. Mulheres em situação de violência doméstica, Maré, Rio de Janeiro [ESS/CFCH]
29. *Discussão de Caso Clínico Atendido no Centro de Referência de Mulheres da Maré*. Mulheres moradoras do Complexo da Maré expostas à violência. [IP/CFCH]
30. *Centro de Referência de Mulheres da Maré: a Atuação do Serviço Social em uma Equipe Interdisciplinar*. Mulheres moradoras do Complexo da Maré expostas à violência. [ESS/CFCH]
31. *Desafios e Perspectivas do Projeto Piloto Centro de Referência de Mulheres da Maré*. Mulheres moradoras do Complexo da Maré expostas à violência. [NEPP-DH/CFCH]
32. *Enfrentando a Violência de Gênero: a Experiência do Atendimento Psicológico no Centro de Referência de Mulheres da Maré*. Mulheres moradoras do Complexo da Maré expostas à violência. [NEPP-DH/CFCH]
33. *As Experiências no Curso Educação em Direitos Humanos*. Moradores do complexo da Maré, Rio de Janeiro [ESS/CFCH]
34. *Projeto de Oficinas no CRMM: Balanço de uma Experiência Faculdade de Educação*. Mulheres moradoras do Complexo da Maré. [FE+NEPP-DH/CFCH]
35. *Oficinas Pedagógicas do CRMM: Desafios e Limites. Mulheres usuárias do Centro de Referência de Mulheres da Maré (CRMM)* [NEPP-DH+EEFD+EBA/CFCH+CCS+CLA]
36. *DANDARAS Maré: Traçando Redes de Superação ao Racismo e Intolerância*. Mulheres da Oficina de tranças do CRMM. [ESS/CFCH]

37. *Percursos de Leitura: o Cotidiano das Usuárias da Oficina de Leitura do Centro de Referência de Mulheres da Maré.* Mulheres usuárias da Oficina de Leitura do CRMM [FE/CFCH]
38. *Oficina de Leitura do CRMMCR: uma Alternativa para o Enfrentamento à Violência de Gênero.* Mulheres e crianças do complexo da Maré que participam da Oficina de Leitura [NEPP-DH /CFCH]
39. *Um Olhar sobre o Perfil das Usuárias em um Centro de Referência para Mulheres.* Mulheres atendidas pelo profissional de psicologia (primeiro atendimento). [IP/CFCH]
40. *Geração de Renda - uma Alternativa? Mulheres em situação de violência (CRMM)* [ESS/CFCH]
41. *Oficinas Sociais: uma Proposta de Arte-Educação com Crianças no Centro de Referência de Mulheres da Maré.* Crianças do Complexo da Maré, Rio de Janeiro. [FE+ Decania CFCH/CFCH]
42. *Teatro no Centro de Referência de Mulheres da Maré: uma Experiência.* Crianças do Complexo da Maré [ECO/CFCH]
43. *A Dança como Recurso para Desenvolvimento de Potencialidades: a Experiência da Oficina de Corpo para Crianças.* Crianças moradoras no Complexo da Maré. [NEPP-DH/CFCH]
44. *Projeto de Requalificação Urbana sob o Prisma dos Direitos Humanos.* Comunidades Complexo da Maré- Baixa do Sapateiro, Timbau, Nova Maré, Bento Ribeiro Dantas e Quartzolit. [ESS+FND/CFCH+CCJE]
45. *Organização da Biblioteca Comunitária Lima Barreto no Bairro da Maré.* Habitantes do bairro Maré e outras comunidades [FACC/CCJE]

V- Nova Iguaçu e Valença, RJ

1. *1ª Conferência Livre dos Presos: Proposições Libertárias dos Privados da Liberdade.* Presos de sete carceragens públicas (52ª DP de Nova Iguaçu/RJ) [ESS+IP+PR5/CFCH]
2. *A Cella do Seguro: Proteção ou Segregação? A Experiência na 52ª Delegacia de Polícia de Nova Iguaçu. População da carceragem (52ª DP de Nova Iguaçu/ Rio de Janeiro).* Presos ameaçados de morte. [ESS+PR5/CFCH+PR5]
3. *Construindo a Interdisciplinaridade na 52ª Delegacia de Polícia: Novos Possíveis nas Práticas Privativas de Liberdade.* Presos provisórios das carceragens da 52 DP (Nova Iguaçu/RJ) e Baixada Fluminense. [ESS /CFCH+PR5]
4. *Integrando as Áreas do Conhecimento a Partir de Temas Recorrentes no CPV-NI com o Auxílio de Recursos Audiovisuais.* Alunos do Curso pré-vestibular de Nova Iguaçu - RJ [FE+PR5/CFCH+PR5]
5. *Os Impactos Sociais da Primeira e Segunda Edição Curso Diversidade Sexual na Escola.* Coordenadores pedagógicos, professores e profissionais ligados aos espaços escolares no Rio de Janeiro e Nova Iguaçu - RJ. [ESS+IGEO /CFCH+CCS]
6. *A Psicologia na Extensão Universitária: O CPV Nova Iguaçu e seus Desdobramentos em Vias de Mãos Múltiplas.* Moradores do município de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro [IP/CFCH]

7. Extensão Universitária e Formação em Psicologia: o que a Análise do Vocacional tem a dizer sobre Isso? Estudantes do Curso Pré-vestibular de Nova Iguaçu e do Curso de Psicologia da UFRJ. [IP/CFCH]

8. *Projeto de extensão (des)Mancha Brasil/UFRJ: Parceria com a SMS/Nova Iguaçu/2007.* Pacientes do pós-alta da PQT/OMS, tratados na rede municipal de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro [ESS+FM/CFCH+CCS]

9. *Projeto (Des)Mancha Brasil/2007: Avaliação da Qualidade de Vida dos Pacientes de Hanseníase Pós-alta da PQT.* Pacientes do pós-alta da PQT/OMS, tratados na rede municipal de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro [ESS+FM/CFCH+CCS]
10. *Implantação de uma Rotina de Atendimento para Pacientes com Hanseníase Pós-Alta PQT/OMS em Nova Iguaçu: Parceria com o Projeto (Des) Mancha Brasil/2007.* Pacientes do pós-alta da PQT/OMS, tratados na rede municipal de Nova Iguaçu, RJ [ESS+FM/CFCH+CCS]

11. *Pesquisa, Extensão e Mobilizações Territoriais Recentes: Acompanhamento do "Fórum Reage Baixada" e da "Rede de Grupos Culturais da Baixada".* Agentes públicos e ONGs de combate à violência da Baixada Fluminense - Nova Iguaçu RJ. [ESS/ CFCH]

12. *A Psicologia Enquanto Prática na Orientação Vocacional Viabilizando Escolhas e Ampliando Horizontes.* Alunos do Curso pré-vestibular de Nova Iguaçu-RJ [IP/CFCH]

13. *A Aula de Ciência no Pré-Vestibular de Nova Iguaçu: uma Maneira Diferente de Ensinar.* Alunos do Curso Pré-Vestibular de Nova Iguaçu-RJ [IP+IGEO+IB+IF+FL+IFCS+IQ+IM/CFCH + CCMN + CCS+CLA]

14. *Diálogos Entre a Universidade e as Classes Populares.* Alunos do Curso Pré-Vestibular de Nova Iguaçu [IP+FL+IF+IM+IQ+IB+IFCS/CFCH+CLA+CCMN+CCS]

15. *A Visita Domiciliar como Estratégia de Eliminação da Hanseníase: Experiência do Projeto (Des) Mancha Brasil/UFRJ no Município de Nova Iguaçu/RJ.* Participantes do Programa na região de Cabuçu, Nova Iguaçu-RJ [ESS/CFCH]

16. *O Projeto de Extensão (Des)Mancha Brasil/ UFRJ e o Fomento das Ações Socioeducativas em Rede.* Participantes do Programa na região de Cabuçu, Nova Iguaçu-RJ [ESS/CFCH]

17. *A Educação e Saúde Enquanto Estratégia de Detecção Precoce de Casos de Hanseníase: Projeto (Des)Mancha Brasil/UFRJ.* Participantes do Programa na região de Cabuçu, Nova Iguaçu-RJ [ESS+FM/CFCH+CCS]

18. *A Integração Docente-Assistencial nos Programas de Educação Continuada em Saúde Mental nos Municípios da Baixada Fluminense.* Quadro de recursos humanos existente em alguns municípios da Baixada Fluminense. [IPUB/CCS]

19. *Projeto Balcão de Direitos e o Acesso à Cidadania por Meio da Documentação.* População moradora do entorno da Cidade Universitária (Ilha do Fundão), município de Nova Iguaçu (RJ), no Quilombo de São José da Serra de Santa Isabel e em Pedro Carlos, distritos do município de Valença (RJ). [ESS+FND/CFCH]

20. *Valorização Cultural e Extensão Universitária: Fomentando a Cultura.* Comunidades de Valença, município do estado do Rio de Janeiro: o Quilombo São José e Pedro Carlos [ESS/CFCH]

VI - 7ª Coordenadoria Regional de Educação – Zona Oeste, Rio de Janeiro

1. *Análise da Demanda Inicial do Projeto Interagir.* Alunos adolescentes em escolas municipais da 7ª CRE do Rio de Janeiro. [IP/CFCH]
2. *Adolescência Informação e Saúde Sexual - a Mídia como Fonte de Informação.* Adolescentes de escolas municipais (7ª Coordenadoria Regional de Educação) Rio de Janeiro [ESS+FM/CFCH+CCS]
3. *Dinâmica de Grupo - uma Abordagem na Promoção em Saúde Sexual e Reprodutiva.* Adolescentes de escolas municipais (7ª Coordenadoria Regional de Educação) Rio de Janeiro [ESS+IP/CFCH]
4. *Projeto Interagir: um Olhar Diferencial à Demanda Clínica Individual surgida em um Programa de Orientação em Saúde Sexual e Reprodutiva.* Alunos adolescentes em escolas municipais da 7ª CRE do Rio de Janeiro. [IP/CFCH]
5. *Educação Sexista e Percepções Acerca de Sua Influência na Sexualidade.* Alunos de escolas municipais -7ª CRE [ESS+FM/CFCH+CCS]
6. *Reconstrução de Avaliação Diagnóstica: Conhecendo Crianças e Adolescentes em um Projeto Voltado para Sexualidade.* Alunos 3ª e 4ª série EF- Escolas Municipais da 7ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação) [IP/CFCH]

VII - Buriti-Congonhas – Madureira, Rio de Janeiro

1. *Os Recursos da Comunidade Buriti-Congonhas enquanto Instrumentos para o Atendimento das Necessidades Humanas.* Comunidade de Buriti-Congonhas [ESS/CFCH]
2. *Projeto Buriti-Congonhas: Exercício do Diálogo na Construção da Cidadania.* Membros da Comunidade de Buriti Congonhas, Madureira - Rio de Janeiro [ESS/CFH].
3. *Centro de Informação para a Comunidade: Extensão e Aprendizagem na Realização de uma Parceria Escola de Serviço Social.* Membros da Comunidade de Buriti Congonhas, Madureira - Rio de Janeiro [ESS/CFCH]
4. *Projeto Buriti Congonhas: Experiência de Inserção Crítica no Mundo Globalizado* Comunidade de Buriti Congonhas, Madureira, Rio de Janeiro [ESS/CFCH]
5. *Buriti-Congonhas: Laboratório de Cidadania e em Pequenas Comunidades* Comunidade localizada no bairro de Madureira, Rio de Janeiro [ESS/CFCH]
6. *Projeto Buriti-Congonhas: Parceria de Ensino e Aprendizagem.* Comunidade localizada no bairro de Madureira, Rio de Janeiro [ESS/CFCH]

VIII - Cap UFRJ – Jardim Botânico, Rio de Janeiro

1. *Projeto Fundação Biologia - UFRJ: Integrando Ensino e Extensão Universitária na Formação de Professores de Ciências e Biologia.* Professores de ciência e Biologia do CAP-UFRJ [FE+CAP/CFCH]
2. *Memórias do Ensino de Ciências na UFRJ: Digitalizando Materiais Didáticos e Produzindo um Site do Projeto Fundação Biologia Colégio de Aplicação da UFRJ – CFCH.* Professores da Educação Básica do CAP UFRJ [FE+IB/CFCH+CCS]
3. *Programa de Saúde Escolar.* Alunos do ensino fundamental e médio do Colégio de Aplicação/UFRJ. [FE+EEAN+CAP/CFCH+CCS]

IX - Museu Nacional na Quinta da Boa Vista - São Cristóvão, Rio de Janeiro

1. *Teatro na UFRJ*. Visitantes da Quinta da Boa Vista e Museu Nacional. [ECO/CFCH]
2. *Projeto Ciência em Cena*. Visitantes da Quinta da Boa Vista (MN). [ECO+MN/CFCH+FCC]
3. *Produção em Teatro*. Comunidade da cidade do Rio de Janeiro. Visitantes da Quinta da Boa Vista (MN). Público circulante nos ambientes da Quinta da Boa Vista. [ECO/CFCH]

X - Caju, Rio de Janeiro

1. *Jornal à Caju: por um Encontro entre Comunidade e Pré-vestibular*. Alunos e comunidade do entorno de bairro portuário do Rio de Janeiro, Caju. [FE+FL/CFCH+CLA]
2. *Multiplicidade e Grupo: a Experiência de Constituição de um Grupo de Professores no Curso Pré-Vestibular do Caju*. Estudantes do Curso Pré-vestibular do Complexo do Caju - Rio de Janeiro [IP/CFCH]
3. *Pré-Vestibular Comunitário: para Além do Clientelismo*. Estudantes dos pré-vestibulares das comunidades Parque São Sebastião e Vila Clemente Ferreira-Caju, Rio de Janeiro [IP/CFCH]

XI - Santa Cruz - Zona Oeste, Rio de Janeiro

1. *Editor Cidadão: Produção Editorial a Serviço da Leitura e da Escrita na Zona Oeste do Rio de Janeiro*. Crianças de comunidades de baixa renda, Campinho, Zona Oeste do Rio de Janeiro. [ECO/CFCH]
2. *Segregação Sociopolítica e Espacial nos Bairros de Paciência, Santa Cruz e Sepetiba: Desafios para a Extensão Universitária*. Moradores jovens da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. [ESS/CFCH]
3. *A Atividade de Extensão em uma área periférica e os entraves surgidos na relação entre Universidade e Sociedade*. Moradores da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. (XIX - R.A. SANTA CRUZ – Área de abrangência: Santa Cruz) [ESS/CFCH]

XII - Hospital Salles Netto (CMS) - Rio Comprido, Rio de Janeiro

1. *A Estruturação das Ações em Saúde do Trabalhador no Hospital Municipal Salles Netto – HMSN*. Trabalhadores do Hospital Municipal Salles Netto [ESS/CFCH]
2. *A Sensibilização e Mobilização Dos Trabalhadores do Hospital Municipal Salles Netto em Relação à Saúde do Trabalhador-um Processo em Construção*. Trabalhadores do Hospital Municipal Salles Netto. Servidores, funcionários e contratados. [ESS/CFCH]
3. *A Saúde do Trabalhador no Hospital Municipal Salles Netto*. Servidores, funcionários e contratados do Hospital Municipal Salles Netto. [ESS/CFCH]

XIII - Rocinha, Rio de Janeiro

1. *Reprodução Sócio Territorial em Comunidade de Baixa Renda no Rio de Janeiro - Acompanhamento Social na Implementação de Políticas Urbanas*. Moradores da comunidade da Rocinha- Rio de Janeiro -RJ [ESS/CFCH]
2. *Os Meninos e as Meninas da Favela: um Programa de Prevenção e Mudança de Comportamento em Relação às DSTS/AIDS*. Adolescentes moradores da comunidade da Rocinha, Rio de Janeiro [ESS/CFCH]

XIV - Taquara, Rio de Janeiro

1. *Atuação do Programa Papo Cabeça na E.M. Barão da Taquara: Avaliação dos Alunos Adolescentes de escola municipal - Barão da Taquara, Rio de Janeiro* [IP+MED/CFCH+CCS]

XV - Complexo do Turano, Rio de Janeiro

1. *Lúdico na Alfabetização de Jovens e Adultos. Alunos do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos da UFRJ para espaços populares - Colégio Estadual Herbert de Souza - Complexo do Turano, Rio de Janeiro* [FE/CFCH]

XVI - PROAFRO UERJ Maracanã, Rio de Janeiro

1. *A Formação de Novos Sujeitos na Universidade Pública Brasileira: a Experiência dos Estudantes na UERJ. Estudantes cotistas vinculados ao Programa PROAFRO da UERJ.* [FE/CFCH]

XVII - Parada de Lucas, Rio de Janeiro

1. *Inclusão Digital: Uso de Ferramentas Digitais como Recurso Didático no Processo de Alfabetização de Jovens e Adultos. Jovens e adultos em processo de alfabetização do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos da UFRJ, Afroreggae e Igreja Assembleia de Deus, Parada de Lucas, Rio de Janeiro* [FE+FL+PR5 CFCH+CLA+PR5]

XVIII – Unidades Municipais de Saúde do Rio de Janeiro, SMS, Cidade Nova, Rio

1. *A Inserção dos Cursos de Fisioterapia e Serviço Social no Projeto de Extensão (Des)Mancha Brasil. Usuários da unidades básicas de saúde no Rio de Janeiro.* [ESS+FM/CFCH+CCS]
2. *Vídeos Educativos na Prevenção da AIDS em Mulheres: Uma Experiência de Educação em Saúde. Mulheres usuárias de oito unidades da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro* [ESS/CFCH]

XIX - Hospital Gaffrée e Guinle – Tijuca, Rio de Janeiro

1. *Desafios para a Sensibilização e Mobilização dos Trabalhadores do Hospital Universitário Gaffrée Guinle e Guinle-Unirio. Trabalhadores do Hospital I Universitário Gaffrée e Guinle-Unirio Servidores, funcionários e contratados.* [ESS CFCH]
2. *A Saúde do Trabalhador na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Servidores, contratados, terceirizados, bolsistas, estagiários e residentes do Hospital Gaffrée e Guinle.* [UNIRIO+ESS/CFCH]

XX - Ilha de Paquetá, Rio de Janeiro

1. *Embarcando na Leitura para a Ilha de Paquetá. Passageiros transportados pelas embarcações da empresa Barcas S.A. com destino à Ilha de Paquetá e moradores da ilha.* [FACC-CBG/CCJE]

XXI - Mesquita, RJ

1. *Cursos Profissionalizantes Capacitam Jovens para o Mercado de Trabalho? A Experiência do PlanTeq em Mesquita.* Alunos dos cursos de capacitação do PlanTeq, Mesquita, Rio de Janeiro. [ESS/CFCH]
2. *Os Programas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho do Município de Mesquita.* Usuários da política de Assistência Social e Trabalho de Mesquita, RJ [ESS/CFCH]
3. *Exclusão Social e Poder Local: o Enfrentamento da Exclusão Social pelo Poder Público (Prefeituras Municipais).* Alunos de escolas da rede municipal de Mesquita-RJ. [ESS/CFCH]

XXII - Duque de Caxias, RJ

1. *Identidade e Juventude: Dialogando com a Escola no Projeto Conexões de Saberes.* Jovens de escola pública, Duque de Caxias. [FE/CFCH]
2. *Projeto Alternativa: Investindo na Permanência dos Jovens na Escola.* Alunos suscetíveis à evasão, Colégio Estadual Hélio Rangel, Jardim Primavera, Duque de Caxias- RJ [IP/CFCH]
3. *Sexualidade, Saúde Reprodutiva e Cidadania.* Lideranças comunitárias, agentes de saúde e professores/alunos da rede municipal de ensino, Duque de Caxias. [IP CFCH]

XXIII - Campos de Goytacazes e Macaé, RJ

1. *Serviço Social e MST: uma Experiência de Extensão Universitária.* População de acampamentos e assentamentos rurais do MST na região de Campos de Goytacazes. [ESS/CFCH]
2. *Acampamento Madre Cristina: a Aparência não é a Essência. Um Novo Olhar sobre a Realidade dos Acampados.* Moradores do assentamento Madre Cristina, Campos de Goytacazes, RJ [ESS/CFCH]
3. *Acampamento Paz na Terra.* População do assentamentos Paz e Terra do MST- em Campos de Goytacazes RJ [ESS/CFCH]
4. *Projeto Integrado de Ensino Pesquisa e Extensão com o MST.* Moradores do assentamento Dandara dos Palmares. [ESS/CFCH]
5. *Assentamento Dandara dos Palmares - o Acesso à Informação como Forma de Inclusão Social.* Moradores do assentamento Dandara dos Palmares. [ESS/CFCH]
6. *Assentamento Rural "Dandara dos Palmares: Uma Experiência de Integração Extensão e Estágio em Serviço Social Escola de Serviço Social.* Trabalhadores do assentamento Rural Dandara dos Palmares [CFCH+ESS]
7. *A Importância do Lugar e a Utilização de Metodologias Participativas para a Elaboração de Projetos Sociais.* População de região de pesca em Macaé-RJ [ESS+POLI/CFCH+CT].

XXIV - Cardoso Moreira, RJ

1. *MST e Serviço Social: Síntese do Trabalho Realizado com Jovens e Crianças no Assentamento Paz na Terra.* Crianças e adolescentes do Assentamento Paz na Terra, situado no município de Cardoso Moreira.
2. *Resgatando Memórias.* Famílias do assentamento rural Paz e Terra, em Cardoso Moreira, RJ [ESS/CFCH]

XXV - UFRRJ - Seropédica, RJ

1. *Atenção à Saúde do Servidor na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ: Perspectivas e Limites.* Servidores da Universidade Federal Rural do RJ. [ESS/CFCH]
2. *A (Ausência da) Saúde do Trabalhador na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.* Trabalhadores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro /UFRRJ[ESS/CFCH]

XXVI - São Gonçalo, RJ

1. *Crianças, Territórios Estigmatizados e Educação Ambiental.* Crianças de território em que se localiza o lixão da Ilha de Itaoca, São Gonçalo, RJ [IP/CFCH]

XXVII - Paraty, RJ

1. *Os Caiçaras Urbanos - uma análise Sociocultural dos Ex-moradores da Praia Grande da Cajaíba.* Comunidade de Praia Grande da Cajaíba (Reserva da Juatinga), Paraty, RJ [ECO+IGEO/CFCH + CCMN]

XXVIII - São Luiz, MA

1. *Residências Terapêuticas em Saúde Mental: Revertendo o Modelo de Institucionalização.* Equipe técnica do Hospital Estadual Nina Rodrigues, São Luiz – MA [IPUB/CCS]

XXIX - Assunção, PB

1. *Assunção da Paraíba - A Presença da UFRJ no Cariri Paraibano pelas lentes do Cinema.* Professores, agentes jovens e de saúde, lideranças, idosos de Assunção – PB [ESS/CFCH]

Para ilustrar tal abrangência, estão indicados, no mapa territorial administrativo, os lugares que foram alcançados pelas ações que acabam de ser apresentadas e, desta forma, agrupadas.

Indicação dos lugares alcançados pelas ações de extensão

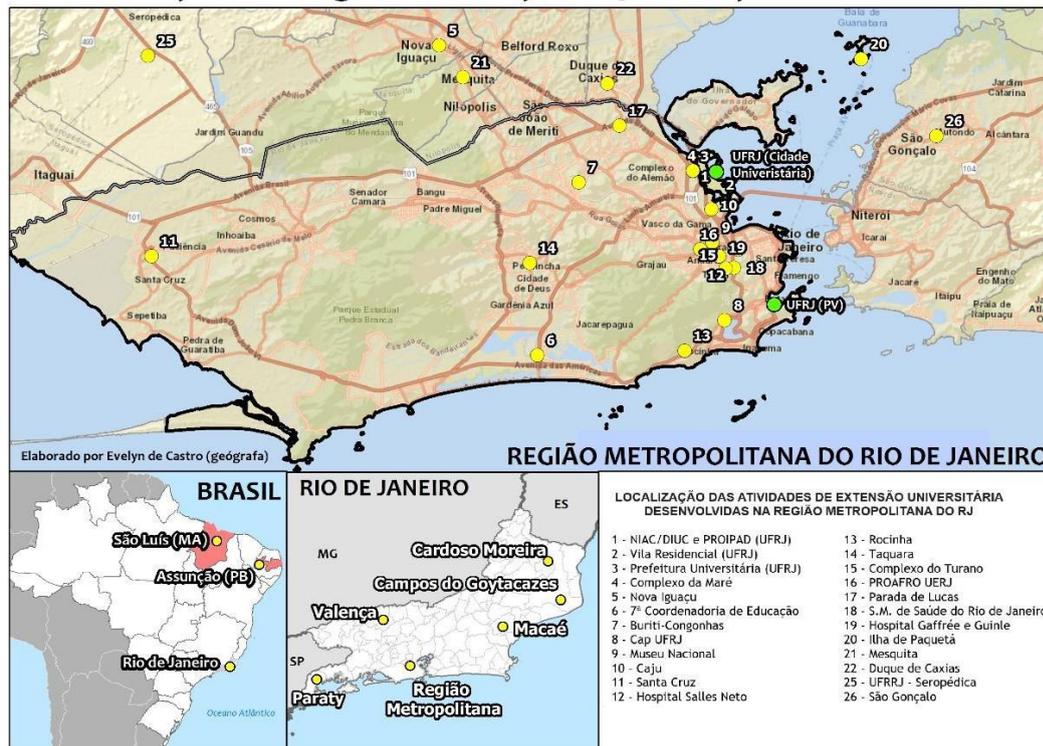


Figura 7 – Indicação de lugares alcançados pelas atividades de Extensão Universitária

Por fim, avaliamos que as análises permitiram que realizássemos mapeamento quanti-qualitativo, através do qual pudemos dispor de vários elementos. Entre eles, quando olhamos para os objetos da ação no período definido do estudo, reconhecemos neles o envolvimento da instituição com problemáticas e desafios daquela quadro social, que ainda se mantêm atuais, como a alfabetização de adultos, os cursos pré-vestibulares, a saúde do trabalhador, a assistência da psicologia para várias faixas etárias, a atenção aos idosos, e saúde mental, permanência das classes populares na universidade, movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra e outros movimentos sociais, a defesa dos direitos humanos, sociais, jurídicos e outras temáticas que vieram sendo pautadas.

Observamos que ficaram expressas as definições tomadas pela universidade nos anos 1980, implicando em grande número de projetos e programas convergiram ao entorno da Cidade Universitária, notadamente, no Complexo da Maré. Nas décadas que se seguiram os serviços foram sendo aprimorados e, além das motivações iniciais de atuação naquele território, a UFRJ, através do NEPP-DH, em 2004, passou a implementar ações relativas à proteção para mulheres vítimas de violência, através Centro de Referência para Mulheres da Maré Carminha Rosa (CRMM-CR). Este Centro atuava na atenção a

mulheres e promovia diversas atividades relacionadas à problemática, desde 2001, integrando junto a outros centros e serviços, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (Pelegriñeti, 2020, p.121-122). Cabe frisar que, no decorrer daquela década, os casos de abusos e agressões contra mulheres ganharam visibilidade em função da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), que criou mecanismos para coibir tal violência. Da mesma forma, cresceram as políticas governamentais específicas, em nível federal e estadual. Eis um exemplo que alude ao compromisso social com as classes mais vulnerabilizadas da sociedade e com as políticas públicas.

Considerando o exame desses registros, podemos afirmar que em relação motivação central, a análise deixou claro que, nesse universo delimitado na pesquisa, as conexões do Campus da Praia Vermelha com demandas específicas da dinâmica do território no aporte da extensão foram frágeis. Todavia, conforme já mencionamos, o percurso investigativo fez emergir outros debates, desde quando partimos para buscar relações deste Campus neste território, além da ocupação de sua forma físico-territorial.

5. Considerações finais

Chegamos ao fim de mais uma etapa acadêmica reconhecendo a pertinência do conhecimento. Estudar é um alento mediante às contradições nas quais nos encontramos nesta contemporaneidade – quadro que foi bem configurado, no decorrer do desenvolvimento desta pesquisa, por uma emergência sanitária que assolou o mundo, ao mesmo tempo que colocou em xeque o campo científico. Esta fase é marcada pelas ameaças decorrentes da pandemia da Covid-19, que envolveram o negacionismo às medidas de disseminação da doença, retrocessos nas relações sociais e instabilidades políticas no país, repercutindo profundamente em nossas vivências. De maneira geral, as problemáticas sociais se acentuaram e as disputas sociopolíticas efervesceram. Maiores desafios para nós!

A proposição em conhecer e discutir relações entre a comunidade universitária e as comunidades que do Campus da Praia Vermelha se avizinham, através do exame das atividades de extensão, gerou uma significativa produção de dados, contribuindo para ampliar modos de se explorar a temática, levando-se em conta a particularidade da proximidade com a realidade empírica. A primeira consideração a ser feita refere-se à hipótese acerca do (frágil) diálogo extensionista entre a universidade e o entorno do CPV. Supúnhamos que houvesse um distanciamento entre as tarefas acadêmicas de extensão e a dinâmica social que envolve espacialmente o Campus. Ao mesmo tempo, partíamos da conjectura de que existiam interferências de ordem histórica, urbanística e social por parte da UFRJ, em função do funcionamento da universidade naquele lugar. Tal suposição nos levou a conhecer a performance não apenas daquelas em que identificamos ligações com demandas no território destacado, mas do conjunto das iniciativas originadas nas unidades do Campus, no período referenciado.

Evidentemente, há muitas práticas universitárias motivadas por olhares e demandas nas proximidades físicas de seus *Campi*, conforme se vê nos registros dos eventos nacionais e dos documentos do FORPROEX e RENEX. Elas carregam valiosos subsídios sobre as potencialidades da Extensão, mas, em geral, as análises não realçam o arranjo Campus-lugar-ações – problema de pesquisa ao qual nos dedicamos. Assim, a discussão sobre território(s) motivou esta investigação, e fomos na direção de conhecer suas dinâmicas, definindo, para tanto, uma perspectiva crítica.

Entendíamos que, além de considerar historicamente a formação do Campus, era relevante situá-lo na área em que o debate era igualmente proeminente – arquitetura e urbanismo. Quando discutimos os *Campi* e os *territórios universitários*, além da contextualização dos termos, pudemos destacar abordagens que questionavam as separações entre suas formas físico-territoriais e as áreas de abrangência que ocupam. Estes estudos mediaram a pertinência de nossa pesquisa, como demonstraram Araujo (2011) e Moassab (2017).

Os *Campi*, embora tenham grande relevância para área de Educação, têm também para a Arquitetura e Urbanismo, que se debruçam sobre esse tipo de equipamento, pensando suas interferências nas cidades, levando em conta a função social das universidades quando se trata de gerar/administrar espaços públicos. Esta matéria foi central nas discussões do Seminário de Urbanismo da Bahia [urbBa20], intitulado *Instituições de Ensino Superior no séc. XXI: impactos nos territórios*, que aconteceu no ano de 2020, quando iniciávamos o curso de doutorado. No referido evento, algumas das exposições reforçaram a ideia, que está presente como pano de fundo em nossa proposta, de que as cidades se modificam, se movimentam, se reorganizam com a instalação dos *Campi*, sendo bastante pertinente a interpretação do espaço construído, de onde possam derivar questões do relacionamento entre as universidades e as cidades. Entre elas, foram mencionadas, em andamento, as experiências interdisciplinares e o urbanismo-extensão como forma de interferência no espaço urbano.

Nos debates a respeito desses setores – que, em linhas gerais, analisam o campo socioespacial e arquitetônico – encontramos reflexões que nos ampararam e contribuíram na identificação das dinâmicas que configuravam a paisagem estudada. Como demonstramos, compreendemos aquele território como uma porção urbana resultante de um longo processo de intervenção humana, sob bases técnicas e tecnológicas dos objetos construídos. Estes, combinados à especificidade do lugar – com recursos naturais, reconhecimento histórico, de múltiplas atividades econômicas, de instituições voltadas à formação acadêmica e de pesquisa, e instituições de caráter científico – numa das zonas mais estruturadas da cidade em termos de serviços, comércio, lazer, caracterizaram um território de contradições sociais típicas de uma metrópole, concentrando múltiplas expressões que se constituem em demandas de políticas públicas e de outras intervenções.

Como já consideramos, nas formulações acadêmicas a Extensão é comumente avaliada sob os eixos das áreas de conhecimento ou mesmo das áreas de políticas públicas, assim como sob o alcance interventivo, a

institucionalização, a correspondência às diretrizes da política extensionista e a outros aspectos. São importantes elementos que, como referimos, vêm fazendo desta dimensão, uma baliza das proposições de experiências universitárias que se voltem à desigual realidade social do país frente aos interesses economicamente dominantes das sociedades. Contrastes emergentes da nossa conjuntura. Assim, suas avaliações reposicionam, a todo tempo, as discussões sobre a formação superior brasileira, apoiada no tripé constitucional *ensino-pesquisa-extensão*, ainda desafiada por concepções didáticos-pedagógicas mais conservadoras.

No percurso dos desdobramentos dos objetivos que nos guiaram: refletir sobre a conformação do território universitário na perspectiva do território construído; examinar as ações de extensão do CPV sob a perspectiva do(s) territórios e lugares(s) para os quais foram dirigidas as atividades; e elaborar sobre a relação território-extensão universitária na dimensão do espaço construído, a partir das experiências extensionistas deste Campus; vinculados ao escopo de compreender a relação entre a UFRJ e as comunidades vicinais deste seu Campus, através das ações extensionistas que foram registradas nos primeiros Congressos de Extensão realizados pela instituição, entre os anos de 1999 e 2009, encontramos inúmeros elementos. A revisão bibliográfica foi sendo aprimorada em função do aporte teórico necessário à interpretação conceitual e aos dados relativo ao território. Assim, houve incremento no planejamento e novos tópicos foram problematizados,

A aproximação aos conceitos associados ao território e aspectos da urbanização na sociedade global permitiram a identificação das categorias que, na conjunção tempo-espaço, vieram conformando as imediações físicas e sociais do Campus da PV. E assim, abrimos questionamentos acerca da abrangência de um território universitário. Sendo o território o espaço geográfico que resulta da conjugação entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações (Santos, 2013), nenhum espaço construído está fora desta esfera de entendimento, salvo a presença das forças oponentes em suas formas de uso. Conforme procuramos demonstrar, a paisagem é resultante desse processo e, assim, procuramos descrevê-la por características dos bairros de Botafogo, Urca e Leme, contrapondo alguns dados de realidade quando são referidas as favelas. Como parte do sistema de objetos, foram mencionados os recursos naturais e materiais, estes últimos apresentando-se em correspondência às formas do desenvolvimentos econômico que fizeram a história da cidade do Rio de Janeiro.

Da mesma maneira, o aprofundamento a respeito da trajetória conceitual e política da Extensão Universitária brasileira, que julgamos fundamental desde o princípio, pôde ser realizado de maneira a desvelar a dimensão de importantes decisões e acontecimentos na política do ensino superior. Assim também expôs as conexões deste percurso com a UFRJ, as quais, de maneira geral, retroalimentaram as universidades públicas na estruturação das práticas extensionistas e na sua institucionalização, em correspondência às formulações que vieram sendo estabelecidas pelos diversos fóruns no país. Avaliamos que os conteúdos a respeito da política extensionista no ensino superior, ratificaram a relevância dada pela delimitação de tempo, uma vez que as principais formulações da Extensão estão concentradas na fase pós-Constituição de 1988 e no decorrer da década de 1990, até a publicação de sua política, em 2012.

Tanto a revisão de literatura foi se avolumando, quanto os levantamentos censitários e análises que buscamos para dimensionar alguns dados dos territórios se complexificaram, de modo que tais etapas ampliaram a tarefa metodológica prevista inicialmente – proposta que privilegiava os aspectos qualitativos das informações sobre as práticas extensionistas e que correspondeu satisfatoriamente para cotejarmos os trabalhos apresentados nos Congressos de Extensão selecionados, no recorte temporal definido. O período estudado, baseado em reconhecimento prévio de sua importância, acabou por tecer um quadro em que foram decisivos os debates – ocorridos desde a abertura política no Brasil pós-ditadura – para as formulações originadas no FORPROEX. Formulações e proposições que abriram e sedimentaram as frentes no desenvolvimento da Extensão. Por oportuno, aqui registramos que o último Encontro Nacional do FORPROEX, em sua 52ª edição, que aconteceu em dezembro 2023, em Goiás, na UFG, intitulado “Caminhos para a consolidação da Extensão no Brasil: reflexões e proposições”, demonstra claramente que (ainda) se mantém persistente e necessário fortalecer os desdobramentos dessa dimensão.

Outras considerações apontadas são derivadas das constatações feitas no desenvolvimento da pesquisa. Assim, levantamos conexões que buscam explicitar os achados na investigação. A análise documental, ao confirmar a conjectura central, que nos permite afirmar que o diálogo extensionista foi restrito nesse território, no período, não reduz a conclusão da tese. Simultaneamente, produziu muitos dados e possibilidades a respeito da extensão universitária originada nos cursos do Campus da Praia Vermelha, uma vez que realizamos uma sistematização original sobre as práticas extensionistas, alcançando lugares, que

conformam outros territórios, distantes do Campus. E como também abordamos, no processo investigativo, os aportes teóricos nos levaram a problematizar outros elementos.

Um deles se refere à provisoriedade à qual esteve submetido o Campus da PV, desde a inauguração do Palácio Universitário pela UB. Uma justificativa para as poucas atividades relacionadas às demandas do entorno, nesse território, reunidas nos primeiros eventos de publicização e trocas das intervenções extensionistas na universidade. Na histórica constituição do Campus, paralelamente aos anos em que se definiam a localização da Cidade Universitária, observa-se um longo tempo de colóquios, mergulhados nos ajustes a contento das gestões políticas administrativas – uma vez que a Cidade Universitária deveria se tornar a sede da UB e modelo para as universidades federais que se instauravam naquelas décadas de 1900.

Um segundo aspecto relaciona-se ao processo de definição política que envolveu a Extensão Universitária, quando a universidade e o país se encontravam no período pós-ditadura. Como tratamos na exposição, o momento de retomada e atualização dessas atividades estava inserido num contexto maior de afirmação democrática e de fortalecimentos das lutas sociais, que concebiam as classes na conformação das sociedades capitalistas.

Naquela conjuntura, datada pelos anos de 1980, a UFRJ assumiu compromissos claros na direção das classes populares, e este encontro acontece, com evidência, no entorno da Cidade Universitária. A esta altura, a Reitoria havia sido deslocada para lá há alguns anos e, assim, veio se edificando a sede da universidade na Ilha do Fundão, onde também se encontrava a Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão – SR5, depois Pró-Reitoria de Extensão. A UFRJ caminhava no sentido da institucionalidade das ações extensionistas, e esta dimensão formativa ganhava relevância, assumindo seu um protagonismo, como política do ensino superior.

A prestação de serviços a comunidades passa ser estruturada e realizada na Cidade Universitária, através da DIUC. Instalações físicas foram feitas para adequar o atendimento na área jurídica e social, e outras, a fim de estimular a busca e o acesso a estas ingerências acadêmicas onde coubessem. Nota-se, na documentação das experiências de extensão, que esta iniciativa envolvia as áreas na proposição do exercício da interdisciplinaridade, atraindo diversos cursos da Praia Vermelha.

As ações passaram a serem alocadas nas proximidades da Cidade Universitária, como, por exemplo, no município de Duque de Caxias (UFRJ, 2002).

Depois, a ênfase se volta às comunidades que se encontravam nos limites da Ilha, e comporiam o atual Complexo da Maré. O momento converge à visibilidade que este subespaço geográfico passa a ter em função da organização de suas comunidades, relacionada principalmente às condições de moradia¹²¹.

Ações ligadas a problemáticas identificadas e enfrentadas pelos movimentos sociais, que lá atuavam, desencadearam projetos e programas, e cursos foram sendo criados para atender às comunidades que integravam a conformação espacial “da Maré”. E chamamos também a atenção que, em função das Políticas Públicas que vieram sendo delineadas na entrada dos anos 2000, o do NEPP-DH passa a compor o Centro de Referência para Mulheres da Maré Carminha Rosa (CRMM-CR), onde já existiam, desde 2001, atividades relativas à proteção e prevenção de violência de gênero. Essas práticas acadêmicas puderam ser identificadas no capítulo 4, a partir do III Congresso de Extensão, realizado em 2006.

Ademais, em relação ao número significativo de ações abarcando a Ilha do Fundão, estão os programas e projetos que foram desenvolvidos junto aos moradores da Vila Residencial, habitada por antigos viventes das pequenas ilhas do antigo arquipélago e por atuais funcionários da universidade, que estiveram submetidos às ameaças de remoção por parte da Reitoria da UFRJ, em 2001. Fato não consumado por interseção de seus moradores e de articulações junto a órgãos públicos de defesa, como relata Freire (2014), o que acabou por gerar aproximação e diálogo entre a população e a instituição. A situação requereu maior conhecimento sobre quem vivia na Vila, criando demandas extensionistas nas quais estiveram envolvidos diversos cursos do Campus da Praia Vermelha e da Cidade Universitária. As inserções dos trabalhos nos Congressos datam do ano de 2006, cujos objetos se referiam à democratização da informação, comunicação comunitária, sociabilidade infantil etc., sem que nenhum dos registros fizesse menção à motivação desse estreitamento da extensão junto a esta comunidade.

¹²¹ A ocupação da região atingiu seu auge na década de 1970, tendo se espreado sobre as águas da Baía de Guanabara, como um impressionante aglomerado de habitações de madeira construídas sobre palafitas. Na década de 1980, por meio do chamado Projeto Rio, houve a erradicação desse tipo de moradia. Foram realizados grandes aterros e construídos conjuntos habitacionais na região para o reassentamento das famílias removidas das áreas palafitadas. Na década de 1990, durante a primeira gestão do prefeito César Maia, foi criado o bairro da Maré por meio da Lei Municipal nº 2.119 de 19 de janeiro de 1994. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Complexo_da_Mar%C3%A9#Hist%C3%B3ria. Acesso em: 21 jan. 2024.

É um terceiro ponto sobre o qual ponderamos diz respeito à tradição assistencialista da extensão universitária – mesmo considerando as proposições atuais de aporte à transformação social e de atendimento às demandas técnico-científicas advindas da sociedade – em relação ao perfil do território destacado. É conjectura provável de que há uma ordem de importância no atendimento às comunidades mais vulnerabilizadas e aos seus objetivos e, dessa forma, as práticas acabam se voltando prioritariamente às necessidades mais básicas população, operadas pela prestação de serviços ou pela assistência a grupos ou comunidades – ainda que, no bojo dos debates acadêmicos e profissionais, se manifestem frequentemente aspirações de uma mudança social, e cujos processos pressupõem horizontalidade nas relações e trocas de conhecimentos, bastante facilitados pelos pressupostos extensionistas. Assim, se levarmos em conta essa condição, pode ter havido (e estar se mantendo) uma inclinação para áreas em que as demandas sejam mais legítimas sob esse ponto de vista, enquanto o olhar que se volta para o território do CPV não seja interpelado por requisições características a estas práticas, mais tradicionalmente reconhecidas.

No entanto, procuramos demonstrar as contradições presentes, também nestas dimensões da vida dos grupos viventes naquela porção da cidade, com base nos dados de análise socioeconômica que apresentamos, relativos à desigualdade que se evidencia. Além disso, verificam-se outros pleitos potenciais para se pensar a extensão, em outro enredos. Nesse sentido, enumeramos, entre os desafios:

- o compartilhamento deste espaço universitário público entre as distintas comunidades que estão à sua volta, em consonância aos interesse acadêmicos e desse agrupamentos populacionais;

- tópicos relacionados ao campo socioambiental, como a de que tratamos quando realçamos a proximidade de patrimônios naturais ao Campus – reconhecidos pela cidade e pelo mundo –, os quais requerem preservação, envolvendo vetores específicos, como educação ambiental, divulgação e atualização das problemáticas, uma vez que a questão está imersa na movimentação das grandes metrópoles nas sociedades capitalistas que disputam os espaços construídos; como é sabido publicamente neste território se configura atualmente um cenário de disputas entre o espaço público e o privado;

- a divulgação e garantia do acesso às atividades culturais e aos eventos acadêmicos, que são pautados pela comunidade acadêmica, ao mesmo tempo, que possam constituir em estratégias educacionais para o público amplo de diferentes perfis.

Ainda, tendo em vista o incremento ao processo de transformação social, caberia o desenvolvimento de práticas que incentivem os grupos populacionais dessas proximidades, a protagonizar suas histórias, vinculando permanentemente a universidade em experiências de trocas de conhecimento e nas reflexões acerca das conjunturas sociopolíticas. Assim, devem ser compreendidos a essência da missão educacional universitária, os níveis e os limites de propostas de educação que são passíveis de se projetar, frequentemente adotados pelos cursos de extensão. E que, dessa forma, a universidade possa divulgar o seu conhecimento e incorporar novos, sem necessariamente se impor, sem necessariamente fazer vigorar apenas o seu entendimento da realidade. Sim, dialogar verdadeiramente.

Sendo a universidade suporte de todo esse contexto, foi necessário aventarmos alguns processos em que o setor educacional brasileiro expôs momentos de tensão, por força dos problemas que vêm sendo enfrentados pelas Instituições Públicas de Educação Superior. Além das questões materiais, no panorama geral das instituições educacionais do ensino superior brasileiro, ficaram evidenciados, no mesmo patamar, os aspectos relativos ao controle de um Estado conservador e autoritário, no decorrer do século XX, a partir de onde se possa questionar sobre a real autonomia universitária, condição que parece ser fundamental para o desenvolvimento das concepções, definições e avanços das práticas extensionistas. Os impasses e as dificuldades operacionais por si vêm ameaçando a manutenção institucional, tanto do ponto de vista material quanto do ponto de vista político e social (Dias e Serafim, 2015).

Para a Extensão, que constantemente veio buscando definições de recursos no bojo das decisões legais, desde a integração clara com a pesquisa e o ensino, no período pós-Constituição Federal e nas décadas subsequentes, as quais abarcaram os anos estudados, os recuos orçamentários e as alterações políticas que envolvem as IPES têm trazido desdobramentos contraditórios, negativos, a despeito de seus avanços. Como deixamos registrado, no pronunciamento do ex-ministro da educação Cristovam Buarque, a década de 1990 foi marcada pelo avanço do projeto econômico neoliberal que acarretou recuo nos orçamentos das universidades públicas federais, assim como se observou nas instituições públicas de maneira geral; também seguiram com tais limitações, os primeiros anos de 2000, como vimos nas preocupações do ex-Reitor da UFRJ, A. Teixeira, e ainda conforme assinalam Sacramento et al. (2023). Os dados orçamentários referentes aos últimos dez anos são desalentadores.

Podemos considerar que dessa forma, que se caracteriza uma frente de disputas sobre o destino e o papel da universidade pública, nos cabe realçar sua

função social manifestada pela defesa do direito à educação em todos os níveis, pela qualidade na graduação e na pós-graduação, pelos direitos sociais, e usufruto do conhecimento pela sociedade, e ainda, pelo acesso às suas produções, comunicações, e aos lugares produzidos (Gohn, 2012; Goergen, 2006).

Finalizando, o objeto dedicado a este território universitário, conjugando a sua forma física- territorial a um histórico conglomerado urbano, em uma cidade onde se atualiza o movimento socioeconômico sob o ordem globalizada, apontou uma série de questões a serem exploradas em novas abordagens. Como dissemos na Introdução, tratou-se de uma proposta que contraria os meios de comunicação atuais, constituindo um problema em que se envolve sobremaneira as relações presenciais e materializadas. Essencialmente são essas as reflexões e os elementos que dispomos para o debate como contribuição ao conhecimento acerca dessa temática, e especificamente, em contribuição às dinâmicas das universidades, revisitando a sua importância a partir da Extensão, nesse lugar também de disputa pelo bem viver na cidade.

Permanecerá ainda a incompletude da investigação, inspirada pela complexidade e diversidade das relações que vieram se estabelecendo neste território, delineadas aqui pela expansão de um hospício imperial, depois público, marcada por questões médico-científicas, assistenciais, institucionais, urbanas e políticas, cuja edificação sediou este Campus da UFRJ – referência mantida até as relações atuais e de controversa situação na mediação do espaço público-privado. Foi uma especial reflexão acadêmica sobre a interface da universidade com a comunidade (da qual ela faz parte) por meio da Extensão, aqui assinalada pelo potencial que a abrange, tendo em vista a capacidade de intervenção de seus atores e dessa instituição educacional no cumprimento de seu papel histórico.

6. Referências bibliográficas

ALBERTO, K. C. **Três Projetos para uma Universidade do Brasil**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ. Rio de Janeiro, 2003.

ALVES, L. C. **O Hospício Nacional de Alienados: terapêutica ou higiene social?** Rio de Janeiro, FIOCRUZ. Dissertação de Mestrado. 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/6089/2/24.pdf>. Acesso em: 06. dez. 2021.

ARAUJO, R. C. L. **A universidade no contexto urbano: as representações presentes na relação socioespacial entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a cidade de Seropédica**. Tese (doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2011.

ARROYO, M. M. A transição em marcha: o desafio às formações socioespaciais do Sul. *In*: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). **Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2022. p. 67-78.

BERNARDES, L.M.C. Função defensiva do Rio de Janeiro e seu sítio original. *In* BERNARDES, L.M.C. e SOARES, M. T. S., Rio de Janeiro: **Cidade e região**. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Sec. Municipal Cultura. Rio de Janeiro: 1990 (Biblioteca Carioca; v. 3).

BERNHEIM, C.T. e CHAUÍ, M. S. Desafios da universidade na sociedade do conhecimento. Artigo produzido pelo Comitê Científico Regional para a América Latina e o Caribe, do Fórum da UNESCO, Paris, dezembro de 2003. Brasília: UNESCO, 2008. 44p. Título original: Challenges of the university in the knowledge society, five years after the World Conference on Higher Education.) Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000134422_por. Acesso em: 01 nov. 2020.

BORGES, R. M. **Extensão Universitária: Um estudo sobre a prática extensionista da Universidade do Rio de Janeiro à Universidade do Brasil (1931-1945)**. Monografia. Departamento de História. IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro, 1998.

BOVIER, C. M. **Dinâmicas urbanas e mecanismos de gentrificação nas favelas do Rio de Janeiro a véspera dos megaeventos: o caso do Chapéu Mangueira**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental. PUC Rio. Rio de Janeiro, 2016.

BRASIL. Portaria nº 1.350, MEC, publicada no DOU de 17/12/2018, Seção 1, p. 34: Parecer Homologado CNE/CES. Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102551-pces608-18/file>. Acesso em: 04 set. 2019.

BRUM M. e KNAUSS, P. Encontro marcado: a favela como objeto da pesquisa histórica. *In*: MELLO, M.A.S. *et al.* (org.). **Favelas cariocas ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 121-139.

BUARQUE, C. **A Universidade numa encruzilhada**. Conferência Mundial de Educação Superior + 5. UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). Paris, junho de 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/palestra6.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2023.

CAMINHA, J. V. **Botafogo e a sua evolução urbana: um retrospecto**. 14º Encontro de Geógrafos de América Latina. Reencuentros de saberes territoriales Latinoamericanos. Union geográfica Internacional. Peru, 2013. **Anais**.

CARDOSO, Elisabeth Dezouart *et al.* **História dos bairros** – Botafogo. Rio de Janeiro: Index Editora; João Fortes Engenharia, 1983.

CAVALCANTI, C.P.N. *et al.* Introdução. *In*: CAVALCANTI, C.P.N. (org.). **Proteção social, lutas e trabalho em tempos de crise do capitalismo**. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. p.13-28.

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008, p. 295-316.

COSTA, F. R. O conceito de espaço em Milton Santos e D. Harvey. **Revista Percurso-Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização**. Maringá-PR, v. 6, n. 1, p. 63-79, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/issue/view/1675>. Acesso em: 21 out. 2021.

CRISTOFOLETTI, E. C.; SERAFIM, M.P. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. **Revista Educação & Realidade**, Educação. UFRGS. Porto Alegre, v. 45, n.1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623690670>. Acesso em: 12 jan. 2022.

DANTAS, D.C. **Extensão Universitária: Indicadores para avaliar seu impacto na transformação social**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação Tecnologia para o Desenvolvimento Social do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social - NIDES/UFRJ. Rio de Janeiro, 2019.

DIAS, R.; SERAFIM, M. Comentários sobre as transformações recentes na universidade pública brasileira. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 20, n. 2. Campinas, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v20n2/1414-4077-aval-20-02-00335.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

FÁVERO, M. L. A. Anísio Teixeira e a Universidade do Distrito Federal. In Dossiê: Concepções de universidade e de educação superior no Brasil nos anos de 1920 e 1930. **Revista Brasileira de História da Educação**. v. 8 n. 2. Editora da Universidade Estadual de Maringá. Maringá: maio/agosto de 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/266594635_Anisio_Teixeira_e_a_Universidade_do_Distrito_Federal. Acesso em: 21 mar. 2023 e Biblioteca PUC-Rio. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/issue/view/1376>. Acesso em: 30 mar. 2022.

FERRAZ, N. S., Leme, F. B. P., & Maia, F. N. (2018). Histórico da representação das favelas cariocas em mapas. **Arquitetura Revista**, vol. 14, núm. 1, Unisinos, 2018. pp. 59-72, DOI: <https://doi.org/10.4013/arq.2018.141.06>.

FORPROEX e SESu/MEC. Plano Nacional de Extensão Universitária. Edição atualizada. Brasil, 2000/2001. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up//694/o/PNEX.pdf>. Acesso em: 14 set. 2023.

FORPROEX. **Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão**. (Coleção Extensão Universitária 8). Nogueira, M.D.P. (org.) Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus-AM: 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/imagesdocumentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2021.

FORPROEX. **Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras: estudo comparativo 1993/2004**. Comissão Permanente de Avaliação

da Extensão Universitária. – 2. ed. – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

FORPROEX. Relatório do Grupo de Trabalho Sistema de Dados e Informações e RENEX. CORRÊA, E. J.; SOUSA, A. I. *et al.* Belo Horizonte, UFMG, 1999.

FRAGA, L. S. Transferência de conhecimento e suas armadilhas na extensão universitária brasileira. **Revista Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 22, n. 2, julho-novembro 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000200008>. Acesso em: 26 set. 2023.

FREIRE, L. de L. **Próximo do saber, longe do progresso**: histórias de uma vila residencial no campus universitário da Ilha do Fundão – RJ. Niterói: Editora da UFF, 2014 (Coleção Biblioteca).

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GAMBOA, F. U. **Características Gerais dos Projetos de Extensão do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro no período de 2014 a 2019**. Monografia. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. FACC CCJE/UFRJ Rio de Janeiro: 2019.

GERSON, Brasil. **Histórias das ruas do Rio de Janeiro**. Ed. Souza. Rio de Janeiro: 1954.

GIL, T. F. B. Relatório do Projeto Caracterização do entorno da Casa da Ciência e do Campus da Praia Vermelha/UFRJ. **Casa da Ciência** - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ. Documento interno. Junho, 2017.

GODOI, F. R. S. **Territórios universitários**: o Campus em Pirassununga. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2017.

GOERGEN, P. Universidade e compromisso social: Brasília, 25 e 26 de agosto de 2005. *In*: RISTOFF, D. e SEVEGNANI, P. (orgs.) **Educação Superior em Debate** 4. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Brasília: 2006.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p.79-108

GONÇALVES, A. C. de S. **Patrimônio Mundial e Comunidade**: um estudo de caso da atuação da COOPBABILÔNIA na zona de amortecimento do sítio Rio de Janeiro paisagens cariocas entre a montanha e mar no Morro da Babilônia (1995-2015). IPHAN. Rio de Janeiro 2017. Disponível em: http://cmsportal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Produto%205%20aprovado_BR51.pdf. Acesso em: 06 dez. 2022.

GONÇALVES, R. S. **Favelas do Rio de Janeiro**: História e Direito. Rio de Janeiro: Pallas, Ed. PUC Rio, 2013.

HONORATO, C. O Assistente Social e as favelas. *In*: MELLO, M.A.S. *et al.* (org.). **Favelas cariocas ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 141-167.

LEONÍDIO, Luciano Flávio da S. **História do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (1987-2012)**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

MACHADO, J. G. *et al.* **Copacabana sua História**. 1892/1992: Subsídios para a Rio de Janeiro, Riotur, 1992. Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A., Publicação impressa.

MAGALHÃES, F. **Assessoria Extensionista a Movimentos Sociais no Campo Tecnológico**: pesquisa participante com o coletivo de cozinheiras de uma ocupação de moradia. Dissertação (mestrado). Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2019.

MAGALHÃES, L. C. **O Câmpus Universitário como equipamento singular do meio urbano** - Ensaio em Três Rios, Brasil. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Ciência e Tecnologia. Universidade Fernando Pessoa. Porto, Portugal. 2014. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4725/4/LEANDROCOELHOMAGALHAES.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

MAHLER, C. R. **Territórios universitários**: tempos, espaços, formas. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação da FAU UnB. Brasília, 2015.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 12 ed. São Paulo: HUCITEC, 2010.

MOASSAB, A.S. Campus Universitário: uma reflexão para o século XXI a partir do estudo de caso da instalação da Universidade de Cabo Verde. Publicações Online. Portal BUALA. Buala@buala.org. Maio, 2017. não paginado. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/cidade/campus-universitario-uma-reflexao-para-o-seculo-xxi-a-partir-do-estudo-de-caso-da-instalacao>. Acesso em: 05 ago. 2019.

MORAES, M. C. **No canto do isolamento**: loucura e tuberculose no Hospício Nacional de Alienados (1890-1930). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2020.

MORAES, M.C. *et al.* **De Pavilhão da Loucura a Centro Cultural**: Casa da Ciência da UFRJ. **Anais do 7º Seminário Museografia e Arquitetura de Museus**. Tecnologia e Descolonização. Rio de Janeiro: Rio Books, 2021. Disponível em: <https://arqimuseus.arq.br/seminario2021/wp-content/uploads/2022/01/2022-01-05-anais-seminario-redux.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2021.

MORAES, E. C. **Histórias, crises e tendências da atenção hospitalar pública na Cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Medicina Social H. Cordeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.btdt.uerj.br:8443/handle/1/19203>. Acesso em: 12 jan. 2024.

NOVAES, B. **Urca 100 anos**. Apoio da Associação de Moradores da Urca – AMOUR. São José dos Campos: Somos Editora, 2022.

OLIVEIRA, A. J. B. **A casa de Minerva**: entre a ilha e o palácio: os discursos sobre os lugares como metáfora da identidade institucional. Tese (Doutorado). Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. UNIRIO, Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, A. J. B. Reformas educacionais e extensão universitária numa perspectiva histórica: refletindo experiências, transformando práticas. *In*: Oliveira, A. J. B (org.) **Reforma do ensino superior e Extensão Universitária**. Rio de Janeiro: Centro de Ciências da Saúde /UFRJ, 2006.

OLIVEIRA, F.C. S. de. **A Faculdade de Direito da UFRJ**: Notas sobre o passado, o presente e o futuro. Revista eletrônica OAB/RJ. Edição especial: 130 anos da FDN/UFRJ. Disponível em: <https://revistaeletronica.oabRJ.org.br/?artigo=a-faculdade-de-direito-da-ufrj-notas-sobre-o-passado-o-presente-e-o-futuro>. Acesso em: 03 maio 2023.

PAIM, A. Por uma universidade no Rio de Janeiro. *In*: Schwartzman, Simon (org.) **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília, CNPq, 1982, p.17-96. Disponível em: <https://archive.org./details/UniversidadesEInstituiesCientificasNoRioDeJaneiro/page/n73/model/2up>. Acesso em: 12 ago. 2022.

PELEGRINETI, L. **Tecendo Caminhos de Diálogo na Universidade**: direitos humanos na extensão da UFRJ. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Direito. Faculdade Nacional de Direito - UFRJ. Rio de Janeiro, 2020.

PIMENTEL, G. A. **Universidade e Políticas de Extensão no Brasil do Governo Lula**: período de 2003 a 2010. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. POA, 2015.

RAMOS, F. A.C. e GEREMIAS, L. C. **Instituto Phillippe Pinel**: origens históricas. Folheto. Secretaria Municipal de Saúde. Rio de Janeiro, [2010?]. Coleção Memória UFRJ. 19 f. Biblioteca FCC (impresso) Localização: MUFRJ 981.0453 R175i. Disponível em: https://web.archive.org.20110428000515/http://www.sms.rio.rj.gov.br/pinel/media/pinel_origens.pdf (http://www.sms.rio.rj.gov.br/pinel/media/pinel_origens.pdf). Arquivado em 28 de abril de 2011, no Wayback Machine). Acesso em: 11 maio 2023.

ROCHA, G. W.F. **A Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro da Praia Vermelha à Ilha do Fundão** – O (s) sentido (s) da mudança. Tese (Doutorado). Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas. PPG em Educação. PUC-Rio, Rio de Janeiro, junho de 2003.

RODRIGUES, S. A. de S. **Raça e Extensão Universitária**: o programa integrado da UFRJ para Educação de Jovens e Adultos. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas. UERJ. Rio de Janeiro, 2018.

ROMANI, J. P. O Conselho Nacional de Pesquisas e Institucionalização da Pesquisa Científica no Brasil. *In*: SCHWARTZMAN, S. (org.) **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília, CNPq, 1982. Disponível em: <https://archive.org/details/UniversidadesEInstituiesCientificasNoRioDeJaneiro/page/n73/model/2up>. Acesso em: 12 ago. 2022.

SACRAMENTO, A.R.S. *et al.* **Orçamento das Universidades Federais 2023**: Então, bom Natal? Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/announcement/view/208>. Acesso em: 11 mar. 2024.

SALVADOR, A. C. **Ação afirmativa na PUC-Rio**: a inserção de alunos pobres e negros. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2011.

SANTOS, M. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico-científico-informacional, 5ª ed., São Paulo: EDUSP, 2013.

SANTOS, M. O retorno do território. *In*: **Observatório Social de América Latina. Debates**. Ano 6 n. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2021.

SANTOS, M. O tempo nas cidades. **Revista Ciência e Cultura**. v. 54 n. 2. São Paulo. SPBC. outubro/dezembro, 2002.
Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v54n2/14803.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A. e Sposito, E. S. (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. 2008. p. 73-94.

SCHWARTZMAN, S.(org.) **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília, CNPq, 1982. Disponível em: <https://archive.org/details/UniversidadesEInstituiesCientficasNoRioDeJaneiro/page/n73/mode/2up>. Acesso em: 12 ago. 2022.

SILVA, A. O. da. **Extensão universitária como práxis dialógica: o olhar das instituições comunitárias de educação superior brasileiras**. Dissertação de Mestrado. PPGSS. Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022.

SILVA, G. *et al.* As ocupações e o circuito inferior da economia urbana: reflexões a partir das experiências de Mauá e Caguassú Leste na cidade de São Paulo. In: CAVALCANTI, C.P.N. (org.). **Proteção social, lutas e trabalho em tempos de crise do capitalismo**. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. p.155-174.

SIMÕES, L. C.; SANTOS, N. P.; OLIVEIRA, A.J. B. A Casa da Ciência e os desafios de um centro cultural de divulgação científica na Universidade Federal do Rio de Janeiro (Análise). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 28, n. 3, julho-setembro, 2021, p.745-760. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/p8hcnqCzHZKxcMDrH6vHDP/> Acesso em: 08 set. 2022.

SOARES, M. T. S. O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro. In BERNARDES, L.M.C. e SOARES, M.T.S., **Rio de Janeiro: Cidade e região**. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Secretaria Municipal, de Cultura. Rio de Janeiro: 1990 (Biblioteca Carioca; v. 3)

SOUSA, A.I. e MEIRELLES, F.S. C. Gestão e institucionalização da extensão universitária. In: NOGUEIRA, M.D.P. (org.) **Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão**. (Coleção Extensão Universitária 8). Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013.

SOUZA, M. A. Apresentação Milton Santos, um revolucionário. In: SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: Observatório Social de América Latina. Debates. Ano 6 n. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em 11 mar. 2021.

TEIXEIRA, A. (J. E. Galán). **Em busca do Unicórnio** - Notas sobre a Questão do Financiamento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão na UFRJ e papel da FUJB. Monografia. Jubileu de Prata. Fundação Universitária José Bonifácio. Livreto. Rio de Janeiro, 2000.

TRINDADE, H. (org). **Universidade em Ruínas: na república dos professores**. 2ª ed. Editora Vozes: Petrópolis e CIPED: POA, 2000.

UFRJ. **A Proposta de Plano Quinquenal de Desenvolvimento para a UFRJ**. Setor de Mídia Imprensa Institucional da Assessoria de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Março, 2006.

UFRJ. **A universidade necessária**. Programa de reestruturação e expansão da UFRJ 2008–2012: um projeto para o Rio de Janeiro e para o Brasil. Divisão de

mídias impressas institucionais da Coordenadoria de Comunicação da UFRJ. Agosto, 2007.

UFRJ. **A universidade do Brasil no Novo Milênio. Anais** 2º Congresso de Extensão da UFRJ. Rio de Janeiro, 2001.

UFRJ. **Institucionalização da Extensão Universitária. Anais** 3º Congresso de Extensão da UFRJ Rio de Janeiro, 2006 (publicação impressa).

UFRJ. 4º Congresso de Extensão da UFRJ. **Anais**. Rio de Janeiro, 2007 (publicação impressa).

UFRJ. 5º Congresso de Extensão da UFRJ. **Anais**. Rio de Janeiro, 2008 (publicação impressa).

UFRJ. 6º Congresso de Extensão da UFRJ. **Anais**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://siac.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/04>. Acesso em: 20 jan. 2021.

UFRJ. Extensão na UFRJ - **Revista: Pró Reitoria de Extensão**. n. zero. Coord. Claudio Bastos. Petrópolis: SERMOGRAF Artes Gráficas e Editora, janeiro 2011.

UFRJ. **Perguntas e respostas**. Projeto VIVAUFJR (2019). Disponível em: <https://ufrj.br/sites/default/files/documentos/2019/07/perguntasrespostas-vivaufrj.pdf>. Acesso em: dez. 2021.

UFRJ. **Plano de desenvolvimento institucional 2012 a 2023**. Informações institucionais – Reitoria. Coord. Comunicação. Rio de Janeiro, 2018.

UFRJ. **Plano Diretor UFRJ 2020**. Serviço de Mídias impressas, virtuais e de produção editorial da Superintendência Geral de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Abril, 2011. Disponível em: https://ufrj.br/sites/default/files/documentos/2016/12/pd_2011_02_07.pdf.

UFRJ. Relatório da Gestão Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão 1998-2002. CHEVITARESE, M. J. e SOUSA, A.I. (org.). Rio de Janeiro, 2002.

UFRJ. Relatório de Gestão da Pró-Reitoria de Extensão (PR5) - outubro de 2005/junho de 2011. TAVARES, L.R.S. *et al.* (org.).

UNIRIO. **Chronos**: publicação cultural da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Edição comemorativa dos 125 Anos da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.unirio.br/pro-reitorias-1/proreitoriadeextensaoecultura/publicacoes/revista-chronos>. Acesso em: 29 nov. 2023.

VENÂNCIO, A. T. A. Ciência psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, vol. 10 (3):883-900, set-dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/z36dmdBJVCLMVcKB5W3RwHc/?format=pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.

Anexo I

Encontros de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e Encontros Nacional do FORPROEX (1987 a 2012). Edição, ano, local e temática

- I** Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras **1987** – Brasília DF [*Constituição do Fórum*]
- II** Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras **1988** – Belo Horizonte MG *Estratégia de Articulação com o Ensino e Pesquisa e os subtemas: Pesquisa e Compromisso Social, Conceito de Sala de Aula, Extensão, Estágio e Crédito Curricular e Projetos e Atividades de Extensão*
- III** Encontro Nacional FORPROEX – **1989** – Belém-PA *Relação da Universidade e Sociedade: a questão da prestação de serviços - subtema: A interdisciplinaridade.*
- IV** Encontro Nacional FORPROEX – **1990** – Florianópolis-SC *Extensão Universitária - As perspectivas nos anos 90 - subtemas: Educação e Alfabetização e Metodologia em Extensão Universitária.*
- V** Encontro Nacional FORPROEX – **1991** – São Luís-MA *A institucionalização da Extensão no Contexto da Autonomia Universitária e sua Gestão Democrática.*
- VI** Encontro Nacional FORPROEX – **1992** – Santa Maria-RS *Universidade e Cultura.*
- VII** Encontro Nacional FORPROEX – **1993** – Cuiabá-MT *Avaliação da Extensão no Contexto da Autonomia Universitária.*
- VIII** Encontro Nacional FORPROEX – **1994** – Vitória -ES *Universidade: a construção da cidadania e a afirmação da soberania nacional.*
- IX** Encontro Nacional FORPROEX – **1995** – Fortaleza-CE *A articulação da Extensão Universitária com os Projetos Estratégicos de Desenvolvimentos Regional e Nacionais.*
- X** Encontro Nacional FORPROEX – **1996** – Belém-PA *Por uma política nacional de extensão.*
- XI** Encontro Nacional FORPROEX – **1997** – Curitiba-PR *10 anos de Fórum: Avaliando a Extensão. [Avaliação da Ext. Universitária e o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub).]*
- XII** Encontro Nacional do FORPROEX – **1998** – Brasília-DF *Programa nacional temático – Universidade Cidadã*
- XIII** Encontro Nacional FORPROEX – **1998** – Brasília-DF *Apresentação e discussão final do Plano Nacional de Extensão*
- XIV** Encontro Nacional FORPROEX – **1998** – Rio Grande do Norte *Plano Nacional de Extensão*
- XV** Encontro Nacional FORPROEX – **1999** – Campo Grande-MT *Resolução 001/99 Grupo Técnico sobre Sistemas de Dados e Informação e RENEX; Resolução 002/99 Grupo de Trabalho sobre Avaliação da Extensão Universitária; Metas do Plano Nacional*
- XVI** Encontro Nacional FORPROEX – **2000** – João Pessoa-PB *Proposta de avaliação da Extensão Universitária.*
- XVII** Encontro Nacional FORPROEX – **2001** – Vitória-ES *Ações extensionistas na área dos direitos humanos*
- XVIII** Encontro Nacional FORPROEX – **2002** – Florianópolis-SC *A organização da extensão nas universidades públicas brasileiras.*
- XIX** Encontro Nacional FORPROEX – **2003** – Manaus-AM *Transição do governo FHC para Governo Lula*
- XX** Encontro Nacional FORPROEX – **2004** – Recife-PE *Revisão das Áreas Temáticas, Linhas e Ações de Extensão e Carta de Recife.*
- XXI** Encontro Nacional FORPROEX – **2005** – São Luís-MA *Extensão Universitária e as Tecnologias Sociais*
- XXII** Encontro Nacional FORPROEX – **2006** – Porto Seguro-BA *Documento final “Reestruturação das Áreas Temáticas.*
- XXIII** Encontro Nacional FORPROEX – **2007** – Brasília -DF *20 anos do FORPROEX.*
- XXIV** Encontro Nacional FORPROEX – **2008** – Curitiba-PR *Extensão Universitária: produção de conhecimento e compromisso social.*

- XXV** Encontro Nacional FORPROEX – **2009** – João Pessoa-PB *Direitos Humanos: Desafios da Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão*
- XXVI** Encontro Nacional FORPROEX – **2009** – Rio de Janeiro-RJ *Versão preliminar do que viria a se constituir a Política Nacional de Extensão*
- XXVII** Encontro Nacional FORPROEX – **2010** – Fortaleza-CE *A Extensão Universitária no Contexto do Século XXI.*
- XXVIII** Encontro Nacional FORPROEX – **2010** - Santo André-SP [*Regimento Interno do Fórum*]
- XXIX** Encontro Nacional FORPROEX – **2011** – Maceió-AL *Extensão: o conhecimento que transforma.*
- XXX** Encontro Nacional FORPROEX – **2011** – Porto Alegre-RS *Desafios da Institucionalização da Extensão. Carta de POA.*
- XXXI** Encontro Nacional FORPROEX – **2012** – Manaus-AM - *Carta de Manaus [compromisso das Universidade com transformação social]*
- XXXII** Encontro Nacional do FORPROEX – **2012** – Brasília-DF – *XXXII Bodas de Prata (25 anos) do FORPROEX [Extensão e Ensino à distância]*
-

Organizado pela autora conforme LEONÍDIO, Luciano, 2017

Anexo II

Quadro 1 – Dimensões Metodológicas e Analíticas à Extensão (1-2)

Dimensão Metodológica	Descrição da Dimensão	Dimensão Operacional
1. Quem faz a extensão	Ator (ou atores) que realizam extensão	<ul style="list-style-type: none"> - Identifica-se esta dimensão pelos: atores que executam, planejam, propõe, e responsabilizam- -se diretamente pela atividade extensionista; - Os atores podem ser: indivíduos (docentes, estudantes); instância e órgãos universitários; instituições em geral; - Deve-se atentar a como interagem com os grupos sociais externos;
2. A quem se destina a atividade extensionista	Atores e segmentos sociais <i>alvo</i> ou participantes das atividades	<ul style="list-style-type: none"> - Identificado pelos: segmentos sociais e atores externos à universidade envolvidos; - Podem ser: indivíduos dispersos e comunidade externa em geral; empresas; estado e órgãos governamentais; movimentos sociais ou organizações da sociedade civil sem fins lucrativos; comunidades diversas (identitárias, bairros, indígenas, rurais). - Deve-se atentar, de forma geral, como estes atores participam da atividade extensionista em questão, ou seja, como são incluídos e excluídos do processo.

Fonte: Christofolletti e Serafim, 2020, p. 11

Quadro 4 – Dimensões metodológicas e analíticas à extensão (itens 7 e 9)

Dimensão Analítica	Descrição da Dimensão	Dimensão Operacional/Metodológica
7. Como as atividades são legitimadas socialmente e dentro da universidade	Valorização que de terminada modalidade extensionista possui fora e dentro dos muros universitários; além do mais, permite entender como os atores participantes buscam legitimar o que fazem;	<ul style="list-style-type: none"> - Identificado do discurso dos atores e segmentos sociais participantes das atividades de extensão no que se refere à justificação da importância da prática; - Identificação das formas como esse discurso circula pelo meio universitário e social (site institucional, publicações, eventos, dentre outros).
8. Função social e compromisso social da universidade	Atentar para como a universidade em que a prática de extensão estudada busca atender a demandas e a problemas sociais, isto é, decidir institucionalmente (ou em âmbito de departamentos e faculdades) com quais problemas e atores irão se relacionar.	- Identificada pelas temáticas, problemas e atores pelos quais a universidade – ou qualquer um de seus departamentos e faculdades que se relacionam com a prática de extensão estudada – se <i>identifica</i> institucionalmente e busca alocar esforços humanos e materiais em direção a estes. Deve-se atentar para a história da universidade.

Fonte: Cristofolletti e Serafim, 2020, p. 15-16